



**Estudo de Mapeamento
das Organizações da
Sociedade Civil em**



MOÇAMBIQUE

“O conteúdo do presente relatório é da exclusiva responsabilidade da Altair Asesores e da Agriconsulting SL e não pode nunca ser entendido como reflectindo posições da Comissão Europeia.

O relatório foi preparado pela equipa de consultores: Bente Topsøe-Jensen (chefe de equipa), Alice Pisco, Padil Salimo e João Lameiras, com contributos de Vasconcelos Muatecalene.”

As fotografias das páginas 3, 8, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 34, 38, 44, 48, 49, 53, 55, 57, 60, 63, 65, 69, 74, 80, 82, 86, 88, 92, 95, 96, 97, 98, 102, 103, 106, 107, 110, 117, 118, 122, 125, 130, 134, 135, 137, 140, 142, 144, 158 foram disponibilizadas por Bente Topsøe-Jensen, as das páginas 31, 50, 61 por Alice Pisco, as da página 36 por Padil Salimo, as da página 72 por João Lameiras e as das páginas 126, 135 por Piergiorgio Calistri.

Agradecimentos & Disclaimer



A equipa de consultores agradece a boa colaboração de todos os envolvidos neste estudo de mapeamento de organizações da sociedade civil de Moçambique que decorreu no primeiro semestre de 2015. Sem a disponibilidade e prontidão em se reunir connosco e partilhar ideias, críticas e sugestões, não teria sido possível a realização do nosso trabalho.

Um especial agradecimento às organizações provinciais e distritais que assumiram a responsabilidade de organizar os workshops e marcar os encontros, assim como a os demais informantes desde as associações comunitárias, as redes temáticas, plataformas provinciais e organizações sedeadas em Maputo.

Agradecemos de igual modo as instituições do governo a nível provincial e distrital, às embaixadas, às agências de desenvolvimento e cooperação e às Organizações Não-Governamentais Internacionais que partilharam connosco as suas experiências e ideias sobre a sociedade civil moçambicana. O acompanhamento e interesse demonstrado pelo Gabinete do Ordenador Nacional no Ministério dos Negócios Estrangeiros encorajou o trabalho e contribuiu para a sua realização técnica e logística.

Por fim um especial agradecimento aos funcionários da Delegação da União Europeia que facilitaram o trabalho e acompanharam com muita dedicação o processo de mapeamento desde o início até o fim.

O presente relatório não reflecte necessariamente a opinião ou a política oficial da União Europeia ou de qualquer outra organização ou entidades entrevistadas durante o estudo de mapeamento. Os autores assumem a total responsabilidade pelo conteúdo do documento.

Índice

Agradecimentos & Disclaimer	3
Índice	4
Sumário Executivo	9
1. Introdução.	23
1.1 O estudo de mapeamento contextualizado	23
1.2 Objectivos do estudo de mapeamento	25
1.3 Âmbito do estudo de mapeamento	26
1.4 Estrutura do relatório	27
2. Metodologia aplicada.	29
2.1 Metodologia.	29
2.2 Abordagem	31
3. Sociedade civil em Moçambique	35
3.1 O ambiente em que operam as OSCs	35
3.1.1 Contexto político	35
3.1.2 Contexto económico	37
3.1.3 Contexto social	40

3.1.4 O contexto legal das OSCs	42
3.2 Estrutura da sociedade civil	44
3.2.1 Definição da sociedade civil	45
3.2.2 Tipologia da sociedade civil	50
3.3 Capacidade da sociedade civil	63
3.3.1 Legitimidade e credibilidade	65
3.3.2 Capacidade de governação	66
3.3.3 Capacidade de alcançar resultados	70
3.3.4 Capacidade de ligação com advocacia	72
3.4 Sustentabilidade das OSCs	74
3.4.1 Sustentabilidade organizacional	74
3.4.2 Sustentabilidade política	75
3.4.3 Sustentabilidade financeira	76
3.5 Engajamento da sociedade civil	79
3.5.1 Espaços de diálogo	79
3.5.2 Espaços formais e qualidade de interacção	82
3.5.3 Espaços informais e qualidade de interacção	85

4. O papel das OSCs na perspectiva sectorial	89
4.1 Boa governação	90
4.1.1 Monitoria de orçamento	92
4.1.2 Estudos – produção de evidência	94
4.1.3 Acesso à informação	96
4.1.4 Direitos Humanos.	96
4.2 Desenvolvimento Rural Sustentável	98
4.2.1 Os actores principais	98
4.2.2 As principais áreas de intervenção actual e futura das OSCs	103
4.3 Outros sectores	107
4.3.1 Serviços Sociais	107
4.3.2 Património Cultural	114
4.3.3 Educação e formação técnica e profissional	119
5. A arquitectura de apoio à sociedade civil.	123
5.1 Assistência oficial de desenvolvimento	124
5.2 Mecanismos comuns e programas de apoio à sociedade civil	126
5.3 Apoio directo às OSCs	131

5.4 As ONGs internacionais – parceiro ou intermediário?	135
6. Constatções e recomendações	141
6.1 Constatções resumidas.	141
6.2 Recomendações	144
6.2.1 Recomendações para sustentar o engajamento político das OSCs	145
6.2.2 Recomendações para apoiar a capacitação das OSCs	149
6.2.3 Recomendações para reforçar a sustentabilidade das OSCs	153
6.2.4 Recomendações relacionadas com as modalidades de apoio	155
Anexos	159
A. Abreviaturas	160
B. Bibliografia	168
C. Guião de entrevista	184
D. Projectos das OSCs financiados pela UE em curso em Junho de 2015.	186
E. Mecanismos e Programas de Financiamento à Sociedade Civil	193
F. Organizações da Sociedade Civil – contactos	199
G. Casos recentes em que a Acção da Sociedade Civil Resultou em Mudanças Legislativas	222
H. Características Específicas da Sociedade Civil por Província	230



Associação das Mulheres, Distrito de Mecanhelas, Província do Niassa.

Sumário Executivo

O estudo de mapeamento das organizações da sociedade civil (OSC) em Moçambique foi realizado durante o primeiro semestre de 2015 no âmbito de preparação para o “Roteiro da União Europeia (UE), Estados Membros e outros parceiros para um compromisso com a sociedade civil”.¹ A recolha de dados incluiu a análise de documentos, entrevistas com OSCs, parceiros internacionais e instituições do Governo de Moçambique a nível nacional, provincial, distrital e local. Foram ainda realizados nove workshops provinciais na primeira fase do trabalho de campo, e na segunda fase, foram realizados quatro workshops de verificação de constatações e validação de recomendações.

O objectivo geral do estudo de mapeamento é dotar a UE e todas as partes interessadas de uma visão abrangente do estado das OSCs em Moçambique, incluindo a identificação das suas necessidades e propostas para maximizar a sua influência na definição e monitorização de políticas públicas. O estudo também apresenta recomendações sobre as prioridades a incluir no Roteiro da UE para um compromisso com a sociedade civil, podendo assim contribuir para melhorar a estratégia de apoio às OSCs na programação actual.² Os objectivos específicos são:

- 1) Analisar o estado global da situação da sociedade civil em Moçambique particularmente em relação ao ambiente, à estrutura, capacidade, engajamento e sustentabilidade das suas organizações;
- 2) Identificar as lacunas existentes, as necessidades fundamentais e também as oportunidades das OSCs se envolverem e influenciarem processos políticos, monitorizarem a implementação dos compromissos de estado e, de uma forma geral, reivindicarem a transparência dos processos públicos e a boa governação do país;
- 3) Fornecer recomendações específicas sobre a forma de colmatar as necessidades identificadas, sugerindo prioridades e acções para programas e outras intervenções de apoio à sociedade civil.

1. A Comunicação da Comissão Europeia (CE) de Setembro de 2012 “As raízes da democracia e do desenvolvimento sustentável: o compromisso da Europa com a sociedade civil no domínio das relações extremas” prevê a elaboração dos roteiros nos países parceiros. Concebidos como uma iniciativa conjunta entre a União Europeia (UE) e os Estados membros (EM), os roteiros procuram garantir um diálogo mais estratégico com a sociedade civil. Os roteiros incluem cinco secções interligadas. As secções 1 e 2 fornecem a base analítica do roteiro, analisando o estado da sociedade civil e o actual compromisso da UE (diálogo estruturado, diálogo político sobre as condições favoráveis, integração, coordenação). Por sua vez, as secções 3, 4 e 5 determinam o rumo a seguir, definindo as prioridades das acções a realizar com base no conjunto de indicadores a nível do processo e dos resultados. <http://capacity4dev.ec.europa.eu/public-governance-civilsociety/document/roteiros-da-ue-para-um-compromisso-com-sociedade-civil>

2. Mapping Study of Civil Society Organizations in Mozambique, specific Term of Reference, FWC Beneficiaries 2013 – Lot 7: Governance and Home affairs, EuropeAid/132633/C/SERE/multi; own translation.

Ambiente

No que respeita ao ambiente, analisaram-se várias vertentes:

Contexto político

O processo democrático iniciou-se em 1992 com a assinatura do Acordo Geral de Paz e a adopção de um sistema multipartidário. Como em outros países da região onde os poderes são concentrados no executivo, o contexto político é caracterizado por desafios em termos de mecanismos de contrabalanço, tolerância política, liberdade de imprensa, e em geral numa partidarização das Instituições do Estado. Contudo, o debate crítico nos meios de comunicação social e as reacções espontâneas de objecção têm aumentado. Neste contexto interessa salientar as palavras promissoras do Chefe do Estado Felipe Nyusi que no seu discurso de investidura em Janeiro de 2015 enfatizou a importância da sociedade civil e a necessidade de reduzir as assimetrias regionais e promover uma governação participativa.

Contexto económico

Nos últimos anos, o PIB tem crescido na ordem dos 7-8% por ano³. O boom da exploração de recursos naturais cria expectativas de crescimento económico, mas também causa apreensões e correspondentes movimentações da sociedade civil. Essas movimentações relacionam-se sobretudo com a reivindicação dos direitos das comunidades (nomeadamente para o acesso à terra e água), da transparência e boa governação dos recursos e da minimização dos impactos no meio ambiente.

3. FMI. Country Report No. 13/200, July 2013. Ver: www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2013/cr13200.pdf

Contexto social

Apesar do crescimento económico, o índice de pobreza de 2010 é de 55%⁴ (um novo inquérito será disponível em 2016). Subsistem altas taxas de analfabetismo no Norte e Centro - 64% nas Províncias de Cabo Delgado, Nampula e Zambézia, contra 9% em Maputo. Apesar do crescimento assinalável do número de instituições de ensino superior (271% entre 2004-2012), a qualidade do ensino é baixa. Na saúde, a situação é alarmante – ex: desnutrição (44 % das crianças sofrem de desnutrição crónica) e o HIV/SIDA (com uma média de prevalência 11,5%).

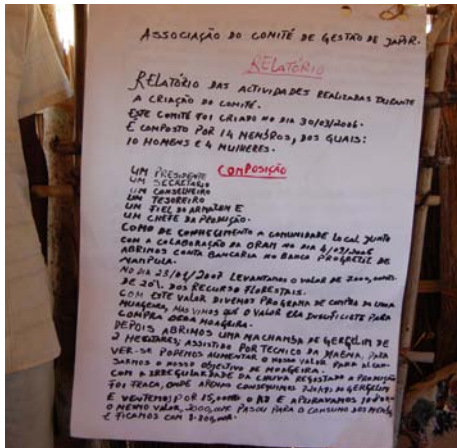
4. INE (2010). Inquérito ao Orçamento Familiar – IOF 2008/2009. INE, Maputo.

Contexto legal

A legislação enquadradora das OSCs, aprovada em 1991, não abrange a diversidade de tipologias e de funções das organizações actuais. As OSCs estão envolvidas num processo de elaboração de uma proposta de revisão da lei a apresentar à Assembleia da República. Foi aprovada nos últimos anos legislação importante para a sociedade civil, nomeadamente a Lei de Cooperativas (2009) e a Lei do Direito a Informação (2014).

Estrutura da sociedade civil

Não existe um directório exaustivo das OSCs registadas em Moçambique. A informação mais recente é de 2004, produzida pelo Instituto Nacional de Estatística, e refere cerca de 5.000 associações formalmente reconhecidas. Face às políticas e estratégias que têm vindo a encorajar a formação de OSCs, o seu número actual pode ter duplicado.



Relatório da Associação de Camponeses de Japir, Província de Nampula.

A Definição da sociedade civil moçambicana no contexto actual não é consensual

A definição do CIVICUS é a que reúne mais consensos: “a sociedade civil é a arena fora da família, do Estado e do mercado, que é criada por acções individuais e colectivas, organizações e instituições para desenvolver interesses comuns”. No entanto, há certos tipos de organizações - do sector privado, profissionais e as com filiação partidária – cuja integração na sociedade civil é questionada. No que respeita à identidade da sociedade civil moçambicana, as dinâmicas existentes são pois flexíveis e fluidas. Portanto, não é fulcral ter uma definição definitiva de sociedade civil. Interessa sobretudo compreender a complexidade, o papel e as características dos elementos da sociedade civil bem como identificar as alianças adequadas para otimizar a sua influência nas políticas e nos processos de desenvolvimento.

Tipologia da sociedade civil:

Identificam-se vários tipos de OSCs, em categorias distintas - organizações formais e informais, urbanas e rurais, académicas e implementadoras, profissionais e voluntárias, etc. Os diferentes tipos de OSCs interagem e complementam-se e há organizações que cumprem funções que se integram em várias categorias. As principais categorias identificadas foram: Organizações de Pesquisa e Advocacia; Organizações Baseadas no Conhecimento; Organizações Baseadas na Fé; ONGIs que se nacionalizaram moçambicanas e /ou filia-las em ONGIs; Organizações de Defesa de Interesses Comuns; Organizações de Prestação de Serviços; Organizações Comunitárias de Base; Movimentos; Plataformas, Fóruns e Redes Temáticas. As plataformas merecem uma atenção especial por serem estruturas de nível nacional, provincial e distrital onde colaboram várias OSCs. Nalguns casos estão a enfrentar problemas – desvio das funções para que foram criadas, competição com os próprios membros, etc., mas constituíram-se a partir da necessidade de colaboração e troca de experiências das OSCs abrindo novas oportunidades de reforço da sociedade civil.

Capacidade da sociedade civil

A capacidade da sociedade civil é analisada em três parâmetros: capacidade de governação interna, capacidade de alcançar resultados e a capacidade de ligações de advocacia.



Caixa de Reclamações para o público na Administração Distrital, Província de Nampula.

Capacidade de governação interna:

A legislação requer uma estrutura das OSCs - Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Direcção Executiva – que nem sempre é compatível com os recursos e a capacidade das organizações. Há pequenas organizações que não têm recursos humanos para integrar todos os órgãos e a duplicação de funções causa conflitos internos, nomeadamente entre os órgãos executivos (remunerados) e os órgãos sociais detentores formais do poder mas que não auferem remuneração. A definição da estrutura das OSCs é um dos aspectos em destaque quando se aborda a necessidade de alteração da legislação enquadadora. Na sequência das recomendações do CIVICUS (2007), em Dezembro de 2014 foram aprovados por 41 OSCs o “Acordo de Princípios de Conduta e Ética das OSCs” e o “Guião de Monitoria de Cumprimento”. Prevê-se que a adopção e implementação dos princípios previstos nos dois documentos tenham impactos positivos a nível da governação das OSCs. A adequada capacidade de gestão administrativa e financeira é igualmente um aspecto importante para a organização, sendo muitas vezes determinante para a angariação de fundos de parceiros internacionais.

Capacidade de alcançar resultados:

A produção de resultados implica dispor de recursos técnicos com a capacidade de angariação de fundos, de gestão financeira e de monitoria e avaliação. A actual assimetria na distribuição geográfica dos recursos humanos e financeiros das OSCs é um factor limitante, que penaliza sobretudo a eficácia ao nível das organizações províncias e distrais.

Capacidade de ligação de advocacia:

Reflexão e recolha de evidências e boas práticas de monitorização são elementos básicos para garantir a capacidade de ligação com advocacia. Verifica-se que a capacidade de pesquisa baseada em evidências se alargou para as províncias. De um modo geral, há um reforço notável da acção das OSCs a nível da investigação, compilação de evidências e acções de advocacia subsequentes, com resultados visíveis, por exemplo na defesa do direito à terra das comunidades rurais.

Sustentabilidade das OSCs.

A sustentabilidade é analisada em três dimensões: organizacional, política e financeira.

Sustentabilidade organizacional:

A integridade da organização e dos seus dirigentes, a disponibilidade de recursos humanos capacitados e uma estrutura adequada são os elementos chave. São assinaladas experiências bem-sucedidas de terciarização (outsourcing), para conjuntos de pequenas OSCs, de serviços administrativos e financeiros e também de monitoria e avaliação.

Sustentabilidade política:

As OSCs operam num ambiente político em que o risco de serem marginalizadas é alto sobretudo a nível local, onde as OSCs estão mais expostas que nos centros urbanos. O ambiente político pode inviabilizar a acção das OSCs, sobretudo quando as mesmas tratam de temas que podem entrar em conflito com interesses económicos a nível nacional como local. A sustentabilidade política tem vindo a ser reforçada através de acções conjuntas, nomeadamente via o trabalho em rede.

Sustentabilidade financeira:

Atendendo à dependência da mobilização de fundos externos, raras são as OSCs que podem ser consideradas sustentáveis. Importa diversificar fontes de financiamento, incluindo fontes alternativas e inovadoras. Exemplos recentes de mobilização de fundos para acções humanitárias, voluntariado e de responsabilização social das empresas provam que há alternativas que devem ser exploradas pelas OSCs. Para isso é fundamental que as OSCs disponham de planos estratégicos de mobilização de recursos, promovam acções de visibilidade e reforcem o uso de tecnologia de informação e comunicação (TICs).



Bandeira partidária numa aldeia, Província do Niassa, Março de 2015.

Engajamento da sociedade civil

Os **espaços de diálogo** são a principal forma de concretizar o contacto e interacção entre a sociedade civil e a governação. Podem ser formais (convidados) ou informais (reclamados). Os espaços formais são definidos por lei, norma ou regulamento do Estado, enquanto os espaços informais surgem, estruturam-se e funcionam por iniciativa da própria sociedade civil. Os principais espaços formais incluem os Observatórios de Desenvolvimento, as IP-PCs (Instituição de Participação e Consultas Comunitárias) de nível distrital, a interacção com a Assembleia da República (Comissão Plano e Orçamento) e os órgãos de representação política. Os espaços informais são sobretudo as plataformas e redes da sociedade civil. Outros espaços dominados pelos media, a academia e a cultura são importantes para o estabelecimento de alianças entre os vários actores e a sociedade civil.

Espaços formais e qualidade de interacção:

Muitos estudos expressam dúvidas sobre a eficácia e relevância dos espaços formais de diálogo e as entrevistas realizadas indicam que estes espaços muitas vezes estão criados para legitimar as políticas do governo. Assim, no que respeita aos conselhos consultivos, as OSCs referem barreiras no acesso à informação, comunicação tardia dos encontros, a partidarização do diálogo e uma frágil representação dos interesses das comunidades. Isto resulta no afastamento das OSCs dos espaços formais, ao invés de tentarem encontrar alternativas para explorar esses espaços de uma forma informada e persistente.

Espaços informais e qualidade de interacção:

Os espaços informais cresceram durante os últimos cinco anos, parcialmente como resposta ao funcionamento deficitário dos espaços formais de diálogo. As plataformas e redes são espaços de diálogo mas também de aprendizagem e desenvolvimento de capacidades. Surgem igualmente como uma estratégia das OSCs para reforçar a eficácia dos seus resultados e como protecção contra várias formas de intimidação e represália.

Outro aspecto abordado no estudo é o papel das **OSCs na perspectiva sectorial**. As OSCs desempenham um papel importante nas áreas, entre outras, de governação e desenvolvimento rural. Frequentemente desenvolvem actividades integradas, transversais a vários sectores, para responder aos múltiplos problemas interligados que enfrentam os seus beneficiários. Com efeito, e dando só dois exemplos, a boa governação dificilmente é separável da questão de direitos humanos; o desenvolvimento rural sustentável baseia-se não só na actividade agrícola, mas também na preservação do ambiente e recursos naturais, nos sectores sociais, na educação, na cultura, na diversificação de actividades económicas e noutras componentes que concorrem para a qualidade das condições de vida e de trabalho das comunidades rurais.

Boa Governação

O apoio da sociedade civil é reconhecido oficialmente pelo Governo de Moçambique como uma intervenção importante e necessária no âmbito de boa governação e desenvolvimento democrático. O número de OSCs que operam na área de governação aumentou bastante durante os últimos 10 anos. No entanto, o debate sobre transparência e prestação de contas é recente. As actividades iniciaram-se com acções focadas na anticorrupção em 2005-06. A criação do Fórum Nacional de Combate a Corrupção, em 2007 e a posterior aprovação do Pacote Anticorrupção de 2012-2014, foram passos importantes resultantes sobretudo de pressões exercidas pela sociedade civil. No que respeita à indústria extractiva e igualmente em resultado da pressão da sociedade civil, o governo aprovou vários regulamentos e reconheceu a pertinência da publicação dos contratos estabelecidos com os investidores daquela indústria. Em resultado do trabalho das OSCs regista-se também uma maior consciência sobre os direitos, por parte das comunidades, nas regiões com grandes investimentos no sector da indústria extractiva, terra e florestas.

Monitoria do orçamento:

O Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO), criado em 2010, trabalha em estreita ligação com a Comissão do Plano e Orçamento (CPO) da Assembleia da República e esta última utiliza as monitorias efectuadas pelo FMO para dar as suas opiniões. Em resultado da advocacia do FMO, as propostas de Orçamento do Estado passaram a ser divulgadas publicamente no site do MPD (actual Ministério da Economia e Finanças). Outros resultados palpáveis do trabalho do FMO são o aumento para o dobro do orçamento do subsídio social básico em 2012 e a implementação pelo governo do “Orçamento do Cidadão”.

Estudos – produção de evidência:

Há poucas OSCs com capacidade para produzir estudos consistentes e baseados em evidências, sendo que a maioria delas tem sede em Maputo. No que respeita à utilização desses estudos, constata-se que parte das OSCs que os produzem não realizam acções de advocacia subsequente e as restantes OSCs têm dificuldades em obtê-los e interpretá-los. Há, pois, a necessidade de “tradução” dos estudos baseados em evidências de forma a transformá-los em instrumentos efectivos de advocacia acessíveis ao conjunto das OSCs.

Acesso à informação:

Apesar da aprovação da Lei de Acesso à Informação, em 2014, obter informação é um problema permanente para as OSCs e para os cidadãos em geral. Constata-se, pois, que o problema não radica na questão de existência ou não de uma lei específica, mas sim na falta de cultura institucional de partilha de informação.

Direitos Humanos:

A sociedade civil – como representante dos titulares de direitos – desempenha um papel importante na defesa dos direitos humanos perante o portador dos deveres que é o Estado. São inúmeras as violações de direitos cívicos e políticos, assim como de direitos económicos, sociais e culturais em Moçambique. A acção da sociedade civil nesta matéria tem sido muito forte, tanto nos processos de preparação e formulação de novas leis, como nos debates no âmbito da Revisão Periódica Universal. Destaca-se um grupo de OSCs especializadas na defesa de direitos humanos e em especial dos direitos de género.

Desenvolvimento Rural Sustentável



Aldeias ao longo da estrada, Província do Niassa.

Em Moçambique cerca de 70% da população habita e trabalha nas zonas rurais e o sector primário, com 35,6%, é o que mais contribui para o PIB nacional.⁵ O desenvolvimento rural, nas suas múltiplas vertentes, configura-se, pois, como um aspecto fulcral da política de desenvolvimento socioeconómico. Aborda-se o historial do desenvolvimento rural, identificam-se os instrumentos de política e aprofunda-se os papéis no sector dos **actores principais** – estado, sector privado e sociedade civil. As principais áreas de actuação actual e futura das OSCs também são identificadas:

5. A agricultura, pecuária, caça, silvicultura e actividades relacionadas e a pesca continuam a ter o maior peso na economia de Moçambique, com 35,6%, seguidas da indústria transformadora com 10,3%. INE, dados relativos ao 2º trimestre de 2014 divulgados em Setembro de 2014.

Agricultura, terra e floresta:

Onde as OSCs têm desempenhado e podem continuar a desempenhar papéis muito relevantes a nível da advocacia e afirmação dos direitos das comunidades rurais, mas também no apoio técnico directo quer às actividades existentes quer à diversificação de actividades económicas.



Produtos agrícolas, Província de Nampula, 2012.

Outras actividades em meio rural:

Onde é dado destaque às potencialidades ao turismo criativo (previsto no Plano da Cultura), iniciativas em curso no âmbito do ecoturismo que podem ampliar as suas actividades para aquele tipo de turismo e o papel que as OSCs poderão vir a desempenhar no mesmo.



Colheita de arroz, Província de Nampula, 2012.

Serviços sociais

Os serviços sociais abrangem as áreas de protecção social, saúde e educação, onde as várias OSCs e ONGIs têm, como prestadoras de serviços, um papel oficialmente reconhecido pelo Estado.

As OSCs assumem de igual modo a defesa dos direitos de grupos vulneráveis: crianças órfãs, pessoas da terceira idade, pessoas com deficiências, etc. Neste aspecto, destaca-se o papel desempenhado pelas organizações baseadas na fé, ligadas às igrejas ou às mesquitas, realizado muitas vezes com base no voluntariado.

Há aspectos que merecem um foco especial das OSCs, como é o caso terceira idade - advocacia em prol de uma reforma universal e em torno de questões de violência e marginalização de viúvas e mulheres idosas. Com um longo historial em Moçambique, destaca-se também o papel de muitas OSCs que, sob as umbrellas da FAMOD (Fórum das Associações Moçambicanas de Deficientes) e da ADEMO (Associação dos Deficientes de Moçambique), actuam na defesa de direitos das pessoas que vivem com deficiências. Podem ainda destacar-se as actividades da PSC-PS no âmbito de recolha de evidências, advocacia e lobby, monitoria de políticas, numa perspectiva de complementaridade com as acções do Governo. A ligação entre a prestação de serviços e a compilação de evidências para acções de advocacia é indispensável para o futuro engajamento da sociedade civil na área dos serviços sociais.



Crianças no acampamento de Cruz Vermelha, Mocuba, Província de Zambézia, Março de 2015.

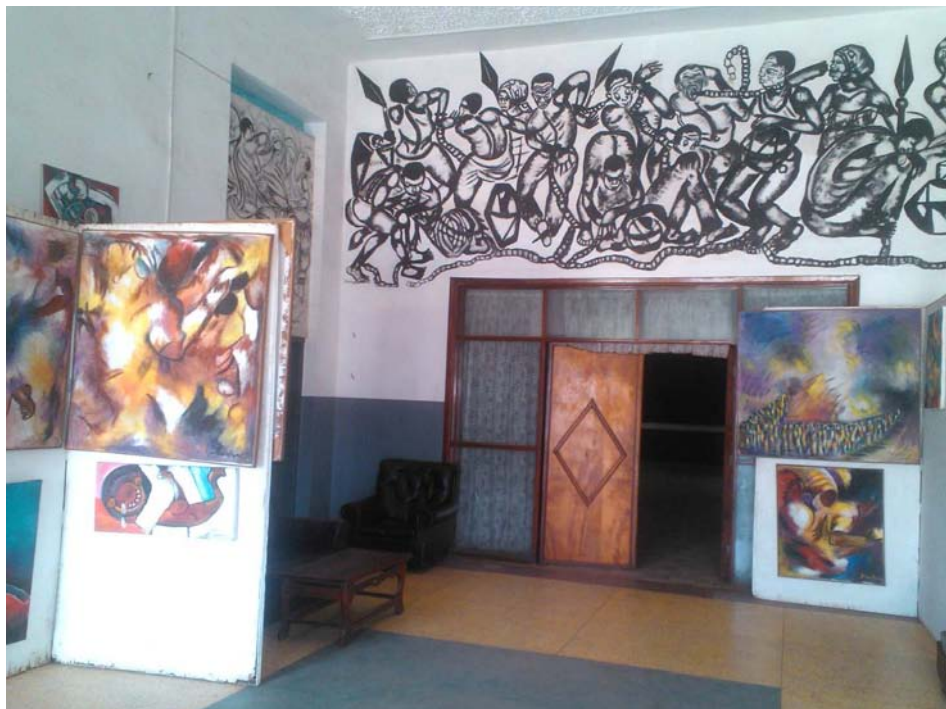
Património cultural

O património cultural contempla a dimensão material e imaterial, sendo nesta última que se foca a análise do papel da sociedade civil.

A cultura representa um espaço crítico no diálogo político, funciona como veículo de comunicação em debates e representa um elemento chave na educação ética e moral da camada jovem.

Os grupos culturais de dança e teatro nacionais e as pequenas associações locais desempenham papéis igualmente importantes como portadores e transmissores de identidade cultural. Apesar da falta de espaços físicos para praticar artes, destacam-se algumas iniciativas de organização cultural promovidas por associações em várias províncias, o Observatório Cultural da sociedade civil OCULTU, a Rede Moçambicana de Teatro Comunitário e também a crescente adesão do público em geral a actividades culturais pontuais e aos festivais de cultura distritais.

O uso de cultura pelas OSCs é uma área com grande potencial para mobilização e divulgação de informação que ainda não está completamente explorada.



Casa de Cultura em Quelimane, Província de Zambézia, Abril de 2015.

Educação e formação técnica e profissional

A EFTP é especialmente importante para a camada jovem da população e tem um papel fulcral no aumento do emprego especializado, contribuindo assim para o combate à pobreza e para a estabilidade política do país.

Actuam nesta áreas várias agências de cooperação, sindicatos internacionais, ONGI, OSCs e as Escolas de Artes e Ofícios.

O papel das OSCs na EFPT é ainda reduzido devido à escassez de recursos, capacidade técnica e também à falta de uma perspectiva de longo prazo para garantir a qualidade necessária de formação.



Arquitectura de apoio à sociedade civil

Assistência oficial ao desenvolvimento:



Publicações dos mecanismos de apoio à sociedade civil (MASC).

A definição de sociedade civil não é consensual entre os diversos actores e também não é efectuado um registo específico do apoio à sociedade civil na base de dados oficiais (ODAMOZ).

Contudo, o apoio à sociedade civil é reconhecido pelo Governo de Moçambique e pelos parceiros internacionais como fundamental para reforçar a boa governação e o desenvolvimento democrático.

As modalidades mais frequentes de apoio são: os mecanismos e programas comuns, o apoio directo às OSCs nacionais e internacionais, a disponibilização de fundos discrecionários das agências e embaixadas, e o apoio através de ONGs.

Mecanismos e programas de apoio à sociedade civil:



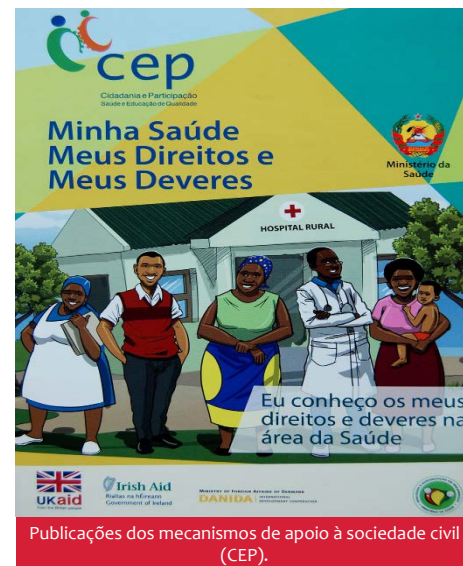
Publicações dos mecanismos de apoio à sociedade civil (AGIR).

Estes mecanismos pretendem harmonizar procedimentos de submissão e gestão de projectos. Há mecanismos que apoiam os planos estratégicos das OSCs (core funding), no sentido de reforçar a sua independência financeira e sustentabilidade organizacional.

Da experiência acumulada sobre o apoio à sociedade civil destaca-se: a importância de combinar o financiamento de projectos com a capacitação organizacional; o uso de modelos de tutoria; a necessidade de flexibilidade para responder ao contexto; a necessidade de descentralização e simplificação de acesso ao financiamento.

Apoio directo às OSCs e os fundos discrecionários:

Há um leque muito diversificado de iniciativas de apoio à sociedade civil, com abordagens sectoriais e geográficas das agências bilaterais, incluindo apoio através das ONGs do hinterland e das agências da NU.



Publicações dos mecanismos de apoio à sociedade civil (CEP).

Com base na análise efectuada são apresentadas as seguintes recomendações:

1. Assegurar uma permanente atenção à necessidade da independência das OSCs e apoiá-las na conquista de um espaço de debate de políticas cada vez mais tolerante e democrático.
2. Apoiar a sociedade civil e as instituições públicas na revisão da legislação de enquadramento das OSCs. A revisão deve contemplar, entre outras, a possibilidade de estabelecer um mecanismo de diálogo entre a Sociedade Civil e o Governo em vários níveis.
3. Reconhecer o direito de decisão e apoiar a sociedade civil na advocacia das suas agendas.
4. Manter um diálogo frequente e sistemático não só com o governo de Moçambique, mas também com a própria sociedade civil e os seus representantes perante o Governo - Assembleias (provinciais e central).
5. Basear a capacitação organizacional em avaliações de necessidade e capacidade, reconhecendo que a capacitação organizacional deve estar de acordo com o tamanho, abrangência e carácter da organização.
6. Facilitar o estabelecimento de parcerias entre as OSCs e as instituições de pesquisa e universidades com o objectivo de aumentar a capacidade analítica e prática de ambas as partes (action research).
7. Apoiar as plataformas e redes a desempenharem cabalmente a sua missão, nomeadamente no que se refere ao seu papel de coordenação e representação das OSCs.
8. Promover formas alternativas de transmissão e partilha de informação e conhecimentos.
9. Promover, em conjunto com representantes da sociedade civil, a organização de uma conferência sobre diversificação de fundos, assegurando o acompanhamento de actividades posteriores.
10. Apoiar a sustentabilidade organizacional das OSCs, tendo em conta experiências existentes de terciarização de funções de gestão financeira e contabilística para pequenas OSCs com base na prestação de serviços.
11. Para ultrapassar a coordenação insuficiente de divergentes abordagens sobre a sociedade civil, recomenda-se o estabelecimento de um mecanismo transversal de coordenação entre doadores.
12. Os mecanismos de apoio às OSCs devem assegurar um outreach descentralizado para as pequenas OSCs a nível provincial e distrital.
13. O apoio às OSCs deve seguir as boas práticas estabelecidas e as recomendações de harmonização e alinhamento expressas em vários estudos.



As OCBs rurais operam numa realidade diferente das zonas urbanas, Província do Niassa, 2009.

1. Introdução

1.1 O estudo de mapeamento contextualizado

O estudo de mapeamento de organizações da sociedade civil (OSC) em Moçambique enquadra-se na política da União Europeia (UE) em geral e visa especificamente a implementação da **Comunicação de Setembro de 2012 sobre o compromisso da UE com a sociedade civil nas relações externas**.⁶ *Embora o apoio às OSCs se tenha iniciado na década 1970, é a partir do ano 2000 com o Acordo de Cotonou⁷ que a UE estabelece uma posição oficial sobre as OSCs como actores políticos fulcrais, cujo envolvimento no diálogo sobre políticas e na preparação, execução, seguimento e controlo de estratégias nacionais é fundamental para dar suporte a um desenvolvimento democrático.*

Na conferência de OECD em Busan em 2011, os participantes adoptaram a Declaração de Parcerias para Cooperação Efectiva em que se reconhece o papel das OSCs:

As organizações da sociedade civil (OSCs) desempenham um papel vital no sentido de possibilitar a reivindicação de direitos, a promoção de abordagens baseadas em direitos, a formulação de políticas e parcerias para o desenvolvimento, e o supervisionamento da sua execução. As OSCs prestam igualmente serviços em áreas que são complementares às dos Estados. Reconhecendo isso, comprometemo-nos a:

- a) Assumir plenamente os nossos compromissos no sentido de garantir que as OSCs exerçam os seus papéis como actores independentes do desenvolvimento, com um foco particular em criar um ambiente propício, consistente com os direitos internacionais acordados e que maximize as contribuições de OSCs para o desenvolvimento; e
- b) Incentivar as OSCs para implementar práticas que fortaleçam a sua responsabilidade e o seu contributo para a eficácia do desenvolvimento, com base nos Princípios de Istambul e no quadro internacional para a Eficácia do Desenvolvimento das OSCs.⁸

6. As raízes da democracia e do desenvolvimento sustentável: o compromisso da Europa com a sociedade civil no domínio das relações externas, Comissão Europeia, 12.09.2012 <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2012:0492:FIN:PT:PDF>

7. http://europa.eu/legislation_summaries/development/african_caribbean_pacific_states/r12101_pt.htm

8. Busan Partnership for Effective Development Co-operation, 2001. <http://www.oecd.org/development/effectiveness/49650173.pdf>

A operacionalização da Comunicação de 2012 inclui a **preparação de roteiros (roadmaps)** a nível nacional, para assegurar um quadro estratégico comum para a UE (delegações e estados membros) e outros parceiros interessados no que respeita ao compromisso com a sociedade civil. O presente estudo de mapeamento alimentou o processo, que decorreu em paralelo, de preparação do roteiro em Moçambique.

O estudo de mapeamento teve lugar no contexto da preparação da formulação do 11º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e da Linha Orçamental para Actores Não Estatais (ANEs) para os anos de 2015 a 2017 em Moçambique. Ambos preconizam a complementaridade entre os diferentes instrumentos e níveis de programação.⁹ Assim, o estudo de mapeamento foca-se nos sectores principais definidos para o 11º FED - boa governação e desenvolvimento rural - onde a sociedade civil poderá desempenhar um papel vital na garantia da responsabilização social, bem como na implementação de programas e projectos.

9. 11th European Development Fund, PP-presentation, EC, n.d. <http://eukonvent.org/wp-content/uploads/2014/10/4.-11th-European-Development-Fund.pdf>

A intenção é que a análise assim como as recomendações apresentadas possam ser úteis não só para a UE e demais parceiros internacionais, mas também para o Governo e para a própria sociedade civil de Moçambique.

O estudo de mapeamento teve o seu arranque imediatamente após a investidura do novo chefe do Estado de Moçambique, em Janeiro de 2015. O estudo é pois enquadrado no novo ambiente político, e neste contexto interessa salientar as palavras promissoras do Chefe do Estado. Efectivamente, no seu discurso de investidura o Presidente enfatizou a importância da sociedade civil, entre outros actores, “na consolidação de uma cultura nacional de diálogo e harmonia”, assim como a importância de uma “defesa vigorosa dos direitos humanos” e da “construção de uma sociedade de inclusão”. Alertou para a necessidade de reduzir as assimetrias regionais e promover uma governação participativa. Expressou igualmente o desiderato que “as instituições estatais e públicas sejam o espelho da integridade e da transparência”.¹⁰

10. Discurso Oficial. Cerimónia de Investidura. Presidente da República de Moçambique, 15.01.2015.

Contudo, no dia 3 de Março, foi lançada uma sombra muito escura sobre o ambiente político moçambicano quando o Constitucionista Gilles Cistac, Professor da Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, foi brutalmente assassinado à luz do dia, numa das principais avenidas de Maputo. Os motivos por trás deste assassinato não estão ainda esclarecidos pelo que as investigações continuam. Muitos analistas interpretaram o sucedido como um atentado à liberdade de expressão, reduzindo o espaço para um diálogo aberto sobre a interpretação consititucional em Moçambique. A sociedade civil reagiu prontamente condenando o assassinato e exigindo o respeito das liberdades fundamentais e um sistema de justiça funcional.

Os tiros não matam a liberdade

A morte bárbara do Professor Gilles Cistac não pode ficar no silêncio.

Vamos marchar para mostrar a nossa indignação e exigir justiça!



Manifestações da sociedade civil em Maputo,
Março de 2015.

1.2 Objectivos do estudo de mapeamento

O objectivo geral do estudo de mapeamento é dotar a UE e todas as partes interessadas de uma visão abrangente do estado das OSCs em Moçambique, incluindo a identificação das necessidades das OSCs para melhor poder actuar nas mais relevante políticas públicas. O estudo também dará recomendações para as prioridades a serem incluídas no Roteiro da UE para um compromisso com a sociedade civil, melhorando assim a estratégia de apoio às OSCs na programação actual.¹¹

Os objectivos específicos são:

1. Analisar o estado global da situação da sociedade civil em Moçambique particularmente em relação à estrutura, grau de independência, ambiente, capacidade, engajamento e sustentabilidade das organizações da sociedade civil no país.
2. Identificar as lacunas existentes, as necessidades fundamentais e também as oportunidades das OSCs se envolverem no diálogo político, influenciarem o processo de tomada de decisão do governo, monitorizarem a implementação dos compromissos de estado (especialmente no que respeita ao orçamento público), garantirem a transparência, a responsabilização e o desempenho cabal das suas acções de advocacia.
3. Fornecer recomendações específicas sobre a forma de responder melhor às necessidades identificadas, ao sugerir prioridades para intervenções e programas existentes, quer da UE quer de outros doadores, de apoio à sociedade civil.

11. Mapping Study of Civil Society Organizations in Mozambique, specific Term of Reference, FWC Beneficiaries 2013 – Lot 7: Governance and Home affairs, EuropeAid/132633/C/SERE/multi; own translation.

Os três objectivos específicos ligam-se directamente com os resultados esperados e perspectivam uma gradual acumulação de conhecimento sobre o qual as recomendações serão baseadas. As recomendações vão ao encontro da estratégia e das prioridades da UE e de outros doadores envolvidos. Reflectem igualmente as prioridades da própria sociedade civil no sentido de garantir eficácia na operacionalização e na apropriação dos métodos e resultados.



Membros de Associações de Camponeses viajam longas distâncias para assistir reuniões, Niassa Province.

1.3 Âmbito do estudo de mapeamento

camente uma análise do contexto em que as organizações da sociedade civil actuam. É importante sublinhar que não é a elaboração de um directório de organizações existentes, mas um estudo dos actores-chave e suas relações, dinâmicas e implicações¹²:



Workshop de verificação com OSCs em Quelimane, Província de Zambézia, Abril de 2015.

res-chave num determinado país (ou sector), a fim de entender melhor a forma como estão envolvidos numa dinâmica relacional que origine processos de desenvolvimento.

- *Com o mapeamento, visa-se a identificação do papel e da posição dos actores num quadro social, institucional e político mais amplo de uma dada sociedade, bem como os seus pontos fortes e fracos, de forma a permitir a análise das suas influências sobre essa mesma sociedade.*
- *Foi concebido como um exercício dinâmico e não simplesmente descritivo, fácil de ler e que permita que a UE e todas as partes interessadas tenham uma identificação precisa dos actores a serem incorporados nas várias fases de um processo de desenvolvimento, de acordo com seus níveis de estruturação e linhas de acção.*

Em termos de âmbito geográfico, o presente estudo de mapeamento abrangeu todas as 10 províncias de Moçambique, tendo tido, no entanto, um maior enfoque em Niassa, Nam-pula, Zambézia, Manica, Sofala e Tete, Províncias onde foram definidos os seis principais corredores de desenvolvimento identificados no Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário 2010 - 2019 (PEDSA) elaborado pelo Ministério da Agricultura.

12. https://webgate.ec.europa.eu/fpfis/mwikis/aidco/images/2/24/GUIDE_CIVIL_SOC_FINAL.pdf Tradução própria.
<http://capacity4dev.ec.europa.eu/t-and-m-series/blog/concept-paper-nr-3-mappings-and-civil-society-assessments>

1.4 Estrutura do relatório

Para além do presente capítulo de Introdução, o relatório conta com seis capítulos. O Capítulo 2 descreve a metodologia aplicada. A coluna vertebral do relatório é o capítulo 3 onde se trata o contexto em que operam as OSCs e se analisa a informação disponível com base no estudo de documentos e na recolha de dados efectuada através de entrevistas, trabalho com grupos focais e workshops. O capítulo 4 apresenta uma análise sectorial triangulando a informação em relação aos sectores chave e às acções adicionais da UE. O capítulo 5 trata da arquitectura do apoio à sociedade civil. Finalmente, o Capítulo 6 apresenta, de uma forma resumida, as principais constatações e as recomendações do estudo. Nos anexos constam a bibliografia, o guião de entrevistas, informação sobre os projectos em curso da sociedade civil com financiamento da UE, informação sobre os mecanismos comuns e programas de financiamento da sociedade civil, uma lista de contactos de OSCs, casos recentes de mudanças legislativas influenciadas pela sociedade civil, e os perfis da sociedade civil provincial.



Workshop de verificação com OSCs em Quelimane, Província de Zambézia, Abril de 2015.



Distrito de Sanga, Província do Niassa, Março de 2015.

2. Metodologia aplicada

2.1 Metodologia

O estudo de mapeamento foca-se principalmente em cinco aspectos interligados, que servem como pontos analíticos de entrada da sociedade civil:

- **O ambiente** em que se enquadra a sociedade civil e as OSCs, compreendendo o contexto histórico, político, económico e social, assim como o quadro legislativo e as respectivas implicações.
- **A estrutura da sociedade civil**, incluindo a tipologia das várias camadas que, no seu conjunto, representam a sociedade civil, assim como a proposta de uma definição flexível e abrangente do que é a sociedade civil no contexto Moçambicano.
- **A capacidade da sociedade civil**, focada na capacidade geral e comum das OSCs se engajarem no diálogo político e no desenvolvimento, mais do que especificamente na sua capacidade individual.
- **A sustentabilidade financeira**, organizacional e política das OSCs, incluindo as oportunidades existentes para o seu reforço.
- **O engajamento**, no que diz respeito à capacidade de utilizar e aproveitar o conhecimento e recursos existentes para definir e realizar estratégias de intervenção e de advocacia.



Assim, a recolha de dados e respectiva validação beneficiaram da combinação de uma abordagem normativa (definição das categorias de OSCs) com uma abordagem prática (identificação e verificação no terreno). A informação disponível foi sujeita a uma triangulação de matérias - as definições, a informação recolhida no terreno – entrevistas, trabalho com grupos focais e workshops - e a consulta a documentos existentes.

Simultaneamente ao presente estudo de mapeamento foram realizados outros estudos sobre a sociedade civil em Moçambique¹³ e a equipa interagiu com os protagonistas desses estudos no sentido de aproveitar sinergias, estabelecer comparações e fazer a confirmação da informação recolhida. Para otimizar o proveito mútuo e assegurar a troca de informação foram tomadas medidas de coordenação em termos de entrevistas conjuntas, partilha de notas, e participação mútua nalguns dos workshops realizados.

13. Um estudo académico sobre a sociedade civil a decorrer entre 2014-16, por iniciativa de IrishAid e em colaboração com as Universidade de Dublin e com a Universidade Católica. A pesquisadora principal acompanhou o nosso trabalho na Província da Zambézia, no mês de Fevereiro de 2015, e houve troca das informações recolhidas. Um estudo da CIVICUS sobre a sociedade civil decorreu também no primeiro semestre de 2015, sob a égide da JOINT. Participaram no workshop de verificação do presente estudo em Maputo, nos finais de Abril de 2015, e a chefe da equipa do estudo de mapeamento participou igualmente na apresentação das constatações do estudo da CIVICUS. Um estudo sobre a sustentabilidade da sociedade civil promovido pela KEPA, Oxfam, Helvetas, Diakonia e Family Health International estava ainda em curso na altura em que o presente estudo terminou. Foram trocadas impressões com a representante da KEPA sobre aspectos comuns dos dois estudos. Um membro da equipa de mapeamento participou no seminário de apresentação dos resultados do estudo que decorreu em Maputo no dia 28 de Maio, e o relatório foi partilhado com a equipa do mapeamento.



MULEIDE - Mulher Lei e Desenvolvimento em prol dos direitos das mulheres.

2.2 Abordagem

O estudo de mapeamento foi realizado com base numa abordagem participativa a todos os níveis, quer com envolvimento directo das partes interessadas e informantes, quer dentro da equipe, com a Delegação da União Europeia e com os principais parceiros internacionais.



Workshop com OSCs em Inhambane, Província de Inhambane, Março de 2015.

A participação foi assegurada através de contactos directos e várias formas de recolha de informação, nomeadamente:

- Entrevistas individuais utilizando guiões e perguntas abertas, o que permitiu explorar novas ideias e assuntos que foram surgindo no decurso das discussões;
- Grupos focais que permitiram aos participantes um diálogo horizontal propício ao desenvolvimento de ideias e opiniões;
- Workshops organizados com ajuda das plataformas provinciais aproveitando as estruturas próprias da sociedade civil; e
- Validação de informação junto dos informadores principais como elemento chave para a segunda fase do trabalho de campo, que incluiu três workshops provinciais e um em Maputo, assim como a auscultação por e-mail das restantes OSCs entrevistadas.

Entrevistas e workshops realizados

Entrevistas realizadas	
OSCs nacionais	72
Plataformas, redes e umbrellas	16
ONGIs e programas	27
Governo de Moçambique	13
Sector privado	7
Departamentos na DUE	6
Agências de Desenvolvimento	17
Outros	3
Nº Total de entrevistas	161 (das quais 11 com grupos focais)
Workshops realizados	
Workshops provinciais para recolha de informação	9 (186 participantes)
Workshops para verificação de constatações e validação de recomendações	4 (98 participantes)
Total número de workshops	13 (284 participantes)

A recolha de informação foi realizada em **duas etapas**:

O **primeiro período** (26 de Janeiro ao 7 de Março de 2015) incluiu trabalho a nível nacional e visitas a todas as províncias, a realização de entrevistas e de nove *workshops*.

Em cada **província** foi feito o esforço de entrevistar OSCs e demais instituições que espelhassem a diversidade da sociedade civil e dos vários actores: plataforma(s) e/ou redes - organizações de governação e de implementação respectivamente; organizações baseadas na fé; representantes dos sindicatos, do sector privado e dos media. A nível provincial e distrital foram igualmente contactadas instituições do governo - o Governo Provincial; a Administração Distrital; Direcções Provinciais de Plano e Finanças (DPPF), ou de Mulher e Acção Social (DPMAS), ou ainda de Agricultura (DPA). Assim, foram realizadas entrevistas individuais com várias OSCs, representantes do governo, ONGIs, plataformas e redes, media e sector privado, num total de cerca de 150 entrevistas. Foram igualmente realizadas discussões com grupos focais compostos de organizações da mesma área de actuação,

com o objectivo de promover o debate e criar sinergias que optimizassem os resultados do trabalho conjunto.

Os **9 workshops** contaram com um total de 186 participantes, foram organizados com ajuda das plataformas provinciais, e onde as condições o permitiram foram utilizadas as instalações dessas plataformas. Um destes workshops foi realizado a nível distrital (Mocuba, Província da Zambézia) e os restantes realizaram-se nas capitais provinciais contando, em todos os casos à excepção de Nampula, com a participação de representantes das organizações distritais.

Workshops provinciais.

Os participantes organizaram-se em grupos e cada grupo tratou um dos 5 temas – Estrutura, Ambiente, Capacidade, Engajamento e Sustentabilidade. Para orientar os debates dos grupos distribuiu-se a cada um as notas em português, no mesmo formato do utilizado como Guião para as entrevistas, esclarecendo que tinham que debater o caso concreto da sua província. Cada grupo trabalhava o tema que foi previamente assinalado com um marcador.

Utilizou-se como estrutura da discussão a FOFA – Forças, Oportunidades, Fraquezas, Ameaças – e cada grupo identificou as Mudanças Mais Significativas durante os últimos 5-10 anos.

Foi fornecido papel gigante aos grupos e os trabalhos de cada grupo foram afixados na parede.

Os representantes de cada grupo expuseram as respectivas conclusões e foi pedido a todos os participantes que comentassem e complementassem o trabalho de cada grupo.

No que respeita ao trabalho a nível nacional, foram igualmente realizadas entrevistas com OSCs, ONGI e Plataformas de OSCs, entidades oficiais e doadores, quer dos Estados Membros (EMs) quer de outras agências de desenvolvimento. A DUE organizou dois encontros com representantes de EM's e outras agências de desenvolvimento e cooperação interessadas no processo do Roteiro (roadmap), onde a equipa apresentou o relatório preliminar (6.2.2015) e as constatações e recomendações preliminares (6.3.2015). Foram igualmente organizados pela DUE encontros da equipa com o GON e num deles (12.03.2015) foram apresentadas as constatações e recomendações preliminares do estudo de mapeamento.

O **segundo período** (13 a 30 de Abril de 2015) serviu para a verificação de constatações preliminares e para a validação de recomendações. Para este efeito foram realizados quatro workshops em províncias seleccionadas com base nas características da respectiva sociedade civil:

- Nampula – província do Norte com alto potencial de desenvolvimento económico, investimentos em mega-projectos e alta densidade populacional. Nampula é historicamente uma província com uma sociedade civil forte e boa interacção entre a sociedade civil e o Governo Provincial;
- Tete – sendo uma província do Centro caracterizada por investimentos no sector da indústria do carvão regista muita actividade da sociedade civil na promoção e defesa dos direitos relacionados com a terra e dos benefícios da exploração de recursos naturais que devem reverter para as comunidades;
- Zambézia – é uma província do Centro com alta densidade populacional e alto potencial de desenvolvimento económico, mas com índices de desenvolvimento e níveis de investimento muito baixos. A Zambézia revela um pendor para a oposição partidária e a sociedade civil desempenha um papel importante no diálogo político com o governo;

- Maputo Cidade – é a sede de muitas OSCs nacionais e caracterizada pela proximidade às instituições governamentais centrais e aos parceiros de apoio ao desenvolvimento.

Para além de workshops foram realizadas uma série de entrevistas adicionais com o objectivo de preencher as lacunas em termos de informação, principalmente no que diz respeito ao sector de desenvolvimento rural e às acções complementares (direitos humanos, serviços sociais e protecção social, formação profissional e cultura).



A educação das raparigas é uma prioridade das OCBs no Distrito de Nicoadala, Província de Zambézia, Março de 2015.

3. Sociedade civil em Moçambique

3.1 O ambiente em que operam as OSCs

3.1.1 Contexto político

Moçambique conquistou a sua independência em 1975. Nos anos que se seguiram à independência e até 1994 o Estado foi governado dentro de um sistema de partido único, onde o Estado era confundido com o partido, a Frelimo. De 1976 até 1992 o país viveu uma guerra civil que opunha a Renamo¹⁴ e o governo. A guerra civil terminou após a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) em Roma, na Itália a 04 de Outubro de 1992. Em 1990 a Assembleia mono-partidária aprovou a primeira Constituição Multipartidária do país. Em 1994 foram realizadas as primeiras eleições multipartidárias que desde então acontecem regularmente de cinco em cinco anos. Desde 1992 até 2011, passaram-se duas décadas de uma relativa estabilidade política interrompidas entre Abril de 2013 a Setembro de 2014 para um novo conflito político-militar com epicentro na zona centro do país, particularmente em Sofala, entre as forças residuais da Renamo e o Governo.

Em Outubro de 2013 a sociedade civil organizou uma grande marcha popular de apelo ao fim do conflito político militar e contra os raptos nas cidades de Maputo e Matola. Seguiram-se outras iniciativas envolvendo sociedade civil, o sector privado, académicos e outros sectores da sociedade moçambicana. No contexto dessas iniciativas a sociedade civil promoveu debates e estabeleceu encontros com alguns dos principais intervenientes do conflito. Uma das principais exigências da sociedade civil era a realização de um encontro entre o Presidente da República e o líder da Renamo para se por termo ao conflito. Simultaneamente, vinha sendo realizado no Centro de Conferências Joaquim Chissano, em Maputo, o Diálogo Político entre a Renamo e o Governo onde as principais causas do conflito estavam a ser discutidas. Em 5 de Setembro de 2014 foi assinado pelo Presidente da República, Armando Guebuza, e pelo Presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, o acordo que pôs fim às hostilidades.

14. Resistência Nacional de Moçambique – partido da oposição.

Em Outubro de 2014 foram realizadas as quintas eleições gerais ganhas pela Frelimo e o seu candidato presidencial Filipe Nyusi. A sociedade civil esteve activamente engajada em todo o processo eleitoral. Diferentes mecanismos foram estabelecidos para assegurar uma participação sólida. O Observatório Eleitoral, uma organização especializada em processos eleitorais, para além da observação também trabalhou no apuramento paralelo dos resultados eleitorais. A Liga dos Direitos Humanos, o Parlamento Juvenil, e a Ordem dos Advogados - que se juntou à sociedade civil na observação eleitoral, também tiveram um papel importante no processo de observação. O CIP foi fundamental na divulgação de informação sobre o que estava a acontecer em várias partes do país através da sua plataforma de lista de emails. Várias situações de violência durante a campanha e depois, os casos de violação de direitos humanos relacionados com detenções ilegais de apoiantes da oposição pela polícia¹⁵, e vários ilícitos eleitorais foram denunciados pela sociedade civil.

15. Vide o relatório final da Missão de Observação Eleitoral da União Europeia. http://eeas.europa.eu/delegations/mozambique/documents/page_content/eueom_mozambique_2014_finalreport_pt.pdf

Os resultados eleitorais foram contestados pela Renamo e pelo Movimento Democrático de Moçambique (MDM), um partido criado em 2008 por antigos membros da Renamo. Na sequência disso o Presidente da Renamo avançou com a intenção de governar as províncias onde considera ter ganho as eleições, uma pretensão que desembocou na elaboração do projecto de lei das autarquias provinciais, que foi submetido à Assembleia da República e chumbado pela bancada maioritária.



Manifestações da sociedade civil em Maputo, Março de 2015.

A trajectória histórica da relação Estado-Partido prevaleceu ao longo dos anos e prevalece após o estabelecimento do sistema democrático, porquanto as manifestações e influência do partido no poder sobre as instituições do Estado persistem como uma importante fonte de discórdia política e de exclusão. A maioria das OSCs declararam que durante os últimos 5 anos o espaço de debate político tornou-se inóspito, o nível de tolerância política¹⁶ e de debate de ideias enfraqueceu. Na sequência desse ambiente, nasce em 2013 um grupo informal (conhecido pela sigla G40) constituído por alguns jovens académicos e caracterizado por um pensamento de desqualificação de opiniões de políticas alternativas, amplificado pelos meios de comunicação social e públicos. O assassinato do Constitucionalista Gilles Cistac, segundo o qual não existia qualquer

16. Durante o processo eleitoral houve registo de aumento do nível de violência e de intolerância política. As forças de segurança foram acusadas de uso desproporcional da força e ter praticado violência contra os cidadãos. No município de Quelimane resultou na morte a tiro de um jovem simpatizante do MDM por um agente da FIR; no município do Gurué na Zambézia, dois cidadãos foram baleados por agentes da polícia; e na província de Gaza, em cinco distritos - Xai-Xai, Chibuto, Bilene, Chókwè e Macia - tiveram lugar casos graves de violência entre os simpatizantes do partido Frelimo e os do MDM, quando simpatizantes do partido Frelimo procuravam impedir a realização da campanha eleitoral do MDM para as eleições gerais de Outubro de 2014.

entrevista jurídica-constitucional à criação de autarquias provinciais no dia 3 de Março de 2015, foi associado a intolerância política e à ausência de debate crítico de ideias.

A intervenção das OSCs nos assuntos sobre políticas tem sido confrontada com sérios desafios, conforme escreve o MARP (2010), designadamente no que concerne a barreiras no acesso a informação, intimidações e repressálias, principalmente a nível dos governos locais, e cooperação das lideranças das organizações da sociedade civil. De acordo com o relatório de avaliação do Programa AGIR¹⁷, o carácter de fechamento das autoridades e das instituições públicas em relação as organizações da sociedade civil é, em parte, consequência da transformação de organizações que inicialmente se vocacionavam para a prestação de serviços em organizações que passaram a escrutinar e a exigir prestação de contas aos governos no âmbito da implementação dos programas de desenvolvimento.

17. Holmberg, Annica; Macuane, José & Salimo, Padil (2014), Evaluation of Thematic Results Achieved and Demonstrated with the Programa de Acções para uma Governação Inclusiva e Responsável – AGIR. Final Report. Sida Decentralized Evaluation, 2014:37; Stockholm, September 2014. <http://www.sida.se/publications>

3.1.2 Contexto económico

Em quase uma década o país tem registado índices de crescimento económico estáveis. Os dados indicam que o país cresce a uma média de 7-8% do PIB.¹⁸ Em 2009 foram descobertas importantes reservas de carvão mineral em Tete, e em 2012 foi anunciada a existência de enormes quantidades de gás natural na Bacia do Rovuma na Província de Cabo Delgado. O boom provocado pela descoberta dos recursos naturais colocou Moçambique no caminho do Investimento Directo Estrangeiro (IDE). Antevê-se, pois, um forte crescimento económico nos próximos anos. No entanto, subsistem dúvidas em relação à transparência e boa governação na gestão dos recursos e preocupações sobre os impactos que esses grandes investimentos poderão causar no meio ambiente e nos direitos de propriedade e de exercício de cidadania das comunidades afectadas.

De acordo com estudo da KPMG (2013)¹⁹ o sector da indústria extractiva domina as exportações, com particular ênfase para o alumínio produzido pela MOZAL, carvão mineral (Vale Moçambique e a Rio Tinto) e electricidade. Contudo, a sua contribuição no Produto Interno Bruto (PIB) e emprego continua insignificante conforme escreve Castel-Branco (2008 e 2010)²⁰. A agricultura continua sendo um importante sector para o progresso da economia. Com efeito, em 2012 a agricultura empregava perto de 80.5% da força de trabalho, e a sua contribuição no PIB foi de 31.5%, contra apenas 3.4% do sector da indústria (KPMG 2013).

18. FMI. Country Report No. 13/200, July 2013. Ver: www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2013/cr13200.pdf

19. KPMG. Monitoring African Sovereign Risk. Mozambique Snapshot. 2013 Quater 2. In: www.kpmg.com/Africa/en/KPMG-in-Africa/Documents/2013

20. Castel-Branco, Carlos Nuno (2008), Os Mega Projectos em Moçambique: Que Contributo para a Economia Nacional? Documento apresentado no Fórum da Sociedade Civil sobre Indústria Extractiva que teve lugar em 27 e 28 de Novembro de 2010: www.iese.ac.mz/lib/noticias/Mega_Projetos_ForumTIE.pdf e Castel-Branco, Carlos Nuno (2010) Economia Extractiva Desafios de Industrialização em Moçambique. Cadernos IESE No. 01/2010: www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_01_CNCRB.pdf

As experiências de reassentamentos e perda de terras em Tete, derivadas da exploração de carvão, foram marcadas por conflitos das populações com as empresas e com o governo. As revoltas contra a empresa Vale Moçambique em torno dos reassentamentos em Tete, as fortes preocupações ligadas aos impactos ambientais e sobre a saúde da população na sequência das actividades de exploração de carvão pela Jindal Mozambique Minerals²¹, reflectem sinais de um complexo campo de interesses que colocam em causa o bem-estar das comunidades, bem com a estabilidade social e política. O Centro de Integridade Pública (CIP), o Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), a União Nacional de Camponeses (UNAC), a Organização Rural de Ajuda Mútua (ORAM), a Liga dos Direitos Humanos (LDH), Justiça Ambiental (JA) e o Centro Terra Viva (CTV) são algumas das OSCs que se têm notabilizado no escrutínio dos processos de governação no sector dos recursos naturais e dos megaprojectos de agricultura.

21. A operar na mina de Chirodzi, com exploração de carvão feita a céu aberto.

HIV/SIDA ni MUTIRHI

A n' nawu lowu wutirhiswa ka vatirhi ni vhalhoti va ntirho hinkwavo, kungena xihlawuhlawu, ka n'fumu hambu nika tikomponi nikavanhu kunwe nivhatirhi valomu mintini.

Swayaliswa ku hamba swikambelo swa HIV/SIDA ka vatirhi kumbe vahloti va ntirho na vangawotisiwanga.

N' nawu wauntlanu, siku la wuntlanu ka wheti ya Nyenyenyane (Fevereiro), ka lembu la 2002

Os sindicatos informam os seus membros sobre HIV/SIDA.

A SC e as comunidades afectadas pela indústria de carvão em Tete, pelas plantações de florestas em Niassa, pelos potenciais riscos decorrentes da implementação do Pro-SAVANA e da construção da futura planta de Gás Natural Liquefeito (GNL) em Palma na Província de Cabo Delgado pelas empresas Anadarko e ENI, atribuem ao governo a responsabilidade pelas alegadas violações de direitos humanos²² naquelas áreas. As comunidades entendem que o governo “não está preocupado com eles mas com os negócios”.

As soluções adoptadas em Moatize para os reassentamentos das populações afectadas pela extracção mineira, constituem, para as comunidades, soluções aparentes. O facto de, em algumas situações, se negligenciarem os hábitos e costumes das populações afectadas condiciona a eficácia e a sustentabilidade das soluções adoptadas. A caixa abaixo revela a história de duas comunidades - Cateme e Benga, afectadas pela indústria de carvão em Tete.

22. Importa realçar que em cartas enviadas ao Presidente da República, as Organizações da Sociedade Civil e Movimentos Sociais denunciaram situações de violência policial, incumprimento de promessas feitas às populações pela empresa Vale Moçambique e detenções arbitrárias de líderes comunitários e representantes de associações das comunidades de Cateme por reivindicarem os seus direitos.

Narrativa baseada em factos contados pelas comunidades

No Município de Moatize foi construído, pela Vale Moçambique, o Bairro 25 de Setembro para alojar os reassentados. Em Capanga, que está dentro da área de exploração de carvão mineral da Rio Tinto, vive uma comunidade, composta por um pouco mais de 100 famílias, que ainda está por reassentar. Nas duas comunidades vivem-se situações que contrastam com as suas práticas culturais. As duas comunidades expressam um enorme desapontamento em relação à actuação das empresas e do governo.

Em conversa com um grupo de residentes no bairro dos reassentados da Vale Moçambique, eles começaram por questionar a vida sedentária que passaram a ter num bairro onde não podem ter um pedaço de terra para a prática da agricultura, actividade que representava a base para a sua sobrevivência antes de serem retiradas das suas terras. Uma senhora do grupo, que é médica tradicional, demonstrou o seu descontentamento dizendo o seguinte:

“O governo não se preocupa com o seu povo porque está alinhado com as empresas que vieram tirar carvão lá de onde nós vivíamos e fazíamos as nossas machambas, tínhamos os nossos negócios e não dependíamos de mercados para viver. Quando o governo veio para falar connosco disse que nós não tínhamos nada mais a fazer ali e que deveríamos abandonar a terra para as empresas começarem a tirar carvão.”

No encontro com as comunidades residentes em Capanga, que aguardam pelo seu reassentamento desde 2008, foi referido que viram uma parte da comunidade ser reassentada em Mualadzi e outra em reassentamentos urbanos na vila de Moatize. As populações que ficaram por reassentar receberam a promessa de que seriam reassentados com alguma brevidade, no entanto isso não aconteceu e, simultaneamente, foram impedidos de praticar qualquer actividade na área. Alguns dos reassentados voltaram novamente a instalar-se em Capanga. Durante o encontro com parte do grupo da população que está por assentar foi dito:

“As pessoas estão a voltar porque as condições que esperavam encontrar não estão criadas. Os homens que são polígamos chegados lá receberam apenas uma casa quando antes deles saírem daqui cada esposa vivia na sua casa. Juntar duas famílias na mesma casa isso não tem nada a ver com a nossa tradição. Há também pessoas que continuam nos bairros de reassentamentos mas estão quase sempre aqui porque eles têm os seus antepassados ainda enterrados aqui e precisam de os visitar”.

A sociedade civil está envolvida e muito bem articulada com as comunidades afectadas, e estabelece um vínculo de ligação com o governo e com as empresas. Este processo levou tempo, e conheceu também importantes desafios, incluindo ameaças. Alguns membros de organizações da sociedade civil activos na defesa dos direitos das pessoas afectadas acabaram do lado das empresas. No entanto, outros se mantiveram firmes na defesa dos interesses e dos direitos das comunidades. Foi na sequência desse esforço conjugado entre organizações da sociedade civil e comunidades, e a respectiva pressão social sobre as empresas e o governo, que foi aprovado o Regulamento dos Reassentamentos. Na sequência dessa legislação, em Tete, por exemplo, foi criada a comissão provincial para os reassentamentos que é constituída por representantes dos sectores chave do governo provincial e um representante da sociedade civil. Foram também criadas comissões de trabalho envolvendo comunidades, representantes das empresas, organizações da sociedade civil e o governo para discutir aspectos práticos dos direitos e benefícios das comunidades.

3.1.3 Contexto social

A despeito do crescimento que o país regista, paradoxalmente os índices de pobreza não têm melhorado. O relatório do PNUD de 2014²³, mostra que o país subiu do 30 lugar entre os mais pobres do mundo em 2013 para o 100 lugar, ou seja, posição 178 de 187 países. Embora tenha havido ligeira melhoria no índice, o relatório salienta que houve prevalência de pobreza e fraca capacidade de resiliência. Em 2010, o Instituto Nacional de Estatística (INE), organismo oficial de produção estatística no país, indicou que cerca de 54,7% da população era pobre.²⁴ Este dado comparado com os resultados sobre pobreza publicados pelo mesmo organismo em 2002/2003 que refere que 54% de população vivia abaixo da linha de pobreza, revela que houve uma estagnação da situação de pobreza no país.

Perto de 50,4% da população moçambicana é analfabeta. A maior percentagem da população analfabeta está localizada nas províncias do Norte de Moçambique e na Zambézia onde a percentagem é de mais de 60%. A Província de Cabo Delgado tem a maior percentagem da população analfabeta - 66,6% seguindo-se a Zambézia e Nampula com 62,5% e 62,3% respectivamente.²⁵ Um estudo recente da USAID²⁶ revela que mais de 60% das crianças matriculadas na terceira classe não reconhecem letras e, por conseguinte, não sabem ler. A maior parte das crianças terminam a 4a classe sem saber ler e escrever. Se a leitura constitui uma base fundamental do processo de construção do conhecimento, então é compreensível a forte preocupação que a sociedade tem vindo a expressar em torno do problema de qualidade de educação.

23. Relatório do Desenvolvimento Humano 2014. Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência. PNUD, Washington, 2014: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf.

24. Inquérito ao Orçamento Familiar – IOF 2008/2009. INE, Maputo, 2010.

25. Dados do Censo Populacional de 2007 realizados pelo Instituto Nacional de Estatística, www.ine.gov.mz

26. USAID: Impact Evaluation for the USAID / Aprender A Ler Project in Mozambique. Baseline Report. Revised June 13, 2013.

As organizações da sociedade civil têm uma plataforma de diálogo com o sector de educação - Movimento de Educação para Todos (MEPT), que trabalha em estreita colaboração com o Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano. A capacidade das organizações da sociedade civil de influenciar melhorias na qualidade de ensino é limitada e existe necessidade de se fortalecer de modo a que a sua advocacia a nível do sector possa envolver áreas ainda pouco exploradas, nomeadamente a da qualidade de ensino. Até 1984 o país tinha apenas uma única instituição de ensino superior, e em 2004 o número cresceu para um total de 17, e oito anos mais tarde, em 2012, o número de instituições superiores cresceu em 271%, tendo passado para um total de 46.²⁷ Todas as províncias do país têm pelo menos uma instituição de ensino superior. Apesar do esforço de massificação do ensino superior a qualidade do ensino continua a constituir um desafio. O MEPT tem uma privilegiada integração nos mecanismos de diálogo do sector de educação. As organizações que integram o MEPT de forma singular também levam a cabo actividades e projectos específicos no sector de educação, com ênfase para a monitoria da

27. Dados Estatísticos Sobre o Ensino Superior em Moçambique em 2012, MINED, Abril de 2014.

qualidade de serviços e da gestão dos fundos de Apoio Directo às Escolas (ADE). Embora se reconheça o papel das organizações da sociedade civil no trabalho que realizam com o sector, é igualmente verdade que o seu envolvimento não tem tido influência suficiente na melhoria da qualidade de ensino. Um relatório da IBIS Moçambique²⁸ indica haver fragilidades nas ligações verticais entre as organizações que trabalham na base e as de âmbito nacional, pelo que evidências derivadas das experiências na base não são devidamente integradas na agenda de advocacia de nível nacional.

No respeito aos índices de saúde e nutrição, cerca de 44 % das crianças em Moçambique sofrem de desnutrição crónica ou têm baixa altura para a idade.²⁹ 50% das mulheres que são atendidas nas consultas pré-natais apresen-

28. IBIS Moçambique, Relatório Annual de Actividades da IBIS Moçambique 2012: http://ibismozambique.org/sites/default/files/PDF%20global/Mozambique%20PDF/relatorio_anual_de_actividades_da_ibis_mocambique_2012.pdf

29. A baixa estatura para a idade ocorre no período entre a concepção e os dois anos e não pode ser recuperada depois desse período. Esta falha precoce de crescimento aumenta a mortalidade na primeira infância e diminui a função cognitiva dos que sobrevivem. Em 2004, foram estimadas perdas da produtividade da ordem dos USD 110 milhões / ano decorrentes da prevalência do problema.

tam doenças sexualmente transmissíveis, sendo que metade destas mulheres engravidam ainda crianças. Da mesma forma, a malária e os parasitas gastrointestinais afectam metade da população.

O HIV ainda continua a ser uma importante ameaça ao desenvolvimento. Os dados existentes sobre o HIV³⁰ indicam uma taxa de prevalência de 11,5% entre homens e mulheres de 15 a 49 anos. Os níveis mais baixos são registados na região Norte (9%), enquanto nas regiões Centro (18%) e Sul (21%) há uma tendência de aumento.

30. MISAU, INS e INE (2010), INSIDA - Inquérito Nacional de Prevalência, Riscos Comportamentais e Informação sobre HIV e SIDA em Moçambique 2009.

Grande parte das OSCs, sobretudo as pequenas organizações a nível local, trabalham no sector de saúde com enfoque para assuntos de HIV/SIDA. Em 2001 foi fundada a Rede de ONGs Internacionais de saúde e HIV em Moçambique (NAIMA+) que trabalha de forma articulada com o governo e a sociedade civil no sector de saúde. As acções das ONGs membros da NAIMA+ são implementadas em parceria com organizações da sociedade civil moçambicana. Muitas organizações da sociedade civil no sector da saúde estão envolvidas no espírito de ajudar os desfavorecidos, entretanto, poucas estão empenhadas no diálogo sobre os problemas do sector com as autoridades do governo ou a desenvolver uma consciência colectiva em torno do direito à saúde. A N'weti é uma dessas poucas organizações da sociedade civil que trabalha em comunicação para saúde, promoção de conhecimento sobre saúde reprodutiva e direitos.

3.1.4 O contexto legal das OSCs

As OSCs em Moçambique funcionam dentro de um quadro legal aprovado em 1991, pela Lei 8/91, de 18 de Julho, que estabelece o processo de reconhecimento e registo, e os princípios, direitos e deveres que regem as associações. A miríade de organizações da sociedade civil que surgiu durante as últimas duas décadas é bastante diferenciada tanto na forma, como no tipo e natureza de intervenções que realizam. A Lei 8/91 considera todas as formas ou tipos de OSCs de maneira indistinta, chamando-as apenas associações. A maioria das organizações consideram que o processo de registo de associações não é complexo. No entanto, nem sempre é um processo rápido. Em muitos casos é a ineficácia no funcionamento de alguns serviços que acaba por ter influência no processo de registo, nomeadamente o registo criminal e serviços de emissão de bilhetes de identidade que são problemáticos devido á demora em obter os documentos. O registo das associações é feito pelo Ministério da Justiça.³¹ Em termos de estrutura de organização, as OSCs devem comportar uma assembleia geral, um conselho fiscal, e uma direcção executiva. Estes órgãos correspondem aos mecanismos de governação e revestem-se do poder de garantir o equilíbrio de forças dentro da organização.

No campo da sua actuação a Lei considera as associações como actores de prestação de serviços que devem actuar em cooperação com a Administração Pública. Esta perspectiva confunde o papel das organizações da sociedade civil com o do governo e a interpretação que muitas vezes é feita pelas autoridades governamentais a nível local, sobretudo nos distritos, é que as organizações devem actuar em concordância com o governo e prestar-lhe contas. Apesar de não ser muito claro o estágio em que se encontra o processo, está em curso um debate entre as OSCs que tem em vista a elaboração e depósito junto da Assembleia da República de uma proposta

31. Para efeito de registo de uma associação, requerem-se no mínimo 10 membros fundadores, cópias de documentos de identidade e do registo criminal, um estatuto da associação, reconhecimento de assinaturas dos membros fundadores nos serviços notariais, pedido de expedição de um certificado negativo do nome da associação, e apresentação de todos os documentos incluindo o certificado negativo do nome junto das autoridades do Ministério da Justiça.

de Lei das organizações da sociedade civil. A 8 de Setembro de 2009 a Assembleia da República aprovou a Lei das Cooperativas 23/2009. O debate em torno da definição da sociedade civil é complexo e certamente que as cooperativas, em certas circunstâncias, tendem a ser incorporadas no grupo de organizações da sociedade civil. A Lei define expressamente as aspirações económicas como a finalidade das cooperativas. Ao contrário do que ocorre com as cooperativas, as OSCs não se confinam apenas à satisfação de aspirações económicas e o seu grupo alvo pode ser muito mais amplo do que unicamente os seus membros.

A actual Lei das Associações, embora não contenha uma proibição explícita, também não dá uma cobertura legal clara a acções no campo de políticas - actividades de advocacia, lobbying, e outras formas de intervenção tais como as novas formas de expressão de interesses, seja por via de redes e/ou plataformas, ou através dos movimentos sociais, como os verificados em 2008 e 2010, em resposta à tentativa de aumento dos preços de transportes semicolectivos (vulgarmente conhecidos por chapa) e do custo de alimentos de primeira necessidade. Nesse contexto de in-

cógnitas, as OSCs actuam no campo da governação recorrendo a interpretações em torno da Constituição da República de Moçambique (CRM) no que tange ao exercício dos direitos fundamentais, conforme expresso no Artigo 48, 51 e 52 do Capítulo II da CRM, e outra legislação avulsa.³² Há também uma preocupação crescente derivada da desconfiança relativa a organizações da sociedade civil dirigidas por membros de partidos políticos, conforme escreve a BTI³³ (2014, 11). Com efeito, há a percepção de que essas organizações poderão defender interesses partidários, e, em consequência, terão uma credibilidade reduzida para a intervenção no campo do diálogo de políticas.

32. O Artigo 48 da CRM, é sobre as liberdades de expressão e informação, e no seu n.o 1 diz o seguinte: “Todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, bem como o direito à informação”. O Artigo 51 estabelece que “Todos os cidadãos têm direito à liberdade de reunião e manifestação nos termos da lei”. E por fim o Artigo 52 refere no seu n.o 1 que “Os cidadãos gozam da liberdade de associação”; o n.o 2 refere que “As organizações sociais e as associações têm direito de prosseguir os seus fins, criar instituições destinadas a alcançar os seus objectivos específicos e possuir património para a realização das suas actividades, nos termos da lei”.

33. Bertelsmann Stiftung’s Transformation Index - é um índice que avalia a transformação para a democracia, economia de Mercado e qualidade de gestão política.

Em 2014 foi aprovada pela Assembleia da República a Lei do Direito a Informação. Esta Lei resultou da iniciativa da sociedade civil. O projecto de Lei foi submetido à Assembleia da República em 2005 e durante quase 9 anos o seu debate foi regularmente protelado pelos parlamentares. No entanto, nos últimos três anos, a sociedade civil fez uma enorme pressão através de actividades de lobbying e advocacia tendo em vista a aprovação da proposta de Lei pelo parlamento. Esta Lei coloca fortes expectativas na melhoria do ambiente e das relações entre as organizações da sociedade civil e as instituições do governo. Com efeito, o projecto de lei preconiza a alteração do tratamento sigiloso da informação por parte das instituições públicas, com o objectivo de facilitar o acesso dos cidadãos a essa informação. Espera-se que as organizações e os cidadãos em geral encontrem o ambiente propício para acederem à informação e respectivas fontes, tornando assim possível o melhoramento do exercício de cidadania. Evidentemente que a existência desta Lei não garante, por si só, uma mudança no sentido da facilitação da informação por parte das entidades públicas. Nesse sentido, a sociedade civil vai precisar de trabalhar arduamente para que as instituições entendam, se revejam e cumpram efectivamente a Lei.

3.2 Estrutura da sociedade civil

Em Moçambique, as OSCs são registadas no Ministério de Justiça, mas este órgão não possui um directório que forneça uma base suficientemente sólida do universo de OSCs em Moçambique³⁴. Desde 1990, com a aprovação da Lei das Associações, o número de OSCs não parou de crescer. O Censo de Instituições Sem Fins Lucrativos (CINSFLU) realizado em 2004 pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), concluiu que, naquela altura, o país possuía um total de 4.853 associações formalmente reconhecidas. Uma década depois o universo de OSCs cresceu significativamente, em consequência de políticas, tanto governamentais como de parceiros de desenvolvimento, que encorajam a organização em associações como uma via para o acesso a oportunidades de assistência e financiamento de diversos tipos. Tendo em conta também que as organizações de base comunitária podem ser registadas unicamente a nível local o número de OSCs que constam das estatísticas oficiais está muito aquém da realidade. A sociedade civil constitui o conjunto de actores chave da sociedade em geral em constante interacção com os demais actores: o sector público (Estado) e o sector privado.

34. De referir que há muitas OSCs a operar que não estão formalmente registadas.



UCA Lichinga, Província do Niassa , 2009.

3.2.1 Definição da sociedade civil

A questão de definição da sociedade civil Moçambicana foi colocada nas entrevistas com as OSCs em todas as províncias e provocou muita discussão, sempre com a pretensão de entender e definir a sociedade civil no contexto actual de Moçambique. O contexto pós-eleitoral exacerbou a politização das diferentes arenas de interacção social, a nível económico e político, e o ambiente geral é caracterizado pela ameaça de um conflito armado latente. Há uma inquietação constante no seio da população e na sociedade civil e a percepção geral encontrada é que “a sociedade civil é sempre a oposição” – não em termos de política partidária, mas sim em relação ao seu papel de vigilante em relação à actuação do Estado na defesa dos direitos do cidadão.

“É preciso clarificar quem são as organizações que constituem a sociedade civil. As OSCs são grupos de cidadãos que se juntam e defendem um interesse – até pode ser o interesse do criminoso”.³⁵

No workshop com as OSCs na Província de Manica levantou-se a questão da tipologia de OSCs que deveriam participar. Mais concretamente, as associações comerciais queriam deixar a sala, uma vez que questionavam a validade da sua própria presença, uma vez que, por definição, as OSCs não devem ter fins lucrativos. Concordou-se que deveriam participar devido aos seus objectivos de influenciar políticas públicas.³⁶

35. Workshop com OSCs em Pemba, Província de Cabo Delgado, Fevereiro de 2015. Entre os participantes do workshop, as opiniões divergiram sobre a inclusão ou não de associações que defendem os direitos de criminosos. Alguns participantes achavam mal a inclusão destas associações, e outros entendiam que, com base nos direitos humanos, qualquer cidadão tem o direito de ser defendido.

36. Workshop com OSCs em Chimoio, Província de Manica, Fevereiro de 2015.

Existem várias definições da sociedade civil avançadas por instituições internacionais (vide a caixa de texto em baixo)³⁷ que permitem diferenciar a sociedade civil de outras formas de organização e/ou de actores. As várias definições trazem elementos que ajudam a entender a diversidade e a dinâmica da sociedade civil em Moçambique. Uma das definições mais utilizada globalmente é a da CIVICUS que define a sociedade civil como “a arena fora da família, do Estado e do mercado, que é criada por ações individuais e coletivas, organizações e instituições para desenvolver interesses comuns.”³⁸ Esta definição foi aplicada em Moçambique no estudo de CIVICUS em 2007³⁹ mas contestada pela sociedade civil por incluir, por exemplo, partidos políticos e organizações com uma filiação partidária actual ou histórica, como é o caso da OJM e OMM.

37. https://www.unglobalcompact.org/howtoparticipate/civil_society

<http://www.oecd.org/dac/peer-reviews/48784967.pdf>
http://eudevdays.eu/sites/default/files/com2012_0492en01.pdf
<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2012:0492:FIN:PT:PDF>

Traduzido e sublinhado pelos consultores.

38. Enabling Environment Index, CIVICUS, 2013.

39. Índice da Sociedade Civil em Moçambique, CIVICUS, 2007.

Figura 1. As definições internacionais da sociedade civil

UN Compact, 2010	OECD/DAC, 2011	EU, 2012
<p>Organizações da sociedade civil (OSC) são <u>entidades não-governamentais e sem fins lucrativos</u> que buscam produzir uma <u>mudança social e ambiental positiva</u>. Incluem grupos de advocacia, bem como as organizações que operam a nível de base. Organizações da sociedade civil podem ser grupos de base “multi-nacional” e de natureza internacional, ou grupos pequenos a nível local. A definição de organizações da sociedade civil usada pelo Pacto Global <u>não inclui o sector privado, academia, organizações de trabalho, ou municípios.</u></p>	<p>OSCs podem ser definidas como incluindo todas as <u>organizações não-mercantis e não-estatais fora da família em que as pessoas se organizam para defender os interesses comuns no domínio público.</u> Cobrem uma ampla gama de organizações que incluem organizações de membros, organizações baseadas em causas e as OSCs prestadores de serviço. Os exemplos dados incluem organizações comunitárias e associações de aldeia, grupos ambientalistas, grupos de direitos das mulheres, associações de agricultores, organizações religiosas, sindicatos, cooperativas, associações profissionais, câmaras de comércio, institutos de pesquisa independentes e os média não-lucrativos.</p>	<p>A UE considera que as OSC incluem todas as estruturas <u>não estatais, sem fins lucrativos, imparciais e não violentas</u> no quadro das quais as pessoas se organizam para prosseguir <u>objetivos e ideais comuns</u>, independentemente de serem políticos, culturais, sociais ou económicos. Funcionando à escala local, nacional, regional ou internacional, incluem organizações urbanas e rurais, formais e informais. A UE atribui importância à <u>diversidade e às especificidades das OSC</u>; dialoga com organizações responsáveis e transparentes que <u>partilham o seu empenho no progresso social e nos valores fundamentais da paz, da liberdade, da igualdade dos direitos e da dignidade humana.</u> Incluem as OSC baseadas na adesão, na defesa de uma causa e na prestação de um serviço, entre as quais as organizações locais, as organizações não-governamentais, as organizações confessionais, as fundações, os centros de investigação, as organizações de defesa da igualdade de género e de defesa dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais (LGBT), as cooperativas, as associações profissionais e comerciais e os meios da comunicação social sem fins lucrativos. <u>Os sindicatos e as organizações patronais (“os parceiros sociais”)</u> constituem uma categoria específica de OSC.</p>

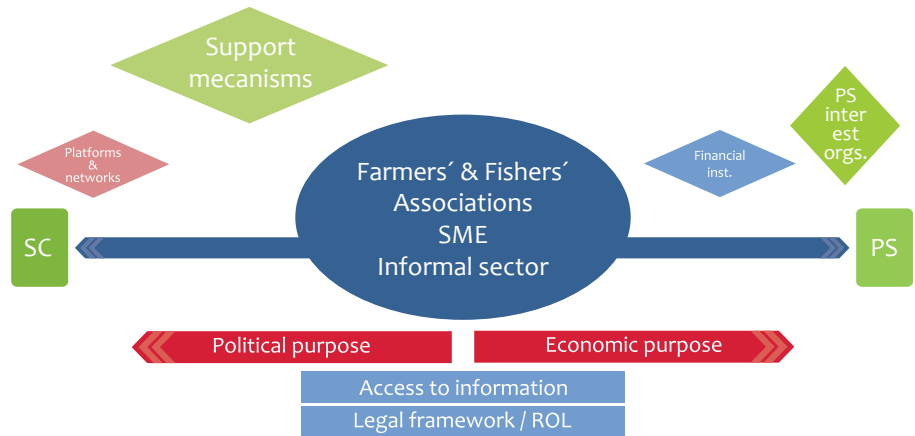
As características comuns destas definições incluem os aspectos tais como:

- i) trabalhar sem fins lucrativos;
- ii) actuar na esfera pública;
- iii) prosseguir interesses ou objectivos comuns;
- iv) defender direitos e causas; e
- v) incluir uma vasta gama de organizações.

Em alguns casos sublinha-se a não inclusão de grupos específicos, por exemplo a academia, e noutros casos chama-se a atenção para a categoria específica de alguns grupos, por exemplo os sindicatos e outros parceiros sociais do mercado laboral, como as ordens ou as associações profissionais.

As dinâmicas da sociedade civil moçambicana revelam flexibilidade, ou fluidez, no que respeita à identidade da sociedade civil. A pertença à sociedade civil tanto pode ser circunstancial e transitória como permanente. A zona cinzenta entre a sociedade civil e o sector privado em que algumas organizações se encontram, ilustra claramente esta fluidez.

Figura 2. A zona cinzenta entre a sociedade civil e o sector privado



A ilustração mostra como algumas organizações (associações de camponeses ou pescadores) e o sector informal (pequenas e médias empresas e associações de vendedores do mercado) se encontram na justaposição entre os dois sectores. Ambos os sectores possuem interesses comuns – manutenção de direitos cívicos, como o acesso à informação e a defesa de um estado de direito e de um quadro legal favorável ao exercício de suas actividades. Quando se trata de sociedade civil, as respectivas actividades têm um carácter político, enquanto o sector privado tem como motivação principal desenvolver actividades económicas lucrativas. Mas as organizações que se encontram no meio-termo – entre a sociedade civil e o sector privado – identificam-se em alguns aspectos com a sociedade civil e noutros aspectos com o sector privado.

De igual forma existem organizações baseadas em interesses profissionais (exemplo: as ordens de advogados, engenheiros, médicos, contabilistas etc.). A razão de ser destas organizações é principalmente a defesa de interesses profissionais (e económicos), mas em algumas circunstâncias agem como sociedade civil, nomeadamente quando transitam para o campo da defesa de direitos mais gerais como os direitos humanos e cívicos.

COMUNICADO DE IMPRENSA

O baleamento mortal, na manhã desta terça-feira, dia 03 de Março, do Professor Doutor Gilles Cistac, Director Adjunto para a Investigação e Extensão da Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane e Advogado inscrito na Ordem dos Advogados de Moçambique vem, mais uma vez, mostrar que a construção do Estado de Direito ainda requer uma atitude mais agressiva do Estado para construir os seus alicerces.

Estamos indignados, revoltados!

A Ordem dos Advogados de Moçambique condena este acto macabro e exige às autoridades competentes que tomem todas as medidas para identificar e responsabilizar os autores de tão vil acto.

A Ordem dos Advogados irá, no âmbito do que entende ser as suas atribuições, acompanhar no que for possível, toda a investigação deste lamentável episódio.

Apesar de não serem conhecidas ainda as motivações de tal macabro acto, não podemos deixar de salientar que o Professor Gilles Cistac, como Professor universitário e advogado, foi um acérrimo defensor do Estado de Direito e da democracia em Moçambique.

Por uma Ordem Forte, Credível e Coesa

Maputo, 03 de Março de 2015



Por uma Ordem forte, credível e coesa.

Comunicado a imprensa da Ordem dos Advogados, Março de 2015.

Ilustração: Comunicado de Imprensa da Ordem dos Advogados em reacção ao assassinato do Professor Gilles Cistac.

As constatações do presente estudo de mapeamento são idênticas à observação da CIVICUS (2007) – os entrevistados ainda entendem que qualquer organização com filiação partidária, actual ou histórica, não faz parte da sociedade civil. Por isso a questão das ligações partidárias teve um especial interesse nos debates realizados com as OSCs, tendo sido sublinhado que “não se pode confundir as organizações partidárias com a sociedade civil”.

A percepção das OSCs é que a inclusão de organizações partidárias na sociedade civil cria conflitos de interesse, por exemplo em concursos para acesso a fundos de desenvolvimento ao nível distrital, pois é considerado que há uma certa tendência para as organizações partidárias serem favorecidas.⁴⁰

Dando um outro exemplo, numa discussão com OSCs na Província do Niassa⁴¹, em 2014, foi colocada a questão de “quem faz parte da sociedade civil?”. A discussão não teve uma conclusão clara, mas reflecte a dúvida e a complexidade acerca da questão, verificada, como já referido, também nas entrevistas do estudo de mapeamento. A dúvida reside principalmente em relação às organizações de massa (OMM, OJM), assim como aos sindicatos (OTM-CS, mas também CONSILMO) que historicamente têm uma relação com o partido no poder. De um modo geral, a opinião expressa é que em alguns casos pode haver interesses comuns destas organizações com a sociedade civil, mas a forte influência de interesses partidários questiona a sua inclusão directa como OSCs.

A afinidade partidária é vista como um problema pelos participantes no workshop de Niassa. A discussão sobre o **envolvimento de figuras políticas** revelou uma opinião forte contra a participação de personalidades partidárias na sociedade civil, pois entende-se que essa participação vai transformar a mensagem. Contudo, reconhece-se a necessidade de fazer alianças estratégicas com figuras políticas como parte importante das actividades de lobby e advocacia.⁴²

40. Workshop com OSCs em Beira, Província de Sofala, Fevereiro de 2015.

41. Interrogating Civil Society: A View from Mozambique, by Tanja Kleibl et.al, Development Studies Association of Ireland, 19.08.2014.

42. Workshop com OSCs em Lichinga, Província do Niassa, Fevereiro de 2015.

Contudo, no caso de Moçambique, não interessa necessariamente ter uma definição definitiva, mas sim uma percepção do papel e das características dos elementos da sociedade civil, tanto em relação aos demais actores da sociedade como na relação entre si. Com uma definição da sociedade civil no contexto moçambicano, não se pretende incluir ou excluir determinados grupos, mas sim reconhecer a diversidade e papéis exercidos pelos diferentes elementos que, na sua globalidade, constituem a sociedade civil. Noutras palavras, a sociedade civil deve ser entendida na sua complexidade, incluindo as suas contradições⁴³, e interessa identificar quais as alianças necessárias para a sociedade civil poder cumprir um papel influente e eficaz no diálogo político e no desenvolvimento social e económico do país. Neste contexto, é importante ter em atenção a emergência de novas formas organizativas para poder entender a dinâmica inerente à sociedade civil.

43. Interrogating Civil Society: A View from Mozambique, by Tanja Kleibl et.al, Development Studies Association of Ireland, 19.08.2014.

Em 2011, um grupo representativo das ONGs e da sociedade civil reuniu-se num hotel de luxo em Maputo para um dos seus workshops regulares sobre “a visão da sociedade civil para uma cidadania reforçada”. Por volta do meio-dia os delegados puderam ver, das janelas do seu salão de conferências climatizado, que um grupo de pessoas humildes se manifestava na rua com cartazes de fabrico próprio feitos laboriosamente à mão. Eram os ex-combatentes com as suas famílias a protestar contra o não pagamento das pensões que lhes foram prometidas. A polícia rapidamente dispersou os manifestantes e a situação voltou ao normal. Enquanto os representantes da sociedade civil “verdadeira” foram almoçar no hotel, os da sociedade civil “real” ficaram nas ruas a vaguear ou recolheram a casa com fome e sede. A nossa questão aqui não é fazer uma crítica moralista, mas tão somente mostrar a separação total e o desinteresse mútuo entre as duas partes da sociedade civil. Nenhum dos participantes no workshop do hotel de luxo pensou sequer em ir para a rua e descobrir o que estava a acontecer, quanto mais em oferecer solidariedade.⁴⁴

44. Ibid.

No subcapítulo seguinte é apresentada uma tipologia da sociedade civil de Moçambique com o objectivo de identificar os vários tipos de organizações, as suas características e estratégias de intervenção no sentido de induzir mudanças.



União de trabalhadores em Quelimane, Província de Zambézia, Março de 2015.

3.2.2 Tipologia da sociedade civil



Workshop com OSCs em Inhambane, Província de Inhambane, Março de 2015.

A sociedade civil moçambicana inclui várias camadas interligadas com papéis distintos e complementares. Existe uma grande variedade de formas organizativas desde a chamada “elite” das organizações – as organizações

de pesquisa e advocacia (OPA), até aos movimentos – muitas vezes espontâneos e sem estrutura organizacional estabelecida. Entre estes dois extremos encontram-se várias camadas intermediárias com características específicas; cada uma com a sua razão de ser e papel mas contribuindo todas para o que se entende como sociedade civil. A ligação entre as várias camadas não é uma hierarquia, nem é necessariamente estática, uma vez que as organizações podem desenvolver ou alterar as suas características e transitar futuramente para uma outra camada. Este tipo de transformação pode ser causado pelos factores externos (ambiente político) ou internos (incremento de capacidade, alteração de enfoque). Os movimentos representam um bom exemplo desta flexibilidade, pois há vários tipos de organizações que só fazem parte dos movimentos temporariamente. Portanto, os vários tipos de organizações são complementares e às vezes com parte das funções coincidentes.

São identificados os seguintes tipos de organizações – complementares, interligadas e às vezes sobrepostas:

Organizações de Pesquisa e Advocacia (OPA)⁴⁵.

Moçambique dispõe, durante os últimos 10-15 anos, de um grupo de organizações que representam a chamada “elite” pelo facto de terem conquistado um espaço de diálogo baseado em estudos e produção de evidências. São organizações com fortes raízes na academia e com uma legitimidade ganha pela credibilidade e solidez do seu trabalho (think tanks). São sedeadas na capital do país, mas em alguns casos com satélites ou filiadas a nível provincial. Os assuntos de pesquisa e produção de evidências dependem da ordem política, mas focam-se muitas vezes em questões que estão na ordem do dia, tais como a indústria extractiva, os projectos de mineração, a corrupção, a pobreza e a protecção social, entre muitos outros temas.⁴⁶

Algumas OPAs têm ligações verticais com OSCs a nível provincial. Por exemplo, o Centro de Integridade Pública (CIP), no âmbito do rastreio da despesa pública ou monitoria do orçamento, possui uma rede de OSCs provinciais que apoiam a organização dos estudos

45. Em inglês: Research and Advocacy Organizations (RAO).

46. http://www.iese.ac.mz/?_target_=home
<http://www.cip.org.mz/>

e a publicação dos resultados. Efectivamente, o CIP colabora com a Associação Formigas Unidas, Associação Wonelela, Estamos (Organização Comunitária), e o Instituto para o Desenvolvimento da Cidadania e Desenvolvimento Sustentável (Facilidade) na recolha de dados a nível provincial e distrital.⁴⁷ A parceria entre, por um lado a OPA a nível central capaz de digerir e publicar a informação e, por outro lado, as OSCs locais envolvidas na recolha de informação e muitas vezes sofrendo pressões e prejuízos políticos, nem sempre é satisfatória para estas últimas. De facto, enquanto as OPAs entendem a colaboração como uma parceria de igual para igual, as OSCs reclamam que as OPAs centrais ficam com todos os louros e os esforços das OSCs locais são invisíveis para a opinião pública. As OPAs são poucas – não mais de que 10-15 a nível nacional – e, entre outras, destacam-se pelo seu maior peso o CIP, o Grupo Moçambicano de Dívida (GMD), o Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), e o Observatório do Meio Rural (OMR).

47. <http://www.cip.org.mz/article.asp?lang=&sub=publ&docno=161>

Organizações Baseadas no Conhecimento (knowledge based organizations).

Esta categoria de organizações é similar às OPAs. Têm, no entanto, características adicionais pelo facto de combinarem os estudos baseados em evidências com a capacidade técnica e profissional sobre os temas de estudo, mobilização e acção no campo e, por vezes, posteriores acções de advocacia. Podem ser mencionados alguns exemplos deste tipo de organizações, ao nível nacional Centro de Aprendizagem e Capacitação das Organizações da Sociedade Civil (CESC), Centro Terra Viva (CTV), Fórum Mulher, Justiça Ambiental (JÁ!), Kukumbi, Liga dos Direitos Humanos (LDH), LIVANINGO, e Women and Law in Southern África (WLSA). Há igualmente exemplos deste tipo de organizações a nível provincial: entre outras, Akilizetho e Facilidade em Nampula, ESTAMOS no Niasa, e Pressão Nacional de Direitos Humanos (PNDH) em Sofala. Algumas organizações trabalham na prestação de serviços ligando-a com monitoria, pesquisa e advocacia, como é o caso da LDH, PNDH, União Nacional dos Camponeses (UNAC), e a Organização Rural de Ajuda Mútua (ORAM).

Exemplos de ligações verticais – importantes para a advocacia nacional⁴⁸

A UNAC tem representatividade a nível local disponibilizando aos camponeses uma plataforma onde podem expressar e debater os problemas que enfrentam, como por exemplo a usurpação de terras e a violação de direitos humanos. Este aspecto é muito importante e deve ser reforçado. A UNAC consegue influenciar os processos de políticas públicas a nível nacional. Se a União não tivesse presença e raízes a nível local, não teria “ferramentas” e argumentos para lutar em prol dos direitos dos camponeses. Complementarmente, a UNAC trabalha em conjunto com instituições vocacionadas para a pesquisa com o objectivo de poder fundamentar técnica e cientificamente a sua argumentação.

48. Entrevista Grupo Focal sobre terra com UNAC, ORAM e OMR, 23.02.2015.

À semelhança da UNAC, a ORAM trabalha com base numa causa comum – a defesa do direito dos camponeses à terra. Tem representações em todas as províncias e através da sua estrutura central é parte integrante de várias plataformas nacionais. Apoiar os camponeses na formação de associações e funciona como facilitadora para garantir que os seus membros estejam representados nos Conselhos Consultivos aos diversos níveis. As representações provinciais são relativamente independentes e alimentam as actividades de advocacia ao nível nacional com evidência recolhida no terreno.

As Organizações Baseadas na Fé representam uma camada transversal – e controversa – da sociedade civil. Existem organizações ao nível nacional com ligações internacionais (CVM) e ONGIs (CAFOD), as Igrejas de várias congregações e organizações muçulmanas que operam na esfera de desenvolvimento desde o nível nacional até à base. Principalmente a nível da comunidade – seja urbana ou rural – verifica-se uma força muito grande

de mobilização por parte dos grupos e organizações religiosas; um exemplo desta força é a tendência crescente de mobilização de crentes por parte da Igreja Universal do Reino de Deus.

As organizações baseadas na fé desenvolvem principalmente actividades relacionadas com o ensino – primário, secundário e técnico-profissional - e a protecção social, cuidado de pessoas vulneráveis da comunidade, órfãs, viúvas, idosos ou pessoas vivendo com HIV/SIDA. É nesta camada da sociedade civil que se encontra a prática de voluntariado no dia-a-dia, que não deve ser visto como substituição dos serviços do governo, mas sim como um suplemento oferecido por cidadãos responsáveis e empenhados na melhoria do bem-estar da população.

É claro que esta força de mobilização tem um grande potencial para facilitar o sucesso das actividades de desenvolvimento. E é justamente pelos resultados dessas actividades, mais do que por uma intervenção directa no palco político, que as organizações baseadas na fé têm frequentemente boas relações com o governo. No workshop em Mocuba, Província

de Zambézia, participaram várias organizações religiosas que sublinharam a oportunidade que a boa coordenação entre elas e o governo oferece para influenciar e obter resultados. Este tipo de organizações, por intermédio das suas superestruturas, fazem chegar ao nível central as preocupações detectadas no terreno.

Contudo, a religião também pode, em certas circunstâncias, representar uma barreira cultural no desempenho de actividades das OSCs:⁴⁹ Como exemplo, refira-se o trabalho relativo ao HIV/SIDA, no âmbito do qual se enfrentam problemas para introduzir o uso de preservativos, pois a Igreja Católica e outras Igrejas Cristãs não consideram essa prática aceitável. Para além disso, para algumas OSCs certas interpretações das doutrinas da Igreja Católica como do Islão são consideradas conservadoras, eternizando estruturas e tradições paternalistas, que podem não dar suficiente espaço para a participação activa das mulheres e a promoção da igualdade de género.⁵⁰

49. Conclusões do workshop de OSCs em Beira, Província de Sofala, Fevereiro de 2015

50. Entrevistas com OSCs em Beira, Fevereiro de 2015.

O Conselho Cristão de Moçambique é a autoridade que coordena as várias igrejas protestantes que operam por todo o país. Foi fundado em 1948, na sequência do Conselho Mundial das Igrejas Protestantes, e incitou todas as igrejas protestantes a organizarem-se a nível nacional, apesar de na altura (época colonial) a fé católica ser a religião do Estado. O CCM conta com dois departamentos: serviços ecuménicos e actividades de ajuda ao desenvolvimento. Este último subdivide-se numa dezena de coordenações sectoriais (emergência, reabilitação de infra-estruturas, HIV/SIDA, paz e reconciliação, educação, etc.) e é encabeçado por um coordenador geral de programas. As múltiplas actividades de desenvolvimento realizadas pelo Conselho Cristão de Moçambique atestam o seu papel activo a nível nacional, com impactos positivos quer a nível do desenvolvimento do país quer a nível da boa governação.

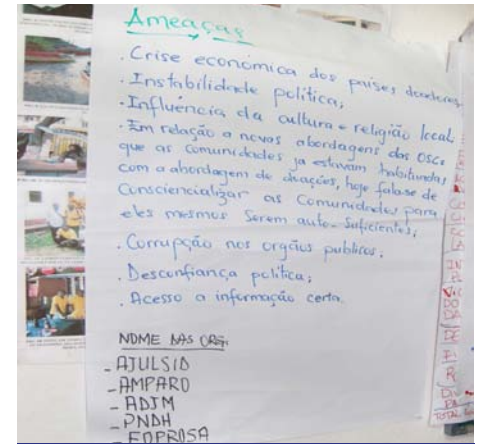
ONGIs que se nacionalizaram moçambicanas e organizações nacionais filiadas em ONGIs.

As ONGIs desempenham um papel importante como parceiras, financiadoras e muitas vezes como intermediárias entre as OSCs nacionais e os doadores (back donors).⁵¹

Verifica-se uma tendência recente de transformação de ONGIs em organizações nacionais. A nacionalização é vista como estratégica em termos de legitimar a actuação e participação no diálogo político, assim como no desenvolvimento dos sectores de agricultura, educação e saúde. É, ao mesmo tempo, uma legitimação em resposta às condições e restrições cada vez mais rigorosas impostas para a operação das ONGIs em Moçambique.⁵² Como exemplos deste fenómeno, podem referir-se, entre outras, a ADPP e Action Aid. Estas organizações podem pertencer simultaneamente a outros tipos de organizações tais como as prestadoras de serviços e/ou organizações baseadas na fé.

De igual modo verifica-se que algumas or-

ganizações nacionais - com registo, sede e funcionários moçambicanos - são membros ou filiadas em organizações internacionais. Esta relação possibilita o estabelecimento de ligações verticais, com acesso à rede profissional e política das organizações mãe, o que lhes permite operar num contexto global e estratégico.



Ameaças identificadas pelas OSCs em Beira, Província de Sofala, Março de 2015.

51. O papel intermediário das ONGIs é discutido no capítulo 5.4.

52. Várias organizações entrevistadas relataram incidentes de não renovação de DIREs, aumento de renda dos escritórios, etc.

Organizações de Defesa de Interesses Comuns.

Nesta categoria incluem-se as ordens profissionais (advogados, engenheiros, médicos), associações de comerciantes, sindicatos e outras organizações do sector privado que operam com base em interesses comuns. Como se disse atrás, estas organizações encontram-se na zona cinzenta entre a sociedade civil e o sector privado. O objectivo é a defesa de interesses profissionais, e frequentemente envolve também aspectos económicos - negociação de salários, condições de operação económica, de comércio, ou de produção. Contudo, estas organizações podem lutar e induzir a produção de legislação e de um quadro institucional do estado de direito – e é nessa justaposição que os seus interesses são comuns aos da sociedade civil. Portanto, as organizações de defesa de interesses comuns podem configurar-se, conforme a causa e as circunstâncias, como importantes parceiros estratégicos ou aliados ocasionais das OSCs. Como exemplo desta possibilidade, refira-se o memorando assinado pelo AGIR e a Ordem dos Advogados, no âmbito do Subprograma de Acesso a Informação, para garantir o apoio da Ordem às OSCs envolvidas em casos que requerem assistência jurídica.

Organizações de Prestação de Serviços.

Representam uma boa parte das OSCs no país e são também uma camada transversal na sociedade civil. Podem actuar em qualquer nível, serem baseadas na fé, em causas, ou compostas por profissionais de um determinado ramo do conhecimento. São activas nos sectores de desenvolvimento e operam principalmente na saúde, educação, ambiente, agricultura e água & saneamento. Muitas destas organizações foram formadas durante os anos 90 com o objectivo de combater o HIV/SIDA e financiadas através do Conselho Nacional de Combate de SIDA (CNCS) e dos seus núcleos provinciais. Actualmente, com a diminuição de oportunidades de financiamento, muitas destas organizações desapareceram, e outras diversificaram as suas actividades para outras áreas, de acordo com oportunidades de financiamento: saúde (nutrição, doenças oportunistas) ou outros assuntos (meio ambiente, agricultura, mudanças climáticas, advocacia, governação, etc.). Este tipo de organizações dependem normalmente do financiamento de projectos e têm dificuldades em obter financiamento para os seus planos estratégicos (core funding), o que aumenta a fragilidade organizacional e dificulta a sustentabilidade.

A PAMODZI⁵³ foi fundada em 2005 como uma fundação, inicialmente baseada na Província do Niassa. Tem uma especialização em abastecimento de água e saneamento, através de mobilização das comunidades e associações que se responsabilizam pela manutenção dos sistemas instalados e pela salubridade. A PAMODZI em Maputo coopera e é financiada pela EU através de WATERAID. Habitualmente a organização subsiste a 100% com fundos alocados a projectos e não tem financiamentos complementares que possam assegurar a sua sustentabilidade pós projecto. O financiamento de projectos pontuais, sem core funding e sem reforço da capacidade de angariação de fundos, cria uma situação de descontinuidade e perda da capacidade instalada assim que a organização termina o projecto. Atendendo a esses motivos, a WATERAID está actualmente a apoiar o PAMODZI também no desenvolvimento do seu plano estratégico.⁵⁴

53. http://eeas.europa.eu/delegations/mozambique/press_corner/all_news/news/2012/20120509_en.htm

54. Entrevista com PAMODZI em Zimpeto 17.02.2015 e com WATERAID em Maputo

As Organizações Comunitárias de Base (OCBs)

Representam a maior parte da sociedade civil no país. São, entre outras, as inúmeras Associações de Camponeses, Comités de Água, Comités de Gestão de Recursos Naturais, Comités de Saúde, Comités de Desenvolvimento que representam as comunidades rurais e urbanas. É em relação a esta camada que a expressão “a sociedade civil é o Povo” se aplica com toda a justificação.⁵⁵ As OCBs são vistas como porta-vozes das comunidades e representam muitas vezes a defesa de interesses comuns perante o Governo, os projectos de desenvolvimento e o sector privado.⁵⁶

“Temos em Tete, organizações muito pequenas, criadas a nível das comunidades, para resolver problemas localmente, como, por exemplo, os grupos de ajuda mútua em caso de doenças, falecimentos ou outros problemas que tenham que ser enfrentados. Existem associações criadas por pessoas ligadas a um tipo específico de actividades, como associações de camponeses, associações de oleiros e outras. Temos também organizações que são fundamentalmente associações que trabalham em defesa de bem-estar de comunidades pobres.”⁵⁷

Entrevistas com associações de camponeses e de educação, com comités de água e gestão de recursos naturais, e com organizações de bairros urbanos revelaram engajamento e um conhecimento impressionante dos direitos das comunidades e dos cidadãos. As OCBs têm muito poucos recursos, difícil acesso à informação e falta de quadros com um nível de escolaridade que lhes permita contextu-

alizar a sua realidade. Contudo, através de intervenções de vários programas de desenvolvimento, muitas vezes levado a cabo pelas OSCs locais, estas OCBs demonstraram uma grande força em termos de vontade de defender os seus direitos, e testaram com sucesso ideias inovadoras para a solução de problemas.

55. Workshop com OSCs, Pemba, Província de Cabo Delgado, Fevereiro de 2015.

56. Workshop com OSCs nas Províncias de Inhambane e Cabo Delgado, Fevereiro de 2015.

57. Workshop com OSCs, Província de Tete, Fevereiro de 2015.



Programa de FAPIM (CARE), Província de Nampula.

Em Tete, a comunidade de oleiros disse que, em 2008, quando as empresas mineadoras começaram a exploração do carvão, não tinha conhecimento sobre os seus direitos à terra. A comunidade desconhecia igualmente que podia obter benefícios decorrentes da exploração dos recursos naturais nas suas áreas e que podia manifestar-se em defesa de seus direitos. Na sequência das actividades de capacitação e do acesso a informação sobre direitos legalmente consagrados, os oleiros passaram a entender o seu papel e as suas prerrogativas como cidadãos. É nesse contexto que durante os últimos 3 anos têm estado a negociar com as empresas e o governo e também a articular com as instituições de justiça a solução para os problemas que sofrem depois de terem sido reassentados.

Em Jangamo, um distrito da província de Inhambane, membros de pequenas organizações de base comunitárias referiram o seu engajamento pelo bem-estar das comunidades. Foi nesse âmbito que, em 2012 e 2013, instaram o governo do distrito a cumprir as suas promessas de abertura de furos de água, para beneficiar as comunidades que antes tinham que percorrer entre 10 a 15 km à procura de água. Apesar do receio de vir a sofrer represálias, têm igualmente denunciado a má qualidade de atendimento à população nas unidades sanitárias bem como os problemas de falta de material e equipamento nas escolas.

Em Miala, no distrito de Sanga, a comunidade reclama que o régulo não tem canalizado os fundos decorrentes da exploração dos recursos naturais. O comité de recursos naturais exigiu ao governo distrital a percentagem de fundos que deveria reverter para a comunidade decorrente da taxa de exploração paga anualmente pela empresa Chikweti para desenvolver projectos florestais.⁵⁸

A nível da comunidade existem várias formas de organização tradicionais. Os grupos religiosos ligados às igrejas e mesquitas são, para muitas pessoas, a organização mais importante fora da família. Mas existem também vários grupos de carácter económico, mais conhecidos por grupos de xitique, que são grupos de poupança e crédito rotativo entre os membros. Estes grupos possuem um potencial muito forte para a mobilização de recursos sociais e económicos a nível da comunidade e representam uma força não explorada na sociedade civil.

O acesso a informação é um elemento importante para o crescimento das OCBs. A extensão da rede de telemóveis e de internet, verificado durante os últimos 3-5 anos, tem contribuído fortemente para um maior e mais fácil acesso à informação desta camada da sociedade civil. O isolamento anteriormente vivido nas comunidades rurais está gradualmente a ser ultrapassado, e as pessoas conseguem comunicar-se apesar das distâncias geográficas e da debilidade das infraestruturas. Hoje em dia encontram-se pessoas em comunidades distantes que solicitam o envio de fotografias por email ou “whatsapp” – algo que há cinco anos parecia um sonho!⁵⁹

58. Várias OSCs realizaram as actividades de consciencialização entre as quais UPCN, AAJC, LDH e JA.

59. Entrevista na comunidade de Miala, Distrito de Sanga, Província do Niassa, Fevereiro de 2015.

Movimentos são por um lado um meio estratégico utilizado pela sociedade civil e por outro lado uma expressão da camada da sociedade civil informal e não estruturada que se encontra no fundo da pirâmide. Movimentos com expressão estratégica são, muitas vezes, iniciativas ad hoc de um determinado conjunto de OSCs e nem sempre têm uma liderança e responsáveis conhecidos. Os movimentos representam acções conjuntas e iniciativas que conglomeram muito mais vontades do que o somatório das OSCs unidas por uma causa comum. As marchas, que ganharam popularidade como expressão da sociedade civil nos últimos quatro anos, representam um bom exemplo deste tipo de acção em que várias OSCs se reúnem para mobilizar a população a participar num evento pontual. São igualmente utilizadas proactivamente para advogar uma causa ou como resposta a uma determinada situação de injustiça que lesa a sociedade em geral. As marchas recentes espelham a diversidade da sociedade civil: Marcha pela Liberdade de Expressão⁶⁰; Marcha contra a Violência Doméstica⁶¹; Mar-

cha pela Estrada Lichinga-Cuamba⁶²; Marcha pelos Elefantes⁶³, entre outras.



Transporte rodoviário, Província do Niassa, Março de 2015.

60. 07.03.2015 <http://www.wlsa.org.mz/marcha-pela-liberdade-de-expressao/>

61. 06.12.2014 <http://www.portugues.rfi.fr/africa/20141206-marcha-em-maputo-contra-violencia-domestica>

62. 24.03.2013 <http://www.jornaldomingo.co.mz/index.php/nacional/857-sociedade-civil-marcha-pela-asfaltagem-da-en13>

63. 04.10.2014 <http://www.voaportugues.com/content/marcha-pelos-elefantes/2471247.html>

Marcha pela Estrada no Niassa. A despeito das promessas de reabilitação feitas, as más condições da estrada EN13, que liga Lichinga a Cuamba, têm sido desde sempre um entrave ao desenvolvimento da província. Esta estrada é a principal via de escoamento da produção agrícola e de transporte de bens para alavancar a economia da província do Niassa. Nos finais de 2012, as OSCs do Niassa tomaram a iniciativa de propor uma Marcha pela Estrada para reivindicar o melhoramento da estrada junto do governo provincial. Face a essa iniciativa, o governo provincial informou que o PESOP de 2013 incluiria verbas para a reabilitação da estrada. Contudo, em Março de 2013 ficou claro que não havia cobertura orçamental para o efeito e a sociedade civil do Niassa organizou mesmo a marcha no dia 9 de Março de 2013. “É uma forma de exigir que se cumpram as promessas, que são feitas há mais de 15 anos, de asfaltar a EN13”, explicou o representante de FONAGNI.⁶⁴

64. <http://www.jornaldomingo.co.mz/index.php/nacional/857-sociedade-civil-marcha-pela-asfaltagem-da-en13> <http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/806819062013154151.html>; entrevistas com OSCs em Lichinga, Fevereiro de 2015.

Contudo, a iniciativa não foi bem vista pelo governo provincial, e as organizações responsáveis pela marcha têm sofrido várias formas de pressão, inclusivé chamadas de atenção e ameaças de expropriação de propriedades.

Os movimentos enquadraram igualmente, as reacções espontâneas ao aumento de preços de transporte e de alimentos básicos, por exemplo em Fevereiro de 2008 e Setembro de 2010.⁶⁵ Estas reacções podem ser interpretadas como “contornos de uma economia moral contemporânea”⁶⁶, mas nem sempre resultam nas mudanças desejadas. Os chamados “Madjermanes” representam um exemplo de uma reacção cívica, já que durante décadas têm reivindicado a devolução do valor de segurança social deduzido nos seus salários na ex-RDA. Contudo, na ausência de reacção dos poderes públicos, as marchas e manifestações têm-se tornado cada vez mais violentas.⁶⁷ Incluímos os movimentos na base da

65. Revoltas da Fome: Protestos Populares em Moçambique (2008-2012), Luis de Brito et.al., Cadernos IESE nº 14P/20015.

66. Ibid.

67. <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/capi->

pirâmide da sociedade civil unicamente por não serem tradicionalmente estruturados como organizações.

Plataformas, Fóruns e Redes Temáticas são estruturas importantes da sociedade civil em Moçambique, vistas como uma mudança significativa nos últimos 5-10 anos pelos participantes no workshop em Beira, Província de Sofala, e pelos entrevistados nas províncias de Tete, Inhambane, Xai-Xai, bem como em Nampula e Lichinga.

A sociedade civil está organizada a partir do nível local – Comitês da Água, da Saúde, Conselhos Consultivos (CC) Locais, até ao nível distrital – CC Distritais que por sua vez se organizam em plataformas provinciais. As plataformas provinciais estão normalmente organizadas por redes temáticas que têm representação em fóruns e observatórios, sendo chamadas a dar o seu contributo nas matérias da sua especialidade. As plataformas provinciais, por intermédio das suas redes temáticas participam igualmente em fóruns nacionais nacionais temáticos. Também há fóruns provinciais temáticos, por exemplo o

[tal/29055-marchas-dos-madjerman-suspensas-temporariamente](http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/capital/29055-marchas-dos-madjerman-suspensas-temporariamente)

FEDUZA – Fórum de Educação da Zambézia – que integra não só as OSCs nacionais e internacionais, mas também o sector privado e as instituições da área temática.

As plataformas representam espaços muitas vezes criados para obter uma estrutura que permita a fácil comunicação entre as OSCs e o Governo ou com os doadores. As plataformas começaram a emergir, a nível nacional e provincial, por volta dos anos 2003-05. Foram criadas no contexto da governação participativa, com o marco importante que constituiu a criação dos Observatórios de Desenvolvimento destinados a monitorar de PARPA⁶⁸. Na altura foi constituído o G20 que representava as OSCs e assegurava uma voz única e operacional da sociedade civil.⁶⁹

68. PARPA – os primeiros planos destinavam-se à redução de pobreza absoluta, mas no actual PAPP apenas se refere a redução de pobreza.

69. G20 foi uma iniciativa da sociedade civil, promovida pelos parceiros de cooperação internacional para garantir um único porta-voz. O G20 tem tido problemas ao longo dos anos em termos de actuar eficazmente em tempo útil. A liderança actual é do CIP, que assumiu a responsabilidade no mês de Abril de 2015, substituindo o GMD que foi criticado por não ser suficientemente crítico e dinâmico. Para mais informação sobre G20 vide o Anexo N.

As plataformas provinciais e distritais são vistas como porta-vozes das OSCs e como responsáveis pela coordenação dos membros na implementação, monitoria e avaliação dos planos do Governo (serviços públicos) e outros actores de desenvolvimento; pelo desenho de estratégias e articulação conjunta; pela pesquisa e recolha de evidências e diálogo político com o Governo; pelo desenvolvimento institucional e capacitação das organizações membro para a angariação de fundos. Devem igualmente servir de elo de ligação com fóruns nacionais e assegurar o estabelecimento de plataformas distritais bem como a prestação de contas ao Governo.⁷⁰

Existem plataformas ou fóruns de OSCs a nível nacional e em todas as províncias, mas algumas destas estruturas sofreram de uma certa ossificação, perderam o dinamismo, e já não são consideradas verdadeiros representantes dos seus membros.

Um problema fundamental que contribui para a ossificação das plataformas ou fóruns é o facto de começarem a actuar como se fossem organizações executoras de projectos fora da sua esfera de actuação. Assim, em vez de ser a coordenadora, a porta-voz e a umbrela que protege o interesse de todos, a plataforma começa a competir com os seus membros. Por exemplo a FOCADÉ em Cabo Delgado passou de secretariado das ONGs a implementadora; o FONGA está actuar como uma organização implementadora de projectos substituindo-se às organizações e plataformas distritais na intervenção em assuntos sectoriais específicos; O FONAGNI está actualmente a implementar projectos no âmbito de acordos com a Concern Universal.⁷¹ Pode igualmente referir-se a plataforma PLASOC, na Província de Manica, que já não funciona bem devido a outro tipo de problemas: falta de definição do papel específico e conflitos internos, falta de envolvimento das OSCs associadas nos meandros da tomada de decisão, etc. Esta situação é lamentada tanto pela sociedade civil como pelo Governo Provincial.⁷²

71. Workshop com OSCs nas Províncias de Gaza, Inhambane, Cabo Delgado e Niassa.

72. Workshop com OSCs em Chimoio, Província de Manica, Fevereiro de 2015.

A questão de funcionamento de plataformas e fóruns foi debatido nos workshops com as OSCs e alguns participantes definiram como indicadores de plataformas activas a nível distrital (e provincial) os seguintes elementos:

- i) ter a capacidade de mapear e conhecer as OCBs,
- ii) ter a capacidade de reunir periodicamente com outros membros;
- iii) ter a capacidade de dinamizar acções contínuas com outras organizações ou redes a actuar no campo.⁷³

Curiosamente estes indicadores enfocam as actividades internas em relação aos membros, mas não incluem o papel das plataformas no diálogo sobre políticas com o governo, algo que em outras circunstâncias é visto como papel fundamental das plataformas.

70. Workshops com OSCs nas Províncias de Nampula e Cabo Delgado, Fevereiro de 2015.

73. Entrevista com FONGA, Província de Gaza, Fevereiro de 2015.

Apesar das fraquezas acima descritas, existe a preocupação, tanto no seio da sociedade civil como por parte das ONGIs e das agências de desenvolvimento, de suprir a necessidade de apoiar as plataformas provinciais e distritais, quer em termos de reestruturação, quer em termos de estabelecimento e consolidação (Gaza, Niassa). Também se verificou que as plataformas distritais com apoio técnico e financeiro e sem uma estrutura pesada, como as que são apoiadas pelo MASC, estão mais fortes e melhor estruturadas para responder às necessidades dos membros e dialogar com o governo (Jangamo e Morumbene). A plataforma PPOSC em Nampula é um outro exemplo de uma plataforma provincial funcional e ágil, que beneficiou de apoio de vários parceiros. A lição aprendida em relação à operacionalidade das plataformas é que as plataformas sem apoio e com estruturas pesadas, hierarquizadas, formalmente institucionalizadas e implementadoras de projectos não conseguem responder às necessidades dos membros nem representá-los perante o governo.

As redes temáticas podem ser vistas como ramificações sectoriais das plataformas provinciais. Durante os últimos cinco anos tem-se verificado uma tendência de estabelecimento de redes temáticas, por exemplo de terra e recursos naturais; saúde; educação, etc. A formação de redes temáticas é vista como uma mudança significativa⁷⁴ que serve para a coordenação, harmonização das acções sectoriais e prestação de contas ao governo.⁷⁵ Em geral é valorizada a coordenação e a possibilidade de troca de experiências oferecidas pelas redes. No Niassa, existe uma rede de organizações apoiadas pelo mesmo programa, que também é vista como um catalizador de sinergias.⁷⁶

De modo geral, pode considerar-se as redes temáticas como um desenvolvimento e não uma atomização das plataformas provinciais. As plataformas operam na área de governação, ou especificamente no diálogo entre a sociedade civil e o Governo, enquanto as

redes oferecem um espaço temático para as organizações de prestação de serviços, que pode igualmente induzir acções de lobbying e advocacia.



Rádio comunitária Chive em Beira, Província de Sofala, Março de 2015.

74. Workshop com OSCs e nas Províncias do Niassa e da Zambézia.

75. Workshop com OSCs em Pemba, Província de Cabo Delgado.

76. Programa ARENA implementado por WeEffect, uma ONGI Sueca.

O modelo de aglomeração da UNICEF.⁷⁷ O modelo de aglomeração (Cluster model) da UNICEF visa abranger o maior número possível de OSCs a operar na área da defesa de direitos da criança. As OSCs são apoiadas para trabalharem em conjunto num fórum, no sentido de desenvolverem acções coordenadas e terem um engajamento reforçado na advocacia e monitoria das políticas do governo com influência directa na vida das crianças. Como resultado desta iniciativa estabeleceu-se o Fórum da Sociedade Civil para a Defesa dos Direitos da Criança (ROSC)⁷⁸ que conta com mais de 150 OSCs a trabalhar a nível nacional. O papel da ROSC é, entre outras tarefas, a capacitação dos membros na área de advocacia e monitoria de procedimentos, regulamentos e políticas, para além da mobilização e coordenação das OSCs no diálogo sobre políticas. A mais-valia desta abordagem é o envolvimento de um maior número de OSCs nas actividades de advocacia sem a necessidade de assinar contratos individuais com cada uma das OSCs membros do fórum.

77. Informação da UNICEF em Maputo, email de 09.02.2015

78. <http://www.rosc.org.mz/>



Associação dos Comerciantes,
Distrito de Mecuburi, Província de Nampula.

As plataformas e redes são estruturas com um potencial forte para facilitar a colaboração entre várias organizações quer no âmbito de boa governação - G20, Observatórios de Desenvolvimento ou Conselhos Consultivos Distritais e outros IPCCs, quer no âmbito sectorial juntando organizações da mesma vocação -ROSC ou as Plataformas Nacionais de Recursos Naturais, Terra, Protecção Social, Teatros Comunitários etc. Há, por parte das OSCs, um forte reconhecimento da necessidade de colaboração, troca de experiências e diversificação o que constitui uma oportunidade de reforço da sociedade civil que deve ser ampliada no futuro.

Exemplos de plataformas e redes nacionais

Plataforma da Sociedade Civil sobre Recursos Naturais e Indústria Extractiva (PSCM) – fórum que integra organizações nacionais e internacionais sem fins lucrativos CIP, IESE, WWF Moçambique, Observatório do Meio Rural, KUWAJA JDA, Associação para Sanidade Ambiental, Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades e a IBIS. As Plataformas provinciais, por intermédio das suas Redes Temáticas, também participam neste fórum. Esta plataforma participa igualmente em Plataformas internacionais, como a “Publish What You Pay/Publicque O Que Paga” uma rede internacional de OSCs com enfoque específico em actividades ligadas a transparência, prestação de contas e boa gestão do sector extractivo⁷⁹.

Plataforma da Sociedade Civil para a Protecção Social (PSC-PS) – estabelecida em 2008 e formalmente registada em 2011, integra 26 membros a nível nacional incluindo membros focais em sete províncias. Tem quatro fóruns temáticos: da mulher, da 3ª idade, das pessoas com deficiência e da criança. Trabalha com várias ONGIs – HelpAge, Handicap Internacional, Save the Children. As actividades de advocacia abrangem questões de subsídios básicos, monitoria orçamental, capacitação de OSCs, campanhas de informação dirigidas ao público através de rádio e televisão, assim como programas de sensibilização para membros do parlamento. A PSC-PS colabora com Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS) e o Instituto Nacional de Acção Social (INAS).

Rede Moçambique de Direitos Humanos, que reúne parceiros de nível nacional, provincial e local, onde se incluem desde a LDH à UNAC, até Organizações Baseadas na Fé, OCBs e um leque muito vasto de outras OSCs. A rede tem representações nas províncias onde conglomeram várias organizações ligadas a defesa dos direitos da criança, da mulher, da terra e dos direitos laborais.

Há muitos outros exemplos de Plataformas e Redes entre os quais o Fórum Mulher, a Rede Criança, o GMD, e a Rede de Organizações para a Soberania Alimentar –ROSA que reúnem vários parceiros nacionais incluindo outros fóruns e redes.

79. <http://www.cip.org.mz/article.asp?lang=&sub=poil&docno=134>

3.3 Capacidade da sociedade civil



Associação Desafio Jovem trabalhando na área de protecção social em Beira, Província de Sofala, Março de 2015.

Neste capítulo faz-se uma análise transversal da capacidade da sociedade civil em relação às questões de legitimidade e credibilidade, capacidade de governação, de alcançar resultados e de se engajar na advocacia. A análise utiliza como enquadramento a tipologia definida no capítulo 3.2.2, assim como um modelo conceptual das capacidades internas e externas abaixo apresentado.⁸⁰

80. O modelo conceptual de capacidades internas e externas é desenvolvido com inspiração do trabalho de capacitação das OSCs realizado pela SDC – Cooperação Suíça de Desenvolvimento; entrevista com SDC, 02.02.2015.

A capacidade organizacional pode ser analisada dentro do quadro conceptual de um triângulo que coloca no centro desta problemática a capacidade da organização. A capacidade de governação interna é uma premissa fundamental para o alcance de resultados consistentes e para poder reforçar ligações que permitam uma acção de advocacia eficaz e capaz de influenciar políticas e práticas de boa governação (capacidade externa):



- A **capacidade de governação** é a capacidade interna de estabelecer mecanismos democráticos de controlo. Os órgãos sociais – Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Direcção Executiva - asseguram, respectivamente, a estratégia, a gestão e o controle das contas da organização e é a estes órgãos que a parte executiva presta contas.

- A **capacidade de alcançar resultados** é uma capacidade interna que se reflecte em acções externas vis-à-vis com os financiadores, assim como com os grupos alvo das acções da organização. Sem esta capacidade de alcançar resultados, a organização não tem justificação de existir.

- A **capacidade de ligação de advocacia** reflecte a capacidade externa em termos de estabelecer contactos e aplicar o conhecimento gerido em acções de advocacia em prol da causa estratégica da organização.

É importante, para além destas categorias de capacidade interna e externa, distinguir entre a **capacitação das organizações** (*capacity development*) que envolve o desenvolvimento ou reforço da estrutura da organização com vista à sua sustentabilidade, e a **capacitação dos recursos humanos** (*capacity building*) que pode resultar igualmente no reforço da organização, mas concorre menos para a sua sustentabilidade, uma vez que representa um investimento em indivíduos e não na estrutura da organização.

3.3.1 Legitimidade e credibilidade

A legitimidade das organizações é baseada em vários elementos. Tradicionalmente, o número de membros é considerado o elemento fundamental – quantos mais membros mais representatividade e, logo, mais legitimidade. Contudo, como descrito no capítulo 3.2, existem organizações cuja legitimidade advém mais da defesa adequada das suas causas e da capacidade⁸¹ para defender essas mesmas causas, do que do seu número de membros.



Reunião de planificação com Associações de Camponeses, Província do Niassa, 2009.

81. A nível académico e técnico-profissional mas também as capacidades de lobby e advocacia

“O elemento de legitimidade vem de duas coisas. A primeira é a **causa** e a outra é a **representatividade**. Se você está em Moçambique e fala de questões de usurpação da terra, mesmo que não esteja a representar um grupo, você tem legitimidade porque esse é um assunto que o país vive e há muitos moçambicanos que estão a perder a sua terra. Se você fala de responsabilização do estado, ou de violação sexual, também está a falar de assuntos que são de interesse das comunidades. A segunda base de legitimação advém do grupo que representa. E aí tem que representar os interesses do grupo e dos movimentos sociais em que o grupo se envolver”⁸².

Dentro desta premissa dir-se-á que têm legitimidade todas as intervenções da sociedade civil, independentemente do número de membros envolvidos⁸³, da natureza formal ou informal das organizações e movimentos e dos problemas, que ainda subsistem, de capacidade interna das organizações.

82. Entrevista com Action Aid, 02.02.2015.

83. Por exemplo, a LDH conta com muitos membros e CIP apenas com os 10 elementos que representam o órgão social.

A legitimidade é uma condição para a organização ter credibilidade. Complementarmente a essa condição, a credibilidade implica igualmente o cumprimento de regras de transparência e uma actuação consequente e eficaz. Para cumprir esses pressupostos é necessário ter também independência política – um aspecto salientado por muitos dos entrevistados. Um outro aspecto que influencia a legitimidade / credibilidade das OSCs é o fenómeno da co-optação dos seus quadros líderes. Os casos de co-optação são múltiplos e têm tido impactos negativos na medida em que o representante e / ou a própria OSC se acomodam e passam a actuar em conformidade com a política das entidades que deveriam vigiar e monitorar.

3.3.2 Capacidade de governação

A capacidade interna de governação é importante para o funcionamento democrático e transparente de qualquer organização – seja uma OPA legitimada pela adesão a uma causa ou uma associação de camponeses legitimada pela sua representatividade numérica. Portanto, a necessidade de garantir formas de participação e governação interna sólidas, capazes de reforçar a representatividade, liderança e independência das OSCs face ao poder político, é uma preocupação geral da sociedade civil e também uma preocupação dos doadores⁸⁴.

A actual Lei de Associações, que rege todas as OSCs (vide acima o capítulo 3.1.4 Contexto legal das OSCs), requer para o registo da organização no mínimo 10 membros fundadores com bilhetes de identidade e registo criminal actualizado e limpo. Define igualmente a estrutura interna de governação das associações - assembleia geral, conselho fiscal

e direcção executiva. Muitos financiadores, inclusive ONGIs, exigem como condição para o financiamento o estabelecimento das estruturas internas. Estas estruturas são vistas como um factor positivo para o reforço da democracia interna e da responsabilização dos órgãos sociais e dos próprios membros das organizações. Contudo, uma boa parte das OSCs a nível provincial, assim como muitas das OCBs referem dificuldades em estabelecer esta estrutura. Resumindo, apesar de práticas de avaliação com base nas actividades de capacitação organizacional, as exigências legais e dos doadores nem sempre vão ao encontro da natureza da organização. Da mesma forma, várias OSCs entrevistadas referem conflitos entre órgãos sociais e órgãos executivos⁸⁵. Há casos em que esses conflitos de interesse podem levar a uma paralisia operacional da organização, já que afectam gravemente o ambiente propício a um trabalho eficaz.

A questão dos problemas de capacidade de governação interna das OSCs – a fraca participação dos órgãos sociais na vida associativa,

a falta de democracia interna, a necessidade de dar / reforçar a voz activa aos membros, a dependência da figura do líder – perpassam no discurso de muitos entrevistados. Como dissemos, as fragilidades a nível de capacidade interna, que por vezes são objecto de meditação⁸⁶, têm reflexos negativos na credibilidade geral das OSCs.

As questões supra mencionadas são bem sintetizadas por um dos entrevistados: “A Lei das Associações está desactualizada – Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Direcção Executiva, são estruturas muito pesadas para a flexibilidade que se necessita actualmente. Há muitos mecanismos e espaços que vão surgindo e não há uma legislação específica para os enquadrar.”⁸⁷ Para responder à actual diversidade de tipologias, dimensões e campo de acção das OSCs, é imperativo proceder à revisão da lei das associações⁸⁸. Essa revisão deve incluir igualmente outros aspectos tais como formas mais flexíveis de formatação dos órgãos sociais e artigos que concorram para

84. Por exemplo a Cooperação Suíça de Desenvolvimento, Nações Unidas, Canadá, e Finlândia.

85. Entrevistas com OSCs em Niassa, Fevereiro de 2015; Relatórios dos workshops de Sofala, 13.02.2015 e workshop de Chimoio, 16 .02.2015.

86. <http://www.voaportugues.com/content/crise-na-liga-mocambicana-dos-direitos-humanos/2614075.html>

87. Entrevista à CARE, 05.02.2015.

88. Lei 8/91 - Associações.

esclarecer os papéis e prerrogativas dos vários órgãos e minimizar os conflitos de interesses que actualmente se verificam⁸⁹.

Nesta linha de preocupações, uma das recomendações do Civil Society Index de 2007⁹⁰ é estabelecer um código de ética e parâmetros de qualidade para as acções e intervenções das OSCs. A sociedade civil assumiu a necessidade daquele código e deram-se recentemente passos importantes nesse sentido – a aprovação, em Dezembro de 2014, de dois documentos que foram referidos como fundamentais por vários entrevistados – O Acordo de Princípios de Conduta e Ética das OSCs e o Guião de Monitoria do Cumprimento. Estes instrumentos são essenciais para auto-balizar e monitorar as acções das organizações e configuram a garantia de uma actuação cada vez mais enquadrada em padrões de ética e qualidade que reforçará a credibilidade das OSCs.

89. Exemplo: As direcções executivas a auferirem salários e os órgãos sociais sem qualquer apoio financeiro para desenvolverem o seu trabalho (nem mesmo senhas de presença), conforme foi referido no workshop de Quelimane realizado a 17-04-2015

90. CIVICUS, The Mozambican Civil Society Index Within: Evaluation, Challenges, Opportunities and Action, FDC, 2007, p. 99.

O **Acordo de Princípios de Conduta e Ética das OSCs**⁹¹ contém sete pontos principais:

- 1) **Princípios orientadores:** direitos humanos e justiça social; dignidade; transparência e responsabilização; veracidade e legalidade; democracia e empoderamento; racionalização de recursos e cooperação.
- 2) **Integridade das OSCs:** sem fins lucrativos; não-governamentais; apartidárias; autogovernadas e de carácter voluntário.
- 3) **Governança interna** – define a estrutura de governação, órgãos sociais e executivos e aborda a questão dos conflitos de interesse.
- 4) **Gestão financeira** – inclui a transparência financeira e prestação de contas.
- 5) **Parceria e colaboração** – orientando os princípios de parceria e colaboração e a relação com parceiros.
- 6) **Mecanismos de monitoria da implementação do instrumento** – indicando o objectivo, periodicidade e áreas.
- 7) **Declaração de Adesão** – define os termos em que a organização assina o Acordo de Princípios de Conduta e Ética das OSCs em Moçambique.

91. Acordo de Princípios de Conduta e Ética das OSCs em Moçambique, documento aprovado após consulta e enriquecimento pelas OSCs, Dezembro de 2014. O código foi assinado por 41 OSCs em Dezembro de 2014. A seguir iniciou-se um processo liderado por JOINT para a sensibilização das OSCs em todo o país, para a sua adesão ao código de conduta.

O **Guião de Monitoria do Cumprimento** é um instrumento que irá auxiliar as OSCs signatárias do Acordo, a monitorar a implementação e o nível de desempenho dos princípios e práticas constantes no mesmo. Propõe-se a monitoria colectiva, organizada em grupos de 3-4 OSCs, que de forma rotativa coordenam o processo de monitoria, aplicando os parâmetros de avaliação. Os parâmetros de avaliação estão agrupadas consoante os seguintes temas:

- 1) **Os principais princípios orientadores** (direitos humanos e dignidade; transparência e responsabilização; veracidade e legalidade; democracia e empoderamento; racionalização e recursos; cooperação);
- 2) **Integridade das OSCs** (organização sem fins lucrativos; organizações não governamentais; organizada; independente e auto-governada; voluntária);
- 3) **Governança interna** (estrutura de governação; órgãos sociais e executivo; conflitos de interesse);
- 4) **Gestão financeira** (transparência financeira e prestação de contas);
- 5) **Parceria e colaboração** (princípios de parceria e colaboração; relação com parceiros); e
- 6) **Mecanismos de monitoria da implementação do instrumento.**

A aprovação do Acordo de Princípios de Conduta e Ética das OSCs foi baseada num processo prévio de auscultação alargada a nível das plataformas e redes provinciais e, aparentemente, teve uma larga aceitação.⁹² Contudo, resta aguardar a aplicação e a monitoria de adesão, pois se o acordo for seguido à letra vai haver implicações profundas em muitas OSCs, sobretudo no que se refere ao aspecto de governação interna. Alguns mecanismos de financiamento começam a abordar a possibilidade de utilizar o código como condição para disponibilizar financiamentos – algo que não estava previsto, mas que também ainda não teve oposição expressa da sociedade civil.⁹³

As necessidades de reforço da capacidade das OSCs variam de acordo com a tipologia e as características de cada organização. Há muito trabalho realizado na área de diagnóstico de capacidade institucional que constitui a base de uma intervenção sustentada de reforço da capacitação interna das OSCs e dos seus

92. Entrevista com Grupo Focal de OSCs de direito em Quelimane, 09.02.2015.

93. Entrevistas com CESC, 16.02.2015 e OSCs na Zambézia, 09.02.2015.

recursos humanos.⁹⁴ Apesar da capacidade de gestão, de um modo geral, ser maior nas OSCs consolidadas que actuam a nível central, as OPAs e outras OSCs legitimadas pela causa têm sido recentemente questionadas no que respeita à governação interna e capacidade dos órgãos sociais. Efectivamente, várias OSCs desta categoria têm passado – ou ainda passam – por crises de gestão e liderança. Ao contrário das pequenas OSCs onde esta fraqueza sempre foi identificada e, logo, disponibilizados apoios para a ultrapassar, as OPAs e outras organizações baseadas no conhecimento, ex: o Observatório Eleitoral, CIP, MEPT, CEDE, LDH, MISA e MONASO,⁹⁵ não têm beneficiado desse tipo de apoio para a consolidação de sistemas de governação interna.

A necessidade de reforço da capacidade de governação no sentido de garantir uma correcta gestão administrativa e financeira, bem como procedimentos internos democráticos e transparentes, é expresso por muitas

94. Por exemplo Projecto ICAP, MASC e AGIR, e anteriormente o Programa de Apoio à Sociedade civil (PASC) no Niassa.

95. Entrevistas com ONGs implementadoras de AGIR, Fevereiro de 2015.

entidades entrevistadas a nível nacional e provincial.⁹⁶ Como referido no workshop em Cabo Delgado: “Os doadores não nos dão fundos porque não têm confiança – temos problemas de governação interna e conflitos.”⁹⁷ O presente estudo confirma a constatação feita pela avaliação realizada ao programa AGIR que salienta que apesar das estruturas e órgãos instalados e dos esforços no sentido de providenciar uma formação focada no âmbito organizacional e individual, subsistia uma “baixa satisfação generalizada entre os parceiros na área de capacitação numa vasta gama de questões críticas, e uma limitada réplica da formação ao nível provincial, onde geralmente as capacidades são mais fracas que no nível central”⁹⁸.

96. Entrevistas com SDC, Oxfam, Diakonia, LDH, CIP e CTV, Fevereiro de 2015; workshops com OSCs realizados em Fevereiro de 2015.

97. Workshop com as OSCs em Cabo Delgado, 20.02.2015.

98. Mid-Term Review of the AGIR Programme Final Report, Kevin Kelpin, Vibe Johnsen and José Jaime Macuane with Ian Christoplos and Jessica Rothman, Sida, 2013.



Avaliação da capacidade organizacional de FOFEN na Província do Niassa, Março de 2015.

3.3.3 Capacidade de alcançar resultados

A capacidade de alcançar resultados decorre quer da capacidade de gestão quer da capacidade técnica da organização. Sem esta combinação não é possível produzir resultados, e sem resultados a justificação da existência da própria organização está em causa.

A capacidade de gestão de projectos inclui a capacidade de elaborar projectos/programas e respectivos quadros de resultados e indicadores, de angariar fundos, e também a capacidade de gestão financeira e de monitoria e avaliação desses projectos e/ou programas. A capacidade técnica e profissional tem a ver com a matéria e o sector em que a OSC actua – seja como provedor de serviços com capacidade de aconselhar os seus beneficiários, seja como organização de advocacia capaz de entender e transmitir uma matéria técnica, por exemplo sobre o meio ambiente, implementação orçamental ou legislação.

Como enquadramento deste tópico, é de referir a grande assimetria na distribuição geográfica dos recursos humanos e financeiros, que limita a capacidade das OSCs que actuam em contacto directo com as populações. Neste contexto, Francisco⁹⁹ assinala essa discrepância de recursos referindo que apesar de haver 75% de OSCs formais a actuar nas comunidades rurais e distritos, as OSCs nacionais e internacionais activas nos principais centros urbanos, sendo 7% do total, concentram mais de metade dos recursos humanos e financeiros. Da mesma forma, assinala que 1% das OSCs formais empregam cerca de 1/3 (32%) dos recursos humanos e concentram 40% das receitas.

A percepção generalizada a nível das províncias é de incapacidade para cumprir as regras administrativas e financeiras para aceder a fundos. No workshop de Cabo Delgado foi referido haver uma ou duas organizações com essa capacidade, e em Nampula são referidas “algumas organizações” com essa capacidade.

99. Sociedade Civil em Moçambique, Expectativas e Desafios, IESE, Francisco 2010, pp. 76-77.

No workshop com OSCs no Distrito de Mocuba¹⁰⁰ as organizações de desenvolvimento rural assinalam como fraquezas: acessos a fundos (financiamentos); capacidades de gestão de financiamentos da parte das organizações; falta de recursos financeiros para contratação do pessoal qualificado; escasso acesso a tecnologias avançadas; e desenvolvimento de capacidades (treinamentos).

“Temos limitada capacidade institucional (técnica, estrutural e operacional). Os projectos têm sido constantemente reprovados pelos doadores e por interferência do estado. Complexidade dos formulários da UE e doutros doadores – vamos à luta mas somos derrotados – esforçamo-nos ao máximo, ficamos sem dormir, mas nada. Eternamente chumbados! Não captam o nosso contexto!”¹⁰¹

100. Workshop com OSCs na Província de Zambézia, 11.02.2015.

101. Workshop com OSCs na Província de Gaza, 13.02.2015.

Identifica-se igualmente a necessidade de promover capacitação técnica individual e a valorização profissional contínua dos recursos humanos. Este aspecto da necessidade de especialização é referido quer a nível central quer local. Mesmo OSCs com recursos humanos profissionalizados e cuja acção se centra em áreas de especialidade – por exemplo o ambiente, direitos humanos, ou protecção social – referem a necessidade de especialização em certas temáticas para poderem desempenhar cabalmente a sua função. São dados como exemplos as organizações CTV e AMA (exemplos de organizações baseadas em conhecimento) que enfrentam a tarefa de análise de estudos e avaliações de impactos ambientais e que lidam com empresas altamente especializadas na matéria.

Este investimento em indivíduos pode ter uma influência positiva no contexto global do país - quadros que transitam para outros sectores levando a sua experiência e conhecimentos sobre a sociedade civil e aplicando-os positivamente na sua acção pública ou privada. Verifica-se mesmo, nos últimos anos, uma tendência de brain-drain da sociedade civil e do sector público para o sector privado e mesmo para os doadores.

OSCs Moçambicanas e seus técnicos estão em situação de desigualdade com as ONGs estrangeiras. Sempre que um técnico melhora numa OSC, uma ONG estrangeira o alicia com melhor salário e este acaba cedendo ao convite indo após pastos verdes, em detrimento da OSC que pertencia anteriormente.¹⁰²

A perda de quadros é percebida pelas OSCs como um problema sério que acontece nas organizações: “As OSCs formam pessoas que vão para lá porque “precisam de ganhar o pão” e quando elas se profissionalizam valorizam-se e por conseguinte são puxadas pelo governo e já não precisam mais da sociedade civil. O governo “pesca cérebros” na sociedade civil.”¹⁰³

É pois importante continuar o trabalho de reforço de capacidade de monitoria e avaliação interna, bem como o refinamento dos instrumentos de trabalho, no sentido de tornar cada

vez mais visíveis os resultados de cada OSC de per si e também os das suas redes. É igualmente importante aprofundar a demonstração da relevância desses resultados na mudança de comportamento dos diversos actores e nos impactos globais obtidos a nível de alterações de legislação e políticas públicas em geral.

Apesar de todo o trabalho de capacitação institucional e individual, acima referido¹⁰⁴, constatou-se que, de uma forma geral, só as OSCs que pertencem às categorias de OPAs, Organizações Baseadas no Conhecimento e organizações nacionalizadas filiadas em ONGIs e plataformas, redes e umbrelas referem capacidades para formulação e gestão de projectos e uma prática consolidada de monitoria, avaliação e reajuste de planos, programas e projectos. O universo das restantes OSCs é vasto e diversificado, havendo algumas organizações implementadoras que estão a analisar total ou parcialmente as suas capacidades nestas matérias no sentido de procederem ao seu reforço.

102. Relatório da II Conferência das Organizações da Sociedade Civil Moçambicana, JOINT, Dezembro de 2014.

103. Workshop com OSCs, Província de Gaza, 13.02.2015.

104. Os procedimentos e instrumentos de financiamento utilizados pelo MASC e pelo AGIR foram frequentemente referidos como exemplos de boas práticas, e as avaliações do AGIR salientadas anteriormente também assinalam um aumento de capacidade das OSCs envolvidas no programa.

3.3.4 Capacidade de ligação com advocacia

Boas práticas de monitoria, reflexão e recolha de evidências são elementos básicos para a capacidade de ligação com acções de advocacia. A capacidade para conduzir pesquisas e compilar evidências tem impacto directo na eficácia do engajamento em acções de advocacia e para influenciar agendas políticas (vide capítulo 3.5). Complementarmente, é de referir que a capacidade de pesquisa tem vindo a alargar-se às províncias, exemplos: questão de sobretaxa de reflorestamento florestal e dos impactos da indústria mineira.¹⁰⁵ De facto, verifica-se um reforço notável da acção das OSCs a nível da investigação, compilação de evidências e acções de advocacia subsequentes, com resultados visíveis nomeadamente no que respeita à produção

105. Levantamento sobre a Sobretaxa do Repovoamento Florestal, Estudo caso: distrito de Mongicual, Rede Temática Dos Recursos naturais e Agricultura. PPOSC, Nampula, Março de 2012; A Quality Study on the socio economic impact of the mining industry in Palma District, Province of Cabo Delgado, AMANovember 2014. Ambos os estudos foram financiados pelo MASC.

de legislação e ao apoio às populações rurais na defesa do seu direito à terra.¹⁰⁶

No entanto, a utilização dos estudos produzidos para efeitos de advocacia é ainda limitada. Efectivamente, e por motivos diversos – o final de um projecto, o assunto ter deixado de estar na agenda dos doadores, outros – as acções de advocacia acabam muitas vezes por ser “guerras perdidas”¹⁰⁷ uma vez que não é possível monitorar o processo para que resulte em mudanças de decisão política. Podem citar-se outros estudos que partilham esta constatação da necessidade de uma perspectiva de longo prazo para influenciar processos políticos, alterar a legislação ou obter mudanças de percepção social.¹⁰⁸

106. Por exemplo: Acção da UNAC e respectivas Uniões Provinciais que resultou, inclusive, na internacionalização de algumas das suas lutas com envolvimento das SC de outros países- PROSAVANA; Acção do CTV em Tete e Cabo Delgado e disponibilização de informação à população em geral sobre direitos à terra via rede de Paralegais que conta actualmente com 600 elementos.

107. Entrevista com CIP, GMD e N'WETI, 03.03.2015.

108. COWI & ITAD, 2012.

Apesar de todas as limitações descritas, a sociedade civil tem obtido sucesso em vários processos políticos ao longo dos últimos anos. Entre esses sucessos contam-se a aprovação da Lei contra a Violência Doméstica (2009), a Campanha Internacional sobre os Atingidos pela Vale (2011-12), a Lei de Direito à Informação (2014) e a reivindicação de artigos específicos na proposta do novo Código Penal (2014).¹⁰⁹



Workshop com OSCs na Província de Manica, Março de 2015.

109. Para mais pormenores e exemplos vide o Anexo I: Casos recentes em que reacções da sociedade civil resultou em mudanças legislativas.

Pressão das OSCs contra a revisão das duas leis: Direitos e Deveres do Chefe de Estado em Exercício e após Cessação de Funções e Estatuto do Deputado.¹¹⁰ As OSCs nacionais empreenderam diversas acções de advocacia no sentido de reverter a aprovação, pela Assembleia da República (AR), da Proposta de Lei de Revisão da Lei número 21/92, de 31 de Dezembro – Lei dos Direitos e Deveres do Presidente da República após cessação de funções e da revisão da Lei 31/2007, de 21 de Dezembro - Lei do Estatuto e Providência Social do Deputado (LPSD).

Entre as actividades da sociedade civil contaram-se: a realização de um estudo sobre o impacto económico das duas leis que serviu como base de discussões em sessões públicas; encontros com o parlamento; e também um apelo ao Chefe do Estado. As OSCs aproveitaram o momento político - véspera das eleições em 2014, mas a Assembleia da República, logo após a realização das eleições, acabou por aprovar as leis apenas com algumas emendas na proposta inicial.

Embora os resultados da acção não tivessem abrangido todas as reivindicações da sociedade civil, este caso demonstra a importância dos estudos de evidência na advocacia e também a capacidade de organização e força de união das OSCs.

Em síntese, verifica-se que a legitimidade e credibilidade das OSC estão estreitamente ligadas à independência política e à não-cooptação das organizações e dos seus líderes. A legitimidade pode ser baseada em causa – como é o caso com as OPAs, organizações baseadas em conhecimento e algumas organizações de defesa de interesses comuns – ou em número de membros – como é o caso por exemplo de associações de camponeses. Verifica-se de igual modo que a capacidade de governação interna é importante, não só como elemento chave de desenvolvimento organizacional democrático, mas também como requisito para obter e

manter financiamento. Contudo, as exigências actuais, que não distinguem os vários tipos de organizações, não são compatíveis com a diversidade de organizações actualmente existente. Por fim, a capacidade de alcançar resultados e aplicá-los na advocacia depende sobretudo da capacidade técnica, que na maioria dos casos é limitada. De facto, constatou-se que a maioria das OSCs carecem de conhecimentos técnicos e, de um modo geral, apenas as OPAs, as organizações baseadas no conhecimento e as filiadas em ONGIs têm capacidades técnicas suficientes nas suas matérias de trabalho.

110. Entrevista com CESC e FORCOM, 16.03.2015.

3.4 Sustentabilidade das OSCs



O conceito de sustentabilidade não se restringe à questão financeira e baseia-se, sobretudo, na construção de uma base de cidadania para a sociedade civil em geral e para as OSCs em particular. Assim, as dimensões organizacionais e políticas são ambas igualmente importantes para a análise das estratégias adoptadas pelas OSCs na procura de sustentabilidade. Portanto, a questão da sustentabilidade é abordada em três dimensões:

1. Sustentabilidade organizacional inclui a questão da solidez da organização, em termos da estrutura orgânica e da divisão bem definida de responsabilidades entre os órgãos sociais e o executivo, e igualmente a questão da capacidade técnica para o desempenho das suas actividades. Também está ligada à utilização de metodologias de trabalho adequadas, à qualificação dos recursos humanos, à qualidade do trabalho e à capacidade institucional de aprendizagem.

2. Sustentabilidade política resulta da inserção eficaz das OSCs em espaços políticos para o exercício de um controle social sobre políticas públicas e sobre as acções do Estado em geral. A sustentabilidade política depende do contexto externo das OSCs, assim como da capacidade interna para actuar neste mesmo contexto político.

3. Sustentabilidade financeira significa ter os recursos financeiros necessários para as OSCs, de uma forma contínua, desenvolverem as suas missões e terem capacidade de, eventualmente, gerar recursos próprios para financiar as suas actividades.

3.4.1 Sustentabilidade organizacional

Como referido anteriormente, as estruturas organizacionais muitas vezes são demasiado complexas e podem representar um impedimento para o próprio desenvolvimento da organização. A disponibilidade de recursos humanos adequados é um factor importante para a sustentabilidade das organizações. Assim, a sustentabilidade organizacional depende, entre vários factores, de estabelecer uma relação equilibrada entre os recursos humanos existentes e a estrutura exigida para o funcionamento da organização.

A escassez de recursos humanos e financeiros, principalmente nas OSCs locais, como parte do círculo vicioso que obriga os pequenos a manterem-se pequenos e os grandes a ser cada vez maiores, é muito referida a nível das OSCs das províncias e também pelos representantes de OSCs e plataformas distritais que participaram nos workshops provinciais.

A falta de quadros e capacidade interna influencia a sustentabilidade organizacional. Um exemplo interessante, na medida em que pode servir de reforçar a sustentabilidade organizacional de pequenas OSCs, provém da acção da Diakonia no âmbito do Programa AGIR.¹¹¹ Introduziu, na Província da Zambézia, um modelo de terciarização (outsourcing) de serviços de contabilidade e de monitoria e avaliação, por intermédio de uma organização tipo “umbrella”, que permite servir várias OSCs, assegurando simultaneamente custos acessíveis e sustentáveis desses serviços. Assim, as pequenas OSCs com recursos humanos limitados podem utilizar os serviços de terceiros, reduzindo o peso administrativo, e libertando assim recursos humanos para as actividades chave da organização.

Um outro elemento chave para a sustentabilidade organizacional (e política) é a integridade da organização e dos seus dirigentes (vide capítulo 3.3.1 Legitimidade e credibilidade). As considerações apresentadas pelo representante da Agência de Desenvolvimento Económico de Manica (ADEM) salientam claramente a importância deste elemento:

*“Vou falar da questão da sustentabilidade das OSCs. As OSCs têm vários níveis de sustentabilidade. Eu não quero falar da sustentabilidade financeira mas das outras dimensões de sustentabilidade mais importantes do que as finanças de que tanto falamos hoje. Vou falar da sustentabilidade política, técnica e social das OSCs. Nós líderes temos uma responsabilidade muito grande e devemos ter em conta estes elementos chaves, quando falamos da política de boa governação e influência nas políticas públicas. É importante, nós como OSCs, limparmos as nossas casas antes de questionarmos os governantes. Como podemos exigir uma boa prestação de contas aos governantes se nós não fazemos isso dentro das nossas organizações? Um bom activista da SC deve ser olhado como um exemplo, não como um ladrão ou um corrupto. Eu acredito que uma boa OSC, idónea e transparente, vai ter crédito junto dos seus membros, estes vão aumentar o pagamento das suas quotas, a sociedade civil, em geral, vai apoiá-los, o governo vai respeitar e negociar com estes e os doadores alocarão fundos para o funcionamento desta. Vamos reflectir assim meus caros colegas”.*¹¹²

3.4.2 Sustentabilidade política

Como referido anteriormente existe uma tendência de ver as OSCs como “oposição” e, muitas vezes, as organizações operam num ambiente político em que o risco de serem marginalizadas é alto. De modo geral, a sociedade civil nas províncias e nos distritos, por estar mais exposta e sem a força decorrente de acções conjugadas, sofre de uma insegurança política maior do que as OSCs dos centros urbanos. O estudo de mapeamento constata que o ambiente político nas províncias pode impedir ou inviabilizar o acesso das OSCs a recursos necessários ao seu trabalho, sobretudo quando lidam com temas que mexem com áreas de economia ligados aos interesses do partido no poder.¹¹³

Portanto, a sustentabilidade política depende sobretudo da capacidade de estabelecer redes e assim garantir uma acção conjunta das OSCs. A unidade e a visibilidade oferecem protecção e força pelo que as alianças verticais e horizontais são importantes para garantir a independência, a sustentabilidade política e

111. Entrevista com Diakonia, 18.02.2015.

112. Entrevista com ADEM, Província de Manica, 18.02.2015.

113. Workshop com OSCs em Manica, 16.02.2015. Vide também capítulo 3.1 O ambiente em que operam as OSCs.

impedir a cooptação das OSCs. Participantes de várias OSCs noworkshop em Sofala, referiram que *“a união entre pessoas de uma organização permite a divisão de trabalho, a troca de experiência, e faz a força, especialmente na advocacia. A colaboração e as alianças entre OSCs oferecem a possibilidade de falar simultaneamente sobre o mesmo assunto em diferentes sítios, e de partilhar os problemas e as soluções encontrados com outras organizações. A união representa, pois, uma mais-valia.”*¹¹⁴ Por tanto, a colaboração e o estabelecimento de redes e plataformas é, em princípio, visto como um elemento importante no que respeita a sustentabilidade política das OSCs, independentemente da sua categoria ou localização geográfica. Apesar da mais-valia do trabalho em rede, subsistem as ameaças anteriormente referidas – a cooptação, a ossificação e o facto de as plataformas terem, nalguns casos, tendência de agir como organizações em competição com os seus próprios membros. No entanto, a consciência crescente sobre a importância do trabalho em rede e as dificuldades inerentes a esse processo fundamentam a esperança que esses problemas possam ir sendo ultrapassados à medida que forem sendo detectados.

114. Workshop com OSCs em Sofala, 13.02.2015.

3.4.3 Sustentabilidade financeira

Existem em Moçambique uma camada vasta de OSCs que nasceram nos anos 90, na base de oportunidades de financiamento de certos projectos de curto prazo¹¹⁵. Estão sobretudo localizadas a nível provincial e distrital e enfrentam actualmente uma crise de falta de recursos aliada à falta de capacidades. Neste contexto, a questão da captação de fundos para o desenvolvimento das suas actividades¹¹⁶ é um dos aspectos cruciais para as OSCs que operam fora de centros urbanos e se sentem cada vez mais sufocadas por falta de informação e acesso a recursos.

Um aspecto particular em relação à problemática de garantir a sustentabilidade financeira relaciona-se, como disse, com as plataformas provinciais que, na procura de fundos de funcionamento, enveredam pela via de implementar projectos sem relação com o seu objecto. Como igualmente já se referiu, esta situação é indesejável porque cria uma competição com os próprios membros e prejudica a sustentabilidade organizacional da plataforma.

É importante recordar que um dos elementos chave na definição das OSCs é a característica de terem fins não-lucrativos.¹¹⁷ No contexto das OSCs, actividades de rendimento não são consideradas para fins lucrativos, quando desenvolvidas para o bem colectivo da organização. O conceito de actividades com fins lucrativos aplica-se aos casos em que as receitas revertem em benefício de membros individuais. Portanto, as iniciativas de algumas OSCs, de implementar actividades de rendimento em benefício da organização, são legítimas.¹¹⁸

115. OSCs que nasceram através dos fundos do Conselho Nacional de Combate ao SIDA e OSCs fundadas por ex-trabalhadores de organizações internacionais como forma de herdar bens porem sem capacidade de gerir programas.

116. Relatório dos workshops de Sofala, 13.02.2015 e workshop de Chimoio, 16.02.2015.

117. Vide as definições no capítulo 3.3.2. com referência ao Acordo de Conduta e Ética das OSCs em Moçambique, Dezembro de 2014.

118. Entrevista com NWEI em Nampula, 13.02.2015.

Exemplos de OSCs com actividades de rendimento:

- Aluguer de salas e prestação de serviços administrativos pontuais. Exemplos: Magariro em Manica, NANA em Mocuba, Akilizetho em Nampula, FONGA em Gaza.
- Cooperativas de produtores agro-pecuários e associações que vendem produtos e oferecem serviços. Exemplos: Associações na Província de Manica; Agro-Pecuária Nely em Gaza; Associação Nacional de Extensão Rural e Associação Progresso de Desenvolvimento, ambos de Província de Nampula.
- Prestação de serviços especializados no âmbito de mobilização. Exemplos: Os grupos teatrais Mutumbela Gogo, Centro Teatro do Oprimido e Grupo Teatral Mbeu.
- Realização de pesquisas e estudos especializados (viabilidade económica e impacto ambiental). Exemplos Observatório de Meio Rural, TECHNOSERV e Iniciativa Terra Comunitária.

Assume-se que a questão fulcral para obter sustentabilidade financeira é a diversificação de fundos e a capacidade de explorar não só as fontes existentes mas também identificar fontes de financiamento alternativas e inovadoras.

Há uma tendência quase global na sociedade civil Moçambicana de unilateralmente considerar os fundos de agências de desenvolvimento e cooperação como a única fonte de financiamento. Contudo, nos últimos anos, assiste-se a algumas tendências novas no que se refere à mobilização alternativa de fundos, sobretudo para acções humanitárias. Essas novas tendências de mobilização de fundos – crowdfunding, apadrinhamento de causas, etc, já constituem noutros contextos e podem vir a constituir em Moçambique uma importante base de novas possibilidades de financiamento para a acção da sociedade civil em geral e para as OSCs em particular. Verifica-se igualmente uma sensibilidade acrescida para acções solidárias por parte da população em geral, e de agentes culturais e do sector privado em particular. Há muitos exemplos de voluntariado expressos no trabalho em campanhas, por exemplo: recolha de donativos para o apoio às vítimas das cheias. Na sequência das cheias deste ano (2015), que

afectaram sobretudo a Zambézia e Tete, este movimento cresceu muito e trouxe consigo novas iniciativas de alguns bancos comerciais, que, por intermédio das caixas de ATMs, permitiram à população doar fundos para o Instituto de Gestão das Calamidades Naturais (INGC). As empresas de telefonia móvel, Mcel e a Vodacom, também estão a envolver-se neste novo tipo de engajamento e em muitos locais – supermercados e instituições públicas – estão colocadas caixas para a recolha de donativos em bens.

De referir igualmente que na província de Manica foram encontrados modelos bastante funcionais de apoio às OSCs que trabalham na área do desenvolvimento rural. Com efeito, há doadores que fazem chegar o seu apoio através da subcontratação de pequenas empresas locais de consultoria que garantem a gestão de sub-grants de apoio ao desenvolvimento de capacidades de associações de produtores agrícolas e de criadores de gado leiteiro.¹¹⁹

119. Fundos da USAID comparticipados pelo governo de Moçambique. Casos da Land O Lake e da Technoserv, que contrataram empresas de consultoria em Manica para gerirem os fundos para o financiamento ao Agro-negócio (FINAGRO), e providenciarem a formação dos beneficiários por si financiados em contabilidade e gestão de projectos

Moçambique ainda não tem uma tradição muito forte de Responsabilização Social das Empresas (RSE), salvo alguns exemplos de Fundos Sociais de grandes empresas (como por exemplo MOZAL, Chikweti, Fundação ENI). Muitas OSCs têm receio e recusam a possibilidade de mobilização de recursos a partir desta via por medo de serem “compradas” (cooptadas). Mas, olhando para o futuro, talvez possa haver boas oportunidades por explorar, principalmente no que respeita aos investimentos de empresários dos países em que o código de conduta empresarial está em vigor e é respeitado. Complementarmente aos já referidos crowd-funding e apadrinhamento de causas, podem explorar-se também possibilidades alternativas de patrocínios e mecenatos (principalmente nas áreas de desporto e cultura).

Para que isto aconteça, será necessário que as OSCs disponham de planos estratégicos de desenvolvimento e também de estratégias de mobilização de recursos. Neste contexto, deve enfatizar-se a massificação do uso dos meios de comunicação para divulgar a imagem e as realizações das OSCs, como, por exemplo, participar em eventos relevantes para a partilha de experiências, aprendizagem e marketing; promover acções de visibilidade e de branding das OSCs, respectivos parceiros e financiadores, etc. O desenvolvimento de capacidade e estratégias de angariação de fundos pode ser igualmente potenciado pela utilização de modelos inovadores de tecnologias de informação e comunicação (TIC) – um campo que também ainda não está devidamente explorado pelas OSCs em Moçambique.

Centro de Teatro do Oprimido (CTO)

“Temos sede própria, feita sem financiamentos externos. Comprámos 8 barracas na Feira do Hulene que rodeavam um espaço aberto que é usado como parque de estacionamento. Derrubámos as barracas e iniciámos o processo de construção. Houve dificuldades “subtis”, com base em vários argumentos, para tentarem impedir que tivéssemos sede própria. Tivemos que lutar muito. A obra foi embargada. Valeram-nos os órgãos de comunicação social que divulgaram a situação, O Director Nacional de Cultura (DNA) tomou uma posição e viabilizou a construção. Seguimos uma regra / arranjo interno: temos um fundo para salários que é suposto pagar duas pessoas – o coordenador e uma administrativa. No entanto, como os colegas coringas não têm salário, dividimos os salários com os colegas de acordo com as horas que eles trabalharem, quer no teatro, quer em trabalhos gerais do CTO. Os contratos que estabelecemos são feitos em nome do CTO e não em nome dos técnicos individualmente. Assim, o produto do trabalho que realizamos como CTO vem para o CTO. Fazemos consultorias pagas quer no país quer no estrangeiro (ex: uma oficina nos EUA, ou a instalação do Teatro do Oprimido em Angola) cujo dinheiro reverte para a organização. Podíamos ter comprado bens para cada um dos actores e ter uma vida mais confortável, mas preferimos investir o dinheiro no CTO e garantir os nossos postos de trabalho. Foi assim que conseguimos construir a sede e comprar os equipamentos. Temos uma aparelhagem de som e o sonho (e um espaço já reservado) para fazermos um estúdio de som.”¹²⁰

120. Entrevista com CTO, Fevereiro de 2015.

3.5 Engajamento da sociedade civil

3.5.1 Espaços de diálogo

A criação de espaços que alarguem as possibilidades de interação e maior participação dos cidadãos nos processos de governação é um imperativo para reduzir o nível de afastamento entre os governos e os cidadãos.¹²¹

Os espaços de participação variam entre formais e informais. São considerados espaços formais, aqueles cuja existência é definida por lei, uma norma ou um regulamento aprovado por um órgão do Estado. Os espaços informais são os que surgem, se estruturam e funcionam na base de arranjos próprios de grupos da sociedade civil ou de outro tipo de entidades, e que não derivam da aprovação de uma lei, um regulamento ou norma oficial.¹²²

121. Cornwall (2004) citado por Macuane, José J (2014), Estudo de Base: Diálogo Político e Social entre os Actores Não-Estatais e Autoridades Públicas. Relatório Final. Projecto Financiado pela União Europeia.

122. Deutsche Institut für Entwicklungspolitik (DIE): Domestic Accountability in Mozambique: The Presidência Aberta e Inclusiva. Final Report of the Country Working Group Mozambique. Bonn 26.05.2011.

De alguma maneira os espaços formais estão muito próximos dos chamados “espaços convidados”. Estes espaços são assim designados porque são estruturados, controlados e presididos pelas autoridades governamentais, sendo a participação da sociedade civil feita por convite daquelas entidades. Os espaços informais identificam-se na sua maioria com os chamados “espaços reclamados” uma vez que a sua criação e normas de participação resultam da iniciativa da própria sociedade civil.

Não se pode assumir rigorosamente que esta relação formal / convidado, e informal / reclamado, seja uma relação linear. Exemplo disso é a Presidência Aberta e Inclusiva (PAI) que é uma iniciativa presidencial de avaliação e consulta sobre o desempenho das instituições governamentais distritais.¹²³

123. O DIE analisa a Presidência Aberta e Inclusiva como um espaço informal. Todavia, a autoria da criação da Presidência Aberta Inclusiva é do Presidente Armando Guebuza, e, portanto, a participação da sociedade civil nesse espaço segue as mesmas características de um espaço participado por convite.

Exemplos de espaços formais / convidados são os seguintes:

- I) Observatórios de Desenvolvimento (ODs);¹²⁴
- II) Instituições de Participação e Consulta Comunitárias (IPCCs), que são mecanismos de participação das comunidades¹²⁵ a nível distrital compostos de a) Conselhos locais, b) Comitês locais e c) Fóruns locais;
- III) Órgãos de representação política,¹²⁶ no meadamente a) Assembleiada República, b) Assembleia Provincial e c) Assembleia Municipal.

124. ODs são espaços criados para o diálogo sobre a implementação do Plano de Combate a Pobreza (PARP).

125. As IPCCs foram criadas pela Lei 8/2003 de 19 de Maio e regulamentadas pelo Decreto 11/2005 de 10 de Junho. Existem e funcionam a nível distrital.

126. O pressuposto lógico de enquadramento destes mecanismos de representação política como parte dos espaços de participação, decorre da abertura que a própria base legal oferece como uma janela de oportunidade para a participação da sociedade civil.

Os espaços informais / reclamados são essencialmente os seguintes:

- I) Plataformas da sociedade civil
- II) Redes de organizações da sociedade civil.
- III) Movimentos sociais

As plataformas são grupos ou foruns que integram um conjunto de organizações da sociedade civil trabalhando em diferentes áreas, com vista a agregar vozes para debater, em bloco, assuntos de diversa natureza. As redes de organizações são essencialmente agrupamentos temáticos, ou seja, reúnem organizações que trabalham num mesmo assunto - por exemplo, as redes temáticas de governação, recursos naturais, de direitos humanos, etc.



Escritório de AKILIZETO em Nampula, doado pelo Programa AGIR.

Complementarmente a estes espaços, são de referir as redes sociais, com particular realce para o facebook e um pouco o twitter. Apesar de serem espaços com uma presença virtual de actores com características difusas, as redes sociais têm sido, pelo menos nos dois últimos anos, as plataformas mais importantes de influência da agenda do debate político nacional.

Outros actores – os Média, o Parlamento e os seus membros, a Academia e a Cultura – são igualmente importantes pelo facto de representarem potenciais aliados estratégicos da sociedade civil. Estes actores possuem um potencial de lobby e influência muito grande que, aparentemente, não está devidamente explorado. Contudo, a recolha de informação revelou exemplos de lobby estratégico com membros do Parlamento no que diz respeito a iniciativas para influenciar a legislação, assim como ligações à área da cultura (teatro, música) no sentido de divulgar e tornar mais eficazes as mensagens das OSCs.¹²⁷

127. O Centro do Teatro do Oprimido (CTO) de âmbito nacional e com estruturas a nível distrital e provincial, actualmente com cerca de 90 Grupos do Teatro do Oprimido (GTO) activos em todo o país e bastante referido por OSCs de âmbito distrital (Inhambane) e provincial (Nampula).

Tabela: Espaços de diálogo

ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO	NATUREZA	NACIONAL	PROVINCIAL	DISTRITO / MUNICÍPIO
Assembleia da República	Formal	X		
Assembleia Provincial	Formal		X	
Assembleia Municipal	Formal			X
Observatório de Desenvolvimento	Formal	X	X	
Plataformas de Sociedade Civil	Informal	X	X	X
Redes da Sociedade Civil	Informal	X	X	X
Conselho Local	Formal			X
Comité Local	Formal			X
Fórum Local	Formal			X
Redes Sociais (Facebook, Twitter...)	Informal	X	X	X

3.5.2 Espaços formais e qualidade de interação

Os estudos sobre espaços formais / convidados de diálogo colocam muitas dúvidas em relação à sua eficácia, funcionalidade e relevância para o debate sobre políticas.



Associação de Botão, Nicoadala, Província de Zambézia, Março de 2015.

Alguns estudos de governação questionam a eficácia e viabilidade, enquanto espaços efetivos de diálogo, dos conselhos consultivos e dos observatórios de desenvolvimento.¹²⁸ Os poucos trabalhos existentes sobre a matéria apontam igualmente que a participação da sociedade civil a nível dos órgãos de representação política (Assembleia da República, Assembleias Provinciais e Municipais) é caracterizada por um fraco engajamento nos espaços de diálogo que existem nestes órgãos.¹²⁹

O estudo de Macuane (2014) analisa os espaços de diálogo entre entidades públicas e actores não-estatais. Na sua abordagem dos espaços formais aponta que os actores não-estatais (no caso as OSCs) reclamam deficiências e disfuncionalidades destes espaços. Justifica que o problema deriva das barreiras no acesso à informação, a comunicação não atempada dos encontros, a partidarização do diálogo e uma frágil representação do interesse das comunidades por parte dos membros dos conselhos consultivos.

128. Forquilha, Salvador Cadete & Orre, Alask: Conselhos Locais e Institucionalização Democrática em Moçambique. In: Weimer, Bernhard (Org.) (2012). Moçambique: Descentralizar o Centralismo. Economia Política, Recursos e Resultados. IESE, Maputo, Setembro de 2012. Pp. 330-354; Macuane, José J. et.al.: Entre o Estado, Amakhas, Ampamelas, Landins e ONGs: Relações Sociais, História, Política, Centralização e Descentralização em Nampula. In: Weimer, Bernhard (Org.) (2012), Moçambique: Descentralizar o Centralismo. Economia Política, Recursos e Resultados. IESE, Maputo, Setembro de 2012. Pp. 238-276.

129. MARP: República de Moçambique: Relatório de Revisão do País, Julho de 2010; Salimo, Padil: Lições dos Primeiros Anos de Funcionamento das Assembleias Provinciais em Moçambique: Estudo de Caso das Províncias de Manica e Zambézia 2010-2011. Relatório Final. Maputo, Maio de 2013.

Opiniões sobre o funcionamento dos espaços formais

O grupo de pesquisa do presente estudo realizou vários encontros, com diferentes grupos, que envolveram o governo, o sector privado e a própria sociedade civil. Os representantes do governo são de opinião que a sociedade civil tem pouca capacidade técnica para discutir assuntos específicos, no âmbito do diálogo de políticas, a nível dos observatórios de desenvolvimento. Por seu turno, os membros da sociedade civil referem-se a dificuldades no funcionamento dos observatórios de desenvolvimento e concentração do poder de decisão nas mãos do governador ou do ministro. Referem igualmente que devido à fraca institucionalização dos Observatórios de Desenvolvimento (ODs) as decisões em torno da organização e funcionamento são, de um modo geral, baseadas na vontade daqueles dirigentes. Como princípio, os ODs deveriam realizar-se pelo menos duas vezes ao ano, no primeiro e quarto trimestre do ano. Mas são dados vários exemplos em que a agenda do governador impede a realização dos ODs, restringindo deste modo o âmbito da participação da sociedade no debate de políticas. Por exemplo, em 2013, nas províncias de Tete, Inhambane, Gaza e Niassa os observatórios foram realizados apenas uma vez. É igualmente assinalado que os governantes não reconhecem em toda a sua extensão o papel e trabalho das OSCs, reagindo, por isso, com intolerância às críticas que são expressas pela sociedade civil nesses espaços de diálogo. Em encontros com membros de OSCs em Inhambane e no distrito de Jangamo foi referido que o primeiro Secretário do Partido Frelimo, durante uma sessão do OD Provincial em 2013, acusou a sociedade civil de pretender desvalorizar o trabalho do governo com as críticas apresentadas em relação ao balanço do Governo sobre o Plano Económico e Social e Orçamento do Governo Provincial (PESOP).

O Grupo da sociedade civil - G20 que se fazia representar no OD nacional, sofreu uma importantíssima ruptura na sua vibrante participação e engajamento naquele espaço de diálogo conquistado desde 2003. Durante quase 5 anos, entre 2007 e 2012, o G20 perdeu a sua legitimidade bem como a capacidade de mobilização, articulação e coordenação com os seus membros. A produção de relatórios de avaliação da Pobreza, que era anual e que servia de base para a tomada de posição no OD, passou a acontecer de forma irregular e os documentos produzidos foram considerados de muito fraca qualidade. A falta de capacidade financeira e o fim do apoio que recebia dos doadores, decorrente da fraca qualidade de gestão, tiveram como resultado a vulnerabilidade da liderança do G20 e consequente captura pela elite política. Esta situação só se alterou a partir de 2012, quando o MASC assumiu o risco de apoiar o G20 com o propósito de recuperar e aproveitar o potencial da participação da sociedade civil no Observatório de Desenvolvimento, espaço privilegiado de debate de políticas e de influência para alcançar as mudanças desejadas (Salimo, 2014b). Nessa altura foram estabelecidos novos modelos de funcionamento do G20. Tendo passado a ter uma coordenação rotativa entre os seus membros, as intervenções no âmbito da avaliação passaram a focalizar-se num sector específico; e em 2013 foi aprovado um Guião do OD harmonizado com o ciclo de planificação, com um calendário que garante previsibilidade dos encontros, e que estabelece disposições que preveem responsabilização nos casos de falhas em relação à organização e ao seu funcionamento.

Face às reduzidas oportunidades das organizações da sociedade civil influenciarem mudanças, estas acabam por desvalorizar a importância daqueles espaços no contexto do debate de políticas.¹³⁰ Organizações que vinham trabalhando há muitos anos com os conselhos consultivos distritais demonstram interesse em deixar de o fazer e encontrar outras formas de interação com o governo. Estas organizações acham uma “perda de tempo” trabalhar com instituições politizadas, com agendas que não são focadas nas questões de desenvolvimento local e com mecanismos de participação baseados num modelo de consulta.¹³¹

130. Macuane, José J. et.al.: Entre o Estado, Amakhas, Ampamelas, Landins e ONGs: Relações Sociais, História, Política, Centralização e Descentralização em Nampula. In: Weimer, Bernhard (Org.) (2012), Moçambique: Descentralizar o Centralismo. Economia Política, Recursos e Resultados. IESE, Maputo, Setembro de 2012. Pp. 238-276.

131. Confirmam as entrevistas efectuadas com a ACUDES em Inhambane- 09.02.2015 e em Tete com a AAJC - 22.02.2015. Este aspecto é também focado numa entrevista com a Facidade de Nampula no âmbito de um outro estudo, realizado para a SDC, sobre as opções do apoio as organizações da sociedade civil no norte de Moçambique (Salimo, Padil: Opções para o Apoio às Organizações da Sociedade Civil a Nível Descentralizado. Um Estudo das Províncias da Região Norte de Moçambique: Nampula, Niassa e Cabo Delgado. Documento Elaborado para SDC. Maputo, Agosto de 2014.)

Este posicionamento é consistente com a reflexão sobre o ambiente das organizações da sociedade civil e a dificuldade de compreenderem o contexto e tomá-lo como referência nas suas opções. Curiosamente, os conselhos locais, embora criados pelo governo, existem em consequência de uma forte pressão e influência da própria sociedade civil. Além disso, o contexto actual demonstra de forma muito explícita que os espaços formais de diálogo, a despeito da sua fraca eficiência, são, de modo geral, os espaços que oferecem melhores oportunidades de diálogo entre governo e sociedade civil. Encontrar alternativas para explorar os espaços de forma informada e persistente para influenciar tanto as mudanças do quadro que os torna ineficientes, como para, a partir delas, promover acções de advocacia de políticas, deveria ser o caminho mais eficaz, ao invés de abandonar espaços que nunca foram suficientemente explorados pela sociedade civil.

Apesar das fraquezas apontadas no contexto do diálogo sobre políticas, sobretudo a nível dos espaços formais, uma sociedade civil bem estruturada e com domínio dos assuntos que defende, tem potencial para influenciar de-

ciões e mudanças nas opções de políticas. A nível do Observatório de Desenvolvimento de âmbito nacional, o G20, que ressurgiu em 2012, foi determinante para o estabelecimento de um quadro de indicadores de monitoria e avaliação da pobreza e para a aprovação de um novo guião para o observatório de desenvolvimento. Este guião permitiu a harmonização dos encontros de observatório com o ciclo de planificação. Foi neste quadro de diálogo, estabelecido no Observatório de Desenvolvimento, que se conseguiu o aumento do Orçamento do Estado alocado ao sector de saúde de 7% para 10% entre 2013 e 2014.¹³²

132. Salimo, Padil: Estudo de Caso do Projecto do Grupo Moçambicano da Dívida. “Participação informada da sociedade civil nos Observatórios de Desenvolvimento”. Maputo, Dezembro de 2014.

3.5.3 Espaços informais e qualidade de interacção

Os espaços informais ou reclamados têm vindo a crescer nos últimos cinco anos. A dificuldade das organizações construírem alternativas para penetração nos espaços formais, aliada ao facto de existirem limitações numéricas e fraca abertura à participação, está, em parte, a suscitar a criação de plataformas e redes que constituem espaços alternativos para expressar a voz, promover pressões e advogar políticas e interesses junto dos governos.

Estudos revelam que as plataformas e redes são, quando bem estruturadas, muito mais eficientes do que os mecanismos formais na produção de resultados no campo do diálogo e advocacia de políticas.¹³³ Exemplos de mudanças e legislação aprovada por influência das redes e plataformas da sociedade civil encontram-se descritas na caixa abaixo.

A Plataforma da Sociedade Civil sobre Recursos Naturais e Indústria Extractiva, constituída por 10 membros, foi anteriormente hospedada pelo CTV e pela WWF e é actualmente acolhida pelo CIP. Produziu estudos e pesquisas sobre os efeitos dos reassentamentos, a contribuição da indústria extractiva na economia e as consequências dos benefícios fiscais por parte dos megaprojetos. O uso estratégico dos resultados dos estudos e pesquisas em seminários e workshops públicos, aliado aos movimentos de contestação popular criaram uma forte pressão junto do governo que foi obrigado a prestar atenção a este assunto. Neste contexto, foi aprovado o Regulamento dos reassentamentos das comunidades afectadas pela indústria extractiva e a Lei do Regime de Tributação das Actividades Mineiras.

A Plataforma da Sociedade Civil para a Boa Governação desenvolveu persistentes actividades de lobbying e advocacia junto do parlamento, partidos políticos, e também junto de instituições regionais - SADC e União Africana no sentido de ser publicada legislação sobre o direito à informação. Essas actividades, aliadas ao descontentamento da sociedade civil pelo facto do parlamento protelar por quase uma década a análise da proposta de lei apresentada, foi determinante para a aprovação, em 2014, da Lei do Direito à Informação.

Em síntese, as plataformas e redes não são somente espaços de diálogo mas constituem-se também como mecanismos de aprendizagem e desenvolvimento de capacidades. Quando não existem bases para sustentar a aprendizagem e desenvolvimento de capacidades, as plataformas não promovem devidamente a proximidade e articulação entre os seus membros e perdem a capacidade de contribuir de modo eficaz para as mudanças desejadas. A falta de recursos financeiros, a débil estrutura de governação interna e a tendência de transformação das plataformas em organizações de implementação de projectos não favorecem a estabilidade e a qualidade de funcionamento. Contudo, as plataformas e redes alargaram muito o seu campo de actuação nos últimos anos. Para além dos aspectos já focados, as plataformas e redes são igualmente estratégicas para o reforço da eficácia e da segurança das OSCs, funcionando como um escudo de protecção contra o risco de ameaça de represálias.

133. Vide estudo sobre como as mudanças ocorrem em Moçambique, elaborado por Salimo (2014).

Nos últimos quatro anos as organizações da sociedade civil começaram a trabalhar mais frequentemente com os sectores governamentais com o objectivo de, em conjunto, avaliar o desempenho do estado na provisão de serviços públicos. O MASC tem estado a fortalecer a capacidade das organizações parceiras para realizar auditorias sociais. Em Lichinga, por exemplo, o MASC está a trabalhar com a Concern Universal na promoção de auditorias sociais aos serviços básicos distritais. Foi neste contexto que, em 2013, a Concern Universal realizou uma auditoria social no distrito de Sanga. Um ano após essa auditoria verificaram-se mudanças positivas relativas às questões apontadas anteriormente. O administrador do distrito salientou a importância da iniciativa que permitiu ao governo estar atento e responder às demandas das comunidades. O CESC está igualmente a trabalhar com alguns parceiros locais, nas províncias de Gaza, Zambézia e Cabo Delgado, na monitoria da qualidade de serviços públicos e utiliza a auditoria social como ferramenta chave para a interacção entre as comunidades e as autoridades. A Estamos, no Niassa, e a Kukumbi na Zambézia, bem como a Acudes em Inhambane, todas parceiras do

MASC, estão igualmente a realizar auditorias sociais com foco na qualidade de serviços nos sectores de educação, saúde e infra-estruturas. Um outro exemplo de auditoria social é a monitoria comunitária da estratégia de protecção social feita pela Plataforma da Sociedade Civil para a Protecção Social. Esta monitoria forneceu informação sobre a transparência e prestação de contas na gestão de Programa de Subsídio Social Básico no Distrito de Matutuine. Revelou a necessidade de reforçar a transparência na administração dos fundos e na aplicação dos critérios de atribuição de subsídios.¹³⁴

De um modo geral, as experiências em curso apontam para a necessidade de reforçar os conhecimentos das OSCs e das comunidades sobre a importância e o domínio dos métodos de auditoria social. Complementarmente, é importante consolidar a capacidade para a definição de estratégias de articulação e comunicação com o governo que possam contribuir para compromissos mútuos em relação à prática de auditorias sociais. Isso

134. Estudo sobre a Transparência e Prestação de Contas na Gestão do Programa de Subsídio Básico em Moçambique (PSSB), PSC-PS com apoio de FDC, Dezembro de 2014.

significará uma compreensão reforçada dos governos sobre a importância da auditoria social como instrumento de apoio à governação. Contudo, pode constatar-se que a falta de capacidade financeira de algumas OSCs impede o devido seguimento das acções e subsequente mobilização da comunidade para, como um todo, realizar uma monitoria mais alargada das actividades do governo.



Comercialização de produtos agrícolas,
Província do Niassa.



Campanha contra HIV/SIDA, Província do Niassa, 2009.

4. O papel das OSCs na perspectiva sectorial

Neste capítulo analisa-se o papel das OSCs por sectores - boa governação e desenvolvimento rural, e também por sub-sectoros - direitos humanos, cultura, serviços sociais e formação profissional. Em cada capítulo enfatizam-se as tendências gerais, os principais actores e alguns exemplos e práticas a destacar.

4.1 Boa governação

Nos últimos 10 anos aumentou de maneira significativa o número de organizações na área de governação, à medida que se foi questionando a atribuição e execução dos fundos públicos e os parceiros internacionais privilegiaram o fortalecimento da sociedade civil para actuar no campo de governação, reivindicar uma maior transparência e contribuir para a melhoria do sistema de governação democrática. Este processo de reforço do financiamento dos parceiros internacionais às OSCs contribui para mudanças de foco de inúmeras organizações, outrora viradas para a prestação de serviços. Assistiu-se igualmente à constituição de novas organizações focadas especificamente em questões de governação.

O debate sobre transparência e prestação de contas em Moçambique é recente. Uma das mais proeminentes organizações a trazer para o espaço público matérias sobre corrupção, transparência e prestação de contas foi o CIP, por volta de 2005-06. Mais tarde outras organizações começaram também a discutir, nas suas áreas específicas, questões relativas a transparência e prestação de contas. As actividades na componente de gov-

ernação iniciaram-se pois com o CIP, com acções focadas na anticorrupção, com o objectivo de promover uma maior integridade na gestão dos bens públicos. A criação, em 2007, do Fórum Nacional de Combate a Corrupção, no contexto das reformas do sector público, considerou as organizações da sociedade civil como sua parte integrante e favoreceu igualmente o envolvimento de outras organizações. A aprovação do Pacote Anticorrupção de 2012 – 2014, foi um dos mais importantes resultados de um processo muito complexo de barganhas, jogos de influências e pressões dos quais a sociedade civil foi parte integrante. Na sequência da entrada em vigor da Lei de Probidade Pública, que é parte integrante do Pacote Anticorrupção, assistiu-se em 2014 à demissão de dirigentes públicos em diferentes posições em mais de uma instituição pública e/ou órgão do Estado. Em resultado de uma forte pressão, exercida por OSCs, tais como o CIP, o IESE, Centro Terra Viva (CTV), Justiça Ambiental (JA), OMR e outras, o governo reconheceu a pertinência: da publicação dos contratos da indústria extractiva; da aprovação de um regime específico das operações petrolíferas e do regime de benefícios fiscais; e da aprovação do reg-

ulamento dos reassentamentos no quadro das actividades da indústria extractiva. As OSCs adoptaram o conjunto de estratégias com vista ao reconhecimento destes problemas como uma preocupação da sociedade em geral. Actividades de lobbying junto dos órgãos competentes sobre as matérias em causa e junto dos maiores doadores do país, diversos seminários e debates públicos (alguns dos quais com a participação de proeminentes figuras internacionais que representam a reserva moral mundial), elaboração de documentos de posição, comunicados de imprensa e a publicação de estudos baseados em evidências, funcionaram como um contributo importante para o alcance daqueles resultados.

A partir das acções desencadeadas, a consciência sobre direitos a nível das comunidades melhorou de uma forma marcante, com realce para as regiões com grandes investimentos no sector da indústria extractiva, terras e florestas. O aumento do conhecimento sobre direitos das comunidades representa uma importante mudança em relação ao passado. Em baixo apresentamos uma caixa que reflecte o conhecimento sobre reivindicação de direitos numa comunidade do Niassa.

A equipa de estudo fez uma visita a Miala, no Distrito de Sanga, onde organizou um grupo focal com membros do Conselho Consultivo, Comité de Gestão de Recursos Naturais, e Comité de Água. Em entrevista a estes membros eles afirmaram o seguinte:

Extractos de uma entrevista grupal na comunidade de Miala, em Sanga

“Nós não tínhamos aqui no distrito um Comité de Recursos Naturais. E foi por causa da empresa florestal, a Chikweti, que foi criado aqui o Comité de Gestão de Recursos Naturais, constituído por 5 membros. O presidente do Comité é o régulo da comunidade. Agora a área florestal é explorada por uma outra empresa que comprou da Chikweti. Nós estamos preocupados com a forma como os fundos pagos pela empresa estão a ser usados pelo régulo - o valor que a empresa paga, (os 20%), não está a beneficiar a comunidade. Entre os membros do comité apenas uma é mulher, a senhora Julieta, e queremos que mais mulheres integrem o comité. Já procurámos discutir o assunto no Conselho Consultivo mas o Conselho Consultivo não trata assuntos de recursos naturais. O número de membros do comité (5) é pequeno: no Comité está o régulo e os seus netos, e o único membro do comité que não é da família é a senhora Julieta. Inicialmente, quando o comité foi criado com o apoio da ROADS, ele tinha 13 membros. O comité tem recebido visitas de trabalho de muitas organizações, e já trabalhamos com a IBIS, Concern Universal, UCA, ORAM, CCM, ROADS e outras. É graças as formações que recebemos destas organizações que hoje sabemos que estas terras nos pertencem, que as ideias das mulheres são válidas, e o que é dirigir e liderar. As comunidades marcaram audiência com o administrador no ano passado, para saber com ele sobre a distribuição do fundo dos 7 milhões. A preocupação da comunidade estava relacionada com o facto do montante alocado para os projectos a financiar (200 mil) ser inferior ao que a comunidade tinha conhecimento ser previsto (300 mil). A audiência junto do administrador permitiu o problema ser resolvido.”¹³⁵

135. Entrevista com membros de comités de recursos naturais, de água, e membros do conselho consultivo distrital, na comunidade de Miala, em Sanga, 26.02.2015.

4.1.1 Monitoria de orçamento

Em 2010 foi criado o Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO) constituído por algumas organizações da sociedade civil nomeadamente, Fórum da Sociedade Civil para os Direitos das Crianças (ROSC), Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), Centro de Integridade Pública (CIP), Grupo Moçambicano da Dívida (GMD) e Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC). O FMO estabeleceu ligações com a Assembleia da República, através da Comissão do Plano e Orçamento (CPO), o que constitui, talvez, a primeira iniciativa estruturada e sistemática de relacionamento entre o parlamento e as organizações da sociedade civil. O FMO faz análises sobre a execução do Orçamento do Estado (OE) e os resultados são submetidos ao CPO que normalmente os usa para as audições ao governo. Foi na sequência das acções de advocacia levadas a cabo pelo FMO que as propostas de Orçamento do Estado passaram a ser divulgadas publicamente no site do Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD), actual Ministério da Economia e Finanças¹³⁶, antes da sua submissão ao Parlamento¹³⁷. Este procedimento permite que as organizações da sociedade civil possam discutir os documentos e apresentar as suas propostas de melhoria tanto ao próprio governo como à assembleia da república, no caso desta última via CPO.

136. Este novo ministério integra a recente estrutura de órgãos ministeriais do governo de Nyusi e resulta da fusão entre o Ministério da Planificação e Desenvolvimento e o Ministério das Finanças.

137. ITAD/COWI: Apoio À Participação da Sociedade Civil no Diálogo sobre Políticas, Relatório Nacional de Moçambique, Novembro de 2012.



Direcção Provincial do Plano e Finanças,
Província do Niassa, Março de 2015.

Opinião do Presidente da CPO sobre o FMO:

A Comissão do Plano e Orçamento (CPO) tem uma relação com o Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO) desde 2010. Quando se iniciou a legislatura passada recebemos uma proposta de memorando de entendimento que estabelecia a intenção de, por via da Assembleia da República, o Fórum receber os Planos Económicos e Sociais (PES) e Orçamento do Estado (OE) antes do debate na Assembleia. Dado que a CPO não tem autonomia para assinatura de memorandos, a proposta foi submetida à Presidente da Assembleia da República que por sua vez a submeteu à Primeira Comissão, a Comissão dos Assuntos Constitucionais, Legalidade e Direitos Humanos. A decisão que acabou por ser tomada foi a de que não se podiam facultar informações antes das mesmas se tornarem públicas. Nesse sentido, as partes avançaram para uma discussão sobre as melhores modalidades que pudessem ajudar a tornar o processo mais eficaz e útil para a Assembleia da República, uma vez que os pareceres sobre o Plano Económico e Social e sobre o Orçamento do Estado eram do interesse do órgão legislativo e sobretudo da CPO. Assim, foi acordado que o FMO receberia o PES e o OE antes do seu debate na Assembleia da República. Pelo seu lado, a CPO encarregou-se de solicitar ao governo que o acesso aos dois instrumentos de planificação fosse garantido pelos ministérios responsáveis, o MPD e o Ministério das Finanças, o que, efectivamente, passou a acontecer nos termos previstos. Porém, nos anos subsequentes, a CPO passou a fornecer directamente os documentos, uma vez que se tinham verificado atrasos na disponibilização dos mesmos pelos ministérios. O FMO passou a produzir relatórios com pareceres sobre o PES e OE e a CPO usa-os para a produção de seus pareceres, na audição ao governo, bem como na fiscalização do OE. A CPO manifestou a sua satisfação com a evolução das OSCs nos últimos anos, ao mesmo tempo que entende que há necessidade de capacitá-las em assuntos de legislação, sobretudo a relativa à área mineira e de petróleos, áreas críticas para o desenvolvimento do país.

O trabalho realizado pelo FMO contribuiu para mudanças nas alocações, por exemplo em relação ao subsídio social básico, que duplicou em 2012. Em 2010, quando o FMO produziu o seu relatório de análise do Orçamento do Estado 2011, o documento fazia referência à dificuldade de leitura e interpretação dos documentos do OE. Esta foi sempre uma preocupação da sociedade civil e a articulação do FMO com o Parlamento favoreceu a implementação pelo governo do “Orçamento do Cidadão” que reflecte a preocupação de tornar o OE de mais acessível a leitura, compreensão e interpretação por parte dos cidadãos. O FMO teve igualmente a oportunidade de analisar e produzir um parecer, que foi encaminhado para CPO, sobre o Plano Económico e Social e Orçamento do Estado do corrente ano (2015). Tal como em outras situações o parecer do FMO foi usado como parte do documento de referência deste órgão na audição ao governo.

A nível local quase todas organizações membros do FMO realizam actividades de monitoria do orçamento, umas de carácter abrangente e outras focadas numa linha específica como por exemplo a monitoria do Fundo de Apoio Directo as Escolas (ADE). Entretanto, a iniciativa mais complexa a este nível tem sido implementada pelo CIP, através do rastreio da despesa pública com foco nos distritos. Esta experiência tem sido bastante útil para alguns governos comprometidos com a transparência na gestão e execução da despesa pública. O CIP actua em parceria com OSCs locais o que permite fortalecê-las e garantir a sua apropriação do processo no longo prazo. Em Nampula, por exemplo, o CIP trabalha em parceria com a FACILIDADE e no Niassa trabalha com a ESTAMOS. É evidente que estudos orientados para o rastreio da despesa pública ou para a monitoria do orçamento têm uma implicação directa sobre questões mais problemáticas de governação. Muitas vezes os agentes públicos menos preparados e menos comprometidos com estes processos tendem a reagir de forma negativa a esta interferência da sociedade civil. Por exemplo, em 2012 no Niassa, o governador interditou a ESTAMOS de continuar a realizar os rastreios da despesa pública.

4.1.2 Estudos – produção de evidência

As actividades de lobbying e advocacia representam as linhas mais importantes de intervenção das organizações da sociedade civil a trabalhar na área de governação em Moçambique. A maioria das organizações da sociedade civil que trabalha nesse campo ainda carece de capacidade para tornar a sua intervenção mais eficaz. Muito poucas organizações produzem estudos consistentes e baseados em evidências. As organizações que o fazem com rigor científico e de forma sistemática ainda são relativamente poucas, e, grosso modo, essas organizações estão baseadas em Maputo. Como dissemos, já existam experiências deste tipo de trabalho a nível local, mas a sua visibilidade é fraca e os actores resumem-se a uma ou duas organizações, operando muitas vezes em articulação com organizações de nível central.

O IESE, CIP, WLSA, OMR, LDH, são algumas das organizações que, no contexto das suas actividades estratégicas, realizam estudos científicos e produção de estudos baseados em evidências. O IESE é uma instituição sólida em termos de pesquisa científica e produz com regularidade estudos sobre políticas económicas e sociais. O CIP tem a característica de aliar pesquisa e advocacia. A WLSA produz estudos e usa-os como base para as suas actividades de lobbying e advocacia nos assuntos de género, mulher e desenvolvimento. O Observatório do Meio Rural (OMR) tem um claro foco sobre questões de desenvolvimento rural, especialmente sobre as políticas e desenvolvimento do sector agrário. Outras organizações, como a Liga dos Direitos Humanos (LDH), realizam estudos sobre direitos humanos em Moçambique, sendo que algumas das suas delegações provinciais produzem estudos rápidos baseados em evidências. Na área do meio ambiente, as organizações como a Livaningo, Justiça Ambiental, Centro Terra Viva (CTV) e AMA também fazem estudos, por enquanto limitados a estudos de caso e produzidos sem regularidade. As questões do financiamento e do pessoal qualificado representam constrangimentos difíceis de ultrapassar para muitas das organizações que se dedicam a estudos na área de governação.

A nível provincial só as organizações grandes, em número bastante reduzido e com sede nas capitais, fazem estudos baseados em evidências, muitas vezes em articulação com alguma organização de nível nacional. Como exemplos pode referir-se a AMA em Cabo Delgado, a Estamos no Niassa e a Facilidade em Nampula. Recentemente, as plataformas provinciais procuram integrar esta componente de produção de evidências no sentido de disponibilizar aos seus membros fundamentos para a reivindicação de mudanças de políticas.

O desafio que se coloca às organizações da sociedade civil para a realização e utilização de estudos baseados em evidências desdobra-se em dois campos. O primeiro tem a ver com a complexidade de alguns dos estudos – muito extensos, densos e de alto pendor académico. O outro aspecto está directamente relacionado com o anterior e refere-se ao uso reduzido dos estudos pelas OSCs para as suas actividades de lobbying e advocacia. Efectivamente, apesar da qualidade dos produtos de pesquisas ser reconhecida a nível nacional e internacional, há uma crescente preocupação no que respeita à necessidade de converter o

conhecimento produzido em acção. Vários entrevistados chamaram a atenção para o facto dos estudos produzidos pelas OPAs e baseados em evidências não serem usados na prática. Esta ausência de utilização deve-se às razões apontadas mas também à dificuldade de mobilização e à questão do foco de intervenção das OPAs por vezes não abranger acções de advocacia.



Documentação e evidência para as actividades de advocacia.

4.1.3 Acesso à informação

Em Moçambique o acesso à informação é um desafio permanente para as organizações da sociedade civil e para os cidadãos em geral. Salvo algumas excepções, as instituições do Estado tendem a não disponibilizar a informação, independentemente de a mesma ser, ou não, definida legalmente como de carácter público. Foi na sequência das violações recorrentes do direito constitucional dos cidadãos ao acesso à informação, que o MISA Moçambique submeteu à Assembleia da República, em 2005, a proposta de Lei de Direito à Informação. Esta proposta de lei veio a ser aprovada em 2014. Para além da Plataforma da Sociedade Civil para a Boa Governança¹³⁸, a organização não-governamental dinamarquesa, IBIS Moçambique e os parceiros do Programa Acesso à Informação, financiado no âmbito do Programa AGIR, foram igualmente determinantes para a aprovação daquela lei. Apesar da aprovação da Lei, as dificuldades de acesso vão provavelmente prevalecer por muito tempo, dada a atitude e a cultura dos serviços públicos desenvolvidas

138. Vide capítulo 3.5.3 Espaços informais e qualidade de interacção.



Rádio comunitária Chiveve em Beira, Província de Sofala, Março de 2015.

ao longo de vários anos. Nesse contexto, as OSCs precisam de trabalhar arduamente no desenho e concretização de estratégias que concorram para a mudança de atitude. Tendo em conta os potenciais desafios no quadro da implementação da lei do direito à informação, a IBIS Moçambique vai implementar um projecto de divulgação da Lei do Direito à Informação junto das organizações da sociedade civil e cidadãos, enquadrado no seu subprograma Acesso a Informação e Engajamento do Cidadão.

4.1.4 Direitos Humanos

O conceito de direitos humanos é transversal às diversas vertentes do desenvolvimento.¹³⁹ Os investimentos crescentes no sector da indústria extractiva e no sector agrário apontam para uma situação de confluências dicotómicas entre investimentos, desenvolvimento e direitos humanos.

A participação da sociedade civil tem sido uma presença muito forte, tanto nos processos de preparação e formulação de novas leis, como nos debates de Revisão Periódica Universal (RPU) em que um grupo muito abrangente de OSCs participa.¹⁴⁰

Sendo responsável pelo quadro legislativo e o principal portador de deveres, o papel do Estado é importante. Mas o papel das OSCs é indispensável na defesa direitos, como porta-voz de novas iniciativas legislativas e agen-

139. CESC: State of the Union Mozambique Report. Justina Dugbazah, Romão Xavier & Padil Salimo, CESC, Maputo 2013.

140. Summary prepared by the Office of the High Commissioner for Human Rights in accordance with paragraph 15© of the annex to Human Rights Council resolution 5/1: Mozambique, Working Group on the Universal periodic Review, tenth session, 24 January – 4 February 2011.

te chave na monitoria de implementação e aplicação de legislação. Neste domínio, destacam-se algumas organizações tais como a Liga de Direitos Humanos (LDH), a Associação Moçambicana para Promoção de Cidadania (AMOPROC), o Centro de Integridade Pública (CIP) entre outras. A área de direitos de mulheres e de género destaca-se com uma forte representação de OSCs – exemplos: Women and Law in Southern Africa (WLSA), Associação Mulher e Lei e Desenvolvimento (MULEIDE) e Associação das Mulheres de Carreira Jurídica (AMMCJ).

A acção da sociedade civil no âmbito de direitos humanos tem beneficiado de muito apoio ao longo dos anos, mas esse apoio continua a ser fulcral para reforçar os níveis de intervenção da SC a nível da produção legislativa, da participação na monitoria internacional, nacional e local, bem como na promoção de cidadania activa e democrática. O enfoque nos direitos humanos carece, pois, de apoio em todos os sectores - sectores produtivos (acesso à terra, direitos laborais), nos sectores sociais (educação, saúde, protecção social) e no sector político (justiça, eleições, liberdade de expressão e organização).

Exemplo de uma organização de direitos humanos, sediada em Sofala:

A Pressão Nacional de Direitos Humanos (PNDH) é membro da Plataforma Nacional de Direitos Humanos. Opera actualmente só na Província de Sofala - sobretudo nos distritos de Búzi e Nhamatanda, mas já tem um ponto focal em Tete. Trabalha no aconselhamento familiar para reduzir e prevenir a violência doméstica. O aconselhamento é feito por juristas voluntários na sede da PNDH e nas clínicas jurídicas móveis, que funcionam nos distritos onde a organização opera. O papel de PNDH é atender as questões colocadas, analisar e depois encaminhar os casos às devidas autoridades públicas. No seu trabalho, o PNDH colabora com vários media com os quais estabelece Memorando de Entendimento (MdE): TVM e rádios comunitários entre os quais se incluem o Rádio Chiveve, Pax, Pica, Nhamatanda e Buzi. Para facilitar o seu trabalho com as comunidades o PNDH traduziu para Sena as Lei da Protecção da Pessoa Idosa e Política de Protecção Social; Lei da Família; Lei contra Violência Doméstica e a Lei de Terra.

CASOS ASSISTIDOS/2014 NA CIDADE E DISTRITOS BEIRA, NHAMATANDA E BUZI			
	HOMENS	MULHERES	TOTAL
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	2	7	9
CONFLITO DE TERRA	74	110	184
AGENTE DE VIACAO	2	1	3
CONFLITOS SOCIAIS	17	1	18
CONFLITO LABORAL	198	9	207
INTOLERANCIA POLITICA	1	0	1
VIOLACAO DO DIREITO DA CRIANCA	0	1	1
DEFAMACAO	1	0	1
FURTO	1	1	2
ROUBO	0	1	1
DIVORCIO/SEPARACAO	0	1	1
TOTAL GERAL	295	131	426

Registo de violações de direitos, PNDH em Beira, Província de Sofala, Março de 2015.

No contexto do presente relatório, há um interface considerável entre o sub-sector de direitos humanos e o sub-sector de serviços sociais no que diz respeito à defesa dos direitos de vários grupos vulneráveis. Vide também, mais abaixo, o capítulo 4.3.1. Serviços Sociais.

4.2 Desenvolvimento Rural Sustentável

Em Moçambique cerca de 70% da população habita e trabalha nas zonas rurais e o sector primário é o que mais contribui para o PIB¹⁴¹. Neste contexto, a promoção do desenvolvimento rural nas suas múltiplas vertentes configura-se como um aspecto fulcral da política de desenvolvimento socioeconómico. Com efeito, a prossecução de um desenvolvimento rural inclusivo e sustentável abrange uma grande diversidade de aspectos – desde a preservação e utilização sustentável de recursos naturais, intervenções nos sectores sociais e económicos, até, entre outras, questões relativas à preservação e transmissão da cultura às novas gerações e à salvaguarda e uso sustentável do rico e diverso património cultural, material e imaterial, detido pelas populações rurais.¹⁴²



Vendedora jovem de produtos agrícolas, Província de Zambézia, Março de 2015.

141. A agricultura, pecuária, caça, silvicultura, actividades relacionadas e pesca continuaram a ter o maior peso na economia de Moçambique, com 35,6%, seguidas da indústria transformadora com 10,3%. INE, dados relativos ao 2º trimestre de 2014 divulgados em Setembro de 2014.

142. No estudo recente realizado pela EU para definir áreas prioritárias de intervenção a nível de desenvolvimento rural, foram trabalhados 6 conjuntos de indicadores, que englobaram 21 sub-indicadores, no sentido de encontrar o “índice de desenvolvimento rural”. Identification of the 11th EDF Geographical Focus and Rural Development Interventions – Niras and ibf international consulting, EU Delegation Mozambique, February 2015.

4.2.1 Os actores principais

O desenvolvimento rural tem sido um dos alvos de intervenção do **governo** desde a Independência, em 1975, com vários grandes programas cujos objectivos eram melhorar a situação das populações rurais no âmbito de produção agrícola, pecuária e florestal; água e saneamento; vias de acesso e mercados rurais; e serviços de saúde e educação. Assim, o governo tem vindo a desenhar estratégias, planos e a implementar vários programas em prol do desenvolvimento rural, nomeadamente: o PROAGRI I e II (com início em 1998 e em 2005, respectivamente), a Estratégia da Revolução Verde (2007), o PEDSA¹⁴³ (2010 – 2019), os Planos de Acção para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA I e II), e também planos e programas sectoriais como, por exemplo, o Plano Estratégico de Água e Saneamento Rural (PESA-ASR) 2006-2015, e Programa de Promoção de Mercados Rurais (PROMER).

143. O PEDSA é implementado via Planos Quinquenais e Planos Económicos Sociais nomeadamente: O Plano Quinquenal 2010-2014 que harmoniza os esforços no sector introduzindo medidas para melhorar significativamente o uso da terra, água e florestas; O Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA) que cobre o período de 2008-2011 – parte do PEDSA para o primeiro quinquénio; O Plano Quinquenal 2015-2019 que consolida a segurança alimentar e amplia o acesso ao mercado para a produção nacional; Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário – PEDSA 2010-2019, Ministério de Agricultura, Outubro de 2010.

De acordo com a Estratégia de Desenvolvimento Rural 2006-2015¹⁴⁴, o “Desenvolvimento Rural é o processo de melhoria das condições de vida, trabalho, lazer e bem-estar das pessoas que habitam as zonas rurais”. O documento refere a necessidade de conglomerar esforços do sector público, privado, sociedade civil, parceiros e investidores internacionais no sentido de atingir os cinco objectivos estratégicos definidos:

1. Aumento da competitividade, produtividade e acumulação da riqueza rural;
2. Gestão produtiva e sustentável dos recursos naturais e do ambiente;
3. Expansão do capital humano, inovação e tecnologia;
4. Diversificação e eficiência do capital social, de infraestruturas e institucional;
5. Boa governação e planeamento para o mercado.

No entanto, o papel da sociedade civil é abordado de uma forma muito sucinta – participação de organizações como a Associação Moçambicana de Economistas (AMECON) e a UNAC, entre outras, nas acções de monitoria e avaliação da estratégia (p.73) e “apoio às ONGs com enfoque rural” no âmbito do objectivo estratégico 5 (p.81).

Recentemente, a gestão de recursos naturais – floresta, terra, minerais – tem sido um enfoque importante no âmbito do desenvolvimento rural. Com efeito, o governo tem um programa específico para esta área¹⁴⁵, o sector privado está directamente envolvido e a sociedade civil, tem

uma plataforma nacional¹⁴⁶ e redes temáticas a nível provincial sobre esta matéria no sentido de garantir uma gestão sustentável e transparente dos recursos naturais.

Os **ministérios** principais para a área de desenvolvimento rural são os da Economia e Finanças; Agricultura e Segurança Alimentar; Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural; Recursos Minerais e Energia e Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos¹⁴⁷ embora todos os restantes ministérios desempenhem, de uma forma ou doutra, funções que se relacionam com o desenvolvimento nas zonas rurais. A recente configuração ministerial, que une a gestão do meio ambiente e da terra num único ministério, pode representar o resultado da reflexão sobre a importância de reconhecer não só o potencial económico, mas também a necessidade de coordenar a gestão de todos os recursos naturais.

144. Estratégia de Desenvolvimento Rural 2006-2025, Governo de Moçambique, Conselho de Ministros, 11 de Setembro de 2007.

145. A Estratégia de Desenvolvimento Rural e o Programa de Promoção do Uso dos Recursos Naturais para o Desenvolvimento. Ministério da Administração Estatal, Direcção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural Maputo, Março de 2010.

146. Plataforma da Sociedade Civil sobre Recursos Naturais e Indústria Extractiva.

147. www.portaldogoverno.gov.mz

O **sector privado** é um actor importante em relação ao desenvolvimento rural, especialmente no que se refere ao desenvolvimento agrícola. A produção agrícola, mesmo no sector familiar, é orientada pelas forças de mercado, e, conforme discutido no capítulo anterior, há muitas associações de camponeses ou pequenos produtores que se encontram numa zona cinzenta entre a sociedade civil e o sector privado exactamente por este motivo. O sector privado investe em projectos relacionados com recursos naturais, na agricultura e pescas, mas também em inúmeras actividades económicas associadas quer a montante – venda de insumos e meios de produção, pequenas oficinas de reparação de maquinaria, etc, quer a jusante – armazenagem, comercialização agrícola, rede de frio, assumindo, pois, um papel de grande importância para o desenvolvimento rural.

Em termos da **sociedade civil**, o processo de envolvimento dos camponeses em acções colectivas de desenvolvimento rural iniciou-se com base na primeira Lei de Terras e na Lei das Cooperativas, aprovadas em Junho de 1979, onde as cooperativas eram definidas como *“organizações de natureza colectiva que realizam uma actividade sócio-económica sem a exploração do homem pelo homem”*. O processo, iniciado com as machambas colectivas e continuado pelas cooperativas, foi conduzido de cima para baixo¹⁴⁸. No entanto, a noção da necessidade de unir esforços e o conceito abrangente de desenvolvimento rural – melhoria das condições de vida e de trabalho, diversificação da produção agrícola – estavam já presentes nessa altura: *“... depois de referir que a cooperativa tinha sido iniciada por 33 membros e contava na altura com 503 cooperativistas afirma... É com o permanente apoio do partido e do Estado que a cooperativa cresce*

*e se consolida, criando-se outros sectores de actividade complementar à tarefa principal de produção, nomeadamente: Loja de consumo, creche, messe, posto sanitário, pequena indústria cerâmica, criação de gado bovino, suíno e pequenas espécies...”*¹⁴⁹

148. A “socialização do meio rural” era um dos objectivos principais das políticas da Frelimo pós independência, definida com base nas experiências das zonas libertadas no período da luta de libertação nacional. O Partido e o Estado é que induziram o aparecimento de cooperativas e disponibilizaram os factores de produção, maquinaria e equipamentos para o respectivo funcionamento. Mosca, João, Políticas Agrárias de (em) Moçambique (1975-2009).

149. Discurso de Raimundo Valóí, Presidente da Cooperativa Heróis Moçambicanos do Chókwe, no 4º Congresso da Frelimo em 1983. Citado em Mosca, João, Políticas Agrárias de (em) Moçambique (1975-2009), pp.76-78.

Apesar das escassas referências que são feitas em documentos oficiais¹⁵⁰, a contribuição de organizações da sociedade civil moçambicana na promoção do desenvolvimento rural tem sido constante e tem vindo continuamente a crescer desde as décadas 80 e 90 do século passado. As consultas comunitárias têm atualmente um papel importante nas várias estratégias e programas rurais como uma forma de assegurar a auscultação da população rural¹⁵¹ e há várias OSCs que realizam essas consultas como uma das bases do seu trabalho. Com efeito, referindo só alguns exemplos de OSCs, inseridas na tipologia, acima descrita, de Organizações Baseadas no Conhecimento, podem ser enumeradas:

- **A União Nacional de Camponeses (UNAC)** que se assume como “*um movimento de camponeses, do sector familiar, fundado em 1987 e registado em 1994, que luta pela participação activa dos seus associados no processo de desenvolvimento de Moçambique*”¹⁵². A UNAC é uma organização com milhares de associados e integra quer OSCs que actuam a nível provincial, distrital e local quer camponeses individuais. Em 2010, a UNAC contava com cerca de 86.000 membros individuais¹⁵³ agrupados em 2.200 associações e cooperativas. Estas, por sua vez, estão organizadas em estruturas superiores somando o número de 83 uniões distritais, 7 uniões e 4 núcleos provinciais de camponeses. Tem, por isso, uma forte implantação a nível da base. A nível das redes nacionais, a UNAC é membro do Forum Mulher, G20, GMD e ROSA. É igualmente membro da Via Campesina, organização mundial que reúne 164 organizações de 73 países de vários continentes. A UNAC tem uma capacidade de mobilização assinalável e de alcance internacional.
- **A KULIMA**¹⁵⁴ - nasceu em 1984 em ligação com uma ONG francesa (Bioforce), no período da Guerra Civil, para apoiar refugiados a fim de lhes criar condições de reassentamento definitivo em áreas mais propícias. Foi reconhecida em 1990 como uma ONG Nacional. Hoje opera em todas as províncias, em diversas áreas – finanças rurais, segurança alimentar e nutricional, meio ambiente e recursos naturais, promoção social de direitos humanos, educação e saúde comunitária e emergência- e tem projectos executados em mais de 63 distritos. Está, pois, focada no desenvolvimento rural integrado – e conta com centenas de funcionários e voluntários para a implementação dos seus projectos. É membro, a nível das redes nacionais, da Associação Moçambicana de Operadores de Microfinanças (AMOMIF), do Fórum de Energias e Desenvolvimento Sustentável de Moçambique (FEDESMO), do Forum Mulher, do Forum Terra, G20, GMD, JOINT, Mecanismo Africano de Revisão dos Pares (MARP), MONASO, NAIMA+, Rede Contra o Abuso de Menores (Rede Came), Rede da Criança e ROSA. É igualmente membro da rede internacional Movimento de Educação Para Todos (MEPT).

150. O PEDSA que refere que as ONG foram consultadas para a validação do programa, mas não fornece informação relativa aos resultados dessa consulta e remete as OSCs a um papel complementar ao das entidades estatais em acções de extensão rural.

151. As auscultações nem sempre são conduzidas de uma forma que satisfaz a população rural, mas, em termos teóricos, os sistemas são montadas e representam um espaço convidado para a participação popular.

152. Várias entrevistas com delegações de UNAC a nível provincial em Fevereiro e Abril de 2015; <http://www.unac.org.mz/index.php/unac>

153. Actualmente são referidos pela UNAC 100.000 membros.

154. Entrevista com KULIMA 22.02.2015; <http://www.kulima.org/joomla3/index.php/pt/quem-somos-pt/historia-2>

- **A Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM)**¹⁵⁵, fundada em 1992 e legalizada em 1994, é uma associação sócio-cultural, que assumiu como missão promover a “Justiça pela Terra” através da disseminação de políticas de terra e recursos naturais, no sentido de influenciar e tornar os processos decisórios mais equilibrados e justos no acesso, uso e aproveitamento do recursos terra de forma sustentável. Conta com delegações que cobrem a totalidade do país: Delegação Zona Sul - representando Maputo, Gaza e Inhambane; Delegação de Sofala; Delegação de Manica - representando Manica e Tete; Delegação da Zambézia; Delegação de Nampula - representando Nampula e Cabo Delgado; e Delegação de Niassa.
- **A Associação Nacional de Extensão Rural (AENA)**¹⁵⁶ é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 2005, cuja vocação é prestar serviços de extensão rural e advocacia de forma competitiva, inovativa e profissional enraizado nos conhecimentos locais. A AENA conta com cerca de 30 membros e tem como áreas de intervenção a segurança alimentar, económica e nutricional, a equidade do género, advocacia e lobby sobre os recursos naturais e extensão rural e desenvolvimento organizacional.

Complementarmente, Moçambique conta igualmente com organizações da sociedade civil, da tipologia acima descrita como Organizações de Pesquisa e Advocacia, que dispõem de recursos humanos altamente qualificados e experientes, com estudos produzidos de grande valia para a definição de linhas estratégicas de apoio ao desenvolvimento rural.¹⁵⁷

As OSCs acima referidas e outras organizações com conhecimentos técnicos e científicos sólidos e/ou forte implantação local, constituem uma mais-valia que não deveria ser ignorada, quer na definição de políticas e estratégias, quer na definição e implementação de programas e projectos de desenvolvimento rural integrado.

155. Várias entrevistas com delegações de ORAM a nível provincial em Fevereiro e Abril de 2015; <http://www.oram.co.mz/apresentacao.html>

156. Entrevista com AENA, 10.02.2015; <http://aena-mz.com/index.php>

157. Vide os websites do IESE www.iese.ac.mz e do OMR www.omrmz.org



Demonstração de fogão melhorado para pupança de lenha, Distrito de Mecanhelas, Província do Niassa, 2012.

OSCs

As actividades das OSCs no âmbito de desenvolvimento rural sustentável são múltiplas, e desenvolvem-se em duas áreas principais: prestação de serviços e advocacia. Nestas duas áreas, as OSCs actuam em relação aos vários sectores: agricultura, outras actividades em meio rural e infraestrutura físicas e económicas.

Entrevistas com organizações que representam camponeses e que trabalham com a gestão de terra na Província da Zambézia confirmaram que subsistem problemas gerais que têm sido preocupações permanentes do sector familiar de há décadas a esta parte: a falta de insumos agrícolas; a falta de acesso a conhecimentos técnicos mais avançados e as dificuldades de acesso ao mercado para escoamento de produtos.¹⁵⁸ A melhoria das condições de vida das populações rurais passa por dotar o meio rural de infraestruturas básicas - vias de comunicação, redes de água e saneamento, electricidade e tecnologias de informação e comunicação (TIC), bem como de infraestruturas sociais (escolas, postos de saúde e hospitais) e económicas (mercados, lojas, estradas rurais). Apesar dos avanços verificados na execução de infraestruturas e equipamentos em meio rural, ainda há muitos desafios a superar nas zonas rurais¹⁵⁹. O acesso equitativo à educação, à saúde e saneamento, à água potável e à protecção social – nomeadamente às crianças e outras pessoas vulneráveis, são uma responsabilidade do estado e um desiderato expresso nos vários Programas e Estratégias de promoção do desenvolvimento rural. Esta preocupação mantém-se actual e está contemplada na Prioridade 2 - Desenvolver o Capital Humano e Social, do Plano Quinquenal do Governo 2015 – 2019 recentemente aprovado.

158. Entrevistas com UPCZ, Terra Amiga, ORAM e Associação de Botão, Província de Zambézia, Fevereiro de 2015.

159. Como se pode verificar no Plano Quinquenal 2015-2019 – Resultados a alcançar em 2019: Taxa Líquida de Escolarização 86%; A Taxa de cobertura de crianças completamente vacinadas 94%; Aumentar a Taxa de cura de desnutrição aguda em crianças menores de cinco anos dos actuais 60% para 80%; Reduzir a Prevalência da desnutrição crónica em crianças menores de 5 anos dos actuais 43% para 35%; Aumentar a % da população rural com acesso a fonte segura de água dos actuais 52% para 75%; Aumentar a % da população rural que dispõe de serviços de saneamento adequados dos actuais 50% para 80%.

A actividade agrícola está estreitamente ligada ao direito e acesso aos recursos naturais (água, terra, floresta, etc.) que tem vindo a ser ameaçado quer pela usurpação ilegal e continuada desses recursos¹⁶⁰, quer pelo interesse crescente de investidores internacionais das áreas do agro negócio e da exploração de recursos minerais.

Entre muitos outros exemplos, pode citar-se a implantação de empresas florestais no Niassa que deu origem a conflitos de terras entre as empresas e as comunidades. Nalguns casos, esses conflitos resultaram na destruição deliberada, por parte da comunidade, de enormes áreas de floresta como forma de contestação à ameaça de perda das suas terras e demais recursos naturais.



160. http://www.lemonde.fr/afrique/article/2015/05/22/nouveaux-ravages-chinois-dans-les-forets-du-mozambique_4638952_3212.html#xtor=AL-32280515

Dizem que o fomento do Eucalipto dá trabalho às populações, mas o trabalho é só de início, na altura das plantações. As espécies florestais ocupam os terrenos durante muito tempo e a comunidade acabará por ficar sem terra para produzir os seus alimentos. A floresta ocupa a terra, no mínimo entre 10 a 15 anos e durante este período a população fica sem hipótese de trabalhar nas culturas alimentares. Complementarmente, os filhos e os netos serão prejudicados também. Se se encontrasse um meio-termo e se harmonizasse as 2 componentes – comida e floresta – seria óptimo. Sem percebermos bem e acreditarmos que essas 2 componentes estão harmonizadas não há hipóteses de aderirmos.¹⁶¹

161. Entrevista à União Provincial de Camponeses de Nampula, 18.02.2015.

Efectivamente, OSCs como a UNAC, a ORAM, a AENA, a JÁ, o CTV, muitas vezes actuando conjuntamente quer a nível nacional quer internacional, têm-se afirmado como grandes divulgadores dos direitos à terra¹⁶², na pesquisa e divulgação de evidências, na delimitação e demarcação de terras comunitárias e também na condução de acções de lobbying e advocacia de reivindicação do direito à terra legalmente consignado.

A necessidade de terra e recursos naturais é ampliada pela prática de agricultura itinerante, directamente ligada ao desconhecimento ou escassez de factores de produção adequados, e de outros conhecimentos técnicos sobre agricultura e práticas agrícolas.

162. Por intermédio de agentes de diversas OSCs e OCBs que actuam em contacto directo com as populações, com destaque para o caso da Rede de Associações de Paralegais: http://www.itc.co.mz/lib/pdf/presentations/220414%20Paralegais_JL.pdf

que em Abril de 2014 dispunha de 456 agentes formados (dos quais 133 – 29% são mulheres), integrados na Associação dos Paralegais de Cabo Delgado (ASPACADE) – 2010, Associação de Paralegais de Gaza (APG) – 2012, Associação dos Paralegais da Província de Manica (APPM) – 2013, Associação de protecção e defesa do ambiente e recursos naturais (Terra Amiga) Zambézia – 2013 e Associação de Paralegais para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade (APADEC) Nampula – 2013.

As OSC que actuam na área da extensão rural podem dar um contributo definitivo para a minimização das limitantes acima descritas. Desde logo muitas das associadas da UNAC, por exemplo a União Provincial de Camponeses de Nampula que faz formação e treinamento de “promotores” que são, eles próprios, camponeses, a AENA que actua, entre outras, na área de segurança alimentar, a AMVIRO de Inhambane que divulga e introduz práticas melhoradas de agricultura, como por exemplo a feitura e aplicação de composto orgânico, etc. O acesso ao crédito e aos mercados são igualmente aspectos importantes que têm estado a ser trabalhados pelas OSCs.

No que respeita à diversificação da actividade agrícola há um universo de actividades complementares, que podem ser igualmente incentivadas e apoiadas pelas OSCs, com potencial para melhorar a qualidade da nutrição das populações e aumentar o rendimento das famílias rurais. Podem citar-se como exemplos a apicultura¹⁶³, a pecuária, nomeadamente a criação de pequenas espécies, piscicultura,

163. Já com forte expressão nalgumas províncias como Manica e Sofala e com unidades de processamento do produto em funcionamento <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/provincia-em-foco/26879-manica-producao-de-mel-triplica-em-sussundenga>

multiplicação de plantas comestíveis e ornamentais¹⁶⁴, produção de mudas para a floresta, o artesanato, a produção de tijolos, etc.

No que respeita às florestas há que reforçar um aspecto, já abordado anteriormente, que é a necessidade de apoiar o trabalho das OSCs na divulgação e aplicação dos direitos que a lei consigna, quer para a preservação das florestas, quer para o benefício das comunidades em cuja área é explorado o recurso.

A Lei das Florestas e da Fauna Bravia (LFFB) dispõe que 15% das taxas cobradas na altura do licenciamento sejam aplicadas no reflorestamento (Artº 35º da LFFB). Determina igualmente que 20% dessas taxas revertam directamente para o fortalecimento institucional das comunidades locais da área onde foram extraídos os recursos florestais (Artºs 101 e 102 do Regulamento da LFFB)¹⁶⁵.

164. Nas Zonas Verdes de Maputo, ao longo das estradas principais, há um comércio intenso de plantas envasadas.

165. Levantamento sobre a sobretaxa (15%) do Repovoamento Florestal. Estudo de caso: Distrito de Mongicual. Plataforma Temática dos Recursos Naturais e Agricultura. PLATAFORMA DA Sociedade Civil - Nampula, Março de 2012.

A correcta aplicação da LFFB poderia, pois, dar um contributo definitivo para a salvaguarda e reposição da floresta, criando, ao mesmo tempo, oportunidades de emprego e diversificação de actividades das comunidades rurais (taxa dos 15%) – recolha de sementes de espécies florestais, sementeira e produção de mudas florestais, plantação de árvores, etc. – e concorrer igualmente para o melhoramento da qualidade de vida e diversificação das actividades produtivas (taxa dos 20%). Urge, pois, dotar as comunidades dos recursos necessários para a reivindicação e obtenção destes direitos consignados na lei, nomeadamente pelo apoio reforçado às OSCs que operam nesta área de intervenção.¹⁶⁶

O presente estudo permite concluir que a aplicação da sobretaxa de repovoamento florestal é desconhecida a nível distrital, como resultado das falhas de comunicação no sentido Nível Central – Distrital, pois no sentido inverso a mesma é garantida no acto de pagamento das taxas requeridas para o licenciamento florestal. Os resultados deste estudo pretendem reportar num sentido mais amplo a realidade vivida em toda a província de Nampula.

A capacitação das comunidades em matéria de legislação florestal é um facto que deve estar sempre presente, pois melhora a sua participação nas acções de defesa e protecção do meio ambiente para além de constituírem um grupo suficientemente forte de advocacia.

Torna-se igualmente necessário fortalecer cada vez mais o papel da sociedade civil nas acções de advocacia no sentido de garantir implementação e monitoria da legislação em vigor.

A nível provincial e no âmbito dos 15%, as acções de coordenação entre os vários actores da sociedade civil actuando no sector das florestas deve ser partilhada entre as Comissões Locais de Trabalho (CLT) e a Rede Temática dos Recursos Naturais e Agricultura, de acordo com as respectivas competências, capitalizando as sinergias entre entidades.¹⁶⁷

166. Há várias OSCs a trabalhar com o Governo, o Sector Privado e as Comunidades na promoção da gestão sustentável dos recursos naturais ex: a ORAM, o Forum Terra, a Kulima, a AENA e a AMA.

167. Levantamento sobre a sobretaxa (15%) do Repovoamento Florestal. Estudo de caso: Distrito de Mongicual. Plataforma Temática dos Recursos Naturais e Agricultura. Plataforma da Sociedade Civil - Nampula, Março de 2012.

A nível mundial abrem-se igualmente novas tendências a nível de turismo, que valorizam o património cultural material e imaterial e podem ser potencializadas em favor das populações rurais, com aumento da sua auto-estima e rendimentos. É o caso do turismo criativo¹⁶⁸, em que o turista participa activamente em actividades locais. Este tipo de turismo identifica e promove as actividades mais genuínas e diferenciadoras de um determinado local no sentido de as conjugar em pacotes turísticos. Outras vantagens são as mais-valias directas para a população local, com o benefício adicional do turista poder contribuir com os seus próprios conhecimentos na inovação e valorização dos produtos das actividades em que se integra.

168. Referido no Plano da Cultura como uma área de intervenção. Ex de uma rede de turismo criativo: <http://www.creativetourismnetwork.org/>

De referir que já há OSCs que estão a dar passos no sentido de promover este tipo de turismo ex: Centro do Teatro do Oprimido - que promove workshops para a população residente e turistas, saraus culturais com demonstrações gastronómicas, etc. Na altura da entrevista ao CTO falou-se da viabilidade de organizar pacotes turísticos em Maputo nomeadamente com outra associação - a IVERCA que já promove com sucesso percursos turísticos e festivais na Mafalala¹⁶⁹.

Da mesma forma, o grande desenvolvimento de projectos de ecoturismo com envolvimento comunitário - ex: no Parque Nacional da Gorongosa, na Reserva Especial de Maputo, no Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo¹⁷⁰ podem facilmente alargar o seu espectro de acção organizando pacotes turísticos que incluam actividades locais em que os turistas possam participar.

169. http://www.iverca.org/index.php?option=com_content&view=article&id=59&Itemid=87&lang=pt

170. O Covane Community Lodge (<http://www.covanecomcommunitylodge.com/about.html>) com uma área de 7 024 ha, localizado a 7 km de Massingir foi financiado pela USAID e pelo ONG Helvetas da Suíça, mas é propriedade da comunidade Canhane e gerido pela OSC moçambicana LUPA. Segundo o acordo inicial com as agências doadoras, 50% dos lucros do lodge deverão ser gastos em infra-estruturas comunitárias e o resto em investimentos para o hotel.

As OSCs que trabalham a nível provincial, distrital e local dispõem de conhecimentos acumulados sobre a cultura e as actividades complementares viáveis e diferenciadoras que existem localmente, estando, por isso, numa óptima posição para incentivar e apoiar tecnicamente a diversificação da actividade agrícola, incluindo programas e projectos de turismo criativo.



Iniciativa rural, Mocuba, Província de Zambézia, Março de 2015.

4.3 Outros sectores

4.3.1 Serviços Sociais¹⁷¹

A prestação de serviços sociais – protecção social aos vulneráveis, saúde e educação – é, em princípio, uma responsabilidade do Estado fundamentada na legislação e com políticas e estratégias sectoriais próprias. Os planos ministeriais contêm actividades de diálogo formal e regular com a sociedade civil nos vários sectores – protecção social, saúde e educação. Este diálogo tem o carácter de coordenação, e oferece à sociedade civil um espaço formal (convidado) para actividades de advocacia.

A **protecção social** é enquadrada pela Estratégia Nacional de Segurança Social Básica 2010-2014, baseada na lei N° 4 /97 de 7 de Setembro - Lei de Bases de Protecção Social, que define o Sistema de Protecção Social em Moçambique subdividido em 3 subsistemas - Segu-

171. Foram entrevistadas as seguintes organizações e instituições no âmbito de Serviços Sociais: Plataforma de Protecção Social, FAMOD Lichinga, FTI Nampula, LAMBDA, ROSC, Rede de Direitos de Criança em Quelimane; Concern Universal, FHI360, Fundação Elizabeth Glazer em Nampula, HelpAge, Handicap Internacional, Malaria Consortium, MSF Tete, NNETI Nampula, Pathfinder em Nampula, Save the Children e Visão Mundial em Quelimane; DPMAS Zambézia e DPMAS Sofala.

rança Social Obrigatória, Segurança Social Básica e Segurança Social Complementar.¹⁷²

A estratégia contém vários programas dirigidos aos grupos vulneráveis, incluindo crianças, pessoas idosas, pessoas que vivem com deficiência e agregados familiares sem capacidade laboral. Os principais actores estatais são os Ministérios de Saúde, de Educação, e de Género, Crianças & Acção Social.¹⁷³ Contudo, a protecção social requer intervenções integradas e, para além dos ministérios chave, inclui também a intervenção de outros ministérios¹⁷⁴ e instituições governamentais: os Institutos Nacionais de - Acção Social (INAS), Gestão de Calamidades (INGC), e Educação e Formação Profissional.¹⁷⁵ Regista-se um crescimento significativo no Orçamento de Estado (OE) alocado

172. Lei sobre Protecção Social (4/2007); <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/07%20Mocambique.pdf>

173. O Ministério de Género, Criança e Acção Social, criado no âmbito do novo governo no início de 2015, é o antigo Ministério de Mulher e Acção Social. A nível provincial as Direcções Provinciais ainda se designam DPMAS.

174. Ministérios do Plano e Desenvolvimento (MPD), da Agricultura (MINAG), do Trabalho (MINTRAB), e das Obras Públicas e Habitação (MOPH)

175. Basic information on the Programmes of the National Basic Social Security Strategy 2010-2014, Republic of Mozambique, UNICEF Mozambique.

do aos programas de protecção social – o valor do orçamento cresceu quatro vezes no período entre 2011 e 2014. Contudo, o valor alocado para protecção social só representa 1,11% do OE global de 2014, estando ainda abaixo dos valores de referência internacionais.¹⁷⁶



Participando na reunião da Associação de Botão, Nicaodala, Província de Zambézia, Março de 2015.

176. Informe Orçamental. Sector da Acção Social em Moçambique, PSC-PS, FDC, ROSC e UNICEF Moçambique, 2014.

O subsistema de segurança social básica compreende quatro eixos:

- 1) Acção Social Directa - MMAS;
- 2) Acção Social da Saúde- MISAU;
- 3) Acção Social da Educação e
- 4) Acção Social Produtiva- partilhada entre MMAS, MITRAB, MPD, MINAG e INGC.

Os programas de protecção social básica começaram a ser implementados a partir de 2012 com os seguintes sub programas, cujas características, metas até ao final de 2014 e resultados obtidos até Junho de 2014 são os seguintes:

1. **O Programa Subsídio Social Básico (PSSB)** consiste em transferências monetárias para as pessoas sem capacidade para trabalhar. O subsídio varia de 280,00MT a 550,00MT. O programa tinha assistido 311.362 dos 341.188 beneficiários planificados.
2. **Programa Apoio Social Directo (PASD)** que consiste no apoio, por tempo determinado, a pessoas pobres que sofrem choques pontuais e infortúnios que agravam a sua vulnerabilidade, através da disponibilização de apoio multiforme em alimentação ou em bens e serviços. O programa tinha como meta 43,698 e já tinha assistido 34.032 beneficiários.
3. **Programa Serviço Sociais de Acção Social (PSSAS)** dedicado ao atendimento institucional para pessoas vivendo em situação de vulnerabilidade, com a meta de assistir 8.818 beneficiários dos quais já tinha sido assistidos 7.096.
4. **O programa de Acção Social Produtiva** que se destina a pessoas vulneráveis mas com capacidade para o trabalho, cria oportunidades de emprego temporário, em períodos de crise alimentar, e tinha 30.842 beneficiários assistidos, no universo dos 56.842 previstos.

Para além das instituições governamentais, as OCBs, OSCs e ONGIs¹⁷⁷ também desempenham um papel muito importante na resposta às necessidades no âmbito de protecção social, e existe diálogo (coordenação) formalizado entre o governo e a sociedade civil em vários níveis. Na área de cuidados aos vulneráveis, muitas vezes realizado com base no voluntariado, destaca-se o papel dos grupos religiosos ligados às igrejas ou às mesquitas. A cobertura deficiente do Estado, por falta de recursos e lacunas na descentralização dos serviços básicos sociais, abre espaço para estas organizações, cujo papel está oficialmente reconhecido pelo Estado na Lei de Protecção Social.¹⁷⁸ A tendência de terciarização de serviços estatais para OSCs tem criado um mercado para OSCs provedoras de serviços sociais. Informações de instituições governamentais confirmam a fraca cobertura de várias áreas no âmbito da vulnerabilidade, sobretudo nos casos e em locais em que não existem OSCs dedicadas a estas áreas.¹⁷⁹

A sociedade civil dedicada à protecção social está organizada na **Plataforma de Sociedade Civil Moçambicana para Protecção Social (PSC-PS)**, que foi estabelecida em 2011 e inspirada em iniciativas semelhantes desenvolvidas noutros países Africanos. Congrega actualmente 26 OSCs e quatro fóruns¹⁸⁰ e tem representação em todas as províncias excepto Cabo Delgado, Manica e Inhambane. O enfoque da plataforma é o desenvolvimento de acções de advocacia e lobby, a monitoria da implementação de

177. Na área de protecção social destacam-se a nível nacional ONGIs como Save the Children, Handicap Internacional e Help Age, para além das organizações de Nações Unidas e a Embaixada de Holanda, mas a nível provincial operam muitas outras organizações como por exemplo Pathfinder, Elizabeth Glazer Foundation, Médicos Sem Fronteira e Malária Consórtium.

178. Social Protection Law, Republic of Mozambique, panfleto s.d.

179. Entrevistas com DPMAS Sofala no dia 12.02.2015 e DPMAS Zambézia no dia 16.04.2015.

180. FAMOD, ROSC, FTI e FM.

políticas, a busca de evidências para sustentar as acções de advocacia, e a complementaridade com as acções do Governo.¹⁸¹ Segundo informações recolhidas, o estabelecimento de fóruns a nível provincial enfrenta frequentemente problemas decorrentes da falta de meios e formação para cumprir cabalmente a sua função de monitoria.¹⁸² Neste contexto, enfatiza-se a necessidade de reforçar o apoio a este tipo de acções, sobretudo apostando em OSCs que tenham numa estrutura simples e sustentável.

Actualmente presta-se uma atenção especial aos **direitos de pessoas da terceira idade**. Existe ao nível nacional um Fórum de Terceira Idade promovido pelo Programa AGIR (Oxfam Novib) que conta com 16 organizações filiadas. A Lei de Promoção de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa foi aprovada em Fevereiro de 2014 (3/2014) e o primeiro esboço da nova Estratégia Nacional de Segurança Social Básica - 2015-2019 foi apresentado em Abril de 2015. Uma das prioridades da sociedade civil em relação à terceira idade é a advocacia em prol de uma reforma universal, no sentido de melhorar a situação actual em que apenas pessoas com emprego estatal prévio têm direito a reforma. Recentemente têm havido uma atenção particular aos problemas de violência e marginalização de viúvas e mulheres idosas, muitas vezes acusadas de feitiçaria, com o conseqüente isolamento social. Há várias organizações que trabalham sobre este problema e chamam atenção para a necessidade de esclarecimento da opinião pública, divulgação de informação assim como de assistência às vítimas.¹⁸³

181. Entrevista com PSC-PS em Maputo 20.04.2015; PSC-PS – apresentação PowerPoint, s.d.

182. Entrevista com ROSC em Maputo, 22.04.2015.

183. Entrevista com PNDH em Beira 12.02.2015; comunicação oral da pesquisadora Tanja Kleibl sobre pesquisa em Inhassunge, Província de Zambézia; Fórum da Terceira Idade – Estudo de Caso, Oxfam Novib, Programa AGIR, Novembro de 2013.

A defesa de direitos das **pessoas que vivem com deficiências** tem um longo historial em Moçambique e actualmente existem várias organizações que operam nesta área. O Fórum de Associações Moçambicanas de Deficientes (FAMOD)¹⁸⁴ e a Associação de Deficientes de Moçambique (ADEMO)¹⁸⁵ têm vindo a desenvolver actividades de luta pela integração da pessoa com deficiência no local do trabalho, pela acessibilidade nos edifícios públicos (escolas, hospitais, outras instituições governamentais), pela construção de instalações adaptadas a pessoas com deficiência e pela integração de crianças que vivem com deficiências no sistema de ensino (educação inclusiva). A Associação de Cegos e Amblíopes de Moçambique (ACAMO)¹⁸⁶ trabalha no apoio a grupos de pessoas com deficiência visual, principalmente na promoção do ensino de braille e na promoção de acções de advocacia para a sensibilização da sociedade para a situação deste grupo de pessoas.

184. <http://www.famod.org.mz/> - página em reconstrução. São membros de FAMOD as seguintes associações: ADEMO, ACAMO, ASUMO, AJUDEMO e ADEMIMO, para além de duas organizações ainda reticentes de se integrar: Associação de Deficientes que Praticam Desporto e Associação de Pessoas Portadoras de Albinismo.

185. <http://ddpuk.org/ademo.html>

186. <http://acamo.awardspace.com/portuguse.php>

No entanto, as actividades das organizações da sociedade civil nesta área são ainda fracas, embora seja crescente a atenção aos direitos de participação activa e igual na sociedade das pessoas vulneráveis e / ou portadoras de deficiência.



Entrevistas com DPMAS em Sofala e Zambézia enfatizam a importância do papel das OSCs ao nível distrital, que colmatam a falta de recursos do estado para o trabalho de protecção social. As entrevistas realizadas demonstram vários exemplos de OSCs que assinaram Memorando de Entendimento com as Direcções Provinciais de Saúde no âmbito da implementação de actividades de cuidados domiciliários a pessoas que vivem com HIV/SIDA.¹⁸⁷ As OSCs trabalham igualmente com associações a nível da comunidade assegurando, por exemplo, a assistência a pessoas com HIV/SIDA, o fornecimento de equipamento escolar para crianças de famílias vulneráveis e a ajuda alimentar aos órfãos.¹⁸⁸ Muitas das pequenas OSCs operam com o objectivo de divulgar informação sobre medidas preventivas, importância de testagem, quebra de tabu, cuidados domiciliários, assim como defender os direitos de pessoas que vivem com HIV/SIDA. A atenção ao cuidado dos mais vulneráveis também se alarga a outros grupos, nomeadamente crianças órfãs, pessoas idosas e pessoas que vivem com deficiências.

187. Entrevista com WIWANANA, Província de Nampula, 19.02.2015.

188. Entrevista com Associação de Botão, Distrito de Nicoadala, Província de Zambézia 10.02.15.

Na área de **saúde** o governo – na figura do Ministério de Saúde – tem recentemente desenvolvido iniciativas conducentes a um maior envolvimento comunitário. Por exemplo, no âmbito de intervenções que visam reduzir casos de crianças que nascem com problemas de desnutrição, foi usada uma estratégia de envolvimento comunitário na gestão da desnutrição aguda grave. As entrevistas realizadas mostram que as OSCs integram acções multidisciplinares no trabalho com instituições do estado como forma de capitalizar os esforços realizados ao nível das comunidades. Como exemplo disto, existem os Planos de Acção Multisectorial para a Redução da Desnutrição Crónica, a funcionar em todo o país no âmbito do programa Scaling up Nutrition (SUN). Este programa, suportado entre outros pelas Nações Unidas, fortifica a interacção entre as instituições do estado e as organizações da sociedade civil na redução da desnutrição crónica no país.

Exemplos de envolvimento da sociedade civil no âmbito de saúde

Com base do Plano de Acção multisectorial para o combate à desnutrição crónica em Moçambique, foi assinada em 2010 uma declaração de compromisso entre o Governo de Moçambique, os parceiros de desenvolvimento, a sociedade civil e o sector privado para uma resposta acelerada na prevenção da desnutrição crónica. Todas as províncias de Moçambique em conjunto com as OSCs e o sector privado tiveram que elaborar, com o suporte do nível central, os seus planos de acção multisectorial de combate à desnutrição crónica. Esta acção foi coordenada pelo Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN actualmente em funcionamento no MINAG).

A ONGI Light for the World promove a saúde oftalmológica em cinco províncias do centro e norte de Moçambique - Sofala, Zambézia, Tete, Cabo Delgado e Niassa, e participa na promoção da reabilitação baseada na comunidade, da educação inclusiva e na promoção dos direitos de pessoas com deficiência.

Uma iniciativa do Banco Mundial consiste em financiar as organizações da sociedade civil – é o caso da Save the Children, em Nampula – para implementar o programa de micronutrientes em pó, ao nível da província, facilitando a sua distribuição, tanto na unidade sanitária como a nível das comunidades, como forma de reduzir o índice de desnutrição. O programa de distribuição dos micronutrientes é antecedido pelo treinamento das lideranças comunitárias, profissionais de saúde e activistas que vão gerir o programa ao nível das suas comunidades.

Demanda de qualidade nos serviços de saúde – intervenção comunitária com apoio do Centro de Teatro de Oprimido:¹⁸⁹

Os utentes do hospital de Marracuene estavam descontentes com a forma como eram tratados. Fizeram uma peça de teatro onde a forma dos médicos e enfermeiros tratarem os doentes foi retratada pelos actores. Quem fez o espectáculo foram os residentes locais. A Direcção Distrital de Saúde (DDS) estava presente e quis parar o espectáculo, ameaçando processar o CTO. Mas eles continuaram com o espectáculo. Esta atitude da DDS foi criticada e o assunto foi acompanhado pelos órgãos de informação, tanto mais que está em curso um projecto de humanização dos serviços de saúde. O assunto tornou-se mediático e passaram a apresentar a peça noutros hospitais. Apesar de ter havido posteriormente represálias (uma actriz ficou grávida, o Hospital de Marracuene não a quis receber e ela teve que ir para outro hospital), o pessoal do Hospital de Marracuene acabou por alterar as atitudes incorrectas e a directora foi transferida.

189. Entrevista com CTO em Maputo 23.02.2015.

Em Moçambique, a lei de bases da **educação** (lei 6/92) no artigo 1º, alínea b) afirma que “O Estado, no quadro da lei, permite a participação de outras entidades, incluindo comunitárias, cooperativas, empresariais e privadas no processo educativo”.¹⁹⁰ Na sequência da aprovação da Política Nacional de Educação, foi elaborado o plano estratégico de educação que incluiu um Programa Integrado da Reforma do Ensino Profissional (PIREP). O programa está a decorrer e tem vindo remodelar ou a criar de raiz escolas dotadas dum corpo docente qualificado. A revisão curricular, a definição de metodologias de ensino, os critérios e métodos de avaliação, bem como a seleção para o ingresso de alunos foram igualmente preocupações tomadas em conta pelo programa.

Para suplantar carências no sector da educação e da formação, populações e grupos da sociedade civil têm procurado respostas de várias amplitudes e envolvendo múltiplos actores: as comunidades de base, as OSCs nacionais e estrangeiras, as confissões religiosas muçulmanas e cristãs, as empresas e as famílias.

190.

Na Província de Nampula, como acontece no resto do país, os agrupamentos religiosos criaram escolas orientadas pela religião muçulmana e que substituem o sistema escolar público - as escolas madrassas. O Conselho Islâmico e a África Muslim Agency são duas ONG de orientação Wahhabita que, a partir do final da década de 80, criaram escolas do ensino básico, secundário e superior, reconhecidas oficialmente pelo Estado, ao mesmo tempo que difundem uma interpretação wahhabita do Islão (ensino islâmico reformado). Pode falar-se da existência de um sistema de ensino islâmico, articulado desde os níveis mais básicos até ao nível universitário, que contempla igualmente a formação profissional. Este sistema funciona simultaneamente integrado e à margem do sistema de ensino oficial e tem importância acrescida junto das populações, uma vez que subsistem deficiências de infraestruturas educativas estatais.¹⁹¹

191.

Para além dos provedores de serviços sociais e da PSC-PS, existem também uma série de organizações que **monitorizam e advogam a melhoria da qualidade de serviços e sistemas de saúde e de educação**. A NAIMA+ por exemplo, é uma rede composta por organizações internacionais que trabalham em saúde e HIV/SIDA em Moçambique e que presta apoio às OSCs nacionais nesta área.¹⁹² A N^oWETI¹⁹³ é uma importante organização no sector de saúde que vem desenvolvendo acções de pesquisas formativas, comunicação e promoção de informações para atingir um público amplo em matéria de monitoria de serviços de saúde. Há também iniciativas de advocacia no sector de saúde e da educação – destacando-se as acções para a melhoria da qualidade de educação. O Movimento Educação para Todos (MEPT)¹⁹⁴ e o CESC estão a

192. NAIMA+ é um mecanismo de informação, coordenação, “lobby” e advocacia para melhorar o impacto do trabalho das ONG internacionais, reforçar os seus “inputs” com parceiros nacionais, e aumentar a influência da sociedade civil na resposta nacional à questões de Saúde e HIV. Trabalha igualmente em conjunto com as redes e ONGs nacionais, através de parcerias com os seus membros, e através de colaborações ao nível nacional, incluindo com uma coligação nacional de redes da sociedade civil. <http://www.naima.org.mz/>

193. <http://www.nweti.org/>

194. <http://www.mept.org.mz/>

trabalhar com o sector de educação com vista a definição e estabelecimento de critérios de avaliação orientados para a melhoria da qualidade de ensino. No âmbito do programa Cidadania e Participação (CEP), a Save the Children, CESC, N^oWETI e outras organizações desenvolvem, em quatro províncias, um projecto de monitoria dos serviços de educação e saúde.¹⁹⁵ A acção destas OSCs inclui iniciativas inovadoras em termos de divulgação – utilização de meios de comunicação social (programas de televisão e rádio), parceria com grupos teatrais para desmitificar tabus sociais e monitoria utilizando novas metodologias como, por exemplo, cartões de pontuação comunitários (*Community Score Cards*).¹⁹⁶

195. www.cep.org.mz

196. Os cartões de pontuação comunitários (CSC) são uma ferramenta de monitoramento baseado na comunidade que é um híbrido das técnicas de auditoria social, monitoramento comunitário e boletins do cidadão. O processo CSC é um instrumento para exigir a responsabilização social e pública e a capacidade de responder aos fornecedores de serviços. No entanto, através da inclusão de uma reunião interface entre prestadores de serviços e a comunidade que permite um feedback imediato, o processo também é um forte instrumento de empoderamento. <http://siteresources.worldbank.org/INTPCENG/1143333-1116505690049/20509286/com-scorecardsnote.pdf>

A participação das OSCs incide sobre estes assuntos específicos de carácter sectorial, mas concretiza-se mais frequentemente a nível de consulta que de negociação¹⁹⁷, apesar deste último papel, desenvolvido em prol das camadas mais desfavorecidas, ter muito menos visibilidade mediática que o desenvolvido em intervenções sectoriais.

As evidências compiladas por iniciativas de monitoria dos serviços sociais desempenharão um papel importante para o melhoramento desses serviços e para a defesa de direitos no âmbito de implementação e cumprimento da legislação. É importante manter o enfoque na interligação sine qua non entre a provisão de serviço como resposta às necessidades dos grupos vulneráveis e a compilação de evidências para fundamentar as acções de advocacia e de defesa de direitos.

197. Homerin, Janaína: As organizações da Sociedade civil em Moçambique: Actores em Movimento, Embaixada da França, Janeiro de 2005.

4.3.2 Património Cultural¹⁹⁸

A definição de UNESCO de património cultural abrange duas dimensões:

- 1) Património cultural material (tangível) incluindo património cultural móvel (pinturas, esculturas, moedas, manuscritos), património cultural imóvel (monumentos, sítios arqueológicos, e assim por diante), e património cultural subaquático (naufrágios, ruínas submarinas e cidades), e
- 2) Património cultural imaterial incluindo tradições orais, artes cénicas erituais.¹⁹⁹

198. Foram entrevistadas as seguintes instituições e organizações no âmbito de cultura Centro de Teatro de Oprímido, Trade Arte Mbeu, UDAAJ em Inhambane, AACON em Lichinga, Dans'Arte, Associação Cultural Girassol, Cooperação Suíça, HELVETAS, UNESCO e a Direcção Nacional do Património Cultural, e foi também visitada a Casa de Cultura em Quelimane.

199. <http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/illegal-trafficking-of-cultural-property/unesco-database-of-national-cultural-heritage-laws/frequently-asked-questions/definition-of-the-cultural-heritage/>

No presente relatório salienta-se o papel da sociedade civil em relação ao património cultural imaterial, mais especificamente a sua acção na utilização da cultura como um espaço crítico no diálogo político e como veículo de comunicação, debate e transmissão de conhecimentos.

A área de cultura é contemplada pelo governo no actual Plano Estratégico de Cultura (PEC) 2012-2022 que tem como objectivo *“promover a cultura como factor de desenvolvimento económico, social e humano em Moçambique como forma de dar resposta à emergência global da nova economia criativa que gera milhões de empregos no turismo cultural, música, teatro, dança, artesanato e artes plásticas nas indústrias criativas, e, ao mesmo tempo dar resposta à ansiedade da sociedade moçambicana em perceber até que ponto o sector da cultura contribui no PIB-Produto Interno Bruto”*.²⁰⁰ O PEC estrutura-se em duas linhas de acção – o funcionamento e coordenação institucional e o impulso ao desenvolvimento

200. www.folhademaputo.co.mz 11.07.2014. O PEC foi adoptado no mandato político passado e ainda não há informações sobre alterações no âmbito de cultura actualmente ser tutelado no mesmo ministério como o turismo.

das acções culturais²⁰¹ – mas, aparentemente, não contém referências específicas ao papel da sociedade civil ou das OSCs. O PEC tem um enfoque na dimensão económica da cultura – como possibilidade de emprego, enfatizando as actividades culturais, como as indústrias criativas e salientando a contribuição que o sector de cultura pode ter no PIB.

Durante os últimos anos, o sector de cultura tem sido tutelado por vários ministérios em diversos formatos - integrado na educação ou como ministério independente. A partir de Janeiro de 2015 a cultura está integrada no Ministério de Cultura e Turismo (MCT). As funções do MCT focam-se principalmente nos aspectos relacionados com a preservação do património cultural material - conservação de edifícios e monumentos, definição de política museológica, conservação do fundo bibliográfico e criação de arquivos.

201. <http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/504307062012193514.html>

A dimensão imaterial reflecte-se na “*promoção da educação dos cidadãos na valorização e protecção dos bens do património cultural e a estimulação da sua utilização para fins educativos e turísticos*”, assim como na “*promoção de conhecimento e valorização do património cultural, enquanto elemento da identidade cultural moçambicana*”.²⁰² Apesar de existência do PEC, o sector de cultura não é prioritário em termos orçamentais, tem pouca capacidade técnica instalada e sofre muitas vezes de politização das instituições da respectiva área. Os críticos vêem o PEC como desactualizado, consideram que há falta de meios e de uma estrutura de interacção entre o governo e as associações de artistas.²⁰³

Várias agências de desenvolvimento têm acções no sector de cultura abrangendo, entre outras, as actividades de apoio às instituições governamentais, centros culturais,

202. Entrevista com Direcção Nacional de Património Cultural, 04.05.2015; Programa Quinquenal do Governo para 2015 – 2019, Resolução 12/2015, Boletim da República, 14 de Abril de 2015.

203. Training needs assessment cultural sector Mozambique, Elma W.Doeleman, UNESCO, Setembro de 2010; Informação obtida na discussão do Grupo Focal de Cultura realizada no dia 27.04.2015.

eventos individuais e capacitação para técnicos das Casas de Cultura.²⁰⁴ As entrevistas tidas com agências de desenvolvimento, durante o presente estudo de mapeamento, confirmam a necessidade de uma atenção estratégica ao papel das OSCs nesta área. Num passado recente havia poucas agências – entre elas a Cooperação Suíça, ASDI, HELVETAS – que tinham uma visão estratégica sobre o apoio às OSCs no âmbito de cultura. Mas uma iniciativa recente, liderada pela UNESCO e envolvendo um grupo de cerca de 15 agências internacionais manifestou a intenção de preencher esta lacuna.²⁰⁵ É importante seguir com atenção esta iniciativa e assegurar que se estabelece um diálogo com as plataformas de OSCs moçambicanas na área de cultura.

204. Notas da DUE do encontro com UNESCO e outras agências no dia 23.03.2015. Foi estabelecido no mês de Março um grupo de parceiros internacionais no sector de cultura

205. Acta do primeiro encontro de parceiros no âmbito de cultura, 25.03.2015.

Em qualquer sociedade a cultura é um palco para a expressão inovadora e livre, oferecendo tradicionalmente um espaço crítico ou uma voz alternativa à sociedade institucionalizada. O papel da cultura na sociedade Moçambicana não difere disso e o sector tem tido uma atenção especial desde a Independência. Contudo, há exemplos nos últimos anos de restrição à livre expressão de artistas (músicos) como foi o caso ocorrido com o cantor rap Azagaia em 2008.²⁰⁶

Em Maputo e noutros centros urbanos, há grupos de arte que se dirigem a um público restrito – música clássica, problematização da nudez da mulher através da dança reivindicando o corpo como expressão artística, e desmistificação do tabu da homossexualidade através de peças teatrais. A expressão da cultura a nível local tem uma abrangência mais ampla e directa através da prática de, por exemplo, danças tradicionais ou divulgação de informação através de grupos teatrais que gerem debates e abordam assuntos tabu.²⁰⁷

206. <http://freemuse.org/archives/1223>

207. Entrevista com AACON, 27.02.2015.

A cultura imaterial é vista como importante na educação ética e moral da camada jovem da população. É um veículo muito forte de comunicação e é nesta óptica que o presente estudo de mapeamento a vê no que respeita às OSCs – como instrumento de comunicação em prol das actividades de mobilização, divulgação de mensagens e comunicação de advocacia. Neste contexto destaca-se o teatro como expressão política. Vários grupos teatrais – entre os quais a Associação Cultural Girassol e o Centro de Teatro do Oprimido (CTO) – trabalham na divulgação de mensagens mobilizadoras no âmbito de saúde, HIV/SIDA, direitos à terra, violência doméstica, democracia e governação. A metodologia que visa provocar a reflexão, a expressão de opiniões e a apresentação de propostas de solução é replicada através de uma rede provincial e distrital e serve para a consciencialização e divulgação de informação, realizada em conjunto com associações, OCBs e OSCs locais.

O Centro de Teatro do Oprimido²⁰⁸

O CTO trabalha actualmente com 90 grupos teatrais em todo o país. Cada um dos grupos é treinado e utiliza a língua local. Trabalham temas como a saúde, democracia e boa governação, justiça social e fiscal, etc. Os espectáculos são interactivos, claros e têm que provocar o debate e encontrar soluções. Os grupos trazem os resultados dos seus trabalhos para o CTO onde são compilados. O trabalho está a decorrer em todas as províncias, e em grande parte dos distritos. O CTO não faz teatro para as pessoas, faz teatro com as pessoas. As pessoas é que são os directores do espectáculo e das suas próprias vidas. Por exemplo – um grupo de camponeses levanta voz através nas plataformas distritais onde se juntam e discutem, e por via dos Consultivos Distritais e Provinciais fazem chegar essa voz aos Observatórios de Desenvolvimento Provinciais.

As OSCs que operam na área de cultura sofrem as mesmas dificuldades que a sociedade civil em geral: falta de capacidade de gestão de fundos, escassez de redes – limitando a capacidade de colaboração e a inexistência de uma organização *umbrella* que possa representar todos os artistas (plásticos, de dança, de teatro etc.). Com vista a preencher esta última lacuna, nasceu em 2013 o observatório cultural da sociedade civil OCULTU²⁰⁹ com enfoque na “*monitoria de políticas, planos e acções culturais nacionais bem como pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos na área cultural com vista a promover e valorizar a diversidade da cultura de Moçambique através da capacitação, colaboração e realização de estudos e de impacto de eventos, instituições e intercâmbios culturais.*”²¹⁰ Existe também uma Rede Moçambicana de Teatro Comunitário onde se partilham recursos, oportunidades e aprendizagens. O estabelecimento da Rede Teatro Amador é recente e ainda não há actividades realizadas.²¹¹ Para além disso existem

209. <http://observatorioculturaldiversidade.org.br/site/de-mocambique-para-o-mundo/>; <https://www.facebook.com/ocultu>

210. <http://novo.itaucultural.org.br/outros/ocultu-observatorio-cultural-de-mocambique/>

211. Informação obtida na discussão de Grupo Focal de Cultura realizada no dia 27.04.2015.

208. Entrevista com o CTO, 23.02.2015.

várias organizações e associações sectoriais – músicos, pintores, artesanato, dançarinos etc, algumas de nível provincial e distrital, mas muitas delas com fraca capacidade organizacional e dificuldades de mobilização de fundos. Os grupos culturais (teatro e dança) e pequenas associações a nível local são importantes no seu papel de portadores e transmissores de identidade cultural.

Outro problema para o desenvolvimento do sector da cultura é a disponibilidade de espaços para actuação. Os artistas antigamente tinham esses espaços – salas de teatros, cinemas, museus e as Casas de Cultura, mas nas últimas décadas tem-se assistido à sua venda a igrejas estrangeiras ou para fins comerciais. Da mesma forma, as Casas de Cultura têm sofrido uma politização crescente, que se manifesta no acesso selectivo de artistas, nomeadamente pela preferência que é dada a actividades que não criem polémicas à volta de assuntos políticos. Consequentemente, as casas de cultura já não se configuram como espaços experimentais ou de actuação de artistas.²¹²

A nível descentralizado existem vários grupos culturais de teatro, música e dança. Com efeito, existem associações em várias cidades provinciais que promovem acções culturais e de advocacia em prol da preservação do património cultural. As associações que trabalham a nível da conservação de património cultural material manifestam-se com maior força nas cidades do litoral (Ilha de Moçambique, Ibo, Inhambane e Maputo). Em vários distritos no país existem iniciativas de festivais anuais de cultura onde participam os grupos locais de dança, música e teatro – por exemplo o Festival de Metangulo na Província do Niassa. Estas iniciativas são importantes em termos de criar espaço e oportunidade para a expressão cultural e a preservação do património cultural imaterial.



A associação de Botão assegura a educação escolar das crianças vulneráveis, Nicoadala, Província de Zambézia, Março de 2015.

212. Entrevista com HELVETAS, 29.04.2015.

Há igualmente algumas iniciativas inovadoras que merecem atenção no futuro devido à sua simplicidade, fácil replicabilidade e potencial de extensão:

1. No âmbito do Projecto CAP (*Cultural Activity Project 2006-2015*) a HELVETAS tem promovido o **“Terraço Aberto”**, em Pemba, para a promoção de debates sobre assuntos de interesse comum (entre os quais a situação da mulher, indústria extractiva, pobreza urbana, impacto dos mega-projectos e acesso à água e saneamento. Nos debates, que têm lugar na última 6ª feira do mês, participam regularmente 60 a 100 pessoas (cidadãos, OSCs e representantes do governo provincial). Explora-se actualmente a hipótese de estabelecer uma ligação entre a iniciativa “Terraço Aberto” e o Observatório de Desenvolvimento Provincial.
2. De igual modo tem sido promovido o **“Café Com Livro”**²¹³, uma iniciativa da AMARC, apoiada pela Cooperação Suíça, que tem lugar uma vez por mês em parques públicos de Maputo. A iniciativa tem atraído a atenção da polícia que costuma vigiar à distância as pessoas que se juntam para a participação nos debates literários.
3. **“Festival de Teatro de Inverno”**, que se realiza em Maputo, desde 2004, por iniciativa da Associação Cultural Girassol. A promoção de grupos amadores de teatro, através da divulgação do seu trabalho artístico, associativismo cultural e formação de actores, é uma das principais apostas da Associação Cultural Girassol. Porque o Festival de Teatro de Inverno não se resume apenas ao palco, os participantes desta edição beneficiam-se também de oficinas de teatro. O Festival surge com o objectivo de apoiar os grupos emergentes promovendo o associativismo cultural.²¹⁴

Reconhecendo o papel da cultura no desenvolvimento de uma sociedade democrática e livre, as OSCs desempenham um papel importante e merecem atenção e apoio para assegurar a preservação e integração da cultura em todos os aspectos de desenvolvimento.



Associação Desafio Jovem, Beira,
Província de Sofala, Março de 2015.

213. <http://heyevent.com/event/830567746990524/cafe-com-livro-ccl>

214. <http://www.girassolmoz.org/>

4.3.3 Educação e formação técnica e profissional²¹⁵

A educação e formação técnica e profissional (EFTP) “compreende a aprendizagem formal, não formal e informal para o mundo do trabalho. Os jovens, as mulheres e os homens aprendem conhecimentos e habilidades do nível básico a avançado em uma ampla gama de ambientes institucionais de trabalho e em diversos contextos sócio-económicos.”²¹⁶

Por parte do governo de Moçambique, é o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP), estabelecido em 1992 sob a tutela do Ministério de Trabalho (MINTRAB), a entidade governamental responsável pela área de EFTP. O INEFP tem cobertura nacional com 23 centros de formação, cinco unidades móveis de formação e três incubadoras empresariais.²¹⁷

215. Foram entrevistadas as seguintes instituições e organizações no âmbito de EFTP: ADPP em Maputo, Desafio Jovem em Beira, Fundação Aga Khan em Maputo, CEPKA em Nam-pula e Young África em Sofala (telefone).

216. <http://www.unesco.org/new/en/education/themes/education-building-blocks/technical-vocational-education-and-training-tvet/>

217. Apresentação de INEFP a UE, 16.04.2013.

Existem mais do que 150 provedores de formação registados para além de um número desconhecido de não registados.²¹⁸ No entanto, há algumas ONGIs (por exemplo Young Africa) e OSCs nacionais (por exemplo ADPP) que têm programas no âmbito de EFTP.

Apesar de tradicionalmente se dedicarem principalmente à formação sindical, em Moçambique os sindicatos desempenham igualmente um papel importante na área da formação técnica e profissional. Um projecto-piloto inovador de formação e treinamento profissional, conduzido em 2011-12 como uma jointventure entre a OTM-CS, CONSILMO e os sindicatos dinamarqueses, demonstrou que a responsabilidade pela formação profissional pode ser uma responsabilidade partilhada entre os parceiros sociais activos no mercado de trabalho. Provou igualmente que a união entre a teoria e a prática produz bons resultados em termos de competências técnicas, que a experiência foi eficiente em termos de custos e que respondeu às solicitações do mercado de trabalho.²¹⁹

218. Informação da DUE, 2015.

219. External evaluation of regional programme: Decent employment, labour market integration and social dialogue in East and Southern Africa 2011-2013, Bente Topsøe-Jensen, LO/FTF Council Denmark, Novembro de 2013.

O projecto de Educação e Formação Profissional (EFP)²²⁰, financiado no âmbito do programa do sector privado dinamarquês, foi implementado em estreita coordenação como programa de reformaintegrada de educação profissional (PIREP) que é uma jointventure apoiado pelo Banco Mundial, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho, os empregadores e os sindicatos. O projecto visa identificar as necessidades de formação, treinando modalidades no sistema de EFP através da melhoria do diálogo entre sindicatos e organização espatronais.

220. Support to engage the Mozambican Trade Unions in Vocational Education and Training (VET), Project Proposal, OTM-CS, s.d.

O Centro de Formação Profissional Meta-lo-Mecânica (CFMM), em Maputo, era responsável pela administração dos cursos de formação no âmbito do projecto de EFP. A essência do treinamento foi dar a os jovens em filiação sindical e sem experiência prévia no mercado de trabalho, oportunidades de formação profissional (principalmente electricidade, canalização e alvenaria). O director pedagógico CFMM ficou feliz como projecto, que pela primeira vez de não só a possibilidade de formação na prática aos formandos, mas envolveu também os professores em situações de vida real, através da reabilitação de escolas e centros de saúde em distritos da província de Maputo. Foram realizados três cursos, com um total de 47 formandos, que, após a conclusão do treinamento, estão todos activos no mercado de trabalho. No final do curso, os formandos receberam um jogo de ferramentas com o objectivo de ficarem equipados para o desenvolvimento das suas actividades profissionais.

A Young África²²¹, na Província de Sofala, opera como uma incubadora - organização disponibiliza as infra-estruturas para pequenas empresas que assumem a responsabilidade de treinar jovens. Do total de 6.000 jovens treinados, desde o início em 2012 até o presente, 4.000 têm emprego. O recrutamento é organizado através de igrejas (cristãs) e em colaboração com algumas organizações internacionais (Handicap Internacional e Light for the World) para assegurar formandos e bolsas para pessoas que vivem com deficiências.²²² YA dá prioridade às órfãs femininas, mas apesar de terem capacidade para receberem 48 estudantes femininas, só sete meninas órfãs estão actualmente a estudar, pois há dificuldades de recrutamento e falta de bolsas de estudo para cobrir os custos.

As Escolas de Artes e Ofícios merecem uma atenção especial no âmbito de promoção da EFTP devido à sua missão de “*qualificar profissionalmente adolescentes e jovens moçambicanos, como núcleo de uma estratégia de*”

221. <http://www.youngafrica.org/mozambique>

222. A Young África está a realizar um estudo sobre a demanda do mercado laboral e as possibilidades de emprego juvenil. O relatório deverá estar disponível a partir de Maio de 2015.

*desenvolvimento socioeconómico local e nacional que requer e repousa, em boa parte, na existência de uma mão-de-obra competente e apta a evoluir nos mais variados contextos socioprofissionais e laborais”.*²²³ Para além destas, há várias associações e confissões religiosas que tradicionalmente criam e dirigem escolas técnico-profissionais cuja experiência em termos de inserção no contexto local pode ser de interesse.

Existe uma vasta gama de estudos realizados por várias agências no âmbito de EFTP que podem oferecer informação adicional.²²⁴ De modo geral, o papel das OSCs na EFTP é reduzido devido à necessidade de recursos, capacidade técnica e uma perspectiva de longo prazo para garantir a qualidade necessária na formação.

223. Azevedo, Joaquim e José Mingocho de Abreu: Ensino Profissional em África: Falácia ou Oportunidade? O Caso das Escolas Profissionais em Moçambique, Revista Portuguesa de Investigação Educacional, 23.02.2007 http://www.joaquimazevedo.com/Images/BibTex/3395527680EP_Africa_JA.pdf

224. Engaging the private sector in skills development, by Muriel Dunbar, HEART (Health & Education Advice and Resource Team) / DFID, 2013; Mozambique Labour Market Profile 2014, Danish Labour Market Council for International Development, 2014;



Venda de produtos agrícolas, Província de Nampula, 2012.

5. A arquitectura de apoio à sociedade civil

O objectivo do presente capítulo é a apresentação das modalidades e tendências mais comuns de apoio à sociedade civil em Moçambique.

Desde a introdução do Acordo de Cotonou, no ano 2000, a Comissão Europeia (CE) assumiu o compromisso de incluir um papel específico para actores não estatais nos países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP). Actualmente, a CE é o único doador que determina que as suas delegações envolvam a sociedade civil no desenvolvimento e monitoria dos programas que financia. Ao mesmo tempo que os governos apoiados continuam a ser os principais parceiros na determinação de estratégias de cooperação, a CE inclui como um princípio básico da sua política o papel complementar dos actores não estatais das autoridades locais nos processos de desenvolvimento.²²⁵

225. Donors' Civil Society Strategies and Partnership Modalities. A Resource Guide, UNDP, March 2012. Tradução própria.

5.1 Assistência oficial de desenvolvimento

Moçambique possui um instrumento público de registo de informações sobre a assistência oficial ao desenvolvimento, designado ODAMOZ²²⁶, onde os Parceiros de Apoio Programático (PAPs), conhecidos por G19²²⁷, registam informação relativa à sua contribuição orçamental, aos programas e projectos que desenvolvem, e, em alguns casos, informação relativa ao apoio à sociedade civil. A plataforma contém informações sobre intervenções concluídas, em curso e em análise. Contudo, para o efeito de análise do apoio à sociedade civil em Moçambique, verificam-se dois problemas principais no acesso aos dados, i) o apoio à sociedade civil não é registado separadamente, mas como parte de uma categoria mais ampla “Governança e Sociedade Civil” tal como listado nos códigos DAC, ii) a actualização irregular das informações sobre intervenções e contribuições por parte de alguns Parceiros de Desenvolvimento²²⁸ e iii) a resistência dos PD a registar dados sobre o apoio prestado à sociedade civil numa base de dados gerida pelo Governo”. Apesar desta escassez e desactualização de dados, constata-se em estudos que o apoio global à sociedade civil representa normalmente 10-15% da assistência oficial que é dada para o desenvolvimento.²²⁹

A coordenação da assistência oficial ao desenvolvimento cabe ao Ministério de Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC). O grupo dos países de apoio programático (G19) e a sua articulação faz-se dentro do quadro de planificação e avaliação conjunta de desempenho anual (*Performance Assessment Framework*).²³⁰ Fazem parte do processo de avaliação anual de resultados os representantes do Governo de Moçambique, os PAPs e outros parceiros de cooperação, incluindo o G20 como representante da sociedade civil²³¹ e grupos e sub-grupos sectoriais e temáticos. Cada grupo, (e em alguns casos subgrupos), inclui nos relatórios os resultados da sua avaliação e a análise que é utilizada, em resultado do processo²³², para a preparação do *Aide Memoire*.

226. www.odamoz.org.mz - a página de web está temporariamente inoperacional, Maio de 2015.

227. Os PAPs do G19 são: Alemanha, Áustria, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Banco Mundial, Bélgica, Canadá, Comissão Europeia, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Irlanda, Itália, Noruega, Países Baixos, Portugal, Suécia e Suíça. Moçambique coopera ainda com a África do Sul, Austrália, Brasil, China, Coreia, EUA, Índia, Japão e Vietname. http://www.minec.gov.mz/index.php?option=com_content&task=view&id=66&Itemid=131. A página do MINEC sobre ONGIs está actualmente em reconstrução, 2015.

228. Apesar de melhoria registada pelo MPD (2014) na prática de actualização de dados pelos PAPs, uma busca na página de ODAMOZ, no dia 23.3.2015, revelou a falta de actualização de alguns dados depois de 2008. Vários informantes confirmaram a desactualização da informação.

229. Study on Support to Civil Society through Multi-Donor Funds, INTRAC, January 2014; How DAC members work with CSOs in development Co-operation, OECD, October 2011; Citizens' Voice & Accountability Evaluation, Mozambique Country Case Study, Aid Environment summary report, November 2007. Referência à informação disponível na página de MPD <http://www.mpd.gov.mz/>

230. Aid and Budget Transparency in Mozambique. Constraints for Civil Society, Parliament and the Government; The Informal Governance Group and Alliance 2015, May 2010.

231. G20 é o grupo de OSCs que representa a sociedade civil nos Observatórios de Desenvolvimento. Trabalha em monitoria da governação e colabora com o Governo e os PAPs na elaboração dos Planos de Luta contra a Pobreza. Para mais informação vide a página de web do GMD que actualmente tem o secretariado do G20. <http://www.divida.org.mz/index.php/trabalho-do-g20> Ver também a caixa de texto no capítulo 3.5.2 Espaços formais e qualidade de interacção.

232. A página de PAP está actualmente em reconstrução, Março de 2015. http://www.eeas.europa.eu/delegations/mozambique/eu_mozambique/political_relations/institutional_framework/int_fra_pap/index_en.htm

As intervenções programáticas bilaterais e multilaterais das ONGIs são baseadas nos Memorandos de Entendimento específicos e nas autorizações de programas de intervenção. O apoio à sociedade civil é reconhecido oficialmente pelo Governo de Moçambique como uma intervenção integral e necessária no âmbito de boa governação e desenvolvimento democrático.

As principais modalidades de apoio à sociedade civil são os mecanismos comuns e os programas, o apoio directo às OSCs moçambicanas através de projectos e fundos discrecionários²³³ administrados pelas delegações e embaixadas e o apoio canalizado/dado através de ONGIs. A maioria das agências de desenvolvimento aplica várias modalidades de apoio, muitas vezes complementares entre si.



Associação dos Camponeses de Herere, Província do Niassa, 2012.

233. Fundos discrecionários são verbas sem fins não previstos (non-earmarked).

5.2 Mecanismos comuns e programas de apoio à sociedade civil

Os mecanismos comuns de apoio à sociedade civil são normalmente definidos como iniciativas “*ondedois ou mais doadores financiam em conjunto programas ou acções com base em objectivos, critérios para alocação de fundos e formatação de relatórios que são consensualizados entre eles*”.²³⁴

De uma forma geral - e apesar dos esforços de coordenação de diversos doadores para criar mecanismos e programas comuns - cada agência tem a sua estratégia própria, sendo que a falta de comunicação e harmonização é reconhecida por todos. A necessidade de coordenação entre as várias agências de desenvolvimento, no que diz respeito aos procedimentos e sistemas administrativos, é fulcral e já foi identificada em estudos anteriores²³⁵ onde se salientava a “necessidade de reforçar a harmonização” entre as OSCs e os parceiros internacionais principais e a necessidade “de alinhamento (dos principais doadores) com as agendas das próprias OSCs”.

234. Donors’ Civil Society Strategies and Partnership Modalities. A Resource Guide, UNDP, March 2012. Tradução própria.

235. Participação da Sociedade Civil no Diálogo sobre Políticas, Avaliação conjunta do Apoio: CAD, DANIDA e ASDI, por Bente Topsøe-Jensen, Padil Salimo, Paula Monjane e Sandra Manuel, Novembro de 2012, p. 53.

A multiplicidade de políticas, instrumentos e normas é referida transversalmente pelos entrevistados – agências de cooperação e OSCs das diversas tipologias, como um factor de dispersão de recursos e energias. A este respeito, as OSCs ilustram a situação frisando a necessidade de reajustamentos constantes, quer de foco, quer de procedimentos internos, para poder dar resposta às agendas e regras de financiamento dos diversos doadores. Outros factores igualmente identificados como negativos no fortalecimento da capacidade das OSCs são: a desadaptação às realidades – exigência de procedimentos demasiado burocráticos para a capacidade das OSCs; a falta de representações dos doadores nas províncias, com o correspondente dispêndio de recursos humanos e financeiros muitas vezes sem retorno; os projectos de curto prazo e a relutância de financiar despesas correntes das OSCs. As OSCs sediadas a nível provincial referem também dificuldades de acesso à informação sobre possibilidades, regras e procedimentos de financiamento.²³⁶

236. Este aspecto é referido não só a nível provincial – por exemplo nos workshops de Gaza, Nampula e Cabo Delgado - realizados em fevereiro de 2015, mas igualmente por OSCs – entrevistas a 12.02.2015 à Nelly, AMODEGO, AMIMO e Arrepaço em Gaza - e ONGIs sediadas em Maputo e com estruturas e recursos financeiros significativos – por exemplo WeEffect - entrevista realizada a 02.02.2015.



Promoção da sociedade civil no voleibol de praia em Maputo.

É neste contexto que os mecanismos comuns de apoio à sociedade civil merecem uma atenção especial. Aterciarização da gestão do apoio implica a abertura de concursos para a contratação de empresas ou outras entidades ou a contratação directa de implementadores intermediários para o desenvolvimento de programas. Em Moçambique existem vários mecanismos comuns para o financiamento à sociedade civil, entre os quais se destacam o Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (MASC) e o Programa de Acções para uma Governação Inclusiva e Responsável (AGIR).²³⁷ Descrevem-se abaixo estes dois exemplos e outras iniciativas similares:

237. Vide Anexo D: Mecanismos e Programas de Financiamento da sociedade Civil.

- **Mecanismo de Apoio a Sociedade Civil (MASC).**²³⁸ Tem o objectivo de melhorar a governação e a prestação de contas aos cidadãos moçambicanos, através do fortalecimento e diversificação do engajamento das OSCs moçambicanas na advocacia e monitoria sobre a governação. O MASC desenvolve, pois, um programa de fundos para a capacitação de OSCs no âmbito de governação, com financiamento do DFID e Irish Aid, USAID e Danida. O MASC foi implementado desde 2007 pela COWI Moçambique e transformou-se numa fundação nacional a partir de 1.4.2015. A Revisão de Impacto realizada em 2014²³⁹ concluiu que o MASC é um mecanismo inovador no âmbito de dar voz e responsabilização, principalmente por ter posto o cidadão no centro das suas intervenções, por ter ligado intervenções de vários níveis e baseadas numa análise contextual de economia política; por ter uma abordagem diversificada, complementar e contínua de capacitação e por ter uma abordagem flexível ao preconizar mudanças alcançáveis.
- **AGIR - Programa de Acções para uma Governação Inclusiva e Responsável.**²⁴⁰ Com objectivos múltiplos de criar cidadãos activos e uma sociedade civil forte e interventiva, capaz de participar e influenciar os processos democráticos, contribuindo para uma governação responsável e o aprofundamento da democracia, a igualdade de género e dos direitos humanos em Moçambique, o AGIR disponibiliza fundos directos para a implementação de planos estratégicos das OSCs parceiras e o desenvolvimento das suas capacidades de gestão programática e financeira. O programa é financiado pela Embaixada da Suécia com apoio da Holanda e Dinamarca aos subprogramas específicos. O programa é implementado através de 4 ONGs intermediárias: WeEffect (recursos naturais), Ibis (acesso à informação), Oxfam (governação) e Diakonia (participação e responsabilização social). A segunda fase do AGIR decorre de 2015 a 2020 e a Noruega já mostrou interesse em integrar o grupo de doadores e apoiar, via da Oxfam Novib, a componente de transparência nos recursos naturais.

A avaliação do AGIR, em 2014²⁴¹, demonstra que o programa tem tido impacto positivo em termos do apoio a OSCs nas acções de advocacia baseada em evidências e no contributo para mudanças a nível de resultados (outcome). Um aspecto importante do AGIR, salientado pelas OSCs entrevistadas, é o core funding combinado com capacitação.

238. <http://www.masc.org.mz/home/index.php/en/>

239. Final Impact Review of DFID's Civil Society Strengthening Mechanism (CSSM) in Mozambique, Final Report, IDL Group, 17.12.2014.

240. <http://www.swedenabroad.com/pt-PT/Embassies/Maputo/Cooperacao-para-o-Desenvolvimento/Apoio-a-Sociedade-Civil/>

241. Evaluation of thematic results achieved and demonstrated within the Programa de Acções para uma Governação Inclusiva e Responsável AGIR, Final Report, Indevelop AB, 29.08.2014.

- **Parceiros Capazes de Programas (Capable Partners Program - CAP)**²⁴². O objectivo do CAP é fortalecer as capacidades técnicas e organizacionais das OSCs locais para desenvolverem actividades de planificação, gestão de fundos e prestação de serviços no âmbito de HIV/SIDA e sectores sociais em geral. Para melhorar o controlo dos fundos e registos financeiros, desenvolveram um programa de currículo e certificado de gestão financeira, baseado num processo participativo de análise organizacional. Desde 2006 até 2012, o CAP apoiou 83 OSCs, e no período de 2012-2014 foram graduadas sete OSCs, com base no cumprimento de um conjunto de standards de desempenho.²⁴³ As avaliações externas e a auto-avaliação dos beneficiários de bolsas mostraram alteração significativa na área de gestão de projectos e na capacidade institucional. O CAP enfatiza a necessidade de integridade na gestão, como um parâmetro importante de desenvolvimento organizacional. O facto de 25% dos contratos com beneficiários terem sido rescindidos, com base na detecção de abuso de fundos ou no baixo desempenho, demonstra a importância que o CAP atribui à questão, mas demonstra igualmente o volume deste problema. O CAP é implementado pela FHI360 e financiado pela USAID.
- **Cidadania e Participação (Citizens' Engagement Program – CEP)**.²⁴⁴ Com o objectivo de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde e educação, o CEP visa capacitar as OSCs e Comités locais em monitoria com a aplicação de Cartões de Pontuação Comunitária e Cartões de Reporte do Cidadão. O programa é financiado pelo DFID, Cooperação Irlandesa (Irish Aid) e Danida. O CEP é implementado por uma empresa privada, a COWI Moçambique. A primeira fase do programa decorre de 2012 a 2017 e o futuro enquadramento institucional ainda não está decidido. Até ao presente momento, o CEP não foi avaliado e por isso ainda não há resultados documentados do programa.
- **Dialogo – Diálogo Local para Boa Governação**²⁴⁵ é um programa recente que visa melhorar a governação municipal, a prestação de contas e a capacidade de resposta das instituições municipais. O programa inclui apoio às OSCs, instituições municipais e medias não-estatais. Na componente de Engajamento, a mobilização e engajamento das OSCs com as instituições municipais visa estimular debates públicos e liderar a interacção entre líderes cívicos e autoridades locais na monitoria da governação. O programa é financiado pelo DFID, foi iniciado em 2012, tem a duração de 5 anos e é implementado pelas empresas privadas DAI e COWI.

242. <http://www.fhi360.org/projects/capable-partners-program-cap-mozambique>

243. As organizações graduadas são: 2012 - Associação Moçambicana Mulher e Educação (AMME) e N'WETI; 2013 - Associação dos Empresários Contra Sida (EcoSIDA) e Conselho Cristão de Moçambique (CCM Sofala); e 2014 - Associação Nacional para Desenvolvimento Auto-Sustentado (ANDA), Núcleo das Associações Femininas da Zambézia (NAFEZA) e Ophavela (Associação para o desenvolvimento sócio-económico) em Nampula.

244. <http://www.cep.org.mz/>

245. <http://www.dialogomz.com/>

- **Iniciativa Terra Comunitária – Fundação (ITC-F).**²⁴⁶ Com o objectivo de fortificar a capacidade sobre direitos legais de uso de terra a nível comunitário, a ITC-F tem em vista promover o uso sustentável de recursos naturais, como contributo para a redução da pobreza e a promoção de desenvolvimento rural. O ITC-F visa, pois, capacitar as comunidades rurais através de projectos implementados pelas OSCs locais. O programa é financiado pelo DFID, Embaixada de Holanda, SDC, Irish Aid (DCI), ASDI e Danida e implementado pela KPMG. A fase de extensão do programa decorre de 2011 a 2015. O ITC-F tem tido sucesso no estabelecimento de parcerias entre as comunidades e os investidores, reconhecendo a necessidade de colaboração e a importância de preparar ambas as partes para o efeito.
- **Programa de Apoio a Actores Não Estatais (PAANE)**²⁴⁷ (2013-2018) é implementado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiro e Cooperação, através do seu Gabinete do Ordenador Nacional (GON) e financiado pela UE (10° FED). O Programa apoia os projectos na área da educação cívica pela juventude e do diálogo entre OSCs e autoridades públicas. Para o efeito, o GON, com suporte de uma equipa de assistência técnica, lançou um convite à apresentação de propostas para as OSC moçambicanas e disponibilizou um Mecanismo de Resposta à Procura (MRP) para financiar estudos, conferências e outras actividades pontuais de iniciativa directa da sociedade civil local. O PAANE está sujeito a uma avaliação de meio-termo em 2015.

PAANE – adaptando a modalidade às necessidades das OSCs locais. No convite a apresentação de propostas do PAANE, lançado em Outubro de 2014 e integrando dois lotes de projectos - Cidadania e Diálogo, os critérios de elegibilidade foram adaptados tendo em atenção as características das OSCs locais. Efectivamente, só era requerido que as OSCs estivessem registadas há um ano (enquanto normalmente o exigível é três a cinco anos) e os montantes de co-financiamento elevaram-se a 95% do custo total elegível da acção. Foram igualmente incluídos critérios geográficos: envelopes financeiros afectos às províncias do Norte, Centro e Sul do país em montantes iguais²⁴⁸. Nos casos em que uma região não apresente propostas que absorvam o total do seu envelope financeiro, as verbas excedentárias revertem para outra região que tenha apresentado propostas viáveis mas acima do tecto disponível para essa região. Para a divulgação do convite foram igualmente realizadas seis reuniões descentralizadas, iniciativas que contribuíram para aumentar a relação de proximidade com as OSCs.²⁴⁹

246. <http://www.itc.co.mz/>

247. <http://www.paane.co.mz/>

248. Alguns dos entrevistados propõem um reforço deste critério, pela atribuição de envelopes financeiros para cada província, ao invés de o fazer para um conjunto de Províncias.

249. Reuniões realizadas no ano 2014 em Maputo, Beira, Quelimane, Tete, Nampula e Pemba. A DUE referiu a fraca participação em algumas das províncias ex: Pemba - 6 participantes. Sugere-se o reforço da comunicação - via divulgação mais efectiva nas rádios locais e ligação mais estreita com os Fóruns Províncias (a equipa de mapeamento, via coordenação com o FOCADÉ, garantiu no espaço de 2 dias a participação de 27 pessoas, 5 delas dos Distritos, no workshop realizado em Pemba).

A existência de vários mecanismos é considerada uma vantagem pelas OSCs porque facilita a possibilidade de diversificação de fundos. A experiência de outros países demonstra que a centralização de mecanismos pode ser uma desvantagem para as OSCs, pois limita as suas opções.²⁵⁰ Contudo, as lições aprendidas neste panorama de mecanismos e programas indicam a necessidade de considerar os seguintes aspectos em relação às modalidades de apoio para a sociedade civil:

- Ao invés de apostar simplesmente na implementação de projectos, deve apostar-se igualmente no apoio à capacitação organizacional para assegurar a sustentabilidade e integridade das organizações.
- Responsabilização das OSCs em relação a capacitação organizacional através de tutoria e certificação de capacidade.
- Flexibilidade do apoio com base no conhecimento contextual.
- Descentralização e simplificação de acesso, incluindo respostas rápidas e com mecanismos de *feedback* e diálogo, que permitam às OSCs melhorarem o seu desempenho na área de elaboração de propostas.



Advocacia por uma sociedade inclusiva, Província do Niassa, Março de 2015.

5.3 Apoio directo às OSCs

Existe uma pluralidade impressionante de iniciativas em prol da sociedade civil, pelo que uma análise abrangente está fora do alcance do presente estudo de mapeamento. Cientes dessa limitação, apresentam-se neste sub-capítulo algumas dessas iniciativas de apoio directo às OSCs moçambicanas e internacionais – da UE, de Agências Bilaterais e das Nações Unidas -, com o objectivo de sistematizar algumas das experiências em curso. O apoio directo significa uma relação directa, sem intermediário (mecanismo comum ou INGO), entre a agência financiadora e a OSC beneficiária.

A UE opera com vários instrumentos complementares de apoio político e financeiro à sociedade civil,²⁵¹ nomeadamente os programas geográficos e os programas temáticos. Em relação ao apoio à sociedade civil em Moçambique, os instrumentos principais são: a linha orçamental de Organizações da Sociedade Civil / Autoridades Locais (OSC/AL), o Instrumento Europeu para Democracia e Direitos Humanos (IEDDH; EIDHR) e o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) através dos pro-

251. Civil Society Organizations and Local Authorities (CSO-LA), Concept note for country programme Mozambique, DEVCO B2, s.d.

gramas sectoriais de boa governação, sectores sociais e desenvolvimento rural e também do Programa de Apoio aos Actores não Estatais – PAANE (vide em cima). De salientar que o apoio ao sector de boa governação inclui também o apoio ao sector de justiça e à administração das finanças públicas (*public financial management*).²⁵² Em linha com as conclusões de estudos recentes sobre a importância de oferecer vários tipos de financiamentos que permitam às OSCs uma diversificação de fundos²⁵³, a UE procura, pois, a complementaridade entre as diferentes modalidades de financiamento.²⁵⁴

Os projectos actuais (2015 – 2019) de apoio da UE à sociedade civil são implementados por ONGIs, OSCs moçambicanas e várias agências internacionais de desenvolvimento. Os projectos abrangem um leque variado de sectores: educação para adultos, saúde, direitos humanos (mulheres, pessoas com deficiência, crianças), protecção social, desenvolvimento da agricultura, biodiversidade, infra-estruturas comunitárias, apoio ao desenvolvimento de negócios e responsabilidade social das empresas, diálogo social, media, e educação e formação técnico-profissional. De futuro, a intenção é concentrar na monitoria, na participação democrática e na cidadania, ainda apoiando a prestação de serviços, restringindo o enfoque sectorial e priorizando as intervenções a nível de províncias e distritos. Para além dos projectos em curso, serão disponibilizados novos apoios para os projectos que vierem a ser aprovados na sequência do convite à apresentação de propostas previsto para o último trimestre de 2015. Em resultado das entrevistas realizadas podem já expressar-se algumas considerações que, eventualmente, servirão para futuros melhoramentos: a necessidade de facilitar o acesso aos fundos, especialmente para as OSCs a nível local; a necessidade de aligeirar a complexidade do processo de candidatura e as exigências burocráticas na administração de fundos e a necessidade de aumentar o prazo de execução dos projectos.

252. http://eeas.europa.eu/delegations/mozambique/index_pt.htm

253. Study on Support to Civil Society through Multi-Donor Funds, INTRAC, January 2014; South funding modalities – pros and cons in relation to capacity development of local CSOs for advocacy, Discussion Paper, by Bente Topsoe-Jensen, Fagligt Fokus, April 2013.

254. Terms of Reference for the Mapping Study of Civil Society Organizations in Mozambique.

A Comunicação da Comissão Europeia (CE), “*As raízes da democracia e do desenvolvimento sustentável: o envolvimento da Europa com a sociedade civil nas relações externas*”²⁵⁵, é o documento de política mais recente sobre o engajamento com a sociedade civil. Este documento recomenda impulsionar as relações da UE com as OSCs e adaptá-las aos desafios actuais e futuros que se colocam a nível nacional. O documento enfatiza a importância de reconhecer por um lado o Estado como principal portador de deveres (*duty bearer*) de desenvolvimento e governação democrática, e, por outro lado, a importância das sinergias entre o Estado e as OSCs. A sinergia entre OSCs e Estado é vista como um veículo crucial para ultrapassar os desafios da pobreza, da desigualdade crescente, da exclusão social e do desenvolvimento insustentável. A participação das OSCs nos processos políticos é vista como fundamental para garantir políticas inclusivas e eficazes.

Para esse efeito, é proposto um financiamento feito sob medida (*tailor made*), como uma componente importante do engajamento da UE com as OSCs, no sentido de lhes permitir um acesso melhorado aos fundos disponíveis. É preconizada uma variedade de modalidades de financiamento flexíveis, transparentes e eficientes em termos de custos e resultados, capazes de abranger eficazmente um leque alargado de actores e que atenda simultaneamente às necessidades de contexto do país parceiro.

Preconiza ainda o empenhamento estratégico, da UE e dos Estados Membros, para alcançar uma maior coerência, consistência e impacto das acções da União Europeia. Consequentemente há uma crescente alocação de fundos para o desenvolvimento de actividades da sociedade civil. Esse crescimento verifica-se não só nos apoios directos de Bruxelas²⁵⁶, via linhas de financiamento como as supra citadas OSC/AL e IEDDH, mas também nos apoios viabilizados directamente para as OSCs pela Delegação da União Europeia (DUE).²⁵⁷

255. <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2012:0492:FIN:EN:PDF>

256. Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (EIDHR) para financiamento de OSCs nacionais e internacionais (300.000,00€ por ano até 2013; 900.000,00€ por ano para o período de 2014 a 2017).

257. 10º FED – PAANE (GON/MINEC) no valor de 5 milhões de EUR; 11º FED – os valores ainda não conhecidos, Março de 2015.

As entrevistas às **agências bilaterais de desenvolvimento** e às embaixadas revelaram um interesse genuíno em apoiar as iniciativas da sociedade civil, reconhecendo o papel desta no desenvolvimento democrático. As agências de desenvolvimento operam com base nas estratégias desenhadas bilateralmente e incluem formatos de apoio à sociedade civil muito variados. Mesmo as agências que não têm programas específicos para apoio à sociedade civil tentam encorajar um ambiente propício à sua actuação - por exemplo via observatórios, redes da sociedade civil, monitoria do orçamento do Estado e das eleições, no sentido de garantir uma boa governação.

O apoio à sociedade civil pode configurar-se por exemplo como parte integrante de programas sectoriais (Dinamarca), ser dado através de mecanismos comuns de apoio à sociedade civil (Suécia, DFID, Dinamarca, Finlândia, Holanda), através de ONGs do hinterland, ou disponibilizado como apoio directo. Os países nórdicos têm igualmente o enfoque de apoiar os sindicatos (Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia) através de programas de parceria das organizações sindicais dos países de origem. No que se refere aos mecanismos comuns, várias agências bilaterais / embaixadas (por exemplo a Holanda, a Dinamarca e a Finlândia) partilham ou delegam numa outra agência a responsabilidade de acompanhamento e monitoria destes mecanismos comuns com o objectivo de coordenar recursos e reduzir os custos de transacção.

Existem igualmente fundos discricionários das embaixadas e delegações de agências que são geralmente aplicados com uma certa flexibilidade e agilidade e também com alguma disposição de assumir riscos (*risk willingness*). Sublinha-se a vantagem de ter os fundos discricionários porque abrem a possibilidade de apoiar iniciativas da sociedade civil

sem necessariamente ter que lançar um novo programa. Contudo, estes fundos são limitados e de carácter ad hoc, pelo que raramente são aplicados como parte de uma estratégia de longo prazo.²⁵⁸

O sistema das **Nações Unidas (NU) em Moçambique** dá apoio ao Governo de Moçambique por intermédio do Quadro de Apoio ao Desenvolvimento - UNDAP 2012-2015²⁵⁹ - que abrange três áreas: i) Económica, ii) Social e iii) Governação. Este quadro é operacionalizado por 20 agências, fundos e programas²⁶⁰ das NU activos no país, apoia os planos de desenvolvimento do governo moçambicano²⁶¹ e complementa o apoio bilateral e multilateral dos outros parceiros. O enfoque na sociedade civil é reflectido na área de Governação, onde *“as NU vão concentrar-se, em primeiro lugar, no aprofundamento da democracia e no aumento da responsabilização pública, tanto pelo reforço das instituições democráticas e da justiça do governo, como pelo fortalecimento da capacidade das populações vulneráveis. Essas acções serão realizadas através de organizações da sociedade civil do sector privado e têm como finalidade promover a participação efectiva dos cidadãos na formulação de políticas na protecção dos seus direitos.”*²⁶²

258. Por exemplo Alemanha 60.000,00 EUR; Portugal 20.000,00 EUR; Canadá fundo regional 37.000 EUR; e Dinamarca sem informação sobre orçamento.

259. UNDAP - United Nations Development Assistance Framework for Mozambique, 2012-2015 dispõe de um total de 739 Milhões de USD, sendo o orçamento indicativo para as duas últimas áreas é de 511 Milhões de USD.

260. <http://www.mz.one.un.org/por/Como-Trabalhamos/Agencias-das-Nacoes-Unidas>

261. O novo Plano Quinquenal 2015-2019 do Governo de Moçambique foi aprovado pelo Conselho de Ministros no dia 18.2.2015, aguardando ainda a aprovação pela Assembleia da República. <http://www.miramar.co.mz/Noticias/Conselho-de-ministros-aprova-plano-quinquenal>

262. http://www.mz.undp.org/content/mozambique/en/home/library/mdg/united_nations_development_assistance_framework.html

No processo de formulação do UNDP, foi constituído um grupo consultivo dedicado a questões da sociedade civil, e foram realizados encontros regulares com a sociedade civil.²⁶³ Como resultado de mudanças institucionais e de funcionários, dos oito membros iniciais há actualmente apenas duas agências (UNICEF e UNFPA) no grupo consultivo. Neste contexto, a UNICEF, em coordenação com UNFPA, realizou em 2014 um mapeamento interno da sociedade civil que servirá para a formulação duma estratégia com enfoque nas crianças.²⁶⁴ Contudo, para além destas iniciativas parece haver pouca coordenação entre as agências das NU no âmbito do apoio à sociedade civil, supostamente por causa da reestruturação em curso (One UN).

Algumas agências da NU apoiam OSCs nas suas respectivas áreas; o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, por exemplo, trabalha desde 2013 com o Centro de *Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil* (CESC) no âmbito da monitoria

de serviços públicos; a UNESCO apoia o *Movimento de Educação para Todos* (MEPT) na formação de adultos e associações juvenis; e o UNIDO trabalha com associações comunitárias, empresariais, agrícolas etc.



Discussão de prioridades na União dos Camponeses, Distrito de Mecanhelas, Província do Niassa, 2012.

Nesta caixa apresenta-se um dos exemplos de envolvimento do UNIDO com a sociedade civil:

*“A Associação dos Agentes Económicos de Mocuba (AGEMO) opera no Distrito de Mocuba, Província de Zambézia com apoio de UNIDO. O apoio incluiu o fornecimento de computadores para a escola de informática, onde até agora se formaram 2000 pessoas. A escola de informática é uma fonte de receita para a AGEMO contribuindo assim para a sustentabilidade da associação. A UNIDO apoiou igualmente a AGEMO para ter instalações para o funcionamento do escritório”.*²⁶⁵

Resumidamente, no apoio à sociedade civil moçambicana destacam-se as iniciativas da UE pela sua diversidade em termos de abordagens sectoriais e geográficas; das agências bilaterais pela disponibilização preferencial de fundos através de mecanismos, mas também pela flexibilidade e inovação de utilização de fundos discricionários e das NU pela sua actuação abrangente, de acordo com a vocação de cada uma das suas agências.

265. Entrevista com AGEMO, 10.02.2015.

263. Entrevista grupo focal com UNICEF, UNFPA, UNDP, UNIDO e UNESCO, Março de 2015.

264. relatório de mapeamento realizado por UNICEF não foi disponibilizado ao público na altura do presente estudo.

5.4 As ONGs internacionais – parceiro ou intermediário?

As ONGs surgiram em Moçambique logo após a Independência, em 1975, e geralmente eram oriundas dos movimentos de solidariedade com a luta de libertação.²⁶⁶ Nessa época forneciam sobretudo assistência técnica para preencher as inúmeras lacunas no sector público e só gradualmente foram surgindo as ONGs de desenvolvimento. Por falta de organizações moçambicanas de desenvolvimento, estas ONGs implementaram projectos sectoriais na agricultura, saúde, educação e reabilitação de infra-estruturas como um complemento de – ou no lugar de – actividades do governo.²⁶⁷ Outras operaram na área de ajuda humanitária para a minimização dos efeitos das catástrofes naturais e mais tarde da guerra civil. Com o término da guerra civil em 1992 e a legislação sobre associações²⁶⁸ começaram a surgir as OSCs locais e estabeleceu-se uma nova forma de colaboração entre as ONGs e as OSCs moçambicanas. Nesse novo formato de relação, as ONGs asseguravam o financiamento e a implementação e as OSCs locais eram vistas mais como um grupo alvo do que como um parceiro na implementação de actividades.

As ONGs não são um grupo homogéneo. Englobam as grandes organizações mundiais de desenvolvimento (como por exemplo ActionAid, CAFOD, Oxfam, Save the Children, WWF), as ONGs de vigilância e advocacia (como por exemplo Amnistia Internacional, Transparência Internacional, Greenpeace etc.), as ONGs – maioritariamente nórdicas – com programas de apoio (como por exemplo HELVETAS, IBIS, KEPA, WeEffect etc.), e as ONGs – maioritariamente de Europa de Sul – que implementam projectos (Medicus Mundi, SÃO DO SUL, CIES, AVSI etc.).

As ONGs operam na base de acordos de co-operação com o Governo de Moçambique, mas as recentes restrições na obtenção de vistos de trabalho (DIRE) para o pessoal estrangeiro têm imposto limitações às ONGs. Um exemplo recente é a organização de *Afrikagrupperne* da Suécia, que em 2014 fechou o escritório em Moçambique e opera agora a partir da sede regional na África do Sul devido ao problema de ter um número considerado excessivo de pessoal estrangeiro.



OSCs do Alto Mãe no voleibol de praia em Maputo.

266. Moçambique marcou-nos para a vida. Grupo de Mulheres Internacionalistas 1090-1984. Retratos e depoimentos, Elisa Fuchs, JV Editores, 2014.

267. On relations between the NGOs of the North and Mozambican civil society, José Negrão, Faculty of Economics, University of Coimbra, Portugal, October 2003.

268. Lei 8/91. <http://cso-effectiveness.org/istanbul-principles,067>

A filosofia de parceria internacional, como expresso, entre outros, nos princípios de Istanbul de 2010²⁶⁹ é uma base fundamental para o apoio internacional de desenvolvimento fornecido através das ONGIs. A mais-valia de parceiros internacionais, em termos de acesso às redes globais, à informação, ao conhecimento e também na protecção à exposição política é um elemento chave nas relações de parceria. O papel actual e futuro das ONGIs²⁷⁰ está directamente relacionado com o surgimento de uma sociedade civil global, com redes e alianças nacionais, regionais e internacionais e com capacidade para mobilizar, advogar e fazer campanhas com repercussões à escala global. Muitas ONGIs fazem parte de redes internacionais – por exemplo: Action Aid, Care, Cruz Vermelha e Oxfam, e o apoio às OSCs locais torna-se cada vez mais condicionado pelo quadro estratégico definido pelas suas organizações-ápex²⁷¹. Assiste-se também a uma transformação das ONGI em OSCs nacionais, uma estratégia que tem em vista alargar o seu espectro de actuação para o nível político e facilitar igualmente o seu papel enquanto prestadoras de serviços.

Para garantir uma advocacia forte é necessária uma rede consistente e extensa, que possa fornecer apoio e acesso à informação, assim como estabelecer a ligação das agendas locais com as agendas globais de advocacia. A globalização crescente da economia nacional, bem como os investimentos regionais e internacionais, e os problemas anexos de usurpação de terras, o reassentamento compulsivo das populações

269. http://cso-effectiveness.org/IMG/pdf/principios_de_istambul_portuguese.pdf

270. South funding modalities – pros and cons in relation to capacity development of local CSOs for advocacy, Discussion Paper, by Bente Topsoe-Jensen, Fagligt Fokus, April 2013.

271. “Organização-ápex” significa a organização mãe no caso de organizações internacionais/globais.

em resultado dos mega-projectos florestais e mineiros²⁷², exigem uma resposta coerente e coordenada por parte da sociedade civil²⁷³, a nível local - nacional - global.

No seio das OSCs moçambicanas há a tendência de ver a relação com as ONGIs unicamente como financeira, em que as ONGI são intermediárias ou financiadoras e não parceiros na verdadeira acepção da palavra. Há referências de muitas OSCs à subalternização de que se sentem vítimas por parte das OSCs mais estruturadas e que consomem grande parte dos recursos alocados a projectos comuns. Em termos práticos e segundo essas OSCs, o efeito cascata pretendido pelos doadores, transforma-se no efeito “funil de esponja” – as organizações intermediárias absorvem a maior parte dos recursos alocados e os recursos só vêm em gotas para as OSCs locais. Os resultados palpáveis e sustentáveis da capacitação não são muitos apesar do dinheiro e dos esforços investidos ao longo dos anos.

*“As OSCs mais fracas, como não sabem fazer propostas, só têm acesso aos fundos como parceiros. No entanto, as parcerias não são verdadeiras, as ONGs mais fortes ficam com a maior parte dos fundos para elas e as outras ficam só com os restos. A relação que se estabelece, em vez de uma parceria, é mais uma relação de padrão - empregado”.*²⁷⁴

272. UNAC/GRAIN : O regresso das Plantações Coloniais a Moçambique, Fevereiro de 2015.

273. Civil Society Policy and Practice in Donor Agencies. An overview report commissioned by DFID, INTRAC, 2010.

274. Workshop em Cabo Delgado, 19.02.2015.

Contudo, as OSCs moçambicanas reconhecem a necessidade de ter mais capacidade na elaboração de propostas e entendem as parcerias com as ONGIs – ou com OSCs nacionais mais capacitadas – como uma estratégia para ter acesso ao financiamento. Portanto, o papel das ONGIs na angariação de fundos continua a ser fundamental na captação e aplicação de financiamento estrangeiro. Agem como parceiro financiador directo das OSCs locais, cumprindo também o papel de intermediário que garante a administração financeira, a prestação de contas e a demonstração de resultados perante os doadores (*back donors*). O financiamento através de intermediários deve, em princípio, ter um efeito de cascata em que as OSCs mais fortes implementam projectos em conjunto com OSCs mais fracas, com o compromisso de haver um reforço de capacidade organizacional e profissional destas últimas.

Resumidamente, de movimentos de solidariedade voluntários e internacionalistas, as ONGIs transformaram-se, ao longo dos anos e grosso modo, em agências de implementação de projectos sectoriais em complementaridade (ou em substituição do governo), até à forma actual de intermediários e gestores de fundos externos. O seu futuro papel, como aliadas intervenientes num mundo globalizado, só se esboça ainda como uma tendência. A confirmação dessa tendência está em aberto, mas já é reconhecida a mais-valia oferecida pela parceria entre ONGIs e OSCs locais a nível da transferência de conhecimento e do acesso às redes internacionais e globais.

O seguinte exemplo demonstra a força e abrangência internacional da sociedade civil numa perspectiva de parceria internacional de advocacia:²⁷⁵



Programas de apoio à sociedade civil.

275. A intenção deste exemplo não é discutir o programa ProSAVANA, mas sim demonstrar a colaboração internacional da sociedade civil no âmbito de advocacia.

Cooperação triangular da sociedade civil: O caso do ProSAVANA

O Ministério da Agricultura de Moçambique (MINAG), a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) e a **Agência Brasileira de Cooperação (ABC) têm em curso o Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrário da Savana Tropical em Moçambique (ProSAVANA). A intenção conjunta dos três países remonta a 2009 e visa adaptar a Moçambique a experiência do Cerrado Brasileiro**²⁷⁶ (PRODECER: Cooperação Japão-Brasil para o desenvolvimento da agricultura no Cerrado) **no sentido de melhorar a vida das populações locais pela modernização da agricultura - aumento da produtividade e produção e diversificação da produção agrícola, pela criação de emprego via investimentos do Brasil e do Japão na agricultura e actividades económicas correlacionadas**²⁷⁷.

Em Maio de 2013, 23 organizações e movimentos sociais moçambicanos, entre as quais se contam a ADECRU, a AENA, a Akilizheto - Nampula, o CCM – Niassa, o Forum Mulher, a UNAC, Justiça Ambiental e a ORAM, apoiadas por 43 organizações internacionais endereçaram uma Carta Aberta²⁷⁸ aos governantes do Brasil, Japão e Moçambique a contestar o programa. As OSCs dos três países envolvidos consideram que o ProSAVANA não terá os efeitos pretendidos pelos 3 governos e estão organizadas no sentido de defender a sua posição conjunta ex: Brasil - reunião em Abril de 2014 da Iniciativa África, do Instituto Lula, com um leque alargado de organizações da sociedade civil em que participaram também a FAO e a UNICEF²⁷⁹ e missão de investigação no terreno de ONG Japonesas e Moçambicanas em Dezembro de 2013. O Ministério da Agricultura deu resposta, um ano depois, em Maio de 2014²⁸⁰.

276. <https://www.embrapa.br/prosavana>

277. Formulation of Agricultural Development Master Plan in the Nacala Corridor CONCEPT NOTE, September 2013, ProSAVANA-PD; entrevista com Gabinete de ProSAVANA no MINAG, 22.04.2015.

278. <https://www.facebook.com/ja4change/posts/579754122058726>

279. <http://www.institutolula.org/instituto-lula-debate-pro-savana>

280. <http://www.prosavana.com/files/files/Carta%20MINAG%282%29.pdf>

A 2 de Junho de 2014, nove organizações moçambicanas lançaram a campanha “NÃO ao ProSAVANA”²⁸¹. A campanha teve eco nos media Brasileiros²⁸² e levou igualmente a movimentações da sociedade civil japonesa no sentido de questionar o governo e tentar parar o programa. A 24 Julho de 2014 promovida por organizações da sociedade civil dos três países, e organizada pela UNAC, realizou-se e Maputo na 2ª Conferência Triangular dos Povos (de Moçambique, Brasil e Japão),²⁸³ que reuniu cerca de 250 pessoas do governo, sociedade civil, camponeses, empresários e estudiosos para debater sobre o ProSAVANA. Na conferência foi anunciada a intenção de internacionalizar a campanha e accionar mecanismos jurídicos a nível nacional e internacional para responsabilizar os envolvidos no programa pelos danos que possam causar aos camponeses. A CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, do Brasil²⁸⁴, afirmou no âmbito dessa mesma conferência, que os movimentos vão reforçar a participação activa da sociedade civil na campanha “NÃO ao ProSAVANA”²⁸⁵. A internacionalização da campanha assumida pela sociedade civil²⁸⁶ dos três países teve igualmente eco na imprensa brasileira e japonesa²⁸⁷. Em Agosto de 2014 a campanha “NÃO ao ProSAVANA” recebeu o apoio na Cimeira dos Povos da SADC²⁸⁸.

A sociedade civil Japonesa, a trabalhar com contrapartes de Moçambique e do Brasil, apresentou em Outubro de 2014, na conferência “Anos após o acordo, o que é que está a acontecer na comunidade?”, o resultado das pesquisas iniciadas em 2013 e complementadas com uma 2ª missão no terreno em Julho de 2014²⁸⁹. A conferência contou com 100 participantes – ONGs, Grupo de Cidadãos preocupados com o desenvolvimento de Moçambique, Japão, Forças Partidárias com assento no Parlamento, JICA e Governo Japonês (com o qual as OSCs já realizaram, até ao momento, 10 reuniões sobre o ProSAVANA).

281. <https://adecru.wordpress.com/2014/06/02/lancada-campanha-nao-ao-prosavana-em-mocambique/>

282. <http://www.brasildefato.com.br/node/28730>

283. A 1 Conferência Triangular sobre o mesmo tema tinha sido realizada em Agosto de 2013. <http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/56-povos-de-mocambique-brasil-e-japao-dis-cuem-em-maputo-formas-de-resistencia-detencao-e-reflexao-do-prosavana>

284. A CONTAG integra Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), com as 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=425&nw=1>

285. <http://www.brasildefato.com.br/node/29321>

286. <http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/87-organizacoes-da-sociedade-internacionalizam-a-campanha-e-prometem-responsabilizar-juridicamente-os-actores-do-prosavana>

287. <http://mozambiquekaiatsu.blog.fc2.com/blog-entry-111.html>

288. <http://alice.ces.uc.pt/news/?p=3860>

289. <http://www.farmlandgrab.org/post/view/24303-years-from-the-agreement-whats-happening-in-the-community>



Agricultura sustentável no Distrito de Mecanhelas, Província do Niassa, 2012.

6. Constatações e recomendações

6.1 Constatações resumidas

O contexto em que operam as OSCs é muito complexo e afecta directamente a estrutura, a capacidade, a sustentabilidade e o potencial de engajamento das OSCs no processo de diálogo de políticas. O modelo de governação adoptado a partir de 2005 não alterou grandemente a histórica confusão entre o partido e Estado, contribuindo para aumentar a falta de confiança nas instituições.

As OSCs em Moçambique são diversas e abrangem uma multiplicidade assinalável de áreas de intervenção. Esta diversidade, encerrando contradições em si mesma, torna difícil ter uma definição acabada do que é a sociedade civil. No entanto, da amálgama de OSCs e suas funções podem extrair-se conjuntos de elementos comuns que permitem tipificá-las em categorias. Propõe-se, pois, uma tipologia de organizações com várias camadas, com características específicas, cada uma com a sua razão de ser e papel na soma do conjunto das organizações que representam a sociedade civil.

Genericamente, as OSCs têm um domínio limitado de conhecimentos técnicos especializados, partilham informação com pouca fluidez e têm igualmente limitações no tratamento e utilização da informação que lhes é disponibilizada. A intervenção, normalmente baseada nos fundos disponíveis para projectos, condiciona a definição de uma agenda própria. Os modelos de financiamento existentes muitas vezes não respondem à necessidade de fortalecimento técnico, organizacional e institucional, que as OSCs sentem como premente. Neste universo destaca-se como excepção o Programa AGIR, que disponibiliza core funding e representa uma mudança de paradigma nos modelos tradicionais de apoio a sociedade civil.

No quadro do reforço das estratégias de influência sobre mudanças de políticas, as organizações da sociedade civil organizaram-se em plataformas e redes. No entanto, esta opção organizativa não está isenta de problemas - o papel de coordenação, articulação e mobilização das plataformas nalguns casos é posto em causa. Com efeito, verificam-se conflitos nalgumas plataformas, decorrentes da sua necessidade de sobrevivência que as leva a captar fundo para implementação directa de projectos em concorrência directa com os seus membros. As organizações que coordenam a agenda e os recursos das plataformas e redes têm tendência para chamar a si o protagonismo das lutas levadas a cabo pelo grupo, o que é uma outra fonte de conflitos. Estas questões têm influenciado negativamente a coesão de algumas plataformas, enfraquecendo-as e prejudicando a prossecução dos objectivos de luta por causas comuns. Estes problemas, parcialmente provocados (com certeza de forma não intencional), pelos modelos de financiamento dos doadores, devem merecer particular atenção. As plataformas e redes representam formas superiores de organização das OSCs e devem ser apoiadas com base no papel específico que desempenham.

O engajamento das OSCs na esfera de governação e do diálogo de políticas faz-se sobretudo num quadro institucional já estabelecido que são os espaços de diálogo formais. Os espaços formais foram criados pelo governo, mas existem igualmente os espaços informais que resultam de iniciativas da própria sociedade civil. Os ODs e os Conselhos e Comitês Comunitários são espaços formais de participação. As plataformas e redes são os espaços informais de viabilização e reforço das acções da sociedade civil e nasceram também na sequência do descrédito em relação aos espaços formais. Efectivamente, face à fraca funcionalidade dos espaços formais, as OSCs passaram a negligenciar a importância de usar esses espaços. Evidentemente, esta auto-exclusão representa uma estratégia de risco e um entendimento deficitário, por parte das OSCs, do potencial que aqueles espaços representam para influenciar políticas.

A sociedade civil refere, pois, problemas de fechamento dos espaços de diálogo, dificuldade de acesso à informação e muita pressão política sobre as OSCs sobretudo sobre as dedicadas ao debate sobre políticas principalmente a nível de distritos e províncias.



Mulheres na reunião com FAPIM (CARE),
Província de Nampula, 2012.

As OSCs mais sólidas e com maior capacidade técnica e financeira desafiam este contexto inóspito e têm-se destacado na intervenção a nível do debate sobre políticas. A consciência cívica dos cidadãos, em relação à intervenção no campo da governação, também cresceu muito e assiste-se a um importante desenvolvimento do debate político nos meios de comunicação social independentes e nas redes sociais. O facebook estabeleceu-se como um espaço invisível de participação com certa influência sobre o debate de políticas e na definição da agenda política nacional.

No quadro da intervenção das OSCs, as áreas que requerem mais atenção do ponto de vista de diálogo sobre políticas variam muito em função dos temas, actuais e futuros, que mais preocupam a sociedade. Embora as OSCs e os outros grupos de interesse consultados durante o trabalho de campo tenham diferenças de opinião, muitas vezes determinadas pela natureza das intervenções que realizam, expressam concordância em relação a, pelo menos, cinco áreas.

- *Área de governação* – esta componente tem uma dimensão de transversalidade - os processos e métodos de gestão da coisa pública são assumidos como factores determinantes para a melhoria das relações entre o Estado e sociedade, sobretudo no que respeita ao reforço dos mecanismos de democratização e desenvolvimento e dos mecanismos de transparência na gestão de recursos naturais. Integram esta dimensão os assuntos de transparência, prestação de contas, responsabilização, monitoria do orçamento, anticorrupção, participação e voz, e o acesso à informação.
- *Direitos humanos e cívicos* – com o aumento dos grandes investimentos em projectos ligados à terra - agricultura, indústria extractiva - os interesses económicos muitas vezes colidem com os principais direitos das comunidades. A usurpação de terras e a violação de direitos humanos frequentemente protagonizados pelos grandes investidores, nalguns casos com o apoio das estruturas oficiais, são questões que merecem a maior atenção da sociedade civil e do governo.
- *Direitos de género* – os problemas da violência doméstica e das desigualdades na relação entre homens e mulheres, muitas vezes com raízes culturais, constituem desafios importantes para o processo de desenvolvimento e apontam para a necessidade de fortalecer o conhecimento em relação aos direitos humanos, igualdades e liberdades fundamentais dos cidadãos.
- *Desenvolvimento rural e meio ambiente* – a base do desenvolvimento do país está no campo, onde mais de 70% da população reside e trabalha e de onde depende igualmente o acesso a uma alimentação e nutrição adequadas. O desenvolvimento rural depende de um conjunto de factores interligados – a agricultura sustentável, infraestruturas básicas e sócio-económicas, diversificação da actividade agrícola, com o consequente aumento de emprego e fixação da população rural. Neste sentido, o fortalecimento das capacidades das comunidades em matérias de meio ambiente, preservação de recursos naturais e conhecimentos técnicos é crucial para a criação de bases sólidas para um desenvolvimento sustentável.
- *Qualidade da educação* – O público em geral e as OSCs em particular estão convictos que o futuro do país depende directamente da qualidade da educação dos recursos humanos. A qualidade de educação, recorrentemente abordada em diversos fóruns, constitui um problema e uma ameaça ao processo de desenvolvimento. Assim, a atenção em torno da qualidade de educação, através de uma participação reforçada da sociedade civil na monitoria da qualidade no sector, pode contribuir determinantemente para a mudança do actual estado das coisas.

Estas áreas reflectem as preocupações mais comuns das OSCs. Naturalmente que há outras áreas igualmente importantes, mas o estudo foca-se nestas já que constituem os assuntos que as OSCs consideram ser os principais desafios em termos de desenvolvimento.

6.2 Recomendações²⁹⁰

As recomendações abaixo apresentadas constituem propostas no sentido de colmatar as necessidades e lacunas identificadas ao longo do trabalho de mapeamento. As recomendações preliminares foram apresentadas e discutidas em quatro workshops de verificação & validação, no mês de Abril de 2015. Participaram nesses workshops representantes de OSCs das províncias de Nampula, Tete, Zambézia e Maputo. O processo, aberto e participativo, permitiu um maior refinamento e enriquecimento da formulação de recomendações finais, assegurando a sua pertinência e operacionalidade. Os extensos debates com representantes das OSCs, assim como os comentários obtidos / debatidos com as autoridades locais e centrais, com agências e outros parceiros da cooperação internacional, resultaram num reforço e desdobramento das recomendações.

As recomendações dirigem-se em primeiro lugar aos parceiros internacionais, mas são intencionalmente formuladas para serem úteis também para os demais actores. Portanto, não sendo necessariamente os parceiros internacionais que assumirão a responsabilidade de implementação, o seu papel de catalisadores do desenvolvimento é relevado. A base fundamental para o sucesso das intervenções das OSCs é um ambiente aberto entre a sociedade civil e os parceiros inter-

nacionais, bem como com o Governo de Moçambique. Requer pro-atividade por parte dos parceiros internacionais, atitude que deve ser acompanhada pelo respeito pelo direito de iniciativa e decisão da sociedade civil sobre a sua própria agenda.

As recomendações são apresentadas em cinco cachos (cluster) que permitem incluir várias recomendações interligadas dentro de cada agrupamento. Os cachos alinham-se com os principais problemas identificados na análise anterior mas não seguem necessariamente a mesma estrutura.



Workshop de verificação com as OSCs em Quelimane, Província de Zambézia, Março de 2015.

290. Evidências do estudo de mapeamento presente sustentam recomendações genéricas de uma série de publicações recentes: O documento de referência da CE: Encourager la participation de la société civile aux processus politiques e budgétaires Collection OutilsMéthodes. Documento de referência, Maio 2014; Documento de referência da CE: Envolveros intervenientes não estatais nas novas modalidades da ajuda. Para melhores resultados de desenvolvimento e governação, Janeiro de 2011; OCDE: Como membros do CAD trabalha com as OSCs na cooperação para o desenvolvimento, de 2011; O Informal Governance Group e Alliance 2016: Transparência da Ajuda e Orçamento em Moçambique, Maio de 2010.

6.2.1 Recomendações para sustentar o engajamento político das OSCs

O engajamento político das OSC está limitado por dois tipos principais de problemas: a desatualização do quadro da legislação enquadradora das OSCs e a insuficiência de espaços formais e informais de interface entre a sociedade civil e os demais actores do desenvolvimento, nomeadamente os parceiros de cooperação internacional e o governo.

Recomendação nº 1:

Assegurar uma permanente atenção à necessidade da independência das OSCs e apoiá-las na conquista de um espaço de debate de políticas cada vez mais tolerante e democrático.

Problemas principais e oportunidades identificadas	Acções propostas
<ul style="list-style-type: none"> • Fraca coordenação e espaços limitados de interface entre os vários actores intervenientes no diálogo sobre políticas. • Co-optação nos espaços formais de diálogo • Abertura insuficiente para o acolhimento de opiniões e propostas colocadas pela sociedade civil. • Tendência da sociedade civil de se retirar dos espaços formais e procurar novos palcos para influência sem reconhecer as potencialidades dos espaços já existentes. 	<ol style="list-style-type: none"> 1.1 Manter a questão da sociedade civil e do seu espaço de actuação na agenda das reuniões de diálogo com o Governo de Moçambique. 1.2 Apoiar as OSCs na manutenção e conquista dos espaços existentes e de espaços adicionais, dando ênfase ao nível local. 1.3 Criar fundos específicos para apoio descentralizado a iniciativas da sociedade civil no sentido de assegurar a maior abrangência possível do financiamento.

Recomendação nº 2: Apoiar a sociedade civil e as instituições públicas na revisão da legislação de enquadramento das OSCs. A revisão deve contemplar, entre outras, a possibilidade de estabelecer um mecanismo de diálogo entre a sociedade civil e o Governo em vários níveis.	
Problemas principais e oportunidades identificadas	Acções propostas
<ul style="list-style-type: none"> • A legislação em vigor é considerada obsoleta – inexistência de enquadramento das novas e diversas formas de OSCs. • Actualmente a iniciativa da sociedade civil de revisão da legislação está parada. • As OSCs identificam como problema a ausência de um mecanismo que permita tratar de questões relativas ao papel da sociedade civil enquanto parceira do governo no diálogo democrático sobre políticas. • No âmbito da saúde existe o exemplo positivo do espaço de diálogo – realização de duas conferências anuais, em que o Governo se reúne com a sociedade civil para discutir assuntos do sector. 	<ol style="list-style-type: none"> 2.1 Incluir a questão da necessidade de revisão da legislação no diálogo de política entre o Governo de Moçambique e os PAPs. 2.2 Apoiar a iniciativa da sociedade civil de formular um quadro regulamentar revisto para as OSCs. Esse apoio deve incluir o financiamento a um processo nacional de auscultação à sociedade civil que assegure uma cobertura geográfica total - até ao nível distrital. 2.3 Explorar a possibilidade de apoiar também as instituições públicas na preparação de legislação, incluindo processos de auscultação, acesso à informação sobre boas práticas e assistência técnica. 2.4 Assegurar que a legislação revista seja baseada numa análise de necessidades no que diz respeito a tipos de organização e capacidade organizacional. Isto pode eventualmente incluir o financiamento de assistência técnica para o efeito. 2.5 Prestar atenção especial às questões dos órgãos sociais para garantir aderência à capacidade real dos vários tipos de organizações, assim como para evitar conflitos internos. 2.6 Analisar, em conjunto com a sociedade civil e as instituições públicas, as vantagens e desvantagens de criar o mecanismo de diálogo. O espaço de diálogo deve permitir dar voz e defender os interesses das OSCs, capitalizando experiências e estruturas existentes. Pode ser explorada a possibilidade de usar como palco a conferência anual da sociedade civil para o diálogo sobre políticas entre a sociedade civil e o Governo.

Recomendação nº 3:**Reconhecer o direito de decisão e apoiar a sociedade civil na advocacia das suas agendas.**

Problemas principais e oportunidades identificadas	Acções propostas
<ul style="list-style-type: none"> • A sociedade civil depende frequentemente das prioridades dos doadores e tem que as assumir em detrimento das suas próprias agendas. • A sociedade civil tem demonstrado capacidade para priorizar, mobilizar-se e resolver questões importantes de âmbito nacional – violação de direitos humanos, usurpação de terras, violência doméstica, aprovação de leis - Lei da Família, Código Penal, etc. 	<p>3.1 Tomar a iniciativa, eventualmente em colaboração com JOINT, de organizar um debate sobre a agenda de apoio ao desenvolvimento.</p> <p>3.2 Assegurar o direito das OSCs a definir as suas próprias agendas através da formalização de Memorandos de Entendimento e disponibilização core funding complementar ao financiamento a projectos. (Vide também recomendações sobre Sustentabilidade.)</p> <p>3.3 Explorar em conjunto com a sociedade civil quais as prioridades em que precisam de apoio para assegurar o maior impacto em termos de acções de <i>lobbying</i> e advocacia.</p> <p>3.4 Explorar com as OSCs a necessidade de compilação de evidências e iniciar um diálogo com as OPAs sobre o uso e aplicabilidade dos estudos realizados.</p> <p>3.5 Apoiar a sociedade civil no aproveitamento dos estudos de evidência existentes – sintetização e tradução para línguas locais, “transformação” de relatórios académicos em material efectivo de advocacia, divulgação d estudos, etc.</p>

Recomendação nº 4: Manter um diálogo frequente e sistemático não só com o governo de Moçambique, mas também com a própria sociedade civil e os seus representantes perante o Governo - Assembleias (provinciais e central).	
Problemas principais e oportunidades identificadas	Acções propostas
<ul style="list-style-type: none"> • O diálogo directo entre os doadores e a sociedade civil é raro, sobretudo devido à existência de intermediários (mecanismos comuns, programas e ONGs). • A experiencia do FMO mostra que é possível estabelecer e manter parcerias estratégicas eficazes com as comissões especializadas do Parlamento. Esta boa prática poderia ser replicada para outros campos. 	<p>4.1 Manter em agenda, no diálogo com o Governo de Moçambique, a questão da necessidade de engajamento da sociedade civil nos processos de governação democrática.</p> <p>4.2 Considerar o estabelecimento de um fórum de debate entre as OSCs e os PAPs para discutir questões chave sobre agenda, intervenções, modalidades de financiamento e resultados a alcançar com o objectivo de manter um conhecimento actualizado sobre a realidade moçambicana (do topo até à base).</p> <p>4.3 Sistematizar com o FMO as lições aprendidas para as poder replicar noutros contextos.</p> <p>4.4 Debater e consensualizar com as plataformas e redes provinciais os formatos de apoio para garantir um diálogo proactivo com as Assembleias Provinciais.</p>

6.2.2 Recomendações para apoiar a capacitação das OSCs

A sociedade civil em Moçambique é caracterizada por uma grande diversidade de organizações. É importante desenhar respostas que reflectam esta diversidade organizacional e optar por soluções de capacitação feitas à medida de cada tipo de organização.

Recomendação nº 5:

Basear a capacitação organizacional em avaliações de necessidade e capacidade, reconhecendo que a capacitação organizacional deve estar de acordo com o tamanho, abrangência e carácter da organização.

Problemas principais e oportunidades identificadas	Acções propostas
<ul style="list-style-type: none"> • As iniciativas correntes de capacitação não servem todos os tipos de OSCs e há a necessidade de definir e trabalhar de acordo com as necessidades e capacidades específicas de cada organização. • Nalgumas OSCs a capacidade organizacional não está devidamente ancorada e depende sobretudo da capacidade individual dos membros da equipa. • Existem boas experiências de capacitação “à medida às OSCs” que, ao mesmo tempo, estabelecem metas e parâmetros de certificação. • O Acordo de Conduta e Ética da sociedade civil adoptado demonstra o reconhecimento por parte da sociedade civil da necessidade de estabelecer e cumprir normas de funcionamento adequados. 	<p>5.1 Dar um especial enfoque à capacitação para a angariação e diversificação de fundos, incluindo apoios à formulação de estratégias de mobilização de recursos.</p> <p>5.2 Explorar em conjunto com a sociedade civil as boas práticas de programas em curso – AGIR, CAP, MASC – com o objectivo de proceder à sua replicação, por exemplo no que se refere à tutoria organizacional (mentoring).</p> <p>5.3 Explorar junto com a sociedade civil a melhor forma de apoiar a aplicação ampla do Acordo de Conduta e ética, principalmente a nível local através de plataformas e redes temáticas. Os instrumentos e conclusões da monitoria do Acordo de Conduta e Ética podem ser utilizados posteriormente na avaliação de capacidade e desenho de acções de capacitação organizacional.</p>

Recomendação nº 6: Facilitar o estabelecimento de parcerias entre as OSCs e as instituições de pesquisa e universidades com o objectivo de aumentar a capacidade analítica e prática de ambas as partes (action research).	
Problemas principais e oportunidades identificadas	Acções propostas
<ul style="list-style-type: none"> • Escassez de medidas para reforçar os conhecimentos técnicos para as OSCs operarem eficazmente na sua área específica: direitos humanos, legislação, produção agrícola, serviços sociais, impactos sobre o meio ambiente, indústria extractiva etc. • As OSCs referem não ter suficiente capacidade técnica especializada para responder às solicitações actuais (por ex: impacto dos mega-projectos) que envolvem questões por vezes de grande exigência científica. • A colaboração entre FMO e o <i>International Budget Partnership</i>²⁹¹ é um exemplo de destaque de parceria internacional que reforça a capacidade local. 	<p>6.1 Promover parcerias das instituições provinciais do ensino superior com as OSCs no campo de action research, por exemplo: estágios de estudantes finalistas das diversas áreas técnicas para aplicação prática dos seus conhecimentos.</p> <p>6.2 Apoiar a compilação de evidências para efeitos de advocacia incluindo apoio para a “tradução” e disponibilização dos estudos como ferramentas efectivas de advocacia para um leque abrangente de actores da sociedade civil.</p> <p>6.3 Incluir apoios à capacitação para o reforço de habilidades de comunicação, recolha de elementos de prova, elaboração de casos estudo, desenvolvimento de acções de lobby e advocacia que permitam às OSCs uma acção mais eficaz no diálogo e influência sobre políticas.</p> <p>6.4 Enfocar na educação jurídica, a capacidade de falar em público e organizar campanhas, escrita e habilidades de linguagem – em síntese, todas as capacidades que permitam o empenhamento das OSCs em causas públicas.</p> <p>6.5 Explorar a possibilidade de reforçar a capacidade técnica das OSCs nacionais - sobretudo redes temáticas e organizações baseadas no conhecimento, pela ligação com redes internacionais especializadas nas matérias tratadas por essas OSCs. Esse reforço de capacidades pode ser feito via financiamento da participação em conferências e cursos internacionais, tradução e adaptação de informação técnica, assistência técnica / peer support, etc.</p>

Recomendação nº 7:

Apoiar as plataformas e redes a desempenharem cabalmente a sua missão, nomeadamente no que se refere ao seu papel de coordenação e representação das OSCs.

Problemas principais e oportunidades identificadas	Acções propostas
<ul style="list-style-type: none"> • As plataformas e redes começam a implementar projectos fora da sua esfera de acção, em concorrência directa com os seus membros. • As plataformas e redes temáticas representam espaços reclamados muito importante para o diálogo, a capacitação e coordenação das OSCs. • As plataformas e redes temáticas podem desempenhar um papel importante na adesão e implementação do Acordo de Conduta e Ética. • As TICs começam a estar disponíveis para as OSCs a nível provincial e distrital e representam um potencial que ainda não está devidamente explorado. 	<p>7.1 Apoiar as plataformas e redes temáticas no desempenho da sua missão, nomeadamente a coordenação e representação das OSC. O apoio deve incluir financiamentos para o funcionamento (core funding) e para as necessidades de locais físicos para funcionamento. Devem ser evitados financiamentos à implementação de projectos divergentes da missão das plataformas e redes.</p> <p>7.2 Analisar e consensualizar com a sociedade civil a melhor forma de apoiar a ampla aplicação do Acordo de Conduta e Ética, principalmente a nível local (por ex: via plataformas e redes temáticas).</p> <p>7.3 Explorar as possibilidades de apoiar as OSCs e suas plataformas através da disponibilização de TICs com o objectivo de facilitar o acesso e a partilha de informação.</p>

Recomendação nº 8: Promover formas alternativas de transmissão e partilha de informação e conhecimentos.	
Problemas principais e oportunidades identificadas	Acções propostas
<ul style="list-style-type: none"> • É importante que as OSCs estejam ao mesmo nível tecnológico do governo e do sector privado para poderem manter um diálogo equilibrado e informado. • A utilização de TICs permite o acesso à informação e fornece um canal para o envolvimento e participação activa dos cidadãos. Pode ser aplicada na governação para efeitos de monitoria, e no desenvolvimento rural como meio de acesso à informação. • A rede de rádios comunitárias está em crescimento e representa, sobretudo para a população rural, uma plataforma importante de acesso à informação e uma via democrática para a expressão de opiniões e propostas. • Há várias experiências de sucesso na utilização da cultura – teatros e danças – como veículo eficaz de comunicação e transmissão de informação. 	<p>8.1 Alargar o apoio à instalação de rádios comunitárias, assim com o uso de outros meios de comunicação social.</p> <p>8.2 Apoiar os esforços em curso para a aprovação de um quadro legal para as rádios comunitárias (através de FORCOM e eventualmente CAICC).</p> <p>8.3 Apoiar iniciativas para utilização mais alargada de TICs, incluindo aquisição de equipamento e o treino para o uso dessas tecnologias.</p> <p>8.4 Explorar as experiências de utilização do teatro como instrumento de mobilização e divulgação, eventualmente promovendo um estudo para analisar as suas potencialidades e formas de expansão.</p>

6.2.3 Recomendações para reforçar a sustentabilidade das OSCs

A sustentabilidade financeira depende principalmente da mobilização de recursos pelo que o enfoque do apoio às OSCs deve ser no reforço da capacidade de angariar e diversificar fundos e financiamentos. A independência financeira cria-se através de diversificação e diminuição da vulnerabilidade resultante do financiamento único (*mono-funding*).

Recomendação nº 9:

Promover, em conjunto com representantes da sociedade civil, a organização de uma conferência sobre diversificação de fundos, assegurando o acompanhamento de actividades posteriores.

Problemas principais e oportunidades identificadas	Acções propostas
<ul style="list-style-type: none"> • A maioria das OSCs dependem dos fundos de doadores e são pouco inovadoras no que respeita as parcerias equilibradas com o sector privado. • Em resultado de apoio organizacional há muitas OSCs que têm planos estratégicos mas poucas delas têm planos de mobilização de recursos. • A recolha de cotas e jóias é muito limitado e muitas OSCs reconhecem este aspecto como um potencial não explorado. • As tendências recentes em Moçambique de doações para acções humanitárias representam uma plataforma embrionária de mobilização de fundos para as actividades da sociedade civil. • A responsabilidade social das empresas ainda é insuficientemente explorada em Moçambique, principalmente pelo facto de hesitação por parte da sociedade civil. • Várias ONGIs com representações regionais têm experiência e conhecimento de mobilização alternativa de recursos (entre elas a Help Age que tem uma rede de contactos na África do Sul e uma larga experiencia de mobilização de fundos). 	<p>9.1 Realizar uma conferência com a presença de representantes de outros países Africanos com experiência em diversificação de fundos através de fontes não-tradicionais (por exemplo Quênia e África do Sul).</p> <p>9.2 Explorar as parcerias não só em termos de financiamento de projectos específicos, mas também no âmbito de apoio aos Planos Estratégicos (<i>core funding</i>) e planos de mobilização de recursos.</p> <p>9.3 Analisar, em conjunto com representantes da sociedade civil, as possibilidades de angariação de fundos através da responsabilidade social das empresas, patrocínios e mecenato. Neste contexto, pode em primeira instância explorar-se a possibilidade de criar um fundo comum de empresas para canalizar recursos para as OSCs implementarem projectos de cariz social.</p> <p>9.4 Realizar uma consultoria para analisar, divulgar e debater a aplicação de tecnologias de comunicação (TICs) para a angariação de fundos (ex: crowd-funding).</p> <p>9.5 Na capacitação organizacional Incluir sempre aspectos de mobilização de fundos, incluindo a elaboração de estratégias para o efeito.</p>

Recomendação nº 10:

Apoiar a sustentabilidade organizacional das OSCs, tendo em conta experiências existentes de terciarização de funções de gestão financeira e contabilística para pequenas OSCs com base na prestação de serviços.

Problemas principais e oportunidades identificadas	Acções propostas
<ul style="list-style-type: none"> • Muitas das pequenas OSCs têm dificuldades em ter um staff especializado em administração financeira e monitoria. • Experiências de Manica e Zambézia demonstram vantagens na terciarização de serviços administrativos e financeiros às pequenas OSCs. • A terciarização de serviços pode aliviar as pequenas OSCs e OCBs do peso administrativo, garantir-lhes um acesso facilitado a fundos e assegurar a transferência de know-how dos prestadores de serviços para as organizações beneficiadas. 	<p>10.1 Realizar um estudo para compilar boas práticas e estudar modelos de terciarização de serviços administrativos para as pequenas OSCs</p> <p>10.2 Estabelecer experiências piloto em algumas províncias de alto potencial (Nampula e/ou Sofala) com o objectivo de reforçar a capacidade dos provedores de serviço e a prestação de serviços às OSCs.</p>

6.2.4 Recomendações relacionadas com as modalidades de apoio

Todos os parceiros internacionais reconhecem a necessidade de coordenação em matéria de apoio à sociedade civil. No entanto, apesar das repetidas recomendações, expressas em estudos e avaliações, sobre a necessidade de coordenação, harmonização e alinhamento dos doadores, os entrevistados - sociedade civil e parceiros internacionais - reconhecem que o problema subsiste. Assim, as modalidades de financiamento são frequentemente concebidas com base nas necessidades das agências de doadores, em vez de se basearem principalmente nas necessidades e nível capacidades das OSCs.

A actual iniciativa de Roadmap da UE pode representar uma abertura para a inclusão das seguintes recomendações relativas às modalidades de apoio à sociedade civil.

Recomendação nº 11:

Para ultrapassar a coordenação insuficiente de divergentes abordagens sobre a sociedade civil, recomenda-se o estabelecimento de um mecanismo transversal de coordenação entre doadores.

Problemas principais e oportunidades identificadas	Acções propostas
<ul style="list-style-type: none"> Grande parte dos parceiros internacionais entrevistados reconhece uma persistente falta de coordenação no que respeita às intervenções e programas de apoio à sociedade civil. Para além de coordenação entre parceiros internacionais, há que consensualizar entre eles a definição de sociedade civil e assegurar a troca contínua de informação e o registo sistemático dos apoios à sociedade civil na ODAMOZ. 	<p>11.1 Na continuação do processo de Roadmap, estabelecer um fórum de debate onde se possa, de uma forma sistemática, discutir com os diversos actores os modelos de financiamento e suas implicações, as intervenções prioritárias e os seus resultados. Uma tal iniciativa pode e deve incluir representantes da sociedade civil.</p> <p>11.2 Sistematizar com base nos vários estudos e avaliações feitos recentemente, as lições aprendidas em termos de boas práticas. A iniciativa de coordenação deveria resultar em i) actualização regular da informação na página da ODAMOZ, ii) assegurar um separador específico sobre o apoio à sociedade civil (incluindo, tão simplesmente, um filtro no sistema da ODAMOZ).</p>

Recomendação nº 12: Os mecanismos de apoio às OSCs devem assegurar um outreach descentralizado para as pequenas OSCs a nível provincial e distrital.	
Problemas principais e oportunidades identificadas	Ações propostas
<ul style="list-style-type: none"> A maioria dos mecanismos de financiamento destinados às OSCs operam com bases centralizadas em Maputo, com reclamações das OSC provinciais. As experiências de vários mecanismos comuns de financiamento das OSCs demonstram que é extremamente importante proceder ao acompanhamento e capacitação contínua no decurso do processo de aplicação de fundos Há várias agências com representações a nível provincial. Esta prática é louvada pelas OSCs dessas províncias por facilitar a comunicação e contactos contínuos entre os doadores e os beneficiários. 	<p>12.1 Explorar as experiências de descentralização de agências de desenvolvimento a nível provincial (Niasa – Suécia e Irlanda; Nampula – Holanda; Inhambane – Irlanda) com o objectivo de capitalizar as boas práticas em termos de proximidade com as OSCs.</p> <p>12.2 Favorecer o crescimento das OSCs ao nível de base através de fundos específicos (<i>earmarked</i>) para certas áreas geográficas e tipos de organizações.</p> <p>12.3 Considerar a hipótese de estabelecer formas de interacção com as OSCs a nível provincial – através de plataformas e com uma presença (eventualmente virtual) uma vez por trimestre, dando oportunidade às pequenas OSCs de ter inputs, acompanhamento e feedback para o processo de aplicação de fundos. O importante será garantir uma aproximação e acessibilidade tanto no processo de aplicação (<i>feedback</i> às aplicações) como no acompanhamento da implementação de projectos.</p> <p>12.4 Explorar a possibilidade de contratação de consultoria local para a gestão de pequenos fundos de apoio ao desenvolvimento de capacidades e implementação de projectos das OSCs com o objectivo de assegurar a presença a nível provincial. Podem igualmente explorar-se as hipóteses de parcerias com organizações solidamente estruturadas e com forte implantação no terreno (por exemplo: UNAC, ORAM, outras) com o objectivo de fazer chegar os financiamentos às organizações locais.</p> <p>12.5 Definir, em conjunto com as plataformas e redes temáticas, as necessidades das OSCs aos vários níveis. Deve haver uma estreita ligação entre as estratégias de apoio e as necessidades identificadas.</p> <p>12.6 Considerar, no que se refere à capacitação técnica, a possibilidade de estabelecer learning hubs, no âmbito de redes temáticas, para melhor capitalização dos recursos. A capacitação deve ser contínua e fazer uso de TICs para ampliar o raio de acção e acessibilidade.</p> <p>12.7 Assegurar que a capacitação seja da responsabilidade das redes temáticas e plataformas e o apoio seja prestado em termos de financiamento, facilitação, equipamentos e acesso à informação.</p> <p>12.8 Apoiar instalações físicas para as plataformas provinciais, disponibilizando assim espaço para estas organizações e as OSCs funcionarem e partilharem recursos.</p>

Recomendação nº 13:

O apoio às OSCs deve seguir as boas práticas estabelecidas e as recomendações de harmonização e alinhamento expressas em vários estudos.

Problemas principais e oportunidades identificadas	Acções propostas
<ul style="list-style-type: none"> • A sociedade civil sempre consistir num grupo diversificado de organizações. As organizações mais pequenas podem nunca conseguir cumprir os requisitos sobre estrutura e institucionalização, assumindo-se que a sua importância na sociedade civil não será menor por isso. • Subsistem os problemas identificados em vários estudos anteriores - modalidades de apoio de prazo excessivamente curto, ausência de financiamento de despesas correntes e capital de reserva e alto nível de burocratização na administração. • A exigência de contrapartidas nacionais representa um problema para as OSCs. Esta exigência verifica-se não só no que respeita a fundos da UE, mas também a vários fundos disponibilizados pelo Governo de Moçambique. 	<p>13.1 Reconsiderar a viabilidade de modalidade de financiamento de projectos de curto prazo e sem considerar os custos correntes como despesas elegíveis.</p> <p>13.2 Aceitar assumir riscos (<i>risk willingness</i>) como uma necessidade na procura de formas de apoio inovadoras e eficazes.</p> <p>13.3 Considerar a eliminação da exigência de contrapartidas nacionais, ou reduzir drasticamente o seu valor para possibilitar o acesso de OSCs moçambicanas aos financiamentos (da UE). Na mesma medida devem ser tomadas a sério as recomendações de harmonização e alinhamento dos instrumentos de financiamento com os sistemas existentes nas OSCs.</p>

UNIÃO DOS CAMPONESES DE CHIPOSSE
MECANHELAS



União dos Camponeses Mecanhelas, Niassa, 2012.

Anexos

- A. Abreviaturas**
- B. Bibliografia**
- C. Guião de entrevista**
- D. Projectos das OSCs financiados pela UE em curso em Junho de 2015**
- E. Mecanismos e Programas de Financiamento à Sociedade Civil**
- F. Organizações da Sociedade Civil – contactos**
- G. Casos recentes em que a Acção da Sociedade Civil Resultou em Mudanças Legislativas**
- H. Características Específicas da Sociedade Civil por Província**

A. Abreviaturas

Português		Inglês	
AAJC	Associação Assistência Jurídica às Comunidades	Association for legal community assistance	AAJC
ABC	Agência Brasileira de Cooperação	Brazilian Cooperation Agency	ABC
ACAMO	Associação de Cegos e Amblíopes de Moçambique	Association of Blind and Partially Sighted of Mozambique	ACAMO
ADEM	Agência de Desenvolvimento Económico de Manica	Economic Development Agency in Manica	ADEM
ADEMO	Associação dos Deficientes de Moçambique	Association of Disabled People of Mozambique	ADEMO
ADPP	Ajuda de Desenvolvimento Povo a Povo	Development Aid People to People	DAPP
AENA	Associação Nacional de Extensão Rural	National Association of Rural Extension	AENA
AG	Assembleia Geral	General Assembly	GA
AGEMO	Associação de Agentes Económicos de Mocuba	Economic Entrepreneur Association in Mocuba	AGEMO
AGIR	Programa de Acções para uma Governação Inclusiva e Responsável	Action Programme for Inclusive and Responsible Governance	AGIR
AGP	Acordo Geral de Paz	General Peace Agreement	GPA
AMA	Associação do Meio Ambiente	Environmental Association	AMA
AMECON	Associação Moçambicana de Economistas	Mozambique Economist Association	AMECON
AMIMO	Associação dos Mineiros de Moçambique	Association of Miners of Mozambique	AMIMO
AMMCJ	Associação Moçambicana das Mulheres de Carreira Jurídica	Mozambican Association of Women legal professionals	AMMCJ
AMOMIF	Associação Moçambicana de Operadores de Microfinanças	Mozambique Association for Micro-Finance Operators	AMOMIF
ANE	Actores Não Estatais	Non-state actors	NSA
ATM	Caixa automática (Multibanco)	Automated Teller Machine	ATM
BTI	Bertelsmann Stiftung Transformation Index	BTI	

CAFOD	Agência Católica de ajuda de desenvolvimento	Catholic aid agency	CAFOD
CAICC	Centro de Apoio à Informação e Comunicação Comunitária	Support Center for Community Information and Communication	CAICC
CAP	Programa de Capacitação de Parceiros – FHI360	Capable Partners Program – FHI 360	CAP
CC	Conselho Consultivo	Consultative Committee	CC
CCM	Conselho Cristão de Moçambique	Christian Council of Mozambique	CCM
CEP	Cidadania e Participação	Citizens' Engagement Program	CEP
CESC	Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil	Civil Society Learning and Training Center	CESC
CIP	Centro de Investigação Pública	Center for Public Research	CIP
CIVICUS	Aliança Mundial para a Participação dos Cidadãos	World Alliance for Citizen Participation	CIVICUS
CNCS	Conselho Nacional de Combate ao HIV/ SIDA	National Council to Fight HIV/AIDS	CNCS
CNE	Comissão Nacional de Eleições	National Election Commission	NEC
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Brasil)	National Confederation of Agriculture Workers	CONTAG
CONSILMO	Confederação Nacional dos Sindicatos Independentes	National Confederation of Independent Trade Unions	CONSILMO
COWI	Agência de Consultoria Dinamarquesa	Danish consultancy agency	COWI
CPO	Comissão do Plano e Orçamento	Plan and Budget Commission	CPO
CTA	Confederação das Associações Económicas de Moçambique	Confederation of Business Associations of Mozambique	CTA
CTO	Centro de Teatro do Oprimido	Center of the Oppressed Theater	CTO
CRM	Constituição da República de Moçambique	Mozambican Constitution	CRM
CSI	Índice da Sociedade Civil	Civil Society Index	CSI

CTV	Centro Terra Viva	Environmental Association	CTV
CVM	Cruz Vermelha de Moçambique	Red Cross Mozambique	RCM
DFID	Fundo Internacional para o Desenvolvimento do Reino Unido	Fund for International Development – United Kingdom	DFID
DPA	Direcção Provincial de Agricultura	Provincial Department for Agriculture	DPA
DPMAS	Direcção Provincial de Mulher e Acção Social	Provincial Department of Women and Social Affairs	DPMAS
DPPF	Direcção Provincial de Plano e Finanças	Provincial Department of Planning and Finance	DPPF
DUE	Delegação da União Europeia	European Union Delegation	EUD
EFTP	Educação e Formação Técnica e Profissional	Technical and Vocational Education and Training	TVET
EM	Estados Membros	Member States	MS
FAMOD	Fórum das Associações Moçambicanas de Deficientes	Forum of Mozambican associations of People with disabilities	FAMOD
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Segurança Alimentar	United Nations Food and Agriculture Organization	FAO
FASC	Fundo de Apoio à Sociedade Civil	Civil Society Support Fund	CSSF
FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento	European Development Fund	EDF
FEDESMO	Fórum de Energias e Desenvolvimento Sustentável de Moçambique	Mozambique Forum for Sustainable Energy and Development	FEDESMO
FDC	Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade	Community Development Foundation	FDC
FIR	Força de Intervenção Rápida	Quick Intervention Force	FIR
FMO	Fórum de Monitoria do Orçamento	Budget Monitoring Forum	FMO
FOCADE	Fórum de Organizações Não- governamentais de Cabo Delgado	Cabo Delgado NGOs Forum	FOCADE
FONGA	Fórum das Organizações Não-governamentais de Gaza	Gaza NGOs Forum	FONGA

FONAGNI	Fórum das Organizações Não-governamentais do Niassa	Niassa NGOs Forum	FONAGNI
FOFA	Força, Oportunidade, Fraquezas, Ameaças	Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats	SWOT
FORCOM	Forum das Rádios Comunitárias	Community Radio Forum	FORCOM
G19	Grupo dos Parceiros do Orçamento Geral do Estado de Moçambique	Mozambique's Budget Support Partners group	G19
G20	Grupo Moçambicano de vinte OSCs que trabalha com o Governo e os Doadores para elaborar Planos de Luta contra a Pobreza e monitorar a governação	Group of 20 CSO collaborating with government and donors to elaborate poverty reduction plans and monitor governance	G20
GMD	Grupo Moçambicano de Dívida	Mozambique Debt Group	GMD
GNL	Gás Natural Liquefeito	Natural gaz	n.a.
GON	Gabinete do Ordenador Nacional, Ministerio dos Negocios Estrangeiros eCooperação	Office of the National Authorising Officer, Ministry of Foreign Affairs and Cooperation	GON
HIV / SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida provocada pelo virus da imodeficiência humana VIH	Acquired Immunodeficiency Syndrome caused by the human immunodeficiency virus - HIV	HIV/AIDS
HOPEM	Rede de Homens pela Mudança	Men Engage	HOPEM
IEDDH	Instrumento Europeu para Democracia e Direitos Humanos (EIDHR)	European Instrument for Democracy and Human Rights	EIDHR
IDE	Investimento Directo Estrangeiro	Direct Foreign Investment	DFI
IDH	Índice do Desenvolvimento Humano	Development Human Index	DHI
IESE	Instituto de Estudos Sociais e Económicos	Institute of Social and Economic Studies	IESE
INAS	Instituto Nacional de Acção Social	National Institute of Social Action	INAS
INE	Instituto Nacional de Estatística	National Institute of Statistic	INE
INEFP	Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional	National Institute of Employment and Vocational Training	INEFP
INGC	Instituto Nacional de Gestão das Calamidades	National Institute of Disaster Management	INGC

INS	Instituto Nacional de Saúde	National Institute of Health	INS
IPCC	Instituição de Participação e Consultas Comunitárias de nível Distrital	Institution of Community Participation and Consultation at District level	IPCC
ITAD	Agência de Consultoria Britânica	British consultancy agency	ITAD
IVERCA	Associação de Turismo, Cultura e Meio Ambiente	Tourism, culture and environment association	IVERCA
JA	Justiça Ambiental	Environmental Justice	JA
JICA	Agência Japonesa de Cooperação Internacional	Japanese International Cooperation Agency	JICA
KEPA	Organização umbrela das OSCs Finlandesas	Umbrella organisation for Finnish civil society organisations (CSOs)	KEPA
JOINT	Liga de ONGs em Moçambique	League of NGOs - Mozambique	JOINT
LAMBDA	Associação de Defesa dos Direitos das Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT)	Rights Defense Association of Lesbian, Gay , Bisexual, and Transgendered (LGBT)	LAMBDA
LDH	Liga dos Direitos Humanos	Human Rights League	LDH
LFFB	Lei das Florestas e Fauna Bravia	Forest and Wildlife Legislation	LFFB
MASC	Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil	Civil Society Support Mechanism	CSSM
MARP	Mecanismo Africano de Revisão de Pares	African Peer Review Mechanism	APRM
MDM	Movimento democrático de Moçambique (partido político)	Democratic Movement of Mozambique (political party)	MDM
MEPT	Movimento de Educação para Todos	Education for All Movement	MEPT
MGCAS	Ministério de Género, Criança e Acção Social	Ministry for Gender, Children and Social Action	MGCAS
MINAG	Ministério de Agricultura e Segurança Alimentar	Ministry of Agriculture and Food Security	MINAG
MINEC	Ministério de Negócios Estrangeiros e Cooperação	Ministry of Foreign Affairs and Cooperation	MINEC
MINED	Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano	Ministry of Education and Human Development	MINED

MINTRAB	Ministério de Trabalho, Emprego e Segurança Social	Ministry of Labour, Employment and Social Security	MINTRAB
MISAU	Ministério de Saúde	Ministry of Health	MISAU
MOPH	Ministério de Obras Pública e Habitação	Ministry of Public Works and Habitation	MOPH
MOZAL	Mozambique Aluminium (an aluminium smelter plant)		
MOZAL			
MPD	Ministério de Plano e Desenvolvimento	Ministry of Planning and Development	MPD
MRP	Mecanismo de Resposta à Procura	Demand Response Mechanism	
MULEIDE	Associação Mulher Lei e Desenvolvimento	Women, Law and Development Association	MULEIDE
NAIMA	Rede de ONGs a trabalhar em Saúde e HIV/SIDA	Network of NGOs Working on Health and HIV/AIDS	NAIMA
OCB	Organizações Comunitárias de Base	Community based organizations	CBO
OD	Observatório do Desenvolvimento	Development Observatory	DO
OECD	Organization for Economic Cooperation and Development	OECD	
ODAMOZ	Base de dados oficial sobre o apoio ao desenvolvimento	Official database on official development aid	ODAMOZ
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	Millenium Development Goal	MDG
OJM	Organização da Juventude Moçambicana	Organization of Mozambican Youth	OJM
OMM	Organização da Mulher Moçambicana	Organization of Mozambican Women	OMM
OMR	Observatório do Meio Rural	Rural Development Observatory	OMR
ONG	Organização Não Governamental	Non-governmental Organization	NGO
ONGI	Organização Não-governamental Internacional	International Non-governmental Organization	INGO
ONJ	Organização Nacional dos Jornalistas	National Organization of Journalists	ONJ

ONP	Organização Nacional dos Professores	National Organization of Teachers	ONP
OPA	Organização de Pesquisa e Advocacia	Research and Advocacy Organizariion	RAO
ORAM	Organização Rural de Ajuda Mútua	Rural Mutual Aid Organization	ORAM
OSC	Organização da Sociedade Civil	Civil Society Organisation	CSO
OSC / AL	Linha orçamental da UE para Organizações da Sociedade Civil / Autoridades Locais	UE Budget Line – Civil Society Organizations / Local Authorities	CSO/LA
OTM	Organização dos Trabalhadores Moçambicanos	Mozambique Workers' Organization	OTM
PAANE	Programa de Apoio aos ANEs	NSA support programme	PAANE
PAPs	Parceiros de Apoio Programático	Programme Aid Partners	PAPs
PARP(A)	Plano de Combate à Pobreza (Absoluta)	Plan to Eradicate (Absolute) Poverty	PARP(A)
PIB	Produto Interno Bruto	Gross Domestic Product	GDP
PIN	Programa Indicativo Nacional	National Indicative Programme	NIP
PIREP	Programa Integrado da Reforma do Ensino Profissional	Integrated Programme for Vocational Education Reform	PIREP
PLASOC	Plataforma da Sociedade Civil de Chimoio, Província de Manica	Chimoio CSOs Platform, Manica Province	PLASOC
PNDH	Pressão Nacional de Direitos Humanos	National Pressure on Human Rights	PNDH
PNUD	Programa de Nações Unidas de Desenvolvimento	United Nations Development Programme	UNDP
PPOSC	Plataforma Provincial da Organizações da Sociedade Civil de Nampula	CSOs Provincial Platform - Nampula	PPOSC
PROSAVANA	Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrário da Savana Tropical em Moçambique	Triangular Cooperation Programme for the Tropical Savannah Agricultural Development in Mozambique	PROSAVANA
PSC-PS	Plataforma da Sociedade Civil – Protecção Social	Civil Society Platform – Social Protection	PSC-PS
Rede CAME	Rede Contra Abuso de Menores	Network against abuse of minors	Rede CAME

ROSA	Rede de Organizações para a Soberania Alimentar	Network of Organizations for Food Sovereignty	ROSA
ROSC	Rede dos Direitos da Criança em Moçambique	Network of Children's Rights in Mozambique	ROSC
RPU	Revisão Periódica Universal	Universal Periodic Review	UPR
SDC	Cooperação Suiça de Desenvolvimento	Swiss Development Cooperation	SDC
TdR	Termos de Referência	Terms of Reference	TOR
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação	Information and Communication Technology	ICT
UE	União Europeia	European Union	EU
UIR	Unidades de Intervenção Rápida	Quick Intervention Units	UIR
UNAC	União Nacional dos Camponeses	National Farmers' Union	UNAC
UNDAP	Quadro de Apoio ao Desenvolvimento – UNDAP	UNDAP	
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization	UNESCO
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância	United Nations Children's Fund	UNICEF
UNIDO	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento	United Nations International Industrial Development Organization	UNIDO
FNUAP	Fundo de População das Nações Unidas	United Nations Population Fund	UNFPA
UPCN	União Provincial de Camponeses de Nampula	Nampula Provincial Farmers' Union	UPCN
UPCT	União Provincial de Camponeses de Tete	Tete Provincial Farmers' Union	UPCT
UPCZ	União Provincial de Camponeses de Zambézia	Zambezia Provincial Farmers' Union	UPCZ
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional	United States Agency for International Development	USAID
WLSA	Mulher e Lei na África Austral	Women and Law in Southern Africa	WLSA
YA	Young Africa	Young Africa	YA

B. Bibliografia

A bibliografia, organizada por temas que se mostraram relevantes, contém documentos chave consultados durante a elaboração do Estudo de Mapeamento das OSCs em Moçambique. A bibliografia é organizada por temas, que mostraram se relevantes durante o curso do estudo de mapeamento.

Contexto geral

- Aakesson, Gunilla and Anders Nilsson: National Governance and Local Chieftaincy: A Multi-level Power Assessment of Mozambique from Niassa's perspective, Sida, December 2006 (Inglês e Português).
- Alberdi, Jokin e Bidaurratzaga (Coords.) (2014). Desarrollo Humano Local em Mozambique. Mayo 2014: http://www.dhl.hegoa.ehu.es/ficheros/0000/0785/DHL_Mozambique.pdf#page=37
- Bertelsen, Bjørn Enge: Effervescence And Ephemerality: Popular Urban Uprisings in Mozambique. Ethos: Journal of Anthropology. University of Bergen, Norway, 25 June 2014. <http://www.tandfonline.com/loi/rentn20>
- Bertelsmann Stiftung's Transformation Index, 2014.
- Brito, Luis de et.al.: Revoltas da Fome: Protestos Populares em Moçambique (2008-2012), Cadernos IESE nº 14P/2015. http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad14.pdf
- CIP: El Dorado Tete: Os Mega Projectos de Mineração. Maputo, Novembro de 2011.
- CIP Newsletter nº 13/2015 Janeiro: Recepção Crítica do Discurso de Tomada de Posse do Presidente Nyusi.
- CIP: O Distrito como Polo de Desenvolvimento: Um Olhar da Sociedade Civil. Monitoria do Orçamento e Rastreamento da Despesa Pública de 2011, Maputo, Agosto de 2012. http://www.cip.org.mz/cipdoc/161_RELATORIO%20NACIONAL%20DE%20RASTREIO2011.pdf
- Dados do Censo Populacional de 2007 realizados pelo Instituto Nacional de Estatística, www.ine.gov.mz

- Deutsche Institut für Entwicklungspolitik: Domestic Accountability in Mozambique: The Presidência Aberta e Inclusiva. Final Report of the Country Working Group Mozambique. Bonn 26.05.2011.
- Discurso Oficial, Cerimónia de Investidura, Presidente da República Filipe Jacinto Nyusi, 15 de Janeiro de 2015.
- Ecorys: Power and Change Analysis: Mozambique. Final Report. Mozambique, November 2008.
- FMI: Country Report No. 13/200, July 2013. www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2013/cr13200.pdf
- Forquilha, Salvador Cadete & Orre, Alask: Conselhos Locais e Institucionalização Democrática em Moçambique. In: Weimer, Bernhard (Org.) (2012). Moçambique: Descentralizar o Centralismo. Economia Política, Recursos e Resultados. IESE, Maputo, Setembro de 2012. Pp. 330-354.
- Fuchs, Elisa: Moçambique marcou-nos para a vida. Grupo de Mulheres Internacionalistas 1090-1984. Retratos e depoimentos, JV Editores, 2014.
- Governo de Moçambique: Plano Quinquenal do Governo 2015 – 2019, Boletim da República 14.04.2015.
- Independent Policy Analysis: Extraindo os direitos das comunidades. O ponto de situação das comunidades afectadas pela mineração de carvão na província de Tete, Moçambique. 2014.
- INE: Inquérito ao Orçamento Familiar – IOF 2008/2009. INE, Maputo 2010.
- International Law and Policy Institute: Political Economy Analysis of the Petroleum Sector in Mozambique. Norway, 2013.
- ITAD: Independent Evaluation of Budget Support in Mozambique, 2005-2012. Final Report, Vol. I. 2014.
- KPMG: Monitoring African Sovereign Risk. Mozambique Snapshot. 2013 Quarter 2. In: www.kpmg.com/Africa/en/KPMG-in-Africa/Documents/2013

- Machafa, Sydney: Participatory action research on the impact of coal mining in Tete Province, UPCT et.al., November 2013.
- Macuane, José J. et.al.:Entre o Estado, Amakhas, Ampamelas, Landins e ONGs: Relações Sociais, História, Política, Centralização e Descentralização em Nampula. In: Weimer, Bernhard (Org.) (2012), Moçambique: Descentralizar o Centralismo. Economia Política, Recursos e Resultados. IESE, Maputo, Setembro de 2012. Pp. 238-276.
- MARP:República de Moçambique: Relatório de Revisão do País, Julho de 2010
- MINED: Dados Estatísticos Sobre o Ensino Superior em Moçambique em 2012. Maputo, Abril de 2014.
- Nuvunga, Adriano &Salih, M.: Party Dominance and Electoral Institutions: framing Frelimo's dominance in the context of an electoral governance deficit, Africa Review, 5:1, 23-42, DOI. 2013. <http://dx.doi.org/10.1080/09744053.2013.832065>
- Salimo, Padil: Lições dos Primeiros Anos de Funcionamento das Assembleias Provinciais em Moçambique: Estudo de Caso das Províncias de Manica e Zambézia 2010-2011. Relatório Final. Maputo, Maio de 2013.
- Salvador Cadete &Orre, Alask:Conselhos Locais e Institucionalização Democrática em Moçambique. In Bernhard Weimer (Org.) (2012). Moçambique: Descentralizar o Centralismo: Economia Política, Recursos e Resultados. IESE, Maputo, Setembro 2012. Pp. 330-354.
- UNDP: Human Development Report 2013. The Rise of the South Human Progress in a Diverse World.
- UNDP:Human Development Report 2014. Sustaining Human Progress: Reducing Vulnerability and Building Resilience. New York, USA.

Aid environment and donor policies

- 4th High Level Forum on Aid Effectiveness: Busan Partnership for Effective Development Co-operation, December 2011, www.busanhlf4.org

- CIVICUS: State of Civil Society: Creating an enabling environment. The synthesis report, 2013. http://socs.civicus.org/wp-content/uploads/2013/04/2013StateofCivilSocietyReport_full.pdf
- Corella, Beatriz Sanz&An Van Goey: Report on key results of the on-line consultation in the issues paper “CSOs in Development Cooperation”, EuropeAid, 2012.https://webgate.ec.europa.eu/fpfis/mwikis/aidco/images/a/ad/Consultation_full_report_sept2012_en.pdf
- Court, Julius et.al.:Policy Engagement: How can Civil Society become more effective, ODI, 2006.<http://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/200.pdf>
- Danida / Danish Ministry of Foreign Affairs: Study on Support to Civil Society through Multi-Donor Funds, INTRAC, January 2014 <http://um.dk/da/-/media/UM/Danish-site/Documents/Danida/Samarbejde/Civil-org/Nyheder/Final%20report%20multi%20donor.pdf>
- Danida / Danish Ministry of Foreign Affairs: Policy for Danish Support to Civil Society, June 2014. http://um.dk/en/-/media/UM/Danish-site/Documents/Danida/Samarbejde/Civil-org/Dokumenter/Strat/Civilsamfundspolitik_UK_web.pdf
- DFID: Citizens’ Voice & Accountability Evaluation, Mozambique Country Case Study, Aid Environment summary report, November 2007. <http://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/3425.pdf>
- European Commission: Engaging Non-State Actors in New Aid Modalities. For better development outcomes and governance, Tools and Methods Series, Reference Document N° 12, January 2011.https://ec.europa.eu/europeaid/sites/devco/files/methodology-tools-and-methods-engaging-non-state-actors-new-aid-modalities-201101_en_2.pdf
- European Commission: Structured Dialogue for an effective partnership in development, Concluding Paper, May 2011.https://webgate.ec.europa.eu/fpfis/mwikis/aidco/images/e/ea/FINAL_CONCLUDING_PAPER.pdf
- European Commission: The roots of democracy and sustainable development: Europe’s engagement with Civil Society in external relations, EC, 12.09.2012. <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2012:0492:FIN:EN:PDF>

- Comissão Europeia: As raízes da democracia e do desenvolvimento sustentável: o compromisso da Europa com a sociedade civil no domínio das relações externas, CE, 12.09.2012 <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2012:0492:FIN:PT:PDF>
- European Commission: 11th European Development Fund, PP-presentation, n.d.<http://eukonvent.org/wp-content/uploads/2014/10/4.-11th-European-Development-Fund.pdf>
- European Commission: Promoting civil society participation in policy and budget processes. Tools and Methods Series Reference Document n. 18, May 2014. <http://capacity4dev.ec.europa.eu/public-governance-civilsociety/document/promoting-civil-society-participation-policy-and-budget-processes>
- European Union Delegation / Governo de Moçambique: National Indicative Programme for Mozambique 2014 to 2020, draft document, December 2014.
- European Commission: Civil Society Organizations and Local Authorities (CSO-LA), Concept note for country programme Mozambique, DEVCO B2, s.d.
- Hayes, Lucy et.al.: A Eficácia da Ajuda em Moçambique, Maio de 2009.
- IBIS: Country Strategy 2013-2017
- INTRAC: Civil Society Policy and Practice in Donor Agencies. An overview report commissioned by DFID, 2010.<http://www.intrac.org/data/files/resources/681/Civil-Society-Policy-and-Practice-in-Donor-Agencies.pdf>
- OECD: How DAC members work with CSOs in development Co-operation, October 2011<http://www.oecd.org/dac/howdacomemberswork-withcivilsocietyorganisationsanoverview2011.htm>
- Ringold, Dena et.al.:Citizens and Service Delivery.Assessing the Use of Social Accountability. ApproachesinHuman Development, World-Bank, 2012.

- The Informal Governance Group and Alliance 2015: Aid and Budget Transparency in Mozambique. Constraints for Civil Society, Parliament and the Government, May 2010.http://www.betteraid.org/sites/newbetteraid/files/Aid_Budget_Transparency_in_Moz.pdf
- Topsøe-Jensen, Bente: South funding modalities - pros and cons in relation to capacity development of local CSOs for advocacy, Discussion Paper, FagligtFokus, April 2013.
- UNDP: Donors' Civil Society Strategies and Partnership Modalities. A Resource Guide, March 2012.https://webgate.ec.europa.eu/fpfis/mwikis/aidco/images/2/24/GUIDE_CIVIL_SOC_FINAL.pdf

Civil Society in Mozambique

- Acordo de Princípios de Conduta e Ética das OSCs em Moçambique, documento aprovado após consulta e enriquecimento pelas OSC, Dezembro de 2014.
- ActionAid: People's Action To End Poverty ActionAid's Strategy 2012-2017
- Bellucci, Stefano: Managing of Social Transformation (MOST): Governance, Civil Society and NGOs in Mozambique, Discussion Paper n° 56, UNESCO, 2002.<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001252/125280e.pdf>
- CIVICUS / FDC: Mozambique Civil Society Within: Evaluation, Challenges, Opportunities and Action, Civil Society Index, 2007.http://www.iese.ac.mz/lib/af/pub/CSI%20Moz%2007%20english_.pdf
- CIVICUS / FDC: Índice da Sociedade Civil em Moçambique: A sociedade civil Moçambicana por Dentro: Avaliação, Desafios, Oportunidades e Acção, 2007. http://www.iese.ac.mz/lib/af/pub/ISC%20Moc%2007%20portuguese_.pdf
- CIVICUS, State of Civil Society 2013: Creating an enabling environment. The Synthesis Report.http://socs.civicus.org/wp-content/uploads/2013/04/2013StateofCivilSocietyReport_full.pdf

- CIVICUS: Enabling Environment Index, 2013. <http://www.civicus.org/downloads/2013EEI%20REPORT.pdf>
- DFID: Citizens' Voice and Accountability Evaluation, Mozambique Country Case Study, Final Report, June 2008.
- DFID: Final Impact Review of DFID's Civil Society Strengthening Mechanism (CSSM) in Mozambique, Final Report , IDL Group ,17.12.2014.
- FMI: Country Report No. 13/200, July 2013. www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2013/cr13200.pdf
- Follér, Maj-Lis and Kajsa Johansson: Collective action and absent civil society organizations in the Maputo Suburbs, from Global Civil Society: Shifting Powers in a Shifting World, Uppsala University, 2012.
- Fransisco, António: Sociedade Civil em Moçambique. Expectativas e Desafios, IESE, 2010.http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2010/Sociedade-CivilMocambique_AF_PEMBA.pdf
- Hinds, Róisín: Multi-donor support mechanisms for civil society, GSDRC Helpdesk Research Report, 13.05.2013
- Holmberg, Annica; Macuane, José & Salimo, Padil: Evaluation of Thematic Results Achieved and Demonstrated with the Programa de Acções para uma Governança Inclusiva e Responsável – AGIR. Final Report. Sida Decentralized Evaluation, 2014:37; Stockholm, September 2014. <http://www.sida.se/publications>
- Homerin, Janaína: As organizações da Sociedade civil em Moçambique: Actores em Movimento, Embaixada da França, Janeiro de 2005.
- Ilal, Abdul, Tanja Kleibl and Ronaldo Munck: Interrogating Civil Society: A View from Mozambique, DSAI Working Paper 2014/002, 19.08.2014.
- INE: Inquérito ao Orçamento Familiar – IOF 2008/2009. INE, Maputo 2010.
- Informal Governance Group and Alliance 2015: Aid and Budget Transparency in Mozambique. Constraints for Civil Society, the Parliament and the Government, May 2010.http://www.betteraid.org/sites/newbetteraid/files/Aid_Budget_Transparency_in_Moz.pdf

- ITAD/COWI: Apoio À Participação da Sociedade Civil no Diálogo sobre Políticas, Relatório Nacional de Moçambique, Novembro de 2012. <http://um.dk/en/-/media/UM/Danish-site/Documents/Danida/Resultater/Eval/201204CSOMozPT.pdf>
- ITAD/COWI: Support to Civil Society Engagement in Policy Dialogue, Synthesis Report, November 2012. http://www.oecd.org/derec/denmark/CSO_indhold_web.pdf
- JOINT: Relatório da II Conferência das Organizações da Sociedade Civil Moçambicana, Dezembro de 2014.
- Kelpin, Kevin, et.al.: Mid-term review of the AGIR-Programme, Final Report, Sida, January 2013. http://www.sida.se/contentassets/4293e91f-7c6c466083dccc5769d4798c/mid-term-review-of-the-agir-programme_3433.pdf
- KEPA: Reflections on Mozambican Civil Society, December 2011.
- KPMG: Monitoring African Sovereign Risk. Mozambique Snapshot. 2013 Quater 2. https://www.kpmg.com/Africa/en/KPMG-in-Africa/Documents/2013%20African%20Country%20Reports/KPMG_Zambia%202013Q2.pdf
- Lameiras, João: Mapeamento de doadores presentes em Moçambique para financiarem agro-negócios, financiado pela ACDI/VOCA, Dezembro de 2012.
- Lameiras, João: Mudanças Mais Significativas do centro de integridade pública (CIP). Financiado pela OXFAM Maputo, Dezembro de 2014.
- Lameiras, João: Mudanças Mais Significativas da organização WLSA. Financiado pela OXFAM Maputo, Dezembro de 2014.
- Lameiras, João: Moçambique Estratégia de Mobilização de Recursos da ActionAid2012-2017
- Macuane, José Jaime: Estudo de Base: Diálogo Político e Social ente os Actores Não-Estatais e Autoridades Públicas. Relatório Técnico Final. Programa de Apoio aos Actores Não Estatais no Âmbito do 100 FED. Projecto Ref. N.o 2011/022-792. Maputo, Abril de 2014.

- MASC: Relatório Anual, 2013.
- Mazula, Brazão & Guilherme Mbilana: O Papel das Organizações da Sociedade Civil na Prevenção, gestão e Transformação de conflitos: A Experiência de Moçambique, Novembro de 2003.
- MINED (2014), Dados Estatísticos Sobre o Ensino Superior em Moçambique em 2012. Maputo, Abril de 2014.
- MISAU, INS e INE (2010), INSIDA - Inquérito Nacional de Prevalência, Riscos Comportamentais e Informação sobre HIV e SIDA em Moçambique 2009.
- Negrão, José: On relations between the NGOs of the North and Mozambican Civil Society, Universidade de Coimbra, October 2003.
- PAANE, Boletim Informativo nº 1/2014.
- PAANE: Estratégia de Implementação para o Programa de Apoio aos Actores Não-Estatais, s.d.
- PNUD:Relatório do Desenvolvimento Humano 2014. Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência. Washington, 2014.http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf
- Salimo, Padil: Estudo de Base: Campanha de Educação para a Cidadania. Relatório Técnico Final. Programa de Apoio aos Actores Não Estatais no Âmbito do 100 FED. Projecto Ref. N.o 2011/022-792. Maputo, Abril de 2014.
- Salimo, Padil: Opções para o Apoio as Organizações da Sociedade Civil a Nível Descentralizado: Um estudo das províncias da região Norte de Moçambique, Nampula, Niassa e Cabo Delgado. Maputo, Agosto de 2014.
- Salimo, Padil:Estudo de Caso do Projecto do Grupo Moçambicano da Dívida: Participação Informada da Sociedade Civil nos Observatórios de Desenvolvimento. Projecto Financiado pelo MASC. Maputo, Dezembro de 2014.

- Salimo, Padil: Opções para o Apoio às Organizações da Sociedade Civil a Nível Descentralizado. Um Estudo das Províncias da Região Norte de Moçambique: Nampula, Niassa e Cabo Delgado. Documento Elaborado para SDC. Maputo, Agosto de 2014.
- USAID: Índice de sustentabilidade das ONGs, 2009.

Rural development, land and CSOs

- Aga Khan Foundation: Incorporating cultural traditions into multi-input area development in the Swahili Coast of Southern Tanzania and Northern Mozambique, Project document, 2014.
- AMA: A Quality Study on the socio economic impact of the mining industry in Palma District, Province of Cabo Delgado, November 2014.
- CARE: Civil Society Study for Forestry and Agriculture Programme in Mozambique (FAPIM), January 2011.
- Comité de Conselheiros, Agenda 2025 Visão e Estratégias da Nação, Revisão de 2013, Maputo, Dezembro de 2013. P 11, (sobre dados do Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF) referentes a 2008/09 Fonte: INE, Contas Nacionais por Trimestre)
- Destaque Rural nº 9: Prioridade para o Sector Familiar e Produção Alimentar, Direcção do Observatório do Meio Rural, 06-02-2015. <http://omrmz.org/images/publicacoes/DR9.pdf>
- Governo de Moçambique, Conselho de Ministros: Estratégia de Desenvolvimento Rural 2006-2015, 11 de Setembro de 2007, http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs_gov/estrategia/adminEst/estrategia_desenvolvimento_rural.pdf
- Hanlon, Joseph and Teresa Smart: Galinhas e Cerveja: uma receita para o crescimento, Maputo, 2014.
- ITC - Iniciativa para Terras Comunitárias O Paralegal e as Delimitações de Terras Comunitárias A experiência da Iniciativa para Terras Comunitárias, apresentação PowerPoint, Abril 2014. http://www.itc.co.mz/lib/pdf/presentations/220414%20Paralegais_JL.pdf

- Júnior, António; Yasser Arafat Dadá & João Mosca: ASSOCIAÇÕES DE PEQUENOS PRODUTORES DO SUL DE MOÇAMBIQUE: CONSTRANGIMENTOS E DESAFIOS, OMR, Outubro de 2014
- Muagerene, Antonio & Pedro Carvalho: MOÇAMBIQUE EM TRANSIÇÃO E O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NA PLANIFICAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO: O CASO DA PROVINCIA DE NAMPULA, s.d.
- PPOSC: Levantamento sobre a Sobretaxa do Repovoamento Florestal, Estudo caso: distrito de Mongicual, Rede Temática Dos Recursos naturais e Agricultura, Nampula, Março de 2012.
- República de Moçambique, Ministério de Agricultura: Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário 2010-2019, Outubro de 2010.
- The Great Land Giveaway in Mozambique in: <http://www.clubofmozambique.com/solutions1/sectionnews.php?secao=business&id=2147487956&tipo=one>
- The Springfield Centre: The Operational Guide for the Making Markets Work for the Poor (M4P) Approach, 2nd edition funded by SDC & DFID, 2014
- UNAC & GRAIN: Uma nova era de luta contra plantações coloniais no Norte de Moçambique OS USURPADORES DE TERRAS DO CORREDOR DE NACALA, Fevereiro de 2015.
- Zavale, Helder et.al.: A Estrutura e Tendência da Despesa Pública Agrícola em Moçambique, Direcção da Economia do MA, Dezembro 2011

Direitos Humanos

- Brás, Eugénio et.al.: Atitudes perante a Homossexualidade nas cidades de Maputo, Beira e Nampula. LAMBDA, 2013.

- CESC: State of the Union Mozambique Report. Justina Dugbazah, Romão Xavier & Padil Salimo, CESC, Maputo 2013.
- Fellows, Simon: Trafficking Body Parts in Mozambique and South Africa, LDH, 2008.
- Lameiras, João: Pressão Nacional de Direitos Humanos – um estudo de caso, Programa AGIR / OXFAM, Novembro de 2014.
- Summary prepared by the Office of the High Commissioner for Human Rights in accordance with paragraph 15© of the annex to Human Rights Council resolution 5/1: Mozambique, Working Group on the Universal periodic Review, tenth session, 24 January – 4 February 2011.

Sectores sociais

- Barreto, Maria Antónia: O papel das organizações da sociedade civil na educação e formação, XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Agosto de 2011.
- Cumbi, Amélia Jossai: Community based Health Care in Niassa 2007-2011, intermediate project evaluation Phase 1 2007-2009, May 2009.
- Follér, Maj-Lis: Governing AIDS through aid to civil society: Global solutions meet local problems in Mozambique, African Journal of AIDS Research, 2013, 12(1), pp.49-59.
- Handicap International: Acompanhamento social Personalizado: Reflexões, método e ferramentas de uma abordagem em trabalho social de proximidade, Dezembro 2009.
- Handicap International: People with disabilities in the suburban áreas of Maputo and Matola, April 2010.
- Lameiras, João: Calls and Opportunities Encountered in Mozambique for Participatory Democracy and Access to Basic Rights and Services, 2012.

- MISAU, INS e INE: INSIDA - Inquérito Nacional de Prevalência, Riscos Comportamentais e Informação sobre HIV e SIDA em Moçambique 2009, 2010.
- Protecção Social em Moçambique, apresentação de PowerPoint, Junho 2014 <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/07%20Mocambique.pdf>
- PSC-PS, FDC, ROSC e UNICEF: Informe Orçamental. Sector da Acção Social em Moçambique, Moçambique, 2014. <http://www.unicef.org/mz/budgetbriefs/documents/2014/Social%20Action%20Budget%20Brief%202014%20opt.pdf>
- PSC-PS: Estudo sobre a Transparência e Prestação de Contas na Gestão do Programa de Subsídio Básico em Moçambique (PSSB), com apoio de FDC, Dezembro de 2014.
- Social Protection Law 4/2007, Republic of Mozambique, panfletos.d.
- UNICEF: Basic information on the Programmes of the National Basic Social Security Strategy 2010-2014, Republic of Mozambique, s.d.
- USAID: Impact Evaluation for the USAID / Aprender A Ler Project in Mozambique. Baseline Report. Revised June 13, 2013.

Património cultural

- Aga Khan Foundation: Incorporating cultural traditions into multi-input area development in the Swahili Coast of Southern Tanzania and Northern Mozambique. Project document, s.d.
- Doleman, Elma W.: Training needs assessment cultural sector Mozambique, UNESCO, Setembro de 2010.
- Gerwen, Fans van and Helena Zefanias: Development of Cultural Institutions in Mozambique. End of Project Evaluation, MDF, 2010.
- Kruspan, Barbara: Cultural Activities' Project (CAP), Cabo Delgado, Mozambique, Annual Report 2013, MERRY Trust, January 2014.

Educação e Treinamento Técnico e Profissional

- Apresentação de INEFP a UE, PDF/PP-presentation, 16.04.2013.
- Azevedo, Joaquim e José Mingocho de Abreu: Ensino Profissional em África: Falácia ou Oportunidade? O Caso das Escolas Profissionais em Moçambique, Revista Portuguesa de Investigação Educacional, 23.02.2007 http://www.joaquimazevedo.com/Images/BibTex/339552768oEP_Africa_JA.pdf
- Danida: Support to engage the Mozambican Trade Unions in Vocational Education and Training (VET), Project Proposal, OTM-CS, s.d.
- Dunbar, Muriel: Engaging the private sector in skills development, HEART (Health & Education Advice and Resource Team) / DFID, 2013.
- Mozambique Labour Market Profile 2014, Danish Labour Market Council for International Development, 2014.
- Pro-Education Programme Supporting High-Quality Primary Education and Market-Oriented Vocational Education, 2012-16, GIZ <http://www.giz.de/en/downloads/giz2014-en-pro-educatio-mozambique.pdf>
- Topsøe-Jensen, Bente: External evaluation of regional programme: Decent employment, labour market integration and social dialogue in East and Southern Africa 2011-2013, LO/FTF Council Denmark / Bente Consulting ApS, Novembro de 2013.

Metodologia

- European Commission: Mappings and civil society assessments. A study of past, present and future trends, Tools and Methods Series Concept Paper N° 3, September 2012.
- Falisse, Michel: Methodological Guide for Implementing a Mapping of Civil Society in Latin American Countries, IBF, s.d. https://webgate.ec.europa.eu/fpfis/mwikis/aidco/images/2/24/GUIDE_CIVIL_SOC_FINAL.pdf

- Gaventa; John e Barrett, Gregory (2010), So What Difference Does it Make? Mapping the Outcome of Citizen Engagement. IDS Working Paper 347. Volume 2010. UK, October 2010.
- O’Meally, Simon C.: Mapping Context for Social Accountability, Resource Paper, Social Development Department, World Bank, 2013.

Websites seleccionados

- Associação Nacional de Extensão Rural www.aena-mz.com
- Associação Rural de Ajuda Mútua www.oram.co.mz
- Centro de Integridade Pública www.cip.org.mz
- Cidadania e Participação www.cep.org.mz
- DIÁLOGO www.dialogomz.com
- Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança www.rosc.org.mz
- Governo de Moçambique www.portaldogoverno.gov.mz
- Iniciativa Terra Comunitária www.itc.co.mz
- Instituto de Estudos Sociais e Economicos www.iese.ac.mz
- Instituto Nacional de Estatística www.ine.gov.mz

- Jornal Notícias www.jornalnoticias.co.mz
- KULIMA www.kulima.org
- Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil www.masc.org.mz
- Movimento Educação para Todos www.mept.org.mz
- NAIMA+ www.naima.org.mz
- NWETI www.nweti.org.mz
- Programa de Apoio aos Actores Não Estatais www.paane.co.mz
- União Nacional de Camponeses www.unac.org.mz
- Women and Law in Southern Africa www.wlsa.org.mz
- Young Africa www.youngafrica.org

C. Guião da Entrevista

Estudo de mapeamento das Organizações da Sociedade Civil (OSC) – Moçambique 2015

Pontos Principais	Guião das Questões
A Estrutura	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qual é a estrutura das OSC em Moçambique? – Nº de OSC's registadas e activas no país, e modificações desse cenário ao longo do tempo. 2. Desde o nível local até ao nível de redes e plataformas qual é a estruturação da Sociedade Civil? E qual é a sua distribuição geográfica? 3. Quais são os papéis principais e áreas de especialização das OSC, etc?
O Ambiente	<p>O ambiente político, legal e institucional em que as OSC's executam as suas actividades, tomando particular atenção a:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Em que medida o quadro legal e regulatório facilita e dá o necessário enquadramento ao trabalho das OSC's? 2. O actual quadro favorece o trabalho das OSC's? – Diálogo e interacções com o governo, etc. 3. Quais são os impactos (positivos ou negativos) que o novo quadro político / liderança terão no ambiente de trabalho das OSC's?

Pontos Principais	Guião das Questões
Capacidade da Sociedade Civil	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qual é a legitimidade e credibilidade das várias categorias de OSC's em termos de democracia interna, representatividade, liderança, independência e gestão interna? 2. Qual é a capacidade das várias categorias de OSC's na captação de fundos, formulação de programas, definição de resultados, gestão financeira, gestão, avaliação, etc? 3. A Sociedade Civil (SC) está capacitada para fazer investigação e empenhar-se em acções efectivas de advocacia? 4. Qual é a extensão da organização da SC em alianças, plataformas gerais e temáticas a nível nacional e provincial? Existem ligações com redes regionais e globais e comunidades e plataformas de investidores?
Engajamento da SC'	<ol style="list-style-type: none"> 1. Que espaço há para a SC mobilizar cidadãos e interagir com o governo e outros agentes estatais em Moçambique? (i.e. “pontos de entrada” para as OSC's; nível e qualidade das interações entre o Estado e as OSCs nas diferentes fases do ciclo político; nível de influência/impacto; etc)? 2. As OSC's são activas na defesa da transparência democrática e prestação de contas? 3. Atendendo à capacidade instalada, o estado do sector e o contexto político, quais são as áreas chave de política em que as OSC's têm ou poderão ter capacidade para se envolverem com sucesso no diálogo político? Etc. Deve ser dada especial atenção aos sectores prioritários da cooperação da UE com Moçambique (i.e. governação, desenvolvimento rural, e respectivas acções complementares em direitos humanos, património cultural, serviços sociais e formação profissional.
Sustentabilidade da SC	Autonomia financeira, capacidade de captação de fundos, Modelos de apoio dos doadores, Ambiente político e legal das OSC's e redes da SC, com especial atenção à “Lei das Associações” e aos impactos das suas adendas.

1. For the engagement framework, please refer to: EC Tools and Methods Series Reference Document: Promoting civil society participation in policy and budget processes, January 2014.

D. Projectos das OSCs financiados pela UE em curso em Junho de 2015

Number	Contract title	Expiry date	Party	Amount	Location	Sector
272562	“ENSINAR A LER PARA APRENDER”: alfabetização integrada, em línguas locais, para erradicar o analfabetismo nas aldeias.	01/02/2016	ASSOCIACAO PROGRESSO	841.383	Moçambique – Províncias de Cabo Delgado e Niassa 4 distritos em cada província (Cabo Delgado: Mueda, Muidumbe, Nangade, Ancuabe; Niassa: Muembe, Sanga, Lichinga, Lago)	adult education
272556	Inclusive Adult Education in Mozambique	30/09/2015	DEUTSCHER VOLK-SHOCHSCHUL-VERBAND EV	450.000	Sofala and Maputo Provinces, Mozambique	adult education
315626	Support to Accelerate Progress towards MDG 1C in Mozambique – FAO Sub-Programme	05/06/2018	FAO and various local and inter-nationals ngos sub-contracted	19.900.000	Programme activities will cover an extensive geographical area covering 15 Districts in five Provinces concentrating mainly in three areas; (i) Nacala Corridor (Malema and Ribaué Districts in Nampula and Alto Molocue and Gurue in Zambesia) and (ii) Beira Corridor (Gondola, Sussendenga, Barue and Manica Districts in Manica Province, and Buzi, Maringue, Gorongosa and Nhamatanda in Sofala Province) and (iii) Tete province (Angonia, Tsangano and Macanga Districts).	Agricultural development
313281	Support to Accelerate Progress towards MDG 1C in Mozambique – IFAD Sub-Programme	24/04/2018	IFAD and various local and inter-nationals ngos subcontracted	26.000.000	The Action takes place in 32 districts of 6 provinces within Mozambique (Sofala, Manica, Zambezia, Nampula, Cabo Delgado and Niassa).	Agricultural development

Number	Contract title	Expiry date	Party	Amount	Location	Sector
316043	Support to Accelerate Progress towards MDG1c in Mozambique - WFP component	01/05/2018	WFP and various local and inter-nationals ngos subcontracted	12.000.000	The action takes place in 21 districts of 5 Provinces (MANica, Sofala, Zambezia, Tete and Nampula) and nationwide for the fortification.	Agricultural development
352838	Strengthening Civil Society to enhance livelihoods through supporting economic skills diversification, markets and gender equity in Zambezia	31/01/2018	CONCERN WORLD-WIDE LBG	1.400.000	Mozambique: Zambezia province, districts of Inhassunge, Chinde, Nicoadala and Quelimane	Agricultural development
323897	Securing marine biodiversity through sustainably-financed and community-managed marine areas in coastal Mozambique.	10/12/2018	ZOOLOGICAL SOCIETY OF LONDON for local communities	1.992.871	Between Rovuma river and Mocimboa da Praia, Mozambique	Bio-diversity
303003	Formação de Associações de Representação Empresarial de Referência em Moçambique	31/01/2016	ASSOCIACAO COMERCIAL DA BEIRA	424.083	Mozambique	Business support services and institutions
273282	Saber para participar: Os Fóruns tripartido de consulta e de concertação social nas Províncias para um verdadeiro diálogo social.	30/09/2016	ISCO Italia	992.422	Mozambique	social dialogue

Number	Contract title	Expiry date	Party	Amount	Location	Sector
294606	Apoio ao Desenvolvimento de Recursos Humanos nas áreas de Gestão e Administração em Saúde	01/12/2016	EDUCTRADE consulting and Universidade politecnica	2.506.205	Mozambique	health
336223	Institutional Development of the National AIDS Council "CNCS" in Mozambique, phase 2	31/12/2016	GIZ and some funds for CNCS for funding local ngos	4.812.000	Mozambique with a target on seven highest HIV prevalence provinces	health
272652	Building Inclusive Education for Children with Disabilities	30/09/2015	THE SAVE THE CHILDREN FUND LBG	581.941	Mozambique: Districts of Manhiça (Maputo Province), Chibuto and Manjacaze (Gaza Province), Gorongosa and Caia (Sofala Province), Manica and Gondola (Manica Province), Monapo and Nacala-a-Velha (Nampula Province), Mopeia and Morrumbala (Zambézia Province)	HR - disability
290005	Contribuir para o respeito e aplicação dos direitos da mulher e da rapariga nas comunidades rurais	31/08/2015	CCS ITALIA -	96.000	Maputo Province, distrito de Moamba	HR - women
328330	Prevenção da violência contra as mulheres e raparigas no distrito de Matola para contribuir a garantir o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos.	09/12/2015	MEDICOS DEL MUNDO ESPANA ASSOCIACION	158.867	Mozambique, maputo, matola	HR-children

Number	Contract title	Expiry date	Party	Amount	Location	Sector
353693	Promoção da Protecção Social da Criança, Adolescente e Jovem: Convivência Familiar e Comunitária em Luis Cabral	01/03/2018	ASSOCIACAO MENINOS DE MOCAMBIQUE	321.485	Mozambique, Província de Maputo, Distrito de Maputo, Bairro de Luís Cabral	HR-children
323339	Toda Crianca e minha Crianca	14/01/2017	SAVE THE CHILDREN ITALIA ON-LUS ASSOCIAZIONE	930.008	Moçambique, Municípios de Beira, Nacala e Pemba	HR - children
339794	Xinavane-Desenvolvimento de Plantações de cana-de-açúcar	12/05/2016	TONGAAT HULETT-ACUCAREIRA DE XINAVANE SA, private no profit for local communities	1.545.496	Mozambique	Industrial crops/export crops
341771	Maragra – Projecto de capacitação para a Promoção de Associações de Agricultores de Cana-de-Açúcar	07/05/2017	MARAGRA ACUCAR SA private no profit for local communities	200.000	Mozambique	Industrial crops/export crops
341949	Xinavane - Fortalecimento das associações de produtores de cana-de-açúcar	12/05/2016	TONGAAT HULETT-ACUCAREIRA DE XINAVANE SA private no profit for local communities	143.728	mozambique	Industrial crops/export crops

Number	Contract title	Expiry date	Party	Amount	Location	Sector
339313	Desenvolvimento de Plantação de cana de Pequenos agricultores da Maragra	07/05/2017	MARAGRA ACUCAR SA private no profit for local communities	2.400.000	Mozambique	Industrial crops/ export crops
coming soon	Roads reconstruction: accompanying measures	coming soon	local ngo for road security and communities areas maintenances	1.000.000	Zambezia	infrastructures
273406	Chakahanyela: a lixo-cultura	28/08/2015	CIDADE DE VILANKULO and urban associations	200.000	Vilankulos	infrastructures
289997	Promoção do acesso à informação: empoderamento dos cidadãos para conhecerem e reivindicarem os seus direitos	29/02/2016	IBIS FORENING	200.000	Província do Niassa, província de Maputo e nível nacional, Moçambique	media
340379	Aumentando a Consciência Política e Ampliando as Vozes dos Cidadãos nos Processos Eleitorais e Democráticos	03/04/2016	FORCOM	267.694	8 Províncias: Niassa, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane e Maputo	media
337847	Build-up resilience and equitable access to basic social protection programmes with most marginalised groups.	31/07/2019	HANDICAP INTERNATIONAL FRANCE ASSOCIATION	1.359.431	Towns of: Maputo, Matola, Beira, Tete and Nampula	social protection

Number	Contract title	Expiry date	Party	Amount	Location	Sector
273216	Empresas Responsáveis: Análise do Dialógo social e Responsabilidade Social das Empresas Locais e Estrangeiras em Moçambique	31/12/2015	UNIVERSIDADE CATOLICA DE MO-CAMBIQUE	467.738	Moçambique, Provincias de Maputo, Sofala e Nampula	Social responsibility for enterprises
22792	PAANE	18/09/2015	MOZAMBIQUE GOVERNMENT	5.000.000	Mozambique	support to cso
272937	Self-sustainable and replicable agricultural TVET for young people with a rural background	31/12/2016	STICHTING WILDE GANZEN IKON / Young Africa Mozambique	840.000	Dondo, Sofala Province, Mozambique	Vocational training
273467	Desenvolvimento sustentável das 5 Escolas Agrárias da Província de Sofala	17/09/2015	ESMABAMA ASSOCIACAO	247.064	Sofala Province, Mozambique	Vocational training
304515	O mundo do trabalho: novos desafios para os jovens desempregados do bairro Chamanculo C de Maputo	31/07/2015	FONDAZIONE AVSI	495.893	Moçambique, Maputo, Distrito de Nhlamankulu, Bairro Chamanculo C	Vocational training
300848	Knowledge is Power: Enhancing the social and economic rights of rural women in Northern Mozambique	01/04/2016	HELVETAS SWISS INTERCOOPERATION ASSOCIATION	1,380.107	Mozambique, Cabo Delgado Province, Ancuabe, Chiure, Macomia and Mecufi Districts	Vocational training
302313	Community Centers for Development of Competencies in Mozambique	31/10/2015	ADPP Mozambique	466.616	Mozambique: Provinces of Maputo (Machava), Manica (Chimoio), Nampula (Nacala) and Sofala (Nhamatanda).	Vocational training

Number	Contract title	Expiry date	Party	Amount	Location	Sector
305965	Vocational Training and educational programs to increase employability in the hotel and tourism sector in Cabo Delgado Province	31/01/2017	ISTITUTO OIKOS ONLUS ASSOCIAZIONE	958.225	Mozambique (Cabo Delgado Province)	Vocational training
308565	Poverty reduction through Youth Empowerment, Technical Training and Employability in Mozambique	31/03/2017	STICHTING PLAN NEDERLAND	983.597	Inhambane province in Mozambique	Vocational training
338928	Enabled for (self) employment - access to inclusive VET training for (rural) youth	16/12/2018	ASSOCIACAO YOUNG AFRICA - MOCAMBIQUE	1.500.000	Sofala Province	Vocational training
354191	Opportunities for Youth Employment in the Beira Corridor: Linking informal and formal economies	28/02/2019	STICHTING SNV NEDERLANDSE ONTWIKKELINGSORGANISATIE	1.499.980	Sofala Province: Marromeu, Marringué Cheringoma; Manica province: Messica, Macate, Sussundenga, Tambara, Macossa, Guro; Tete province: Angonia, Tsangano, Macanga, Changara; Zambezia province: Mopeia, Murrumbala	Vocational training

E. Mecanismos e Programas de Financiamento à Sociedade Civil

Programa/Projecto	Objectivo	Temas principais	Modalidades de Apoio	Período de Implementação	Financiadores	Observações
AGIR ¹ (Programa de Acções para uma Governança Inclusiva e Responsável)	Cidadãos activos e uma sociedade civil forte, vibrante que participam e influenciam os processos democráticos, contribuindo para uma governação responsável, aprofundamento da democracia, a igualdade de género e dos direitos humanos em Moçambique.	Governança	Fundos directos à implementação de planos estratégicos dos parceiros Apoio directo ao desenvolvimento das capacidades de gestão programática e financeira	Primeira fase (2010-2014) Segunda fase (2015-2020)	Embaixadas da Suécia, Dinamarca e Reino dos Países Baixos.	Implementado por 4 ONGIs com áreas específicas: Diakonia e Oxfam Novib gerem o subprograma A - participação, responsabilização política, social, legal (incluindo direitos humanos) e financeira (incluindo transparência e corrupção); WeEffect gere o subprograma B - recursos naturais e direitos comunitários; Ibis gere o subprograma C - acesso à Informação.
CAP – Capable Partners Program	Fortalecer as capacidades técnicas e organizacionais das OSC locais para funcionar mais eficazmente, gerir os fundos dos doadores, prestar serviços e planificar o futuro.	Sectores sociais (Saúde - HIV/AIDS)	Subvenções ² , Assistência técnica Capacitação em gestão financeira.	2006-2016 ³	Agência de Desenvolvimento Internacional dos EUA (USAID /PEPFAR).	Implementado em parceria com a FHI 360.

1. http://ibismozambique.org/sites/default/files/PDF%20global/Mozambique%20PDF/relatorio_anual_de_actividades_da_ibis_mocambique_2012.pdf

2. <http://www.ngoconnect.net/documents/592341/749044/CAP+Moz+Graduation+Process+FINAL+port.pdf>

3. <http://www.ngoconnect.net/documents/592341/749044/CAP+Moz+Graduation+Process+FINAL+port.pdf>

Programa/Projecto	Objectivo	Temas principais	Modalidades de Apoio	Período de Implementação	Financiadores	Observações
CEP ⁴ (Cidadania e Participação)	Contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde e educação, através da capacitação das OSCs e Comitês locais.	Sectores Sociais (Saúde e educação)	Capacitação para monitoria de serviços através de Cartões de Pontuação Comunitária e Cartões de Reporte do Cidadão.	2012-2017	Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID), a Cooperação Irlandesa (Irish Aid) e a Agência Dinamarquesa para o Desenvolvimento (DANIDA)	O programa é implementado por um consórcio de 6 organizações com a empresa COWI como responsável pela Unidade de Implementação de Programa sediada em Maputo. O programa é implementado em quatro províncias através das delegações de Save the Children (Gaza, Nampula, Manica e Zambézia), cobrindo cinco distritos em cada província. As organizações Moçambicanas CESC e N'weti, assim como a KWANTU da África de Sul e o Institute for Development Studies de Inglaterra apoiam a implementação com assistência técnica.
PAANE ⁵ – Programa de Apoio aos Actores não Estatais	É um programa de apoio à sociedade civil que tem como objectivos contribuir para a melhoria da governação e da cidadania em Moçambique visando o desenvolvimento socioeconómico sustentável e a redução da pobreza.	Governança e Cidadania: Diálogo político e social entre os actores não-estatais e as autoridades públicas Juventude e educação cívica.	Financiamento de projectos Apoio técnico e financeiro para actividades de advocacia e outras	19/09/2012 – 19/09/2018 ⁶	União Europeia/FED (Fundo Europeu de Desenvolvimento)	Abrange todas as províncias de Moçambique. O programa é implementado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, através do Gabinete do Ordenador Nacional, e dispõe de uma equipa da assistência técnica. O programa tem a Assistência técnica da MAP Consultoria e da GFA Consulting.

4. <http://www.cep.org.mz/index.php>5. www.paane.co.mz/6. <http://www.paane.co.mz/index.php/pt/documentos/documentos-do-paane>

Programa/ Projecto	Objectivo	Temas principais	Modalidades de Apoio	Período de Im- plementação	Financiadores	Observações
ITC-F – Iniciativa para? Terras Co- munitárias - Fundação	Fortificar a capacidade e direitos legais de uso de terra a nível das comunidades, com vista a promover o uso sustentável de recursos naturais, como contribuição para redução da pobreza e promoção de desenvolvimento rural.	Desenvolvimento rural (terra e outros recursos naturais, direito comunitário)	Financiamento de projectos	Primeira fase ⁸ (2006 – 2011) Fase de Extensão (2011 – 2014)	O projecto é financiado por um grupo de doadores até ao momento liderados pelo Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Governo Britânico – DFID e inclui a Embaixada do Reino dos Países Baixos, a Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC), a Agência Irlandesa de Cooperação e Desenvolvimento (DCI), a Agência Sueca de Desenvolvimento e Cooperação Internacional (SIDA) e a Agência Dinamarquesa para o Desenvolvimento Internacional (DANIDA).	Implementado pela KPMG. Inicialmente, o projecto era implementado unicamente nas comunidades rurais nas províncias de Gaza, Manica e Cabo Delgado. A partir de 2009, e com os mesmos objectivos, o MCA –Millennium ChallengeAccount aderiu ao programa, financiando a expansão da iniciativa para as províncias de Nampula, Niassa e Zambézia.

7. <http://www.itc.co.mz/lib/pdf/reports/RelatorioWeb%20ITC%20Ano%20V%20G6%20%282010-2011%29.pdf>

8. <http://www.itc.co.mz/reports>

Programa/Projecto	Objectivo	Temas principais	Modalidades de Apoio	Período de Implementação	Financiadores	Observações
MASC – Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil ⁹	Melhorar a governação e prestação de contas aos cidadãos moçambicanos, através do fortalecimento e diversificação do engajamento das OSCsmoçambicanas na monitoria e advocacia sobre a governação.	Governação	Programa de pequenos fundos - apoios em termos de desenvolvimento de capacidades das organizações	Primeira fase (2007-2012) Fase de extensão (2012-2015)	Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID), a Cooperação Irlandesa (Irish Aid), a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e a Agência Dinamarquesa para o Desenvolvimento (DANIDA)	Implementado com um UIP da COWI. Transformou-se numa Fundação Nacional a 1.4.2015.
PRO-CIMU ¹⁰ - Programa Promovendo a Cidadania para a Mudança	Ter uma sociedade civil com legitimidade para causar mudanças democráticas e económicas, incluindo o respeito pelos direitos individuais e colectivos e justiça económica aos níveis local, nacional e internacional, num quadro de desenvolvimento sustentável.	Governação	Consolidação organizacional, apoio temático e advocacia através de acções de capacitação, mentoria e supervisão directa (coaching)	2013-2018	Embaixada da Dinamarca	É um programa da IBIS implementado por OSCs que trabalham na área de governação: CIP, Fórum Mulher, Parlamento Juvenil, NANA, RADEZA e ACEAM.

9. <http://www.masc.org.mz/home/index.php/en/area/fundos/programas-de-fundos-principais>

10. http://ibismozambique.org/sites/default/files/media/pdf_global/mozambique_pdf/governance_programa_tematica_mozambique_port_13-18.pdf

Programa/Projecto	Objectivo	Temas principais	Modalidades de Apoio	Período de Implementação	Financiadores	Observações
Programa Municipal de Monitoria de Responsabilização Social (MuniS-AM)	Estimular a participação cívica nos processos de gestão de recursos públicos municipais e ao mesmo tempo fortalecer as capacidades dos gestores - funcionários dos municípios, e membros das assembleias municipais – para complementar o trabalho do Programa de Desenvolvimento Autárquico – PDA.	Governança (auditorias sociais) Sectores Sociais (Água, saneamento, educação e saúde) Meio ambiente, Infra-estruturas	Capacitação para o fortalecimento da Sociedade Civil local	2012 -2014	Cooperação Suíça para Desenvolvimento e Cooperação (SDC)	O programa é implementado em parceria com as OSCs locais: dois municípios na Província do Niassa (Metangula e Cuamba), dois na Província de Cabo Delgado (Mocimboa de Praia e Montepuez) e dois na Província da Zambézia (Quelimane e Mocuba).
Programa Diálogo ¹¹	Contribuir para a melhoria da governação municipal, prestação de contas e capacidade de resposta das instituições municipais.	Governança Sectores Sociais, Água & saneamento, terra, lixo, transporte, segurança, etc.	Fundos directos e apoio às instituições municipais	2012-2017	DFID	Três eixos fundamentais a nível municipal: promoção do engajamento cívico, fortalecimento e engajamento dos media, e engajamento das instituições municipais.

11. http://dialogomz.com/index.php?option=com_content&view=article&id=69&Itemid=80&lang=pt

Programa/ Projecto	Objectivo	Temas principais	Modalidades de Apoio	Período de Im- plementação	Financiadores	Observações
Programa SAKSAN ¹²	Contribuir para melhorar a vida das pessoas mais vulneráveis (mulheres, crianças, pessoas com deficiência, pessoas com HIV/SIDA, etc.) nas Províncias da Zambézia e do Niassa, através do fortalecimento da responsabilização social e do grau de resposta às necessidades sociais pelos serviços prestados pelo sector da Saúde em Moçambique.	Governança (descentralização, transparência e responsabilização) Sector Social (saúde)	Desenvolvimento de competências e capacidades a OCBS e OCSS-locais	O programa teve início em Abril de 2014 ¹³	Banco Mundial	O programa tem como parceiros de implementação a NAFEZA (Zambézia) e o FONAGNI (Niassa)

12. CONCERN Universal (2014). Estudo de Base: Conhecimentos, Competências, Acção e Networking em Responsabilização Social – SAKSAN. Niassa e Zambézia.

13. CONCERN Universal (2014). Relatório Anual de Actividades. Relatório de 2014.

F. Organizações da Sociedade Civil – contactos

A lista contém os contactos para as organizações da sociedade civil nas províncias. Endereços de e-mail pessoais, bem como números de telemóveis estão incluídos na medida em que foram fornecidos como contactos oficiais para as organizações. Muitas organizações pequenas não têm telefones fixos, nem endereços de e-mail oficiais. A lista não é exaustiva, mas contém apenas uma selecção de OSCs com que a equipa de estudo de mapeamento entrou em contacto.

Organização	Área geográfica de actuação	Tema	Contactos
Província de Cabo Delgado			
ActionAid (ONGI)	Pemba	<ul style="list-style-type: none"> • Redução da pobreza • Justiça • Direitos Humanos 	Roque de Aguiar, Coordenador Cel.: 847412287 Roque.aguiar@actionaid.org http://www.actionaid.org/mozambique
AMA – Associação do Meio Ambiente	Pemba	<ul style="list-style-type: none"> • Meio ambiente • Género 	Tómas Langa, Director Executivo Fax: +258 272 21581 e-mail: ama.amigosdaterra@gmail.com http://www.ama-amigosdaterra.org
AMMCJ – Associação Moçambicana de Mulheres de Careira Jurídica	Pemba	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência jurídica • Direitos Humanos 	Abdul Huzizo, Representante Provincial / Para-legal Cel.: 829811141 hazizoaa@gmail.com
CARE (ONGI)	Nampula / Cabo Delgado	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento sustentável • Recursos naturais • Participação • Programa “Parcerias e Alianças da SC para os Direitos à Terra e Recursos Naturais 	Barbara Jackson, Country Director barabar@care.org.mz Av. Martires de Moeda, 56, Maputo Tel.: +258 21492064/6 http://www.care.org/country/mozambique

Organização	Área geográfica de actuação	Tema	Contactos
FOCADE – Fórum das ONGs de Cabo Delgado	Pemba	<ul style="list-style-type: none"> Gestão de Recursos Naturais Desenvolvimento sustentável Género 	Rodrigues Miguel Nganga, Presidente Cel.: 825980841 focade@gmail.com
MONASO	Pemba	<ul style="list-style-type: none"> HIV/SIDA 	Marcos A. Mapuinguissa, Coordenador Cel.: 826713410 m.mapuinguissa@gmail.com
PROGRESSO	Pemba	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento Rural 	Rodrigues Miguel Nganga, Coordenador Cel.: 825980841 nganga@tdm.co.mz
WIWANANA	Chiure e Ancuabe	<ul style="list-style-type: none"> Saúde (HIV/SIDA, Tuberculose, Malária) Governança para saúde - Maternidade segura; Infância Saudável Nutrição 	Abide Nego Dias, Director Executivo José Carlos Samuel, Director de Pesquisa e Gestão de Conhecimento Cel.: 820114620
Província de Niassa http://www.drewsys.com/projects/roadsniassa/cidade_lichinga.php			
AACON – Associação de Artes e Comunicações	Lichinga	<ul style="list-style-type: none"> Teatro Boletim de cultura 	Sanito Michael, Coordenador Cel.: 829416610 sennymichael@gmail.com
ACABE – Associação da Criança Amigos e Boa Esperança	Lichinga	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento sustentável Protecção dos direitos da criança 	Batone Eduardo Acácio / Victor Maulana Cel.: 822255977
AMA – Associação de Muçulmanos	Lichinga	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento rural Organização religiosa 	Chaibo Issufo Cel.: 863288355

Organização	Área geográfica de actuação	Tema	Contactos
AMOPROC – Associação Moçambicana para a Promoção de Cidadania	Lichinga	<ul style="list-style-type: none"> • Governação • Democracia • Saneamento do Meio Ambiente 	Marta Williamo Cel.: 826623630
Concern Universal (ONGI)	Niassa	<ul style="list-style-type: none"> • Boa governação • Desenvolvimento Rural • Apoio às OSCs 	Imbwanga Mapoco, Director do Programa http://concern-universal.org/where-we-work/mozambique/
ESTAMOS	Niassa	<ul style="list-style-type: none"> • Sectores sociais (água e saneamento; saúde); • Recursos naturais • Governação e auditoria social 	Feliciano dos Santos, Director Executivo Tel.: 27120318 Cel.: 823215790 felicianos@tdm.co.mz http://www.estamos.org.mz/english/
FAMOD – Fórum de Associações Moçambicanas de Deficientes	Niassa	<ul style="list-style-type: none"> • Advocacia em prol de pessoas que vivem com deficiências 	Acácio Agapito, Director Executivo acacia.agapito@yahoo.com.br
FOFEN – Fórum das Organizações Femininas do Niassa	Niassa	<ul style="list-style-type: none"> • Empoderamento das mulheres 	Manuela Teixeira, Coordenadora Cel.: 827087470 Manulateixeira27@yahoo.com.br
FONAGNI	Lichinga	<ul style="list-style-type: none"> • Monitoria da governação • Advocacia social • Coordenação provincial da sociedade civil 	Emilião Muampezar, Coordenador Cel.: 827309928
ITC – Iniciativa de Terras comunitárias	Niassa	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos das comunidades rurais sobre a terra, • Uso sustentável de recursos naturais • Desenvolvimento económico 	Nelson Jackson, Gestor Provincial http://www.itc.co.mz/

Organização	Área geográfica de actuação	Tema	Contactos
Jornal Faísca	Niassa	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde (HIV) • Nutrição • Governação • Direitos Humanos • Terras • Recursos Naturais 	Rafael Zuizane, Editor
ORAM - Organização Rural de Ajuda Mútua	Lichinga	<ul style="list-style-type: none"> • Terra e Desenvolvimento Rural • Resolução de conflitos de terra e dos recursos naturais • Desenvolvimento sustentável 	Felix Cossa, Delgado Provincial Cel.: 822770749 Kossa.felix33@gmail.com
ROADS – Rede de Organizações para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Lichinga	<ul style="list-style-type: none"> • Advocacia sócio ambiental • Capacitação para o fortalecimento organizacional e de seus membros • Preservação do meio ambiente 	Emílio Muempezar, Coordenador Tel.: 27131487 Cel.: 822904789
UCA – União dos Camponeses	Niassa	<ul style="list-style-type: none"> • Defesa de interesse dos camponeses 	Ventura Nunes Amisse, Oficial do Programa Cel.: 827052350 / 840605077 Amisse_uca@yahoo.com.br
UPCN – União Provincial de Camponeses de Lichinga	Lichinga	<ul style="list-style-type: none"> • Participação • Desenvolvimento rural (agrícola) • Equidade e género • Políticas Públicas 	

Organização	Área geográfica de actuação	Tema	Contactos
WE Effect (ONGI)	Niassa	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação da sociedade civil; • Recursos naturais • Direitos 	Edgar Básilio Ussene, Director do Programa Edgar.ussene@weeffect.org
Província de Nampula			
AENA – Associação Nacional de Extensão Rural	Nampula	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento rural (Agricultura) • Extensão Rural 	Jordão Matimule Junior, Director Executivo Cel.: 843024421 matimulejunior@yahoo.com.br
AFDC – Associação dos Facilitadores do Desenvolvimento Comunitário	Nampula (Murrupula, Larde)	<ul style="list-style-type: none"> • Água e saneamento • Governação • Segurança alimentar e nutrição 	Manuel José
AKILIZETHO	Nampula	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento sustentável • Boa governação • Género 	Leopoldino Lubrino, Assistente Delgado Cel.: 827437040 leolubrino@yahoo.com.br
Associação NIVENYEE	Nampula	<ul style="list-style-type: none"> • HIV/SIDA • Prevenção • Prestação de cuidados 	Silvio Saíde, Presidente
CEP – Cidadania e Participação	Nampula	<ul style="list-style-type: none"> • Participação • Desenvolvimento Comunitário • Serviços sociais (saúde e educação) 	Edgar Castillo, Oficial Provincial de Programa cep@cep.org.mz
Fundação Elisabeth Glazer (ONGI)	21 distritos da província de Nampula	<ul style="list-style-type: none"> • HIV/SIDA • Advocacia 	Dr. Sambola

Organização	Área geográfica de actuação	Tema	Contactos
ITC – Iniciativa de Terras comunitárias	Nampula	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos das comunidades rurais sobre a terra, • Uso sustentável de recursos naturais • Desenvolvimento económico 	Tel.: 25123832 manica-sofala@itc-f.org
Malária Consórcio (ONGI)	Nampula	<ul style="list-style-type: none"> • Sector social (saúde) 	Luísa Chadreque
Niiwanane	Nampula	<ul style="list-style-type: none"> • Sector social (Saúde - HIV/SIDA) 	Régio Domingos Augusto, Director Executivo
OLIPA ODS	Nampula	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento sustentável 	Abdorazaque Anza Manuel Muinde
ORAM - Organização Rural de Ajuda Mútua	Nampula	<ul style="list-style-type: none"> • Terra e Desenvolvimento Rural • Resolução de conflitos de terra e dos recursos naturais • Desenvolvimento sustentável 	Calisto Ribeiro
Pathfinder (ONGI)	Nampula	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde • Agricultura • Água e saneamento 	Adalgiza Viola
PPOSCN - Plataforma Provincial das OSCs de Nampula	Nampula	<ul style="list-style-type: none"> • Monitoria da governação • Advocacia social • Coordenação provincial da sociedade civil 	António Muagerene Tel.: 2621 8541 Cel.: 826061426 Pposc.nampula@gmail.com
Saldomoz	Nampula	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento rural 	António Victorino, Oficial de Programas Cel.: 848022520 Antonio.victorino@gmail.com

Organização	Área geográfica de actuação	Tema	Contactos
UCODIN (Organismo de ligação do Governo com a Sociedade Civil)	Nampula cidade	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento integrado 	Felicidade Muiocha, Chefe do Secretariado Técnico Cel.: 828317580
União Provincial de Camponeses de Nampula	Nampula	<ul style="list-style-type: none"> Participação Desenvolvimento rural (agrícola) Equidade e género Políticas Públicas 	Costa Esteves, Presidente Cel.: 865184605
Tete			
AAAJC – Associação de Apoio e Assistência Jurídica as Comunidades	Tete	<ul style="list-style-type: none"> Formação de para legais Recursos naturais 	Rui Vasconcelos Caetano, Director Executivo
ACAMO - Associação do Portados de Deficiência Visual	Tete	<ul style="list-style-type: none"> Assuntos sociais Justiça 	Afonso Luís Mutisse E-mail: acamo.beira tdm.co.mz
ADEL – Agência de Desenvolvimento Económico Local de Tete	Tete	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento económico Coordenação de iniciativas de associações, empresas, instituições governamentais e municipais 	Tomas Muarramuassa, Coordenador
FAA - Fórum Apoio Amigo	Tete	<ul style="list-style-type: none"> Direitos de criança Parceria com sector privado Capacitação de professores, funcionários e alunos 	Rosário Ventura, Coordenador Apoioamigo.faa@gmail.com
LDH – Liga dos Direitos Humanos	Tete	<ul style="list-style-type: none"> Direitos Humanos; Paz Justiça e Democracia 	Júlio Calengo, Coordenador Provincial Cel.: 823838860 julioalengo@hotmail.com

Organização	Área geográfica de actuação	Tema	Contactos
Oleiros de Moatize	Moatize	<ul style="list-style-type: none"> Recursos minerais Dialogo 	Isaque António, Vice Presidente Cel.: 825739223
Parlamento Juvenil	Tete	<ul style="list-style-type: none"> Juventude Direitos humanos Boa governação Monitoria de políticas 	Dulce Combo, Coordenadora Provincial Cel.: 849428338 dulcecombo@gmail.com
UPCT - União Provincial dos Camponeses de Tete	Tete	<ul style="list-style-type: none"> Participação Desenvolvimento rural (agrícola) Equidade e género Políticas Publicas 	Nelson Guilherme Tembe, Presidente Cel.: 849157565 nelsonguilherme@gmail.com
Província da Zambézia			
AGEMO (associação de comerciantes)	Mocuba	<ul style="list-style-type: none"> Advocacia em prol do interesse dos empresários e comerciantes 	Geraldo C.S. Sotomane, Presidente Tel.: 24810201 gsotomane@gamil.com
AMME - Associação Moçambicana Mulher e Educação	Mocuba	<ul style="list-style-type: none"> Género Mulheres e Sector social (educação) Liderança Participação 	Octávio Cosse, Oficial do Projecto Cel.: 842125863 octaviocosseammez@outlook.com
AMODAS	Mocuba	<ul style="list-style-type: none"> Meio ambiente 	Carlos Chiquisse Camacho, Presidente Cel.: 822996334 carloschiquisse@yahoo.com.br

Organização	Área geográfica de actuação	Tema	Contactos
CONCILMO /SINTRAT	Quelimane	<ul style="list-style-type: none"> Assuntos dos sindicatos 	Zuca Luis Rudolfo, Secretário Provincial Cel.: 823470840
FONGZA - Fórum de Organizações Não Governamentais Nacionais de Zambézia	Quelimane	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento Segurança Alimentar Recursos naturais 	Marcos do Amaral, Presidente Cel.: 828920020 Amade Nalvia, Coordenador Cel.: 825503920 gppdz@yahoo.com.br
LDH – Liga dos Direitos Humanos	Quelimane	<ul style="list-style-type: none"> Direitos Humanos; Paz Justiça e Democracia 	Maria Salva Revez, Delgada Provincial Cel.: 825883087 Revez123@yahoo.com.br
NAFEZA (rede das mulheres)	Quelimane	<ul style="list-style-type: none"> Governança, Género, mulheres e jovens Sectores sociais (educação, saúde) 	Sara Ubisse Ussumane, Oficial do programa Cel.: 825574030 / 842692108 saraubisse@gmail.com
NAMUALI	Zambézia	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento da criança Educação da rapariga 	Sérgio Mourei, Coordenador Cel.: 827647606 namualiza@gmail.com
NANA	Mocuba	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento Sectores sociais (saúde, água & saneamento) 	Jorge Cardoso, Director Executivo Cel.: 825985360 jorgecardoso@yahoo.com.br

Organização	Área geográfica de actuação	Tema	Contactos
ORAM - Organização Rural de Ajuda Mútua	Zambézia	<ul style="list-style-type: none"> • Terra e Desenvolvimento Rural • Resolução de conflitos de terra e dos recursos naturais • Desenvolvimento sustentável 	Lorenço Duvane, Delgado Provincial Cel.: 823862579 lorencoduvane@gmail.com
OTM CC – Organização dos Trabalhadores Moçambicanos Central Sindical	Quelimane	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhadores 	Caetano Gaihendo, Secretário Executivo Cel.: 827174650 otmcszambezia@yahoo.com.br
Parlamento Juvenil	Quelimane	<ul style="list-style-type: none"> • Assuntos de jovens • Assuntos Sociais • Género • Economia e Desenvolvimento • Participação política 	Silvio Silva, Coordenador Provincial Cel.: 823904365 / 849118300 silviovetch@yahoo.com.br
Right to Play	Quelimane	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos da criança 	Rogério Manjate, Coordenador Cel.: 824631110 / 845199978 rogeriomanjate@hotmail.com
Terra Amiga	Quelimane	<ul style="list-style-type: none"> • Protecção e defesa do Meio Ambiente • Recursos naturais • Participação comunitária 	Lucas André, Director Executivo Cel.: 842976132 Terraamiga2014@gmail.com
UPCZ – União Provincial de Camponeses da Zambézia	Quelimane	<ul style="list-style-type: none"> • Participação • Desenvolvimento rural (agrícola) • Equidade e género • Políticas Públicas 	Marinho Muriba, Coordenador Provincial Cel.: 866909187 muribamarinho@gmail.com

Organização	Área geográfica de actuação	Tema	Contactos
Província de Manica			
FAMOD – Fórum das Associações Moçambicanas de Deficientes	Chimoio	<ul style="list-style-type: none"> • Educação Inclusiva • Reforma legal • Promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência 	http://www.famod.org.mz
FOCAMA - Forum da Sociedade Civil em Manica	Chimoio	<ul style="list-style-type: none"> • Sociedade civil • Governação participativa • Auditoria Social • Sectores sociais 	Noé E. Gonçalves, Presidente Tel.: 25124114 Goncelves_noe@yahoo.com.br
FONGIM – Forum das ONGs Internacionais em Manica	Chimoio	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde (HIV) • Nutrição • Governação • Direitos Humanos • Terras • Recursos Naturais 	
Fórum Terra	Chimoio	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos de Terra 	Manuel Passar, Secretário Executivo Cel.: 825512490 m.passar.lu@gmail.com
Land O Lakes	Chimoio	<ul style="list-style-type: none"> • Género • Desenvolvimento rural (agricultura) 	Ernesto Sechene, Coordenador Cel.: 824048180 Ernesto.sechene@idd.landolakes.com
MAGARIRO	Gondola	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento comunitário 	Joaquim Oliveira Cel.: 82 590 1617 joaquim.oliveira@magariro.com

Organização	Área geográfica de actuação	Tema	Contactos
ORAM - Organização Rural de Ajuda Mútua	Chimoio	<ul style="list-style-type: none"> Direitos de Terra 	Glória Bruno, Delgada Cel.: 824291361 gloriabruno@yahoo.com.br
RENSIDA	Chimoio	<ul style="list-style-type: none"> Sector social (saúde -HIV/SIDA) 	Cel.: 82 401 0160 rensida@tvcabo.co.mz
Save The Children	Chimoio	<ul style="list-style-type: none"> Sectores sociais (saúde – HIV/SIDA; educação) Género Desenvolvimento humano 	Ana Dulce Guizado, Directora Provincial Cel.: 825010341 AnaDulce.Guizado@savethechildren.org
Província de Sofala			
ACAMO - Associação de Cegos e Amblíopes de Moçambique	Nhamatanda e Buzi	<ul style="list-style-type: none"> Defesa dos direitos e interesses dos cegos 	Afonso Louis Mutisse Cel.: 824216200 afonsomutisse@yahoo.com.br
ADJM – Associação de Desafio Jovem de Moçambique	Beira	<ul style="list-style-type: none"> Crianças vulneráveis Formação juvenil 	Alice Josina, Coordenadora Cel.: 843881726 desafiojovembeira@yahoo.com.br
COMUT Comité de Mulher Trabalhadora (CONSILMO)	Beira	<ul style="list-style-type: none"> Mulheres sindicalistas Direitos laborais 	Haumbo Adamo Mulgy, Coordenadora
FOPROSA – Fórum Provincial das Organizações Não-Governamentais de Sofala	Sofala	<ul style="list-style-type: none"> Monitoria da governação Advocacia social Coordenação provincial da sociedade civil 	José Hiquisse Raposo, Secretário do Conselho Directivo Cel.: 844632788 Foprosa.forum@gmail.com

Organização	Área geográfica de actuação	Tema	Contactos
MULEIDE	Beira	<ul style="list-style-type: none"> • Género • Violência doméstica • Aconselhamento legal 	Julia Garrine, Conselheira Cel.: 823904075
PNDH – Pressão Nacional dos Direitos Humanos	Beira	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos humanos • Acesso a justiça • Redução da discriminação e abusos sociais (violência doméstica, abuso de menores e discriminação das pessoas vivendo com HIV/SIDA) 	Catarina José da Costa Tel.: 23326050 Cell: 828440375 pressaondhumanos@yahoo.com.br
Rádio Comunitária Chiveve	Beira	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação social 	Jaime Trigo, Director Tel.: 23327435
SOPROC – Rede de Protecção da Criança de Sofala	Beira	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos da Criança 	Filipe Somai Bôca, Director Executivo Cel.: 822355620 soprocsofala@yahoo.com.br
WADZAFICA	Nhamatanda/Buzi	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento rural 	Jéssica Silva, Coordenadora Cel.: 827302101
Província de Inhambane			
ACUDES – Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Cultural	Cidade de Inhambane	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento sustentável 	Enoque Marcelino Costa, Director Executivo Cel.: 82 442 1090 / 847714800 Acudes1@yahoo.com.br
AJEPROJ – Associação Juvenil para a Promoção da Saúde	Manhiça / Funhalouro Mavume	<ul style="list-style-type: none"> • Sector social (saúde) • Desenvolvimento da primeira infância • Crianças vulneráveis 	Sr. Rafael Cel.: 844091599

Organização	Área geográfica de actuação	Tema	Contactos
AKKV – Associação Kulani Kuati Vanana	Zavala	<ul style="list-style-type: none"> Direitos da criança 	Cel.: 843981356
AMVIRO – Associação Moçambicana de Vítimas de Acidentes de Viação	Cidade de Inhambane	<ul style="list-style-type: none"> Assuntos das Vítimas de Acidentes de Viação 	Olimpio dos Santos, Delgado Cel.: 844145130 Olimpio.dossantos@yahoo.com.br
APOSEMO	Inhambane	<ul style="list-style-type: none"> Direitos da 3ª idade Reforma Protecção social 	Acácio Joaquim Nhamona, Secretário Executivo Cel.: 846655983 nhamonaacacio@yahoo.com
Associação Khurula	Homoíne	<ul style="list-style-type: none"> Sector social (saúde – COV's e Cuidados Domiciliares) 	Mário Bula Cel.: 842034774
Associação LIVONINGO	Cidade de Inhambane	<ul style="list-style-type: none"> Cuidados domiciliars Assistência a Mulheres no Pós-parto Assistência a crianças órfãs e vulneráveis Violência baseada no género Resolução de conflitos nas comunidades 	Cristina Nhancumbela Telemóveis: 820403950 / 841057678
CARE (ONGI)	Maxixe	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento rural (agricultura), Serviços Sociais (água e saneamento) 	Pedro Maude, Oficial do Programa Cel: 848071590 / 820576090 / 847591940 horacio@carevila.org.mz
Conselho Cristão de Moçambique	Inhambane	<ul style="list-style-type: none"> Auditoria Social Monitoria da Governação 	Paula Licínea Pedro Massinga, Gestora Cel.: 840666750 Paula11massinga@gmail.com

Organização	Área geográfica de actuação	Tema	Contactos
CTV – Centro Terra Viva	Maxixe	<ul style="list-style-type: none"> Estudos e Advocacia Ambiental 	Feliciano Tchamo, Delgado Regional Sul Maxixe fchamo@maxixe.ctv.org.moz
FOPROI - Fórum das Organizações não Governamentais da Província de Inhambane	Cidade de Inhambane	<ul style="list-style-type: none"> Governança Desenvolvimento Género 	Sr. Assane Tel./Fax: 29 321 028 foproi@tdm.co.mz
Mahlahle	Massinga, Funhalouro e Inhassoro	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento da Mulher 	Pascoal Mapilele, Oficial de Programas Cel.: 845422504 Mapilele2002@yahoo.com.br
Plataforma da Sociedade Civil para a Iniciativa (SUN)	Cidade de Inhambane	<ul style="list-style-type: none"> Nutrição 	Enoque Costa encosta67@yahoo.com.br
Rede Pastoral de Homóine	Homoíne	<ul style="list-style-type: none"> Sector social (saúde – doenças crónicas como o HIV, etc.) Desenvolvimento da Primeira Infância Desenvolvimento comunitário 	Raul Francisco Cel.: 829072860 / 846328309
UDAJA - União de Associações e Associações de Camponeses do Distrito de Jangamo	Jangamo	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento rural 	Roberto Grão Mahagaje, Vice-Presidente Cel.: 847810256 Udaja2008@yahoo.com.br

Organização	Área geográfica de actuação	Tema	Contactos
UNAC – União Nacional dos Camponeses	Cidade de Inhambane	<ul style="list-style-type: none"> • Participação • Desenvolvimento rural (agrícola) • Equidade e género • Políticas Públicas 	
UTOMI	Cidade de Inhambane	<ul style="list-style-type: none"> • HIV/SIDA • Desenvolvimento rural (hortas) 	Francisco Mangue, Coordenador Cel.: 844984025 himangue@gmail.com
VICODEMO	Zavala	<ul style="list-style-type: none"> • Sector social (saúde – assistência a crianças vulneráveis) • Educação (apadrinhamento de crianças) 	Emílio Fernando Juvenal Mauaue Cel.: 821025259 / 846344412
VUNECA	Cidade de Inhambane	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento rural (Agro-pecuária) 	Leopoldo Vasques, Oficial de Programas Cel.: 823929160 leopoldovasques@gmail.com
Província de Gaza			
AMIMO - Associação dos Mineiros de Moçambique	Xai-Xai	<ul style="list-style-type: none"> • Assuntos dos Mineiros 	Arone Monjane, Oficial do Programa Cel.: 828880966
AMODE - Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Democracia	Xai-Xai	<ul style="list-style-type: none"> • Democracia • Desenvolvimento 	Fernando H. Nhatave, Coordenador Cel.: 827189910
AMODEG – Associação Moçambicana dos desmobilizados de Guerra	Xai-Xai	<ul style="list-style-type: none"> • Assuntos dos Desmobilizados de Guerra 	Alberto Chiluvane, Representante Cel.: 826872360

Organização	Área geográfica de actuação	Tema	Contactos
AREPACHO – Associação Agrária para Redução da Pobreza Absoluta do Chongoéne	Chongoéne	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde (HIV/SIDA) • Género • Ambiente • Agricultura 	Dirca Fansisco Langa Boa, Coordenadora Executiva arepacho@gamil.com
Associação Agro-pecuária NELY	Xai-Xai	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultura • Pecuária 	Jaime Simão Nuvunga, Director geral Cel.: 845076022 nuvungajaime@gmail.com
Associação Lado-Lado	Xai-Xai	<ul style="list-style-type: none"> • Actividades sócio-educativas de crianças 	Natércia Rosa Duvane, Coordenadora Telemóveis: 829556290 / 842030174 naterciaduvane@yahoo.com.br
Associação Reenconto	Manjacaze	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a crianças órfãs e vulneráveis 	Mónica Bila / Beatriz Cossa reencontro@tdm.co.mz
CCM – Conselho Cristão de Moçambique	Chibuto	<ul style="list-style-type: none"> • Justiça que promove a santidade da vida; • Direitos Humanos • Desenvolvimento humano • Participação • Género 	http://www.ccm.co.mz/info.htm
CEP – Cidadania e Participação	Xai-Xai	<ul style="list-style-type: none"> • Participação • Desenvolvimento Comunitário • Serviços sociais (saúde e educação) 	Violeta Bila, Oficial Provincial do Programa cep@cep.org.mz

Organização	Área geográfica de actuação	Tema	Contactos
FONGA – Forum das ONGs da Província de Gaza	Xai-Xai	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde (HIV) • Nutrição • Governação • Direitos Humanos • Terras • Recursos Naturais 	Anastácio Matavel, Director Executivo Fongasc.forum@tdm.co.mz Tel.: 28222202 Cel.: 823972190
UTOMI	Gaza	<ul style="list-style-type: none"> • Crianças órfãs e vulneráveis, • Pessoas Com Deficiência • Desenvolvimento rural 	Matilde Alberto Dava, Coordenadora Cel.: 82016680
VISECO - Vinde e Serão Consolados	Gaza	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos humanos 	José Camilo Nhambule, Presidente Cel.: 822142420
Província de Maputo-Cidade			
ADPP – Ajuda de Desenvolvimento Povo a Povo	Maputo	<ul style="list-style-type: none"> • Sectores sociais (educação e saúde) • Desenvolvimento comunitário • Segurança alimentar • Angariação de fundos através da venda de roupa usada 	Birgit Holm, Directora Cel.: 820816230 www.adpp-mozambique.org
AMMCJ – Associação Moçambicana das Mulheres de Carreira Jurídica	Maputo	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos humanos • Género • Justiça 	Tel.: 21408232 Ammcjm@tdm.co.mz
AMMO – Associação dos Músicos Moçambicanos		<ul style="list-style-type: none"> • Estudos e divulgação da música moçambicana • Cultura 	Baba Harris, Coordenador b.harris@gmail.com https://www.facebook.com/pages/Associacao-dos-Musicos-Mocambicanos/428888870475926

Organização	Área geográfica de actuação	Tema	Contactos
CCM – Conselho Cristão de Moçambique		<ul style="list-style-type: none"> • Justiça que promove a santidade da vida • Direitos Humanos • Desenvolvimento humano • Participação • Género 	http://www.ccm.co.mz/info.htm
CEP – Cidadania e Participação	Nacional (Manica, Gaza, Nampula, Zambézia)	<ul style="list-style-type: none"> • Participação • Desenvolvimento Comunitário • Serviços sociais (saúde e educação) 	Fernanda Farinha, Chefe da Equipa Cel.: 82 308 8906 cep@cep.org.mz www.cep.org.mz/
CESC - Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil	Maputo (sede nacional)	<ul style="list-style-type: none"> • Participação do cidadão • Desenvolvimento • Governação local • Capacitação da sociedade civil • Sectores sociais (Educação, saúde) 	Paula Monjane, Directora Executiva Tel.: 21301389 pmonjane@cescmoz.org http://www.cescmoz.org/
CIP – Centro de Integridade Pública	Maputo (sede nacional)	<ul style="list-style-type: none"> • Governação e integridade pública • Anticorrupção • Recursos naturais 	Adriano Nuvunga, Director Executivo Tel.: 21 416616 adrianonuvunga@gmail.com http://www.cip.org.mz/
CONSILMO - Confederação Nacional Dos Sindicatos Independentes Livres De Mozambique	Maputo (sede nacional)	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos laborais 	
CTA - Confederação das Associações Económicas de Moçambique	Maputo	<ul style="list-style-type: none"> • Sector privado 	Tel.:21321002 http://www.cta.org.mz/

Organização	Área geográfica de actuação	Tema	Contactos
CTV – Centro Terra Viva	Maputo (sede nacional)	<ul style="list-style-type: none"> • Meio ambiente • Advocacia • Estudos e pesquisas 	Tel.: 21321257 http://www.ctv.org.mz/
FORCOM – Fórum de Rádios Comunitárias	Maputo (sede Nacional)	<ul style="list-style-type: none"> • Rádios comunitárias • Direito de expressão 	Benilde Nhalevilo, Directora Executiva Tel.: 21 720 549 forcomoz@gmail.com http://www.forcom.org.mz/
Fórum Mulher	Maputo (sede nacional)	<ul style="list-style-type: none"> • Género • Direitos humanos das mulheres 	Graça Samo, Directora Executiva Tel.: 21414 037 www.forumulher.org.mz
GMD - Grupo Moçambicano da Dívida	Maputo (sede nacional)	<ul style="list-style-type: none"> • Governação • Desenvolvimento económico 	Eufrigina dos Reis Mandela Tel.: 21419523 divida@tvcabo.co.mz http://internationalbudget.org/groups/grupo-moambicano-da-dvida-gmd/
GTO – Grupo de Teatro Oprimido	Maputo	<ul style="list-style-type: none"> • Teatro – comunicação e mobilização • Meio ambiente • Saúde reprodutiva • Trabalho infantil • Democracia 	Alvim Cossa, Coordenadora Geral Cel.: 848599995 / 824325330 alvimcossa@gmail.com

Organização	Área geográfica de actuação	Tema	Contactos
HOPEM – Rede de Homens pela Mudança	Maputo	<ul style="list-style-type: none"> • Advocacia em igualdade de género a partir do papel e responsabilidade do homem; • Combate à violência baseada no género • Saúde Sexual Reprodutiva e HIV e SIDA, e • Desenvolvimento institucional da Rede e de seus membros 	Júlio Langa, Director Executivo Cel.: 822870060 hopem@hopem.org.mz www.hopem.org.mz
JOINT – Liga de ONGs em Moçambique	Maputo	<ul style="list-style-type: none"> • Democracia Boa Governação • Monitoria & Avaliação de Políticas Públicas • Desenvolvimento Institucional 	Simao Tila Tel.: 21406096 coordenador@joint.org.mz http://joint.org.mz/
JA – Justiça Ambiental	Maputo (sede nacional)	<ul style="list-style-type: none"> • Poluição Industrial • Justiça Hídrica • Conservação e uso de terras • Temas transversais 	Av. Mao Tsé Tung, 549 1º, Flat D, Maputo Tel.: 21496668 / 21496668 Cel.: 843106010 / 823061275 http://ja4change.org/index.php/pt/contact
KULIMA	Maputo (sede nacional)	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento rural e comunitário • Crianças • Finanças rurais • Meio ambiente 	Domenico Liuzzi, Coordenador Cel.: 823127160 kulima@kulima.org http://www.kulima.org
LAMBDA - Associação Moçambicana de Defesa de Minorias Sexuais	Maputo	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos humanos das pessoas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) 	Danilo da Silva Mussagy Ibraimo, Coordenador Tel: 21416 266 https://www.lambdamoz.org/

Organização	Área geográfica de actuação	Tema	Contactos
Livaningo	Maputo	<ul style="list-style-type: none"> • Meio ambiente 	Hortêncio Lopes Av. Emília Daússe N° 1055 R/C* C.P. 4203 Cel: 823065823 / 823000450 livaningo@tvcabo.co.mz https://livaningo.wordpress.com/2012/10/01/historical-da-nossa-organizacao/
MISA – Media Institute of Southern Africa	Maputo (sede nacional)	<ul style="list-style-type: none"> • Média • Direito de expressão 	http://www.misa.org/misa-chapters/mozambique
MULEIDE - Associação Mulher Lei e Desenvolvimento	Maputo (sede nacional)	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos Humanos das Mulheres • Género • Educação legal • Assistência a mulheres economicamente desfavorecidas 	Rafa Valente Machava, Directora Executiva Tel.: 21325580 muleide@tvcabo.co.mz www.muleide.org.mz
N'WETI	Maputo (sede nacional)	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação (sector de saúde) • Mobilização social e advocacia • Intervenções de advocacia • Monitoria da governação • Igualdade de género • Direitos humanos 	Av. Lucas Elias Kumato, 288 - Maputo Tel.: +258 21 48 52 53 Cel: +258 82 307 96 30 +258 84 607 96 30 nweti@nweti.org.mz www.nweti.org
OMR – Observatório do Meio Rural	Maputo	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento agrícola e rural • Desenvolvimento sustentável do meio rural • Participação 	http://omrmz.org/

Organização	Área geográfica de actuação	Tema	Contactos
OTM-CS Organização de Trabalhadores de Moçambique Central Sindical	Maputo (sede nacional)	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos laborais 	
PAMODZI	Maputo (Zimpeto)	<ul style="list-style-type: none"> • Água e saneamento • Desenvolvimento urbano 	Maria Chuma, Directora Executiva Cel.: 828838830 chumamaria@yahoo.com.br
ROSC – Fórum de Sociedade Civil para os Direitos da Criança	Maputo	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos humanos da criança • Advocacia e governação • Estratégias de sustentabilidade • Mobilização e sensibilização pública • Informação e comunicação 	Francisco Albino, Coordenador Tel.: 21418753 rosc@rosc.org.mz http://www.rosc.org.mz/
WLSA – Women and Law in Southern Africa	Maputo (sede nacional)	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos sexuais e reprodutivos • Violência doméstica • Direitos de género • Legislação 	Terezinha da Silva, Directora Executiva Tel.: 21415811 adm@wlsa.org.mz http://www.wlsa.org.mz/

G. Casos recentes em que a Acção da Sociedade Civil Resultou em Mudanças Legislativas

Casos	Data & Âmbito	Causa	Iniciativa e actores envolvidos	Medidas e estratégias	Resultado
Revisão da antiga lei e aprovação e promulgação de uma nova lei da família	O processo iniciou-com a Marcha Mundial das Mulheres em 2000 Nacional	Questionamento das desigualdades nas relações de poder entre mulheres e homens na esfera familiar e na esfera pública, mais concretamente no acesso aos recursos sociais, económicos e políticos	Fórum Mulher, WLSA, MULEIE, Associação das Mulheres de Carreira Jurídica	Apresentação de anteprojecto de lei e lobby e advocacia junto de decisores (Governo, Parlamento e Presidente da República).	Aprovação da nova Lei da Família (Lei 10/2004 de 25 de agosto)

Casos	Data & Âmbito	Causa	Iniciativa e actores envolvidos	Medidas e estratégias	Resultado
<p>Lei contra a violência doméstica (LCVD)¹</p> <p>Vide exemplo 1 em baixo.</p>	<p>O processo iniciou-se em 2000</p> <p>Nacional</p>	<p>Luta contra a violência de género e a falta de legislação específica sobre violência doméstica contra as mulheres.</p>	<p>Grupo de organizações da sociedade civil lideradas pelo Fórum Mulher</p>	<p>Formação do Grupo Técnico de preparação do Anteprojecto da Lei composto por cientistas sociais da WLSA, Centro de Estudos Africanos e juristas de outras organizações. O diálogo sobre políticas deu-se principalmente ao nível nacional, mas os grupos de direitos das mulheres de nível local também deram um importante contributo – documentação de casos de violência e divulgação do Projecto de Lei. Criação do Movimento pela aprovação da LCVD – envolvidas várias organizações com capacidade e experiência de organização e implementação de campanhas. Pressão sobre o Parlamento. Lobby e advocacia para a aprovação da LCVD, Campanhas e Debates.</p>	<p>Aprovação da Lei Contra a Violência Doméstica (Lei 21/2009 de 21 de Julho).</p>
<p>Lei de direito à informação</p>	<p>2005</p> <p>Nacional</p>	<p>Liberdade de expressão e acesso à informação.</p>	<p>MISA Moçambique</p> <p>Participaram jornalistas, núcleos provinciais do MISA-Moçambique, FORCOM, CESC, governos provinciais, ONGs nacionais e cidadãos.</p>	<p>Formulação da proposta de Lei e entrega na Assembleia da República. Encontros informais com Parlamentares e envio de uma carta solicitando a aprovação da Lei para cada um dos 250 deputados. Concertos musicais e tomadas de posição públicas. Seminários e debates.</p>	<p>Aprovação da Lei de Direito à Informação (Lei n.º 34/2014 de 26 de Novembro).</p>

1. http://www.masc.org.mz/home/images/estudo_caso_wlsa.pdf

Casos	Data & Âmbito	Causa	Iniciativa e actores envolvidos	Medidas e estratégias	Resultado
<p>Campanhas de advocacia de OSCs para a publicação pelo Governo dos contratos da indústria extractiva</p> <p>Vide exemplos 4 e 5 em baixo</p>	<p>Processo iniciado em 2007</p> <p>Maputo</p>	Falta de transparência nos contratos de exploração dos recursos naturais.	Plataforma das OSCs sobre os recursos naturais e indústria extractiva	Publicação de artigos Debates e seminários Campanhas, lobby e advocacia	Após uma intensa campanha de advocacia das OSCs, o governo anunciou no dia 03 de Dezembro de 2013 o início da publicação dos contratos de exploração dos recursos naturais. ²
Greve dos transportadores	<p>5 de Fevereiro de 2008</p> <p>Maputo e Matola</p>	Subida do preço de petróleo- combustível.	Federação Moçambicana das Associações dos Transportadores	Manifestações populares violentas	O Governo tomou a decisão de dar subsídios aos transportadores.
Campanha internacional – atingidos pela Vale	<p>2011</p> <p>Nacional e Internacional</p>	Direito à Terra	Justiça Ambiental, Casa Embondeiro Associação de Assistência Jurídica a Comunidades – AAJC Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais – ADECRU	Manifestações, a partir de 2012, organizadas pelos reassentados da Vale. Campanha internacional de contestação ao reassentamento das comunidades afectadas pela exploração de carvão mineral pela empresa Vale. Debates a nível nacional e internacional.	

2. <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/economia/7893-recursos-minerais-governo-publica-contratos-de-exploracao>

Casos	Data & Âmbito	Causa	Iniciativa e actores envolvidos	Medidas e estratégias	Resultado
Campanha contra o ProSAVANA	Junho de 2014 Nacional, Regional e Internacional	Direito à terra e defesa dos sistemas locais de produção e dos meios de subsistência dos agricultores de pequena escala.	Entre outras: UNAC, Fórum Mulher, Akilizeto, Centro Terra Viva, OMR e Sekelekane.	Envio de carta ao Presidente da República. Lançamento da campanha NÃO AO ProSAVANA. Debates públicos, seminários e conferências internacionais Articulação internacional (Moçambique, Brasil e Japão). Apelo a SADC durante a Cimeira dos Povos da SADC, onde a questão foi debatida em plenária e uma declaração submetida à apreciação dos Chefes do Estado.	Internacionalização da campanha. Os doadores e implementadores organizaram várias reuniões de consultas com os movimentos, plataformas e comunidades após os protestos. Apoio à causa por parte das OSCs e Confederações de OSCs do Brasil e do Japão, e dos partidos políticos com assento parlamentar (Japão).
Campanha contra a promulgação das “Leis sobre regalias dos ex-chefes de Estado; e deputados.”³ Vide exemplo 3 em baixo	16/05/2014 Nacional e Internacional	Contestação das regras de reforma e regalias para ex-chefes de Estado e deputados.	O FORCOM, CESC, Fórum Mulher, JOINT, Liga dos Direitos Humanos e CIP, coordenaram a campanha que teve a adesão de diversos outros actores e da população	Elaborados dois estudos de análise do impacto do aumento das regalias e benesses dos deputados (Um sob ponto de vista económico e outro na perspectiva social). Dois posicionamentos de reivindicação da Sociedade Civil. Quatro Conferências de Imprensa. Marcha pacífica. A questão esteve na agenda pública no país e além fronteiras: realizou-se uma grande marcha em Cabo Verde protagonizada pelas OSC pares das OSC Moçambicanas.	O Presidente da República não promulgou a lei. Posteriormente foi promulgada uma versão alterada da lei que prevê menos regalias e benesses do que as previstas na primeira versão

3. Comissão da Migração Digital

Casos	Data & Âmbito	Causa	Iniciativa e actores envolvidos	Medidas e estratégias	Resultado
<p>Migração do analógico para o digital</p> <p>Vide exemplo 2 em baixo</p>	<p>Maputo e províncias</p> <p>2013, 2014 e 2015</p>	<p>Contestação da falta de informação sobre o processo de migração do analógico para o digital.</p> <p>Contestação da responsabilidade do pagamento das despesas inerentes ao processo - aquisição dos conversores, processo de conversão da Rádio Moçambique e da TVM, etc.</p>	<p>Várias organizações da sociedade civil coordenadas pelo FORCOM, CESC, Sekelekane, JOINT e Fórum Mulher</p>	<p>Conferência Nacional em Abril de 2014 em Maputo.</p> <p>Eventos públicos, conferências de Imprensa e debates públicos nos media.</p> <p>Posicionamentos da Sociedade Civil.</p> <p>Pressões para a sociedade civil fazer parte da Comissão da Migração Digital (COMID).</p> <p>FORCOM/Rádios Comunitárias fizeram vários programas radiofónicos para informarem as comunidades sobre o assunto.</p>	<p>O Governo adiou sine die a migração, inicialmente marcada para Junho de 2015.</p> <p>Foi aprovada a representação da sociedade civil na COMID. O FORCOM foi indicado como representante da sociedade civil e o Conselho de Ministro ratificou essa representação.</p>
<p>Campanha contra artigos considerados discriminatórios na proposta do Novo Código Penal</p> <p>Vide Exemplo 2 em baixo.</p>	<p>2014</p> <p>Nacional</p>	<p>Promoção da protecção legislativa dos direitos da criança e de género</p>	<p>Plataforma da Sociedade Civil para a revisão do Código Penal/ Plataforma de Luta Pelos Direitos Humanos no Código Penal. A WLSA e o Fórum Mulher estiveram na Coordenação das actividades.</p>	<p>Debates.</p> <p>Revisão dos artigos discriminatórios no anteprojecto do Código Penal.</p>	<p>O artigo 223 da proposta de revisão do Código Penal que previa o casamento entre a vítima e o violador; o artigo relativo a criminalização da mendicidade e a criminalização do adultério foram todos excluídos do Código Penal aprovado.</p>

Exemplos de lobby da sociedade civil para a formulação de legislação

Exemplo 1: Revisão do código penal e aprovação da lei contra a violência doméstica e a lei de bases de protecção da criança.⁴ A revisão do código penal Moçambicano, no ano 2014, envolveu várias organizações da sociedade civil – WLSA, Fórum Mulher, ActionAid, AMUDEIA, AMMCJ, Lambada, Rede HOPEM e Muleide – que trabalharam em rede desde a base até ao nível nacional, a nível regional e internacional (consultando, por exemplo, parceiros na África do Sul). Estas OSCs e os seus parceiros criaram task forces de leitura e interpretação crítica do projecto de lei do código penal que estava na Assembleia da República para aprovação. Após um trabalho de leitura do documento e auscultação das comunidades, as OSC consideraram que o projecto de lei tinha cinco lacunas nos aspectos de protecção das vítimas de violência doméstica e dos direitos das mulheres e das crianças. O task force liderado pela Lambda mobilizou a sociedade civil para a inclusão da expressão “orientação sexual” na letra do artigo 234, que tipifica o crime de discriminação. Vários outros task forces deram inputs nas suas respectivas áreas (mulheres, direitos humanos, criança, violência sexual) e o facto de se juntar os esforços baseados em conhecimentos específicos criou uma capacidade de advocacia muito forte.

Encontradas as fragilidades no anteprojecto de lei do código penal, as OSCs iniciaram uma grande campanha junto dos parlamentares para que as cinco lacunas fossem rectificadas. As OSCs sugeriram alterações ao anteprojecto fundamentadas nas consultas realizadas e no exercício comparativo com outras realidades na região, tomando a África do Sul como referência. O Parlamento aprovou a Lei de bases de protecção da criança; formulou e aprovou a Lei contra a violência doméstica e fez a revisão de parte das lacunas que tinham sido identificadas pelas OSC no anteprojecto de lei do Código Penal.

Exemplo 2: Lei de migração de dados analógicos para digital. A proposta de Lei de Transacções Electrónicas encontra-se em sede de Parlamento, após aprovação no Conselho de Ministro em Julho 2014. Desde 2014, as organizações da sociedade civil nomeadamente FORCOM, CESC e Sekelekane têm em curso uma campanha de advocacia, junto da Assembleia da República, para expor as suas preocupações relativas a esta lei. No sentido de ser preservado o direito a informação, a FORCOM levantou, por exemplo, a questão da exclusão das rádios comunitárias, importantes meios de comunicação principalmente nas zonas rurais.

4. Mudanças Mais Significativas da organização WLSA, financiado pela OXFAM Maputo, elaborado por MAJOL, Dezembro de 2014.

A sociedade civil moçambicana está preocupada com o percebido “secretismo” em torno das matérias ligadas ao processo de migração de radiodifusão para o sistema digital e também no que respeita à proposta de Lei visando criminalizar a circulação de mensagens telefónicas (SMS), correio electrónico (e-mail) e outras publicações na internet que sejam consideradas “insultuosas ou que coloquem em causa a segurança do Estado”. “O Governo não está a esclarecer o que os cidadãos devem saber, onde vão receber informação e educação sobre o processo, que equipamento deve se preparar para adquirir, quais são as implicações financeiras do processo nos seus bolsos, entre outras informações”.⁵

A vitória desta campanha realizada pelas OSC foi o adiamento sine die, por parte do governo, da data de lançamento do projecto (previsto inicialmente para 15 de Junho do ano 2015). Outro resultado foi a decisão do Conselho de Ministros de incluir uma representação da sociedade civil, via FORCOM, na Comissão de Migração Digital (COMID).

Exemplo 3: Lei de probidade pública (16/2012 de 14 de Agosto).⁶ O Centro de Integridade Pública (CIP) e outras OSCs participaram activamente no processo de elaboração da Lei. A Lei estabelece as bases e o regime jurídico a cumprir pelos servidores públicos relativo à moralidade pública e ao respeito pelo património público. O CIP e a sociedade civil tiveram um papel importante na elaboração e aprovação da lei e também na sua implementação. Com efeito, esta OSC, em parceria com os media independentes, divulgou informação sobre as figuras públicas (deputados) que se encontravam em situação de incompatibilidade e que poderiam eventualmente estar numa situação de conflito de interesses. Esta denúncia levou algumas figuras públicas à renúncia a cargos e a prerrogativas que não estão previstos na letra da lei.

Exemplo 4: Lei de Minas (20/2014 de 18 de Agosto).⁷ Esta lei tem como objecto “o uso e aproveitamento dos recursos minerais, em harmonia com as melhores e mais seguras práticas mineiras, sócio ambientais e transparência, com vista a um desenvolvimento sustentável e de longo prazo e captação de receitas para o estado”⁸. Esta lei foi aprovada por pressão do Centro de Integridade Pública (CIP), a WLSA e o programa AGIR. As acções de advocacia realizadas fundamentaram-se em estudos que demonstravam que a adjudicação das licenças mineiras era feita numa forma pouco criteriosa, agravando os riscos de corrupção e exploração insustentável dos recursos minerais. Nesta questão, as OSC também recorreram a exemplos de experiências e boas práticas de outros países com indústria extractiva.

5. Ibid.

6. Olhar Público: Sobre a Lei de Probidade Pública, CIP 2012; Boa Governação, Transparência e Integridade, CIP - Serviço de partilha de informação, Edição Nº 12/2014.

7. FLASH information de 05 de Setembro de 2014: IESE Bernhard Weimer Moçambique: Descentralizar O Centralismo, Economia política, recursos e resultados.

8. Referencia BR- 18/08/2014, I série numero: 66

Exemplo 5: Lei de Petróleos (21/2014 de 18 de Agosto).⁹ A sociedade civil, através de CIP, WLSA e AGIR, desempenharam um papel importante na aprovação desta lei, fundamentando com estudos e pesquisas a prevalência do interesse das grandes empresas petrolíferas sobre os interesses do sector privado Moçambicano; a falta de transparência da lei precedente e os conflitos de interesses decorrentes das adjudicações realizadas. A sociedade civil (CIP, WLSA e AGIR) contribuiu para que, no âmbito da lei aprovada: as empresas nacionais/locais sejam incluídas nas parcerias; haja realização de concursos públicos com regras internacionalmente aceites, haja provisões para diminuir os riscos para corrupção; e sejam adoptados os padrões de controlo do Banco Mundial (*ex. IFC standards for oil and gas industry*) e de outras agências internacionais, que têm financiado actividades de pesquisas na área de hidrocarbonetos e minas. Estas entidades mantêm parcerias e trabalham com as OSCs nacionais envolvidas no processo de aprovação da lei.

H. Características Específicas da Sociedade Civil por Província

Província de Cabo Delgado

Características da Sociedade Civil - Cabo Delgado tem, desde sempre, uma fraca presença de organizações da sociedade civil. Actualmente há mais de uma centena de organizações, ainda em fase embrionária, geralmente caracterizadas por fragilidades a nível técnico, humano e financeiro. Verifica-se igualmente uma grande permeabilidade a influências políticas.¹ Estão a apoiar a província cerca de 19 parceiros bilaterais e multilaterais, cujos programas são fundamentalmente de apoio aos programas governamentais. Algumas das cerca de 30 ONGs presentes no território recebem apoio dos parceiros de desenvolvimento, e, na sua maioria, fazem prestação de serviços e / ou trabalham em parceria com organizações da sociedade civil local. A Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (AECID) tem uma relação preferencial com a Província de Cabo Delgado. A AECID e o PNUD são os únicos parceiros de desenvolvimento com representação a nível local. Em 1998, com apoio da Dinamarca, foi criado o Fórum de Organizações da Sociedade Civil de Cabo Delgado (FOCADE), fórum de coordenação e articulação das OSC locais e das ONG internacionais. Desde a sua constituição, o FOCADE sofreu várias convulsões internas resultantes de contradições entre a missão para que foi criado (coordenação das OSCs) e a necessidade de implementar projectos, fora daquela missão, como forma de garantir a sobrevivência da organização. A maioria das organizações da sociedade civil, incluindo as que são consideradas mais proeminentes a nível da monitoria e advocacia de políticas, estão tendencialmente a fixar-se entre a esfera da prestação de serviços e a da implementação de projectos no campo da governação.

Plataformas e redes - As organizações da sociedade civil em Cabo Delgado estão filiadas ao FOCADE. O Governo reconhece-o como o seu principal interlocutor na representação da sociedade civil. A nível distrital, com o apoio do FOCADE, as plataformas distritais estão actualmente em fase de criação. Em 2010 foram estabelecidas redes temáticas, envolvendo diferentes organizações membros do FOCADE e houve também uma tentativa de fortalecer o papel de coordenação do fórum. Foram criados quatro redes temáticas: i) Governação e recursos naturais; ii) HIV/SIDA; iii) Género; e iv) Educação. A qualidade de funcionamento das redes é relativamente fraca devido a dificuldade de articulação de interesses entre os membros e dificuldade de acesso a recursos para promoção do trabalho em rede. A articulação com organizações de âmbito nacional trouxe uma eficácia acrescida a algumas redes. Salienta-se o caso da rede temática de governação e recursos naturais, que opera de forma coordenada com o CTV e outras organizações no âmbito da defesa dos direitos e interesses das comunidades afectadas pelos projectos de gás no distrito de Palma.

1. Alberdi, Jokin e Bidaurratzaga (Coords.) (2014). Desarrollo Humano Local em Mozambique. Mayo 2014: http://www.dhl.hegoa.ehu.es/ficheros/0000/0785/DHL_Mozambique.pdf#page=37

Apoio à sociedade civil - em Cabo Delgado as OSC têm tido muito pouco acesso a apoios. O financiamento dos projectos da maioria das OSC decorre de parcerias que estas têm com ONGIs ou com OSCs nacionais, nomeadamente as suas congéneres em Maputo. Actualmente não existe um programa com fundos alocados especificamente ao apoio às OSCs de Cabo Delgado, embora a UE apoie algumas actividades no âmbito de turismo e a Espanha canalize financiamentos através de ONGIs.

Principais áreas – A dispersão por diferentes áreas de intervenção representa uma estratégia de sobrevivência num contexto de condicionalismo no acesso a fundos. As áreas de intervenção focam-se sobretudo no meio ambiente; recursos naturais; direitos humanos; género, mulher e protecção da rapariga. Em todas estas áreas constata-se fragilidades técnicas e problemas de especialização das OSC que limitam fortemente a sua actuação.

Província de Niassa

Características da sociedade civil - a despeito de ter beneficiado de apoio ao desenvolvimento dirigido especificamente à província, através das embaixadas da Irlanda e da Suécia, o desenvolvimento da sociedade civil na província do Niassa é ainda débil. A IBIS Moçambique implementou, durante o período 2008 a 2012, o programa Construindo Cidadania em Moçambique (COCIM), um programa específico da sociedade civil visando fortalecer a capacidade dos cidadãos para participarem na governação e influenciarem processos democráticos. A WeEffect também implementou o programa ARENA (Agricultura e Recursos Naturais) orientado para a advocacia. Em Niassa assistiu-se, a partir de 2005, a grandes investimentos no sector de florestas, o que veio a criar importantes desafios, sobretudo nas questões do acesso à terra por parte das comunidades. As organizações da sociedade civil estiveram, até 2010, quase todas focadas em actividades de prestação de serviços, mas a partir daí assistiu-se à tendência, por parte de um ainda pequeno número de organizações, de actuar igualmente na área de governação. As organizações locais parecem ter dificuldades na troca de experiências e na colaboração entre si, particularmente entre as OSCs com maior visibilidade e as com menores recursos e capacidades. Muitas das OSCs em Niassa nasceram como uma forma de criar oportunidade de emprego e menos como organizações orientadas para a defesa de causas.

Plataformas e redes - o FONAGNI é o Fórum Provincial de ONGs de Niassa. O FONAGNI tem sido, desde a sua criação, um fórum com dificuldades de afirmação. Passou por uma fase longa de letargia devido a problemas de gestão e de falta de fundos. Nos últimos anos o Fórum procurou dotar-se de estruturas de governação interna semelhantes às dos seus membros o que faz dela hoje uma organização que entra em competição

com as suas associadas. O FONAGNI está estruturado em 4 pilares: i) desenvolvimento económico, ii) capital humano; iii) boa governação; iv) assuntos transversais. O trabalho à volta destas temáticas intensifica-se nos períodos próximos da realização de Observatórios de Desenvolvimento que no Niassa, até 2014, têm sido realizados de modo irregular. Foram criados alguns fóruns distritais, destacando-se o Fórum das Organizações da Sociedade Civil de Cuamba (FORASC) que recebeu entre 2008 a 2013 apoio do MASC e da IBIS Moçambique para o seu funcionamento e a implementação de projectos de monitoria de qualidade de serviços.

Apoio a sociedade civil - A WeEffect (intermediária do AGIR) financia principalmente organizações ligadas ao sector da agricultura e dos recursos naturais; o Programa da Concern Universal e SNV designado GoTAS apoia quatro organizações locais (UCA, FONAGNI, CCM e a FOFEN), seleccionadas no âmbito de um concurso para a implementação de projectos de água e saneamento. Também há algumas organizações que recebem fundos do AGIR e no âmbito da Iniciativa de Terras Comunitárias (ITC) existem organizações que recebem apoio para implementação de projectos especificamente ligados à demarcação e delimitação de terras comunitárias. A despeito destas iniciativas, a estrutura de apoio à sociedade civil é ainda limitada tendo em conta o défice de capacidade técnica e organizacional existente nas OSCs do Niassa, uma vez que, à excepção do AGIR, todas outras organizações financiam unicamente a implementação de projectos sem apoio suficiente ao desenvolvimento de capacidades.

Principais áreas de intervenção - a sociedade civil no Niassa trabalha maioritariamente no sector de agricultura e desenvolvimento rural; terras e recursos naturais; criação órfã e vulnerável e direitos humanos e governação.

Província de Nampula

Características da sociedade civil - Nampula tem uma experiência de organização e funcionamento de uma sociedade civil articulada, de quase duas décadas. Esta experiência desenvolveu-se no âmbito de um quadro institucional favorável, que resultou da combinação de diferentes factores, nomeadamente: i) existência de representações locais dos Países Baixos e da Cooperação Suíça com um papel importante no apoio à sociedade civil; ii) implementação do Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas (PPFD) que permitiu o estabelecimento de pequenos nichos de grupos de interesse, nomeadamente, Comitês de Desenvolvimento Local (CDLs), que foram importantes actores na promoção da participação no desenvolvimento local; iii) criação, pelo governo regional, da Unidade de Coordenação do Desenvolvimento de Nampula (UCODIN) como mecanismo de articulação das relações entre a sociedade civil e o governo, que se tem constituído como um espaço privilegiado de diálogo.

go com o governo; iv) a construção de um espaço de interacção e debate de ideias promovido pelo Centro de Pesquisas Konrad Adenauer e da Universidade Católica de Moçambique (UCM) em Nampula. Todas estas iniciativas concorreram para a criação de um ambiente que favoreceu o surgimento de uma sociedade civil interventiva, engajada e dinâmica com importantes contributos nos processos de desenvolvimento local. Da mesma forma, a participação das OSCs de Nampula em redes temáticas contribuiu para o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades e também para o estabelecimento de compromissos sobre assuntos das suas áreas de intervenção. No entanto, a despeito dos avanços alcançados, há ainda a necessidade de fortalecer a capacidade técnica e analítica das OSCs de modo a melhorar a qualidade do debate sobre políticas. Há também ainda desafios no âmbito da advocacia e da mobilização de recursos. O ambiente em que as OSCs operam deve ser cuidadosamente analisado e reforçado para evitar uma eventual corrosão resultante de mudanças nas lideranças do governo provincial.

Plataformas e redes - A Plataforma Provincial da Sociedade Civil de Nampula (PPOSCN) foi estabelecida em 2009 como uma plataforma de articulação e coordenação das OSCs, adoptando uma estrutura simples, informal e não hierarquizada. Possui um Secretariado Executivo técnico, que actua como ponto focal e é responsável pela partilha das informações. Antes da criação da plataforma existia um conjunto de redes temáticas não coordenadas que tinham ligações com os respectivos sectores a nível do governo. As redes temáticas actuais ligadas ao PPOSCN são as seguintes: i) Governação Local, ii) Saúde e HIV-SIDA, iii) Educação, iv) Acção Social e v) Agricultura e Recursos Naturais.

Apoio a sociedade civil - Actualmente não há uma agência ou um doador com sede em Nampula que apoie especificamente a sociedade civil. Mas o histórico de Nampula está associado a experiências de apoio às OSCs, inclusive para a sua formação como aconteceu no caso da Akilizetho e da FACILIDADE que surgiram em resultado do apoio da Embaixada da Holanda através da SNV. Estas organizações receberam durante anos uma substancial assistência da Holanda, mas nos últimos anos essa assistência tem sido relativamente limitada.

Principais áreas de intervenção - de uma maneira general as OSC em Nampula estão mais dedicadas à área de governação. Há também o envolvimento da sociedade civil noutras áreas importantes tais como a agricultura, ligando às questões de terra e recursos naturais; água e saneamento, área preferencial de prestação de serviços de muitas OSCs ao longo dos anos; justiça de género que está a ganhar um espaço muito importante; e finalmente as áreas da saúde e da educação.

Província da Zambézia

Características da sociedade civil - a paisagem de organizações da sociedade civil na província da Zambézia é caracterizada pela existência de: i) um conjunto maioritário de organizações que actuam na prestação de serviços e com fortes ligações com o governo; ii) um grupo de organizações que combina a prestação de serviços com a intervenção no campo da governação; iii) um outro grupo relativamente pequeno de OSCs orientadas para a advocacia. A Zambézia tem a particularidade de ser uma província com uma forte influência da oposição, da Renamo em particular. Talvez por essa razão, as dinâmicas de interacção entre comunidades e sociedade civil e entre estas e o governo são geralmente caracterizados por uma certa desconfiança e conflitualidade. A nível distrital há também uma dinâmica intensa de busca e consolidação de espaços por parte da sociedade civil, ilustrada pelo caso das OSCs do distrito de Mocuba que têm crescido em número e qualidade de intervenção. O engajamento da sociedade civil no diálogo sobre políticas, na monitoria da qualidade de serviços, e na mobilização para a participação dos cidadãos na governação tendem a crescer. No entanto há um grande conjunto de organizações que necessitam de capacitação e de recursos materiais e financeiros para poder melhorar o seu desempenho.

Plataformas e redes - a província da Zambézia possui um Fórum de organizações da sociedade civil designado FONGZA (Fórum de Organizações Não-Governamentais da Zambézia), que foi o primeiro fórum de ONGs a ser criado em Moçambique, em 1991, com posterior formalização em 1996. A experiência do FONGZA foi inspiradora para a criação de outros fóruns noutras províncias. As mudanças sucessivas dos órgãos de direcção, desafios de gestão e acesso a recursos, provocaram crises das quais o fórum se procura reerguer. No caso da Zambézia, as redes temáticas foram criadas em 2009. Cada uma das redes temáticas possui uma direcção, um conselho fiscal e uma assembleia.

As redes temáticas existentes são as seguintes: i) Rede das Associações para Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (RADEZA); ii) Rede de Associações para Água e Saneamento e Saúde (CECOHAS); iii) Núcleo de Formadores de Organizações de Nível de Base (FORZA); iv) Núcleo de Associações Femininas da Zambézia (NAFEZA); v) O G20 Provincial (ligado à governação); vi) Fórum de Educação da Zambézia (FEDUZA); e vii) Núcleo de Organizações ligadas ao HIV/SIDA (CONSIDA).

A qualidade de funcionamento das redes é um aspecto que requiere ainda muita atenção. Com efeito, constata-se debilidades dalgumas OSCs membros principalmente no que tange matérias como a advocacia para mudanças. Verifica-se igualmente o envolvimento de algumas redes na execução de projectos fora da sua esfera de acção, com os consequentes potenciais conflitos entre essas redes e os respectivos membros.

Apoio a sociedade civil - na província da Zambézia existe um Programa, implementado pela IBIS, de apoio aos governos locais e à sociedade civil designado “Promovendo Cidadania para a Mudança (PROCIMU)”. O Programa tem operado no município de Quelimane e distritos de Mocuba e Alto Molócuè apoiando um número restrito de organizações. Há igualmente algumas organizações que beneficiam de apoio no âmbito do AGIR.

Principais áreas de intervenção - as principais áreas de actuação da sociedade civil na Zambézia incluem agricultura, educação e saúde, direitos humanos sobretudo focados no género, água e saneamento, emergência e meio ambiente e também a área de governação.

Província de Sofala

Características da sociedade civil - Na província de Sofala há um alto grau de competição entre a Frelimo e a oposição. Efectivamente, a Renamo detém uma forte influência em toda a província e o MDM dirige actualmente o município da cidade da Beira. A sociedade civil da província não tem demonstrado grande dinâmica e há poucas organizações actantes, sobretudo na área dos direitos humanos. À semelhança de outras províncias, o maior número de organizações nasceu como resultado da disponibilidade de fundos para apoio à actividades de prevenção e combate ao HIV / SIDA. Em Sofala, quase todas estas organizações enfrentam hoje sérios problemas de sustentabilidade e adaptação a outros campos de intervenção. Ainda prevalecem muitas organizações vocacionadas para a prestação de serviços. Nos últimos anos algumas organizações diversificaram-se, actuando no desenvolvimento económico, agricultura, protecção social com integração de actividades de HIV / SIDA e advocacia para mudança. As OSCs em Sofala enfrentam dificuldades de acesso a fundos, falta de pessoal especializado, e de capacidade para abordar, dialogar e advogar políticas. Neste contexto, é muito importante ter uma atenção redobrada no que respeita aos modelos de apoio, sobretudo na área do fortalecimento de capacidades.

Plataformas e redes - Criado em 1997, o FOPROSA, Fórum Provincial de Organizações da Sociedade Civil de Sofala, não tem um espaço próprio de funcionamento e nos últimos anos tem enfrentado dificuldades para manter pessoal e implementar as suas actividades de coordenação. Devido aos problemas que o FOPROSA enfrenta, assistiu-se também a uma fraca articulação entre as organizações da sociedade civil e o Governo. O fórum tem as seguintes redes temáticas: i) educação e criança; ii) saúde; iii) desenvolvimento, terra e ambiente; iv) democracia, eleições e boa governação; v) direitos humanos, legislação e género; e vi) cultura, deficiência e desporto. Há necessidade de fortalecer as redes temáticas uma vez que não funcionam adequadamente. A articulação entre redes é ainda fraca, apesar de haver algumas - rede de democracia, eleições e boa governação, e a rede de saúde-, com uma qualidade de interacção melhor e boas expectativas de crescimento.

Apoio à sociedade civil - Não há fundos específicos de apoio a organizações da sociedade civil exclusivamente para Sofala. As organizações locais implementam projectos financiados por ONGIs e algumas delas são financiadas pelo Programa AGIR e pelo MASC.

Principais áreas de intervenção - as principais áreas de intervenção da sociedade civil são: saúde; educação e criança; governação e direitos humanos; e desenvolvimento rural, com destaque para agricultura, sobretudo nas áreas de direito a terra e meio ambiente.

Província de Manica

Características da sociedade civil - Manica possui um amplo movimento de organizações da sociedade civil. Manica, a par de Nampula, foi uma das primeiras províncias a experimentar processos participativos e de governação democrática. Isso contribuiu para uma forte organização e estruturação da sociedade civil. A experiência de Manica está também ligada aos modelos participativos de desenvolvimento local adoptados pelo Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas (PPFD) e reforçados no âmbito da intervenção do Programa de Descentralização da Agência Alemã de Desenvolvimento Internacional (GIZ). Estas iniciativas ajudaram o desenvolvimento de uma sociedade civil forte e de OSCs com uma perspectiva consistente e clara. A qualidade de participação e o nível de engajamento das OSCs são limitados pela falta de recursos, o que limita a sua intervenção nos processos de governação e desenvolvimento local.

Plataformas e redes - a província possui um fórum provincial de coordenação das associações de Manica, FOCAMA e existem vários outros fóruns da sociedade civil, tanto a nível provincial como distrital, vocacionados para áreas específicas. O FOCAMA tem mantido algum dinamismo no seu funcionamento, sobretudo mercê do empenho de um pequeno grupo de membros que compreendem o valor da sua existência e manutenção. Por outro lado, o governo também promove iniciativas muito abertas à participação da sociedade civil, como foi visível no decurso da elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Província de Manica. Subsistem, no entanto, desafios relativos à melhoria da qualidade do debate, ao fortalecimento das ligações entre organizações e ao reforço do conhecimento técnico a nível das redes temáticas.

Apoio a sociedade civil - O MASC e o AGIR apoiam as OSCs de Manica, mas em número escasso, se tiver em linha de conta o universo das organizações existentes na província.

Principais áreas de intervenção - A agricultura e o desenvolvimento rural; a saúde com enfoque para HIV / SIDA e protecção social; a governação e os direitos humanos; assim como as prioridades de mulher, género e criança são as principais áreas de intervenção das OSCs na Província de Manica.

Província de Tete

Características da sociedade civil - A sociedade civil em Tete está ainda num processo incipiente de construção. Embora não existam dados claros sobre o número de organizações, sabe-se que a maioria delas se encontra localizada em Tete e Moatize. A maior parte das organizações nasceu no contexto da implementação dos programas de combate ao HIV / SIDA, conduzidos pelo Conselho Nacional de Combate ao Sida (CNCS). Outro conjunto de organizações surgiu na sequência das oportunidades de acesso a recursos do Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD). Recentemente, com o apoio da organização FHI 3600, surgiram mais organizações trabalhando com HIV / SIDA e microcrédito; via ITC também surgiram organizações agro-pecuárias que se dedicam à organização e legalização de associações ligadas à demarcação e delimitação de terras comunitárias. Com o boom dos investimentos ligados aos recursos naturais, principalmente os do carvão mineral, assistiu-se à emergência e tentativa de adaptação de OSC a esta nova temática. Devido aos conflitos que surgiram com a exploração do carvão e por conta da defesa pelas OSC dos direitos dos afectados pelas explorações, estas organizações ganharam reconhecimento junto das comunidades. Em contrapartida, as relações das comunidades com o governo e empresas ficaram caracterizadas por conflitos e falta de confiança. Em geral as organizações são débeis, mas há uma clara tendência de fortalecimento de um núcleo pequeno de organizações, essencialmente baseadas na cidade de Tete, que trabalham em articulação entre si em assuntos como direitos humanos, desenvolvimento rural e terra.

Plataformas e redes - O Fórum Provincial das ONGs de Tete (FONGT) existe desde 1996 e engloba organizações nacionais, internacionais e também sindicatos. O fórum está organizado em grupos temáticos. Algumas organizações locais são delegações que representam no fórum organizações de nível nacional. Nos últimos 5 anos foram criadas plataformas distritais em Changara, Tete, Moatize e Cabora Bassa. O MASC teve um papel dinamizador na emergência de associações e na constituição das plataformas distritais. Contudo, o funcionamento do FONGT e outras plataformas e redes é deficitário, também por causa da falta de recursos para estimular acções de articulação entre as OSCs. À semelhança do que acontece noutras províncias, estas organizações têm por vezes a pretensão de assumir o papel de implementadoras em lugar de reforçar o seu papel principal de garantir a articulação e mobilização das OSCs para a acção colectiva. O Observatório de Desenvolvimento na província Tete, embora exista, funciona de forma muito irregular.

Apoio à sociedade civil - a sociedade civil em Tete tem dificuldades de acesso a fundos, e não existem agências com programas de apoio específico e exclusivo à sociedade civil de Tete. As organizações financiadoras são essencialmente as que têm acordos com o Programa AGIR, o MASC e outras organizações com iniciativas de apoio pontual à sociedade civil. O FONGT tem em curso um mapeamento das associações que deverão trabalhar num futuro programa de nutrição.

Principais áreas de intervenção - a maioria das OSC em Tete prestam serviços e há uma minoria que combina prestação de serviços e advocacia. A componente de advocacia é ainda bastante incipiente e as organizações que trabalham nestas áreas têm necessidade de reforçar a respectiva capacitação. As OSC mais sólidas estão cada vez mais focadas na defesa dos direitos das famílias afectadas pelas explorações da indústria extractiva, sobretudo no que respeita ao direito à terra e à obtenção de uma compensação justa no âmbito dos processos de reassentamento. Há igualmente organizações da sociedade civil a operar na área genérica de direitos humanos, agricultura e HIV/SIDA.

Província de Inhambane

Características da sociedade civil - A maioria das organizações da sociedade civil de Inhambane surgiram na sequência da vaga de fundos para o combate ao HIV / SIDA. A maior parte das organizações existentes ainda mantém um vínculo com este tema, a despeito de estarem actualmente a tentar abranger outras áreas devido à forte redução dos fundos para a luta contra o HIV / SIDA. A tentativa de mudança para outras áreas tem sido complexa e não tem logrado os resultados desejados. De uma forma geral as organizações ainda continuam a ser caracterizadas por fragilidades em termos de capacidade técnica e humana e recursos financeiros. Há um esforço das organizações para trabalhar em rede, e a nível distrital constata-se que as redes têm sido os vectores chave no fortalecimento da consciência sobre cidadania. As redes promovem o conhecimento sobre os direitos a nível das comunidades, utilizando nalguns casos o teatro², como é o caso da plataforma distrital do distrito de Jangamo (UDAJA), que durante três anos recebeu o apoio do MASC para monitorar a qualidade dos serviços sociais públicos.

Plataformas e redes - O FOPROI é o Fórum das organizações da sociedade civil estabelecido em Inhambane. O seu funcionamento foi afectado pela falta de uma visão clara sobre o papel do fórum e pelas dificuldades de gestão e liderança. Assim, nos últimos três anos o fórum tem acumulado dívidas. O Fórum tem-se desdobrado na procura de parceiros que o possam apoiar mas, entretanto, o nível de desintegração da organização aumenta. As redes temáticas não funcionam porque as organizações membro não se reúnem. A ausência de apoios às redes au-

2. A UDAJA dispõe de um Grupo de Teatro do Oprimido (GTO) que organiza representações teatrais sobre vários temas de interesse geral.

menta as suas dificuldades de engajamento nos processos de governação democrática. Foram criadas plataformas distritais, algumas das quais se salientam por um forte potencial para a promoção e defesa de direitos (por exemplo as plataformas de Jangamo e Morrumbene). A consolidação da rede de organizações que lidam com assuntos de nutrição está em curso. As redes distritais articulam-se com o G20 Provincial, que lidera o funcionamento do Observatório Provincial. As redes distritais procuram actualmente integrar os seus membros nos espaços formais de diálogo, nomeadamente a nível dos conselhos consultivos distritais, usando-os assim como plataformas para influenciar decisões (exemplo: UDAJA de Jangamo).

Apoio à sociedade civil - não existe apoio específico e exclusivo às OSCs em Inhambane. A embaixada da Irlanda trabalha estreitamente com o governo provincial há anos, mas há poucas iniciativas implementadas pelas OSCs. No quadro do programa de descentralização promovido pela GIZ, o fortalecimento dos mecanismos de participação local têm sido implementado com os governos locais, mas poucas iniciativas existem em apoio à sociedade civil. As OSCs procuram essencialmente participar nos concursos de implementação de projectos específicos e de curto prazo (de 1 à 4 anos) lançados por vários parceiros, nomeadamente a UE, o USAID e o MASC. O acesso aos recursos por parte da maioria das organizações é muito limitado, devido sobretudo à fraca qualidade de propostas decorrente da escassez de pessoal qualificado. Estrategicamente, e reconhecendo as dificuldades de acesso a fundos, as organizações acabam por trabalhar simultaneamente em diferentes áreas.

Principais áreas de intervenção - as organizações da sociedade civil em Inhambane estão essencialmente a trabalhar nas áreas de HIV / SIDA, criança órfã e vulnerável, desenvolvimento agrário e promoção de direitos humanos.

Província de Gaza

Características da sociedade civil - A sociedade civil da província de Gaza é maioritariamente constituída por organizações de pequena dimensão, sem uma estrutura sólida nem experiência de trabalho em questões de governação. Maioritariamente as organizações estiveram e ainda continuam muito ligadas à prestação de serviços. Muitas das organizações surgiram no contexto das acções de luta contra o HIV / SIDA que tinha um forte financiamento do CNCS. Com a redução dos fundos no âmbito dos programas de combate ao HIV / SIDA, alocados por via do Núcleo Provincial de Combate ao SIDA (NPCS), muitas tentaram experimentar outras áreas de intervenção, nomeadamente as áreas de apoio às crianças órfãs e vulneráveis; de solidariedade mútua, e da promoção de pequenas actividades agrícolas. As organizações tentam abarcar os assuntos emergentes e de interesse dos doadores, como a monitoria de serviços básicos, mas há dificuldades para trabalhar nestas áreas: falta

de recursos financeiros e pessoal capacitado, mas também um ambiente pouco permissivo e aberto às intervenções na área de governação. A plataforma da sociedade civil de Gaza, o FONGA, tem exercido não somente o papel de coordenação das OSCs, mas também tem intervindo directamente na monitoria da governação. O FONGA é actualmente o principal actor de diálogo e confrontação com o governo provincial em torno das opções de política.

Plataformas e redes - As organizações da sociedade civil constituíram o seu Fórum Provincial em 2001 com o objectivo de aglutinar todas as organizações da província. Ao longo dos anos este papel alargou-se, nomeadamente pela transformação do fórum numa organização de intervenção, à semelhança dos seus membros. O Fórum intervém em cinco áreas, nomeadamente assessoria e mentoring; mobilização de fundos e financiamento de iniciativas das OSCs; treinamento/formação; mobilização de parceiros e/ou estabelecimento de redes; e advocacia e lobbying. O FONGA também apoia iniciativas de criação de renda. As redes temáticas não se encontram suficientemente desenvolvidas. Entretanto o Fórum estabeleceu como principais pilares no âmbito da sua intervenção as seguintes áreas: i) combate à pobreza; ii) combate ao HIV / SIDA; iii) Combate à Corrupção; iv) Promoção da Democracia e Boa Governação; e v) Promoção da Filantropia Local.

Apoio a sociedade civil - Não há um doador que apoie exclusivamente as organizações da sociedade civil na província de Gaza. O FONGA tenta igualmente trabalhar no sentido de angariação de fundos de diferentes fontes, alguns dos quais são usados para financiar iniciativas das organizações da sociedade civil local.

Principais áreas de intervenção - as áreas mais importantes são essencialmente as áreas de desenvolvimento agrário, HIV / SIDA, e apoio à criança órfã e vulnerável.

Província de Maputo

Características da sociedade civil - Maputo tem um leque muito alargado de organizações da sociedade civil. De maneira geral, as organizações de Maputo e Matola são suficientemente sólidas, com pessoal qualificado e com algum domínio das áreas de actuação. O facto de terem oportunidades acrescidas de acesso à informação e ao conhecimento, em conjunto com a facilidade de capacitação e contratação de pessoal qualificado, favorecem-nas em relação a outras organizações sedeadas fora de Maputo. O nível de abordagem estratégica destas organizações é forte, e nos últimos anos ganharam uma forte consciência de que a acção colectiva tem maior potencial de produzir resultados desejados do

que a acção isolada. Verifica-se actualmente uma tendência para melhorar a articulação e fazer um trabalho conjunto entre as organizações, sobretudo quando os assuntos são de interesse comum. Verifica-se também alguma tendência para maior partilha de informação e de estudos.

Plataformas e redes - Existem diferentes plataformas e redes já estabelecidas a nível provincial e distrital. Há necessidade de as consolidar dado que apesar da disponibilidade de recursos humanos relativamente bem preparados, o funcionamento das redes denota ainda algumas fraquezas. As redes com tendências de institucionalização têm gerado contradições internas (ex. reivindicação pelos membros dos créditos da rede), problemas de inclusão entre os membros, e tentativas de controlo de recursos. As plataformas distritais de Maputo mantêm uma estreita relação com a plataforma provincial (G20) e contribuem significativamente aos debates nos observatórios de desenvolvimento provincial. Existe também um conjunto de organizações especializadas na pesquisa e na produção de estudos, bem inseridas e com influência nos debates sobre políticas e a relativa legislação. Em consequência do apoio sistemático do MASC e de uma reestruturação de abordagem de intervenção, o papel do G20 nacional, no âmbito do Observatório de Desenvolvimento, tem vindo a melhorar bastante no decurso dos últimos 3 anos. Apoio à sociedade civil – as organizações da sociedade civil em Maputo gozam do privilégio de estar próximas das fontes de recursos e dos centros de decisão. Neste contexto, têm muita facilidade de acesso à informação e pessoal capacitado que pode apoiar na preparação de propostas de projectos. Quase todos os parceiros que apoiam organizações da sociedade civil apoiam algumas organizações baseadas em Maputo. Isto deve-se, em parte, ao facto das OSCs de Maputo disporem de melhores mecanismos de prestação de contas, mas também resulta da proximidade com os doadores.

Principais áreas de intervenção - as áreas de intervenção são essencialmente: governação, transparência e combate à corrupção; direitos humanos e assuntos da mulher e do género; desenvolvimento rural; monitoria e avaliação da governação; educação; saúde e HIV / SIDA; e qualidade dos serviços públicos.

Estudo de Mapeamento das Organizações da Sociedade Civil em Moçambique

